

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
TAÍS RISTOFF

BRASIL E ARGENTINA:
Um estudo comparado da crise do Estado desenvolvimentista

RIO DE JANEIRO
2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

R597 Ristoff, Taís
Brasil e Argentina - um estudo comparado da crise
do Estado desenvolvimentista / Taís Ristoff . -- 2010.
197 f. :

Dissertação (Mestrado em História Comparada) –
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de
Pós-Graduação em História Comparada, Rio de Janeiro,
2010.

Orientador: Dr. Alexander Zhebit

Co-Orientador: Adriano de Freixo

1. Brasil – Relações econômicas exteriores. 2.
Argentina –Relações econômicas exteriores. 3.
Neoliberalismo. 4. História comparada – Teses. – I.
I. zhebit, Alexander. . II. Freixo, Adriano de . III.
Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de
Pós – Graduação em História Comparada. IV. Título.

CDD: 382.0981

Taís Ristoff

BRASIL E ARGENTINA:

Um estudo comparado da crise do Estado desenvolvimentista

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História Comparada.

Aprovada em

Alexander Zhebit, Doutor, UFRJ (orientador)

Adriano de Freixo, Doutor, UFF (co-orientador)

Bernardo Kocher, Doutor, UFF

Raquel Paz, Doutora, UFRJ

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente ao meu orientador Professor Alexander Zhebit por quem cultivo grande respeito e admiração, não só pelo cuidado, seriedade e rigor com que acompanhou a realização deste trabalho, mas também pela enorme contribuição intelectual ao longo do mestrado e todo conhecimento transmitido ainda durante a minha graduação.

O meu muito obrigado ao meu co-orientador Adriano de Freixo pelas idéias e pelos constantes debates em torno desta dissertação. Pela contribuição no processo de elaboração desta pesquisa e pela presença constante, incentivo e auxílio nesta empreitada.

Minha eterna gratidão, sobretudo, aos meus pais dos quais nunca faltou apoio na busca de meus objetivos e sonhos. Nem toda ciência, nem toda a literatura do mundo, me forneceriam a exata palavra para expressar essa imensa gratidão por tudo que fizeram por mim. Por todos os valiosos ensinamentos e exemplos de vida que me deram, além do carinho e da compreensão em todos estes anos, compartilhando comigo as alegrias e as dificuldades da vida.

RESUMO

RISTOFF, Taís. **Brasil e Argentina: um estudo comparado da crise do Estado desenvolvimentista**. Rio de Janeiro, 2010. Dissertação (Mestrado em História Comparada)-Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010

Um conjunto de acontecimentos e transformações na economia e na política mundial levou ao fim a assim chamada era de ouro do capitalismo mundial, período que se estende do final da Segunda Guerra Mundial até a década de 1970 e que ficou caracterizado por imensos avanços econômicos, tecnológicos, sociais no mundo todo, e principalmente no mundo capitalista, onde os modelos de perspectiva keynesiana tiveram papel fundamental neste sentido. Um dos resultados destes desdobramentos foi o questionamento destes modelos, que foram gradualmente abandonados. Assim, o foram também os desenvolvimentismos, como o brasileiro e o argentino. Ambos os países acabaram aderindo ao novo projeto, o neoliberal, vitorioso primeiro ideologicamente e depois politicamente. Neste trabalho analisam-se, através do método comparativo, desenvolvido por Marc Bloch, as diferenças fundamentais que marcaram os dois países semi-periféricos com relação ao processo de troca de modelos. Levando em consideração a inserção do Brasil e da Argentina no sistema internacional de Estados, dividido hierarquicamente por Wallerstein e Arrighi em centro, semi-periferia e periferia, identificam-se e analisam-se as diferenças no processo de transição dos modelos de Estado. Enquanto o Brasil havia experimentado um grande avanço na industrialização durante os anos de crise na década de 1970, aproveitando a abundância de crédito no sistema financeiro internacional, a Argentina iniciou um processo de desindustrialização, sob um regime político ditatorial, a partir da adoção do modelo econômico pactuado com os organismos internacionais. Assim, devido às diferenças existentes entre os processos de evolução econômica de Brasil e Argentina, ao longo do século XX, e principalmente no período da crise internacional da década de 1970, momento propício para ascender na hierarquia de Estados segundo nossa perspectiva teórica, a imposição do modelo neoliberal na América Latina, a partir do final da década de 1980, encontrou os dois principais Estados sul-americanos em condições distintas de se contrapor ao modelo que começava a tornar-se hegemônico, com o Brasil apresentando maiores possibilidades de adotar políticas econômicas alternativas. A crise da dívida e uma série de planos econômicos heterodoxos e anti-inflacionários abriram o caminho para a adesão definitiva ao novo modelo. No Brasil, no entanto, permaneceram fortes as resistências internas e uma ambigüidade maior na aceitação do neoliberalismo.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimentismo, neoliberalismo, economia capitalista mundial, Brasil, Argentina.

ABSTRACT

RISTOFF, Taís. **Brasil e Argentina**: um estudo comparado da crise do Estado desenvolvimentista. Rio de Janeiro, 2010. Dissertação (Mestrado em História Comparada)- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

A set of events and transformations in economy and world politics put an end to the so called golden era of the world capitalism, period that extended from the end of the Second World War to the 1970's and was characterized by huge economic, technological and social advances around the world, mainly in those capitalist countries where the Keynesian perspective models had a fundamental role in this respect. One of the results of these developments was the questioning of these models, that started to be gradually abandoned. And also both developmentisms, the Brazilian and the Argentinean ones. Both countries ended up joining the new project, a neoliberal one, first victorious ideologically and than politically. In this paper we analyze, through the comparative method developed by Marc Bloch, the differences that divide these semi-peripheric countries in relation to the process of model change. Taking into consideration a growing presence of Brazil and Argentina in the international state system, typified hierarchically by Wallerstein and also Arrighi into center, semi-periphery and periphery, we identify and analyze how different are the processes of transition of state models. While Brazil has experimented a huge advance in industrialization during the years of crisis in the 1970's, taking advantage of the abundance of credit in the international financial system, Argentina began a deindustrialization process, under a dictatorial political regime, by adopting the economic model agreed with the international bodies. Therefore, because of the existing differences between the economic development of Brazil and Argentina, throughout the XXth century, and mainly during the international crisis of the 1970's, an opportunity to ascend in the states hierarchy according to our theoretical perspective, the imposition of the neoliberal model in Latin America, from the late 1980's, found both main South American countries in different conditions to oppose the model that began turning hegemonic, while Brazil presenting better possibilities to adopt alternative economic policy. The debt crisis and a series of heterodox anti-inflationary economic plans opened the way for the definite adherence the new model. In Brazil, however, it remained strong the internal resistance and a higher ambiguity concerning the acceptance of neoliberalism.

KEY-WORDS: Developmentism, neoliberalism, World Capitalist Economy, Brazil, Argentina.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
 CAPÍTULO 1 – AS TRANSFORMAÇÕES NA ORDEM POLÍTICA E ECONÔMICA DO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E A CRISE DO KEYNESIANISMO NO MUNDO	23
1.1 – A crise da “Era de Ouro” do capitalismo mundial	23
1.2 – O questionamento da hegemonia norte-americana	31
1.3 – A retomada da hegemonia	34
1.4 – A transição para o novo modelo: o neoliberalismo	38
 CAPÍTULO 2 – O DESENVOLVIMENTISMO NA ERA DE OURO DO CAPITALISMO MUNDIAL: O BRASIL E A ARGENTINA	48
2.1 – O desenvolvimentismo brasileiro (1930 – 1973)	64
2.2 – O desenvolvimentismo argentino (1930-1973)	73
 CAPÍTULO 3 – O BRASIL E A ARGENTINA NOS ANOS DE CRISE INTERNACIONAL	88
3.1 – O Brasil	93
3.2 – A Argentina	101
 CAPÍTULO 4 – A VITÓRIA POLÍTICA E IDEOLÓGICA DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL E NA ARGENTINA (1982 – 1994)	113
 CONCLUSÃO	154
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	168

INTRODUÇÃO

Diante da crise recente da economia capitalista mundial, que tem nos Estados Unidos seu epicentro, diversos políticos, economistas e intelectuais proclamaram que o neoliberalismo teria chegado ao fim – alguns, mais radicais, inclusive falavam do fim do capitalismo. Já há alguns anos, com as crises financeiras recorrentes – dos Tigres Asiáticos, na Rússia, na Argentina, no México – que sacudiram o mundo, diversos organismos internacionais, então ferrenhos defensores do neoliberalismo, voltaram atrás em alguns pontos e fizeram revisões sobre suas recomendações¹. Essas crises já haviam sido previstas por alguns intelectuais, então sem muita repercussão na grande mídia². Mas durante a crise financeira internacional de 2008, até mesmo alguns dos mais áduos defensores do neoliberalismo começaram a questionar esse modelo. Cada vez mais a resolução da crise foi sendo pensada a partir dos ensinamentos de Keynes, e até Marx, e algumas das medidas emergenciais que foram sendo tomadas, ou levantadas, estavam comparáveis com essas visões econômicas. Isso não significa necessariamente que começou a se formar um novo consenso em torno da necessidade de uma forte presença do Estado na economia, um consenso keynesiano. Parece que o debate não evoluiu nesse sentido e que o consenso em torno da volta do keynesianismo se limitou à utilização de alguns de seus instrumentos como respostas *ad hoc* para a crise. Para os conservadores o Estado deveria, por exemplo, se limitar a emergencialmente recompor as condições normais de funcionamento do mercado, assim como durante essa e outras crises quando se apelou unanimemente ao Estado. No entanto, ficou claro que a crise recente abalou o neoliberalismo e a preponderância das instituições de

¹ Após tomar o caso argentino como grande exemplo de sucesso na implementação da política neoliberal, o FMI criticou o governo argentino, por exemplo, no que se refere à política fiscal e à rigidez do regime cambial. Segundo relatórios dessa instituição, os executores da política econômica haviam cometido falhas em não tomar as medidas corretivas a tempo de prevenir a crise. (IMF, 2004, p.10).

² O economista indiano Ravi Batra esperava uma grande depressão nos anos 90, que não ocorreu, mas seu colega norte-americano, Nouriel Roubini, antecipou perfeitamente o formato da atual crise derivada da quebra do sistema hipotecário dos EUA. Contudo, a imprensa apelidou-o, por isto, de “senhor catástrofe”.

regulação e de regimes no sistema econômico internacional, como o FMI, a OMC, o BIRD, OCDE, G-7, etc. O debate deixou de ser em função de ser a favor ou contra o mercado, e passou a ser em função de qual o Estado que é necessário.

Neste trabalho, pretende-se estudar os períodos da história brasileira e da história argentina no qual houve o abandono do modelo de Estado desenvolvimentista e sua substituição por outro, o neoliberal, norteado pela idéia de liberdade em toda a esfera econômica. As profundas transformações ocorridas no mundo nas décadas de 1960/70 tiveram forte impacto no Brasil e na Argentina e influenciaram diretamente a moldagem das suas relações políticas, econômicas, sociais e estatais atuais. Conhecer essas mudanças, conjunturais e estruturais, a forma de inserção do Brasil e da Argentina, neste novo mundo, as restrições e os condicionalismos que essas estruturas e conjunturas oferecem a suas atuações é, portanto, de suma importância para entender porque foi abandonado nestes países o projeto econômico que hoje se cogita, em parte, retomar.

Acredita-se que devido às diferenças existentes entre os processos de evolução econômica de Brasil e Argentina, ao longo do século XX, a partir do final da década de 1980, os dois principais Estados sul-americanos encontravam-se em condições distintas de implantar um modelo econômico alternativo. A nossa hipótese é que o Brasil, naquele momento, apresentava maiores possibilidades, em comparação com a Argentina, de se contrapor ao modelo que começava a tornar-se hegemônico. A Argentina, ao contrário do Brasil, não tinha condições de resistir à imposição externa daquele modelo, devido, fundamentalmente, ao processo de esvaziamento do Estado ocorrido durante os anos do regime militar (1976-1983). Nesse período, o Brasil, ao contrário da tendência mundial, utilizando os fartos recursos do sistema financeiro internacional, aprofundou a industrialização nacional o que garantiu ao país mais tarde uma margem de manobra maior para se contrapor às orientações das instituições internacionais.

Para comprovar a hipótese, definimos os seguintes objetivos de análise:

- a) o estudo das transformações estruturais e conjunturais fundamentais no sistema econômico mundial no contexto do declínio da hegemonia dos Estados Unidos;
- b) o entendimento da natureza, do funcionamento dos modelos econômicos alternativos e das condições específicas de sua implantação nos dois países no contexto comparativo;
- c) a análise dos impactos das transformações internacionais no Brasil e na Argentina e a busca por soluções nesses países para a resolução da crise da dívida externa dentro do contexto de redemocratização.

Para alcançar estes objetivos usar-se-ão um quadro teórico específico, uma estrutura adequada à análise da proposta de hipótese e a metodologia de história comparada. Como base teórica para esta dissertação, utiliza-se a Teoria do Sistema-Mundo, que se insere dentro do campo de estudos da Economia Política Internacional e de relações internacionais. Esta abordagem analisa as dicotomias burguesia empresariado/proletariado e centro/periferia e hierarquiza os Estados em Centro, Semi-periferia e Periferia, a partir do enfoque em nível do sistema internacional dos Estados. As relações internacionais, dentro desta concepção, são entendidas a partir da perspectiva da economia global do mundo capitalista. O sistema interestatal é relacionado por Immanuel Wallerstein, o fundador da teoria do Sistema-Mundo, com as estruturas capitalistas e seus processos de acumulação financeira. Assim, o Sistema-Mundo concebe as relações internacionais como um sistema no qual a competição econômica e subordinação entre os Estados e as regiões econômicas seriam determinantes para a natureza da relação entre estes Estados. Cada um dos atores do sistema estaria sucessivamente, e hierarquicamente de acordo com os “círculos braudelianos”, integrado a uma mesma estrutura de poder. As relações exteriores, dentro desta perspectiva, configurar-se-iam não a todo planeta, mas a uma região específica do espaço econômico mundial, onde seriam encontrados

círculos concêntricos, que abrangem, sempre, um “centro”, isto é, a área hegemônica, sob o ponto de vista político, militar e econômico; e inúmeras “periferias”, ou seja, os países que estão na órbita da zona de influência da região central. O sistema capitalista, segundo esta perspectiva teórica, passou por quatro ciclos de acumulação e expansão, para as quais correspondeu sempre uma hegemonia - o genovês, o holandês, o inglês e o norte-americano. Para Gramsci, hegemonia é o exercício da supremacia de uma classe social sobre as outras através da dominação cultural e ideológica e que pressupõe coerção e consentimento.

A supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter, inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também “dirigente”. (GRAMSCI, 1971, p.57-58, apud, ARRIGHI, 2007, p.228)

A definição de hegemonia é uma questão central dentro da perspectiva por nós postulada e é refletida por Arrighi em *O Longo Século XX*, que transpõe o conceito de hegemonia de Gramsci das relações sociais intra-estatais para as relações interestatais:

Uma vez que a palavra hegemonia, em seu sentido etimológico de “liderança” e em seu sentido derivado de “dominação”, normalmente se refere às relações entre Estados, é perfeitamente possível que Gramsci estivesse usando o termo metaforicamente, para esclarecer as relações entre os grupos sociais através de uma analogia entre os Estados. (ARRIGHI, 1996, p. 29)

Trata-se, segundo ele,

mais do que a dominação pura e simples, e diferente dela: é o poder *adicional* que compete a um grupo dominante, em virtude de sua capacidade de conduzir a sociedade em uma direção que não apenas atende aos interesses do grupo dominante, mas é também percebida pelos grupos subalternos como servindo a um interesse mais geral (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 36).

Assim, não apenas as capacidades materiais devem ser levadas em conta, mas também a capacidade da potência hegemônica de formar um consenso entre os países e liderar o Sistema-Mundial de acordo com os próprios valores.

Esta concepção de hegemonia difere bastante da de outra teoria bastante importante nos estudos de Economia Política internacional, que é o da estabilidade hegemônica. De

acordo com ela, que tem em Kindleberger seu principal expoente, um Estado hegemônico é necessário para sustentar os custos da estabilidade no sistema internacional e uma economia mundial aberta, – entendido como um bem público fornecido por este Estado – uma vez que haveria perante sua ausência o risco da predominância de relações econômicas protecionistas e nacionalistas, como teria sido o caso durante a crise da década de 1930. Só é possível falar em ordem internacional, segundo esta teoria, quando há um Estado hegemônico preponderante em termos militares e econômicos – “é necessário ter o controle sobre quatro conjuntos de recursos econômicos: matérias-primas, capital, mercados e a vantagem competitiva do *hegemon* na produção de bens de alto valor” (JACKSON; SORENSEN, 2007, p.269) – que assumam a responsabilidade por esta ordem. Assim, essa perspectiva de análise dá ênfase no conceito de hegemonia às capacidades e recursos materiais dos Estados preterindo as questões ideológicas e culturais. (KEOHANE, 1984, p.32; JACKSON; SORENSEN, 2007, p.268-281)

Um outro conceito formulado por Wallerstein e importante para esta perspectiva de análise é o de "Semiperiferia" definido por ele como uma categoria intermediária entre as categorias polares do sistema mundial: os países centrais e os países periféricos (WALLERSTEIN, 1999, p.69-70). No entanto, esta categoria acaba não sendo muito bem desenvolvida por seu criador, recebendo dele somente uma definição mais genérica. No entanto Boaventura de Souza Santos retoma-a e a aprofunda em seus estudos sobre as estruturas da sociedade portuguesa:

A mundialização do processo de acumulação capitalista não exclui e, pelo contrário, pressupõe a segmentação das relações intrasistêmicas e são precisamente as sociedades semiperiféricas que, pela sua função de intermediação, conferem especificidade e estabilidade aos vários segmentos do sistema mundial. (SANTOS, 1998, p. 108)

Segundo Santos, “o conjunto de condições sociais, políticas, econômicas e culturais que caracterizam internamente a sociedade portuguesa [...] a adequam em geral para papéis de intermediação entre o centro e a periferia, os quais podem ser diferentes em momentos

históricos diferentes” (SANTOS, 1998, p. 107). Estas podem também ser aplicadas, com os devidos cuidados, a outras sociedades semiperiféricas, como o Brasil e a Argentina. Santos distingue três práticas sociais que traduzem as relações sociais de produção capitalista, constituídas basicamente pelas relações entre o capital e o trabalho:

os níveis e ritmos da produtividade (desenvolvimento tecnológico, divisão social do trabalho, especialização industrial, etc.); as formas de determinação do salário (unilaterais ou negociadas; organizadas ou difusas; com maior ou menor intervenção do Estado); controle do processo produtivo (maior ou menor autonomia dos operários na organização do trabalho; controle de gestão; existência e poderes de comissões de trabalhadores perante as relações na produção). O conjunto destas práticas sociais permite caracterizar o desenvolvimento da produção capitalista. (SANTOS, 1998, p.115-116)

Nesse sentido, as características fundamentais que a sociedade portuguesa, especificamente, e as sociedades semiperiféricas, de uma forma geral, apresentam que as caracterizam como tal são o descompasso entre as relações sociais de produção capitalista e as relações sociais de reprodução; e a desarticulação interna de cada uma destas relações sociais. (SANTOS, 1998)

Buscando, no entanto, uma visão além da puramente econômica e entender a realidade da forma mais completa possível, atenta-se no presente estudo às observações e críticas que Anthony Giddens formulou à teoria do Sistema-Mundo:

Os conceitos de centro, periferia e semiperiferia somente devem ser usados com cautela considerável para descrever a regionalização do sistema mundial. Eles são genéricos, noções indicativas mais do que possuem qualquer precisão e, em qualquer análise concreta, designações mais precisas são necessárias. A “economia capitalista mundial” refere-se somente a um aspecto particular do sistema mundial, não à sua totalidade. De importância similar é o sistema de Estado, especialmente no último período, quando se torna um sistema de Estado-nação envolvido globalmente. Colocando em termos mais abstratos, significa dar o devido peso aos efeitos do poder político e militar em moldar a ordem internacional. (GIDDENS, 2001, p.191)

A abordagem metodológica que adotaremos para desenvolver esta dissertação é a História Comparada, uma vez que duas diferentes realidades político-econômicas e sociais, no caso da nossa pesquisa do Brasil e da Argentina, deverão ser analisados interativa e sistematicamente. O cruzamento e a contraposição desses recortes serão feitos a partir de um mesmo problema que atravessa as duas realidades: a crise do desenvolvimentismo.

O que Marc Bloch propunha era exatamente a comparação sistemática de duas sociedades próximas em termos espaciais e temporais, reciprocamente influenciadas, permitindo a identificação das semelhanças e das diferenças, como o modelo desenvolvido em sua obra *Os Reis Taumaturgos* (BLOCH, 1993), onde ele analisa a questão da crença popular no poder taumátúrgico dos reis na França e na Inglaterra (dois recortes, portanto, a serem comparados a luz de um problema), obra em que esses caminhos escolhidos por ele se mostram com clareza. Em suas palavras,

Estudar paralelamente sociedades vizinhas e contemporâneas, constantemente influenciadas umas pelas outras, sujeitas em seu desenvolvimento, devido a sua proximidade e a sua sincronização, à ação das mesmas grandes causas, e remontando, ao menos parcialmente, a uma origem comum (BLOCH, 1928, p.19 apud BARROS, 2007)

Uma das vantagens por ele levantadas é que esse método permite tornar patente novas questões que sem esse olhar não seriam perceptíveis como, por exemplo, as reais causas e conseqüências, internas e externas, do fenômeno estudado. Portanto, considerando a posição semi-periférica de Brasil e Argentina, a proximidade temporal e espacial de suas sociedades, a sujeição às mesmas restrições sistêmicas e a influência mútua, a abordagem de História Comparada que melhor se aplica ao nosso projeto é a proposta por Marc Bloch. Por esse método é que pretendemos comparar os modelos produtivos, a estrutura das forças políticas, os fatores internos cruciais para a mudança no modelo, pressões internas e externas, impacto das crises e da conjuntura internacional sobre cada um dos países, para de forma ampla entender a substituição nos dois países do estado desenvolvimentista, cujo eixo central é a indústria e, portanto, baseado na forte intervenção estatal na economia e na substituição de importações, para o neoliberal, proveniente basicamente das formulações de Milton Friedman e Friedrich Von Hayek, bem como de outros membros da Escola de Chicago.

Segundo Gramsci, como mecanismos de dominação, teorias e visões de mundo são construídos e apresentados como se de validade universal fossem. Países se utilizam de teorias como instrumento de dominação. O neoliberalismo é um exemplo. Como esse novo

paradigma de desenvolvimento, esse novo discurso, foi apresentado à região por instituições internacionais como o Banco Mundial e o FMI, com a credibilidade de órgãos pertencentes às Nações Unidas e, por isto, supostamente supranacionais, neutros e despolitizados, estava ausente o caráter de imposição da agenda neoliberal. Isso acabou facilitando a sua aceitação. (SANTOS, 2007, p.99)

Entendeu-se que o Estado seria inerentemente ineficiente, e que não poderia mais atuar como planejador e investidor. As conseqüências do pesado endividamento externo, somado a outros problemas como a ineficiência e a corrupção no setor público reduziram as contestações à mudança do modelo recomendado pelos organismos internacionais. Explorando essas questões, uma ampla campanha midiática foi levada adiante pelas elites latino-americanas, que atribuíam às reformas um sentido de “modernidade” de “progresso”, que levariam os países ao Primeiro Mundo. (SANTOS, 2007, p.103)

Deste modo, seriam desconsideradas décadas de desenvolvimento de teoria econômica que haviam elevado os estudos latino-americanos a outro patamar, como os trabalhos estruturalistas, principalmente da Cepal, conceitos como centro-periferia, deterioração dos termos de troca, indústria, mercado interno, expansão do emprego e da renda e que influenciaram fortemente a política latino-americana durante décadas. Desconsideravam o fato de que os países centrais não são um espaço livre, que estaria disposto a incorporar mais países. (SANTOS, 2007, p.103) Ainda,

Esquecendo-se, por conveniência e interesse, de que a hierarquia dos países na economia mundial sempre foi definida por uma intensa competição interestatal e interempresarial, cuja ascensão de um país se deveu justamente à adoção de políticas econômicas opostas às receitas preconizadas pelas potências centrais – como as do Consenso de Washington, por exemplo. (SANTOS, 2007, p.103)

Por isso, não se pode perder de vista que as reformas propostas tinham um caráter ideológico e imperial. Atores políticos e econômicos com interesses próprios definidos impulsionavam a globalização, com os processos de exploração, dominação e apropriação.

(SANTOS, 2007, p.103) Os países centrais buscam o acesso aos mercados periféricos, mas não necessariamente para contribuir, além da especulação, para a expansão econômica e geração de empregos. (SILVA, 1998, p.236) As mudanças atendiam a interesses norte-americanos. Seu capital financeiro e suas grandes corporações seriam beneficiados com a reestruturação dos países latino-americanos. (SANTOS, 2007, p.104)

O término dos governos Alfonsín e Sarney coincidiu com profundas mudanças no contexto internacional. Na virada da década de 1980 para a década de 1990, a situação mundial se alterou. A queda do muro de Berlim, o fim da bipolaridade e do socialismo real levou a esquerda mundial a perder o rumo. A teoria de Fukuyama do fim da história em que ele proclamava a vitória definitiva da democracia liberal, reforçou a idéia do vínculo necessário entre democracia e neoliberalismo e da diluição entre esquerda e direita e centro e periferia. No novo contexto de mundo globalizado, parecia ultrapassada a perspectiva de luta por interesses nacionais, passando a vigorar a partir de então o “pensamento único” neoliberal. A cada vez maior consolidação da hegemonia do pensamento liberal, justamente no momento que os países latino-americanos buscavam trilhar o caminho da redemocratização e da criação das instituições democráticas, mudou a agenda do debate político e social com mudanças nos temas e prioridades que se inserem dentro de uma idéia geral de exaltação do mercado e de questionamento do papel a ser desempenhado pelo Estado. O debate em torno da democratização limitou-se às questões formais. Na teoria e na prática, a democracia deveria permitir o dissenso, o contraditório, o que paradoxalmente não ocorreu, como nos mostra José Luis Fiori em *A busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado*. (FIORI, 1995)

Assim, em grande parte da América latina, o processo da redemocratização e de implantação do neoliberalismo ocorreu paralelamente. Segundo César Augusto Silva (1998, p.233), a tentativa de desenvolvimento nos moldes até então implementados, exacerbou

conflitos e enfrentou uma série de contradições. Essa nova forma de desenvolvimento, baseada na inserção passiva na globalização, além de acentuar essas contradições, impedem, na realidade, o fortalecimento de quaisquer instituições democráticas que tentem se formar. Em um mundo formado por Estados-nações, por definição, o declínio da soberania implica declínio da democracia, e declínio da capacidade de conduzir política econômica e social. Isso, claro, prejudica o desenvolvimento. Por outro lado, o registro histórico revela que a perda da soberania igualmente leva à imposição de liberalização, por parte dos que têm poder para impor esse regime econômico e social.

O livro de Atílio Borón, escrito no calor da hora da implantação das reformas neoliberais no continente latino-americano, opina sobre a insuficiência do mercado como provedor das necessidades sociais básicas, mas, ao mesmo tempo, critica a defesa intransigente do Estado pelas forças que então resistiam às reformas:

Tão dogmática – e equivocada – resulta a posição neoliberal que exige o desmantelamento do Estado como aquela que desde o populismo e de uma certa esquerda sustenta que não há nada a objetar no funcionamento dos estados latino-americanos. (BORÓN, 1994, p.205)

Nesta mesma direção, no Brasil, José Luis Fiori, embora concordando com o fato de a crise ser estrutural e não conjuntural, discordava da leitura liberal dessa crise (FIORI, 2003).

Assim, Fiori sintetiza muito bem o que de fato estava em jogo:

[...] O fundamental que se deve relembrar aqui é que foi a direita – econômica e política – que construiu e usufruiu o Estado desenvolvimentista; e que, neste sentido, as atuais reformas liberais são basicamente conservadoras porque alteram a forma mas preservam a essência do que sempre foi criticado pela esquerda no Estado/estratégia desenvolvimentista latino-americano: seu padrão de financiamento externo; sua base sócio-política elitista e autoritária de sustentação; o seu uso oligárquico na proteção indébita de interesses privados; e, finalmente, sua estratégia de crescimento invariavelmente excludente do ponto de vista social. (1995, p. XVIII).

Atílio Borón ao falar sobre a crise na América Latina aponta para incoerências no discurso antiestatizante:

As experiências do autoritarismo monetarista acabaram, de fato, reforçando o Estado e o pesado legado da dívida externa – ao socializar a dívida privada – deu uma volta a mais no parafuso nessa direção. [...] se tivéssemos que assinalar

algumas das conseqüências macropolíticas da crise financeira não vacilaríamos em sublinhar o aumento do papel do Estado, dado que ele assumiu a responsabilidade pelas dívidas das empresas privadas – hipócritas amantes do mercado livre – em suas transações internacionais [...]. (BORON, 1994, p. 178)

Ainda segundo o mesmo autor,

[...] a experiência econômica recente demonstrou que [...] as forças de mercado requereram a continuada expansão do Estado. Estes são aliados, não adversários; [...] a hostilidade dos defensores do mercado não é com o Estado, mas com os componentes democráticos do Estado moderno. (BORON, 1994, p. 178)

Wallerstein também apontou que, na prática, mesmo que doutrinariamente contrários aos Estados, as diferentes ideologias, quando no poder, acabavam aumentando as estruturas estatais. (WALLERSTEIN, 2002, p. 155) Ricardo Dathein (2006, p.4), analisando o período posterior ao que Maddison chama de Era do Ajustamento, ou seja, período pós 1980, defende a necessidade de um Estado Desenvolvimentista para a superação do atraso estrutural do país. Somente o Estado pode desenvolver políticas de desenvolvimento neste sentido. No entanto, para enfrentar algumas tendências do modelo anterior como a concentração de renda e ineficiências específicas seria necessário, segundo ele, um controle social maior sobre o Estado. Ou seja, ao invés de considerar-se o Estado como intrinsecamente ineficiente e, por isso, apresentar-se como desejável a redução de sua atuação econômica, alternativamente defende-se um choque democrático sobre esse Estado, com o objetivo de fazer com que ele cumpra suas funções eficientemente e sem desvios. (DATHEIN, 2006, p. 4)

Da mesma forma, em relação ao caso argentino, Sevares discorda da ineficiência intrínseca do sistema público, que, na visão dele, é fruto da exploração de décadas do Estado por parte dos grupos econômicos e máfias sindicais envolvidas na corrupção política. (SEVARES, 2002, p.159) No entanto, apesar dessas críticas o projeto desestatizante se apresentava com cada vez mais força. (BORÓN, 2000, p.186)

A partir do que foi exposto até aqui, pretende-se em seguida sistematizar e descrever a forma como será dividido este trabalho, para assim melhor alcançar os objetivos propostos.

No primeiro capítulo, descrevem-se e se examinam as transformações estruturais e conjunturais fundamentais no capitalismo mundial que ameaçaram dismantelar a ordem política e econômica criada após a Segunda Guerra Mundial e suas instituições. Foi quando o modelo econômico adotado de forma geral pelos países do bloco ocidental da Guerra Fria, que permitiu décadas de sucesso, entrou em crise e passou a ser questionado. Será abordado neste capítulo o fim do consenso construído em torno do keynesianismo³ que correspondeu à ascensão de uma nova ideologia, o neoliberalismo, que surge então como solução para a crise. A vitória política e ideológica do neoliberalismo no mundo está intimamente relacionada com a estratégia de poder da potência hegemônica, os Estados Unidos, que vinham tendo nas décadas de 1960/70 sua hegemonia fortemente contestada com a instabilidade na arena internacional e da ordem pós-Segunda Guerra Mundial, o que Arrighi chamou de crise sinalizadora⁴ da hegemonia norte-americana⁵.

³ Conforme assinala João Sicsú, “O funcionário do governo inglês William Beveridge foi um dos mais importantes idealizadores do Estado de bem-estar social, a utopia européia do Ocidente. Dois textos do funcionário inglês, do início dos anos 1940, podem ser citados como referências da sua contribuição: o “Relatório Beveridge” (de 1942) e o “Pleno Emprego em uma Sociedade Livre” (de 1944). Beveridge foi além, muito além, do Chanceler Bismarck, que havia construído na Alemanha ao final do século XIX um sistema de proteção social baseado na atividade do trabalho que relacionava benefícios pagos pelo sistema às contribuições efetuadas. Beveridge desconstruiu o modelo de Bismarck ao propor um sistema social que não estava baseado exclusivamente na atividade do trabalho, mas sim na existência do cidadão, portanto, um sistema de segurança de vida de todos e para todos – que ofertaria benefícios a todos. Entretanto, o Estado de bem-estar social é muito mais que o sistema de seguridade social universal beveridgiano. As idéias de universalização do direito ao emprego, de harmonia e complementaridade entre capital e trabalho, da valorização da concorrência e da regulação e de uma justa distribuição da renda e da riqueza podem ser atribuídas, especialmente, ao economista inglês John Maynard Keynes.” (SICSÚ, 2008, p.143-144) A teoria econômica desenvolvida a partir das idéias de Keynes contrapõe a teoria liberal, predominante até 1929. Em sua famosa obra, de 1936, A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, defende o estímulo da demanda e o aumento da produção, da renda e do emprego através da intervenção do Estado na economia. A partir de seus estudos, abandona-se a idéia de mercado auto-regulado e defende-se uma forte intervenção do Estado na economia. O principal problema para Keynes, o eixo central pela qual as políticas econômicas deveriam se nortear, é a conquista e a manutenção do pleno emprego (meta que não se atinge espontaneamente pelas forças do mercado). O sistema de trabalho montado por Henry Ford, conhecido como fordismo, é, assim, um dos pilares do Estado de bem-estar social, principalmente porque trás implicitamente a idéia de que o operário pode ser também um consumidor e dessa forma contribui para o fortalecimento do mercado interno (PADRÓS, 2000, p.236-237)

⁴ “É nesse momento que o agente principal dos processos sistêmicos de acumulação começa a deslocar seu capital do comércio e da produção, em quantidades crescentes, para a intermediação e a especulação financeiras. Essa passagem é a expressão de uma ‘crise’ no sentido de que marca um ‘ponto decisivo’ um ‘momento crucial de decisão’. Através dessa mudança, o principal agente dos processos sistêmicos de acumulação de capital revela uma avaliação negativa da possibilidade de continuar a lucrar com o reinvestimento do capital excedente na expansão material da economia mundial, bem como uma avaliação positiva da possibilidade de prolongar sua

Ao longo do texto, busca-se identificar os instrumentos de pressão criados pelos países centrais, de uma forma geral, e dos Estados Unidos na contra-ofensiva ao questionamento de sua hegemonia, em particular, para atuar na política internacional, que ajudaram a desestabilizar os Estados da periferia e semi-periferia do sistema mundial, aumentando cada vez mais sua vulnerabilidade externa, principalmente na esfera monetário-financeira.

No segundo capítulo analisa-se o histórico da formação dos modelos industriais do Brasil e da Argentina - a estrutura econômica e produtiva e a política interna desses países, as relações de poder, instituições e atores principais, ou seja, a dinâmica da luta intra-estatal. Ambos estão entre os poucos países do continente a avançar em sua industrialização, aproximando-se ao centro do “círculo braudeliano” durante o período desenvolvimentista, podendo, por isso, ser classificados como semi-periféricos. Não seria possível estudar a crise do desenvolvimentismo nesses países sem identificar a sua forma de inserção na arena internacional. O abandono das políticas de desenvolvimento coincide com uma tendência mundial do período. As idéias neoliberais a partir da década de 1970 assim como as idéias liberais do século XIX não são idéias endógenas, mas foram, em grande parte, incorporadas de fora para dentro ainda que possam ter e seguramente têm dentro desses países especificidades nacionais. Assim,

Preliminarmente, se faz necessário diferenciar, conceitualmente, neoliberalismo, projeto neoliberal e modelo econômico neoliberal periférico. O primeiro diz respeito à doutrina político-econômica mais geral, formulada, logo após a Segunda Guerra Mundial, por Hayek e Friedman, entre outros – a partir da crítica ao Estado de Bem-Estar Social e ao socialismo e através de uma atualização regressiva do liberalismo [...]. O segundo, se refere à forma como, concretamente, o neoliberalismo se expressou num programa político econômico específico no Brasil

liderança/dominação, no tempo e no espaço, através de uma especialização maior nas altas finanças. Essa crise é o ‘sinal’ de uma crise sistêmica subjacente mais profunda, que, no entanto, a passagem para as altas finanças previne provisoriamente. Na verdade, a passagem pode fazer mais do que isso: pode enfrentar o fim da expansão material num ‘momento maravilhoso’ de renovação da riqueza e do poder para seus promotores e organizadores, como ocorreu, em diferentes graus e de diferentes maneiras, em todos os quatro ciclos sistêmicos [o genovês, o holandês, o inglês e o norte-americano] de acumulação.” (ARRIGHI, 1996, p. 220)

⁵ Observe-se que o liberalismo veio sendo mantido “vivo” através de reuniões internacionais de economistas liberais, associados a Friedrich Von Hayek, na sociedade do Mont Péllerin, sob inspiração do livro “O Caminho da Servidão”, que considerava o Keynesianismo um caminho para a implantação do socialismo.

[e na Argentina], como resultado das disputas entre as distintas frações de classes da burguesia e entre estas e as classes trabalhadoras. Por fim, o modelo econômico neoliberal periférico é resultado da forma como o projeto neoliberal se configurou, a partir da estrutura econômica anterior do país, e que é diferente das dos demais países da América Latina, embora todos eles tenham em comum o caráter periférico e, portanto, subordinado ao imperialismo. Em suma, o neoliberalismo é uma doutrina geral, mas o projeto neoliberal e o modelo econômico a ele associado, são mais ou menos diferenciados, de país para país, de acordo com as suas respectivas formações econômico-sociais anteriores. (FILGUEIRAS, 2006, p.179)

Pretende-se identificar os elementos de continuidade e de ruptura na formação industrial desses países, inicialmente identificando as semelhanças, e, depois, separadamente, a perspectiva histórica individual, as especificidades nacionais na estrutura econômica e social e as principais dificuldades e problemas enfrentados por estes países em sua evolução econômica nacional.

No terceiro capítulo serão analisados os efeitos da crise econômica e financeira no Brasil e na Argentina. Naquele momento quando contradições acumuladas convergiram com mudanças profundas no cenário internacional, os países se viram em situação muito difícil. A forma como cada país enfrentou a crise e as decisões internas foram decisivas para o futuro. De um lado, a Argentina, sob a ditadura militar, ou seja, de cima pra baixo, implementou políticas liberalizantes em toda esfera econômica. De outro, o Brasil, buscou completar o ciclo industrial mesmo sob as condições internacionais adversas. Portanto, a forma como procuraram se inserir no novo cenário internacional diferia profundamente. Procuraremos examinar e avaliar a dimensão exata dessas transformações estruturais e conjunturais que levariam ao esgotamento do modelo anterior. A forma como o desdobramento da crise econômica dos países centrais, com o fim do ciclo expansivo da pós-Segunda Guerra Mundial e o início da fase da expansão do capitalismo centrada nas finanças, originou a crise da dívida externa no Brasil e na Argentina.

No quarto capítulo examina-se se as transições políticas democráticas na América Latina foram condicionadas pela crise econômica internacional de 1982 a 1994 e, em particular, pelo problema da dívida externa. Compara-se aqui os processos de crise do

desenvolvimentismo no Brasil e na Argentina. A transição do desenvolvimentismo para o neoliberalismo, representa a mudança, também, das forças políticas que estão por trás destes modelos. Identificá-las é imprescindível para se entender até que ponto o abandono do desenvolvimentismo foi fruto de opção política ou necessidade devido à imposição dos Estados Unidos (ou nos termos utilizados por Samuel Pinheiro Guimarães, das estruturas hegemônicas)⁶ e se havia alternativa.

Para a realização desta pesquisa, além da bibliografia, trabalha-se com um conjunto de fontes documentais que incluem estatísticas e documentos da Cepal, do FMI e do Banco Mundial.

⁶ Segundo Samuel Pinheiro Guimarães, “o conceito de estruturas hegemônicas é preferível ao de Estado hegemônico. Por Estado hegemônico se pode entender aquele Estado que, em função de sua extraordinária superioridade de poder econômico, político e militar em relação aos demais Estados, está em condições de organizar o sistema internacional, em seus diversos aspectos, de tal forma que seus interesses, de toda ordem, sejam assegurados e mantido, se necessário pela força, sem Potência ou coalizão de Potências que possa impedi-lo de agir. [...] Essa era, por exemplo, a situação dos Estados Unidos no imediato pós-guerra. [...] Consideramos o conceito de estrutura hegemônica mais apropriado para abarcar os complexos mecanismos de dominação. O conceito de “estruturas hegemônicas de poder” evita discutir a existência – ou não –, no mundo pós-guerra Fria, de uma potência hegemônica, os Estados Unidos, e determina se o mundo é unipolar ou multipolar, se existe um condomínio –ou não. O conceito de “estruturas hegemônicas” é mais flexível e inclui vínculos e interesse e de direito, organizações internacionais, múltiplos atores públicos e privados, a possibilidade de incorporação de novos participantes e a elaboração permanente de normas de conduta, mas, no âmago dessas estruturas, estão sempre Estados nacionais.” (2002, p.25-28) Optamos por utilizar ao longo deste trabalho os dois conceitos, uma vez que em determinados momentos, assim entendemos, não há dúvidas quanto a atuação do Estado hegemônico isoladamente principalmente quando em relação aos demais países centrais.

CAPÍTULO I

AS TRANSFORMAÇÕES NA ORDEM POLÍTICA E ECONÔMICA DO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E A CRISE DO KEYNESIANISMO NO MUNDO

1.1 – A crise da “Era de Ouro”⁷ do capitalismo mundial

A crise econômica deflagrada em 1929, e que provocou a quebra da Bolsa de Nova Iorque, levou ao questionamento das bases do capitalismo liberal⁸. Naquele momento, três opções se apresentavam aos países atingidos pela crise: a economia planificada soviética que tinha ficado imune a essa crise; a economia totalitária, que abandonava tanto o liberalismo econômico, quanto a democracia; e, por fim, um capitalismo reformado, segundo o qual o liberalismo na economia era abandonado, mas o liberalismo político era mantido. Ou seja, para a superação da crise do capitalismo liberal defendeu-se a intervenção do Estado na economia, sem abandonar a democracia (keynesianismo), que acabou sendo adotado, de uma forma geral, pelos países capitalistas.

Além do *The New Deal* – levado à prática pelo presidente Franklin Roosevelt nos Estados Unidos - um outro grande exemplo de capitalismo social é o Estado de Bem-Estar Social posto em prática em países da Europa Ocidental após a Segunda Guerra Mundial, que está intimamente relacionado ao contexto da Guerra Fria.

⁷ A expressão “Era de Ouro” foi cunhada *a posteriori* pelo economista inglês Eric Hobsbawm para caracterizar o período de grande sucesso de crescimento econômico que vai do término da Segunda Guerra Mundial até 1968/1973 (HOBBSAWM, 1995), mas os franceses já denominavam o período como “trinta anos gloriosos”.

⁸ A teoria liberal “sustenta a capacidade de auto-regulação do capitalismo” e “atribui as quedas cíclicas na produção e no emprego às imperfeições do mercado” e “nega inteiramente a capacidade do Estado de incidir na marcha da economia, a menos que os agentes tenham ‘expectativas irracionais’.” (LOPEZ; PUCHET, 2008, p.44) Segundo essa teoria, a soma dos interesses particulares coincide com o interesse coletivo. Está implícito nessa visão, um “darwinismo econômico”, ou seja, que o mercado seleciona os mais fortes. (FEIJÓ, 2008, p. 218)

Em julho de 1944, na Conferência de *Bretton Woods*, nos Estados Unidos, 44 Estados lançaram um plano que visava estimular o desenvolvimento capitalista e a reconstrução e estabilidade econômica mundial. Os acordos de *Bretton Woods* simbolizam a vitória sobre os ideais do liberalismo, modelo econômico predominante até 1929, da perspectiva que entende os mecanismos de mercado como ineficientes e que defende a necessidade do papel ativo do Estado. Na conferência foram criadas instituições que regulariam as relações econômicas no pós-guerra: o BIRD, o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o GATT (Acordo Geral sobre Tarifas (Aduaneiras) e Comércio).

Além disso, em consequência do claro domínio que os Estados Unidos apresentavam naquele momento em termos industriais, militares e financeiros, o que viabilizaria as decisões tomadas em *Bretton Woods*, estabeleceu-se um novo padrão monetário, o padrão dólar-ouro, conforme o qual a entidade que faz o papel de Banco Central naquele país, o *Federal Reserve* garantiria uma paridade do dólar com uma quantidade específica de ouro, possível, segundo Arrighi, (1996, p.248) porque em 1947, os Estados Unidos detinham 70% do total mundial das reservas internacionais de ouro, desfrutando, assim, praticamente de um monopólio da liquidez mundial.

Iniciou-se, depois de terminada a Segunda Guerra Mundial, a estruturação de uma nova ordem política e da segurança mundial, distinta pela sua natureza e estrutura da ordem econômica e financeira internacional estabelecida com base nos Acordos de *Bretton Woods*, que duraria quase meio século e que se basearia, na hegemonia de duas superpotências: Estados Unidos e a União Soviética. Dotados de enorme poderio econômico e, fundamentalmente, político-militar, lideravam “blocos” de países aliados, configurando, assim, uma ordem internacional bipolar. Tivemos, durante a Guerra Fria, nas regiões centrais do sistema internacional, um período de relativa paz com os conflitos ficando restritos à periferia. Essa ordem da Guerra Fria afetou profundamente a ordem econômica e financeira

internacional. Como assinala Fiori, “Pode-se dizer que houve, de fato, um *Bretton Woods* antes e outro depois da Doutrina Truman” (1997, p.105). A Guerra Fria acabaria por ser responsável por mudanças na ordem estabelecida imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, tanto no âmbito político quanto no âmbito econômico.

Quanto às instituições do pós-Segunda Guerra Mundial, estas não puderam exercer suas funções da forma como se pretendia quando foram criadas. Houve oscilações nas possibilidades do uso de seus instrumentos pelos Estados Unidos durante esse período, como descreve Arrighi:

[...] as organizações de Bretton Woods (o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial) e a ONU tornaram-se instrumentos suplementares, administrados pelo governo dos Estados Unidos no exercício de suas funções hegemônicas mundiais; na impossibilidade de serem usadas dessa maneira, essas instituições foram impedidas de exercer suas próprias funções. [...] com a crise da hegemonia norte-americana na década de 1970, e, sobretudo na de 1980, foi que, pela primeira vez, as organizações de Bretton Woods alçaram-se a uma posição de destaque na regulamentação monetária global. De forma semelhante, o Conselho de Segurança e a Assembléia [...] perderam toda a sua centralidade na regulamentação dos conflitos internacionais, até serem revitalizados no fim da década de 1980 e início da seguinte. (ARRIGHI, 1996, p.68-69)

O Plano Marshall também precisa ser entendido dentro do contexto da Guerra Fria e do medo de a Europa sucumbir ao comunismo. Por meio desse plano de ajuda aos países europeus foram concedidos empréstimos e outros tipos de investimentos, no intuito de reconstruir esses países destruídos pela guerra. Buscou, além de expandir o comércio internacional, primordialmente recuperar os mercados internos dos países.

Como assinala Franklin Serrano sobre a Guerra Fria:

Esse fator geopolítico fez com que os EUA operassem o sistema monetário e financeiro internacional de uma forma extremamente benigna no ponto de vista de estimular o crescimento dos demais países centrais. É por esse motivo que o sistema de Bretton Woods acabou operando em grande parte da forma como Keynes gostaria. (SERRANO, 2004, p.184)⁹

⁹ Franklin Serrano demonstra que é necessário separar as propostas de Keynes na Conferência de *Bretton Woods*, o que efetivamente foi aprovado na conferência e a forma como o Sistema de *Bretton Woods*, o Padrão Ouro-Dólar, de fato funcionou, liderado pela atuação dos EUA, condicionado pela Guerra Fria. Distingue: 1) sistema utópico proposto por Keynes; 2) regras aprovadas no acordo e; 3) a maneira pela qual o sistema foi administrado na prática pelos Estados Unidos. Uma importante proposta de Keynes que acabaria sendo aprovada foi a das restrições aos fluxos de capital de curto prazo. (exceção) (SERRANO, 2004, p.182-184)

Foi nesse sentido que a Guerra Fria contribuiu para que, dentro dos países centrais do capitalismo, houvesse o comprometimento para assegurar o pleno emprego e se aplicassem políticas econômicas expansivas. Tanto as pressões sociais como a própria competição com o socialismo, a necessidade de propaganda capitalista frente à socialista, levaram ao incremento dos gastos sociais indistintamente pelos governos conservadores, de “centro” ou de “esquerda”. Deste modo, durante o período entre as décadas de 1930/45 e a década de 1970, o modelo econômico keynesiano predominava entre os países capitalistas centrais. Nesta era “keynesiana”, de intervencionismo estatal, foram imensos os avanços sociais com o crescimento contínuo da economia. A produtividade do trabalho e a renda per capita cresceram, um sistema de proteção social foi construído e os sistemas democráticos com maciça participação popular com a intermediação dos partidos políticos funcionaram plenamente. (HOBSEBAWM, 1995, p.276-278)

Expandiram-se simultaneamente as grandes economias capitalistas (Estados Unidos, Alemanha e Japão), as economias socialistas, puxadas pela União Soviética e economias periféricas como o Brasil e a Argentina, dentro do processo de industrialização dependente. No campo capitalista, os ciclos curtos de crise continuaram a se manifestar, mas não ao ponto de reverter a forte tendência geral de expansão, um longo ciclo expansivo, atingindo cada vez níveis mais altos. (HOBSEBAWM, 1995, p.255)

Franklin Serrano caracteriza a “era de ouro” do capitalismo da seguinte forma:

Não é demais reiterar que se trata, de fato, de um período de alto crescimento da demanda efetiva, da produção, de altas taxas de crescimento do emprego, alto crescimento da produtividade, recuperação os países europeus, sucesso de diversos projetos desenvolvimentistas na periferia capitalista e de grande crescimento do comércio mundial. O que hoje em dia é visto por muitos como um período de sucesso da economia de mercado, da assim chamada ‘globalização’ foi, na realidade, resultado de um arranjo internacional baseado em políticas econômicas altamente intervencionistas e inteiramente baseadas numa postura muito ‘generosa’ da potência capitalista dominante. (SERRANO, 2004, p.188)

Estudando a história econômica, Nicolau Kondratieff identificou um padrão cíclico que teria acompanhado a história do sistema capitalista por séculos. Os ciclos representam

épocas do desenvolvimento do capitalismo. Segundo Kondratieff, ao longo da história, teriam ocorrido longos ciclos regulares que durariam 55 anos, ou seja, têm uma temporalidade diferente dos ciclos hegemônicos. Nestes ciclos a fase de expansão (fase A – de prosperidade) é caracterizada por superinvestimentos em bens de capital e, na fase de depressão (fase B – de recessão), por um processo de depreciação. Em 1945, o mundo teria saído da fase B desse ciclo e retornando a fase A que durou até aproximadamente 1968/73. Usando a teoria dos Ciclos de Kondratieff, Wallerstein indica que a partir de 1968 a economia-mundo entrou na fase B desse ciclo, ou seja, na fase de declínio. (WALLERSTEIN, 2002) (HOBSBAWM, 1995, p.265)

De fato, no final da década de 1960, o ciclo virtuoso iniciado no pós-Segunda Guerra Mundial perde força, com a exaustão de um padrão de acumulação, apoiado na ordem de *Bretton Woods*. O equilíbrio antes alcançado é perdido.

Depois do longo processo de acumulação contínuo nos Estados Unidos e na Europa o “conformismo social” do qual dependia a estabilidade do sistema começou a acabar. Chegando próximo ao pleno emprego, volta a se intensificar um conflito distributivo com os trabalhadores reivindicando salários maiores e grupos minoritários pressionando por aumentos nos gastos sociais. Resultado dessas pressões e da ofensiva dos movimentos trabalhistas foi o que ficou conhecido como “pressão salarial”, ocorrido entre 1968 e 1971, o que pôs fim ao compromisso keynesiano estabelecido no pós-guerra, o acordo, o pacto, o consenso entre sindicatos e patrões. (SERRANO, 2004, p. 190-192)

No entanto, os conflitos do ano de 1968 não se restringem a questões de salário e lucro, mas adquirem uma dimensão maior. Sinalizando uma verdadeira crise estrutural, houve mesmo uma contestação da ordem. Esse ano de grande efervescência política e social envolveu diversos movimentos sociais contestatórios, entre outros, os movimentos estudantis, organizações que se opunham a Guerra do Vietnã, os movimentos da contracultura, além de

grupos que lutavam a favor dos direitos humanos de uma forma geral. (HOBBSAWM, 1995, p.282-313)

Para enfrentar a perda de competitividade da economia estadunidense, com a diminuição do diferencial de produtividade de diversos setores de sua economia e, portanto, do acirramento da concorrência fala-se na necessidade uma mudança na taxa de câmbio. A questão central é que não era possível desvalorizar o câmbio dentro das regras da Ordem de *Bretton Woods* sem ameaçar a posição do dólar como moeda de reserva internacional. Pois caso houvesse essa desvalorização em relação ao ouro, poderia haver uma fuga generalizada para o ouro e neste metal voltariam a ser feitos os pagamentos internacionais. Isso poderia fazer ressurgir restrições do balanço de pagamentos, algo que então inexistia para os Estados Unidos. Pois os Estados Unidos se encontravam diante desse dilema, chamado por Franklin Serrano de Dilema de Nixon¹⁰ (SERRANO, 2002, p.249) Houve a tentativa dos Estados Unidos de articular a valorização coordenada das moedas dos outros países (em um movimento simultâneo, esses países deveriam reduzir o preço oficial do ouro em suas respectivas moedas), proposta recusada pelos demais países centrais. Estes países pressionavam por mudanças que levariam a uma perda de importância do dólar na economia internacional. Em consequência, os Estados Unidos optam, em 1971, por romper unilateralmente o sistema monetário de *Bretton Woods*, pondo fim à convertibilidade ouro-dólar e por desvalorizar em seguida a moeda estadunidense numa clara demonstração da primazia dos interesses nacionais sobre os compromissos assumidos na arena internacional. É importante aqui que sejam destacadas as características do novo sistema monetário

¹⁰ Serrano contesta a versão majoritária entre os economistas do Dilema de Triffin: “Argumenta-se que existia cada vez menos ouro em Fort Knox em relação à quantidade de dólares em circulação no mundo. Como no final desse período houve uma desregulamentação financeira e o crescimento do mercado internacional de ‘Eurodólares’, se acrescenta a idéia de que esse mercado criou ainda mais dólares sem controle dos Bancos Centrais aumentando, ainda mais, a falta de lastro em ouro do dólar. O mercado teria imposto aos EUA o abandono da conversibilidade do dólar no ouro, o fim do preço oficial do dólar, por conta desta falta de ‘lastro’. Estas análises que fazem referência ao chamado dilema de Triffin dependem de uma série de hipóteses irrealistas de cunho monetarista. Para uma discussão detalhada e uma crítica a estas interpretações, ver Serrano (2002).” (SERRANO, 2004, p.197)

internacional, chamado por Serrano de “Padrão Dólar Flexível” (SERRANO, 2002, p.237) e o significado dessa mudança. A partir desse momento, a moeda nacional norte-americana, que é também a moeda internacional, não tem mais seu lastro em ouro. Seu valor é totalmente fiduciário. O Banco Central norte-americano, o FED, que é de fato uma instituição privada, administra a sua moeda através das taxas de juros dele próprio, assim como dos títulos que o Tesouro americano emite (presentes no mundo todo). Dessa forma apresenta-se uma situação sem precedentes: uma grande parte dos passivos externos norte-americanos é denominada em dólar e, também, quase todas as importações de bens e serviços dos Estados Unidos são pagas em dólar. Em consequência, a remuneração em dólares dos passivos externos financeiros americanos, denominados em dólares, seguindo de perto a trajetória das taxas de juros determinadas pela própria política monetária americana, resulta no privilégio em que um país devedor pode determinar a taxa de juros que incidirá sobre sua própria “dívida externa”. Esse sistema se sustenta principalmente no poder político e econômico dos Estados Unidos. (SERRANO E MEDEIROS, 1999, p.122-123); (SERRANO, 2002); (SERRANO, 2004, p.197) Se antes haviam discordâncias, agora, segundo Serrano, existe sem dúvida, o que o Presidente da França Charles De Gaulle, na década de 1960, chamou de “privilégio exorbitante”. (apud SERRANO, 2002, p.247-248)

Dentro dessa crise estrutural¹¹ que estava ocorrendo, o choque de 1973 é um acontecimento conjuntural essencial intensificador da crise. A quadruplicação dos preços do petróleo em outubro de 1973 funcionou simplesmente como um detonador da crise e não como sua causa. (BELLUZO, 1982, p.11) O choque do petróleo ocasionado pela Organização

¹¹ “A tendência reiterada de o capital recuperar a flexibilidade, deixando sua forma mercadoria em favor de sua forma moeda, atesta, nas palavras de Braudel, ‘uma certa unidade no capitalismo, desde a Itália do século XIII até o Ocidente atual’ (1982, p. 433). No entanto, essa unidade não expressa, de modo algum, uma invariabilidade estrutural do capitalismo histórico. Ao contrário, é a expressão de uma instabilidade e adaptabilidade básicas. É que em toda e qualquer expansão financeira, o capitalismo mundial reorganizou-se ainda mais fundamentalmente sob uma nova liderança. [...] As transformações financeiras nos interessam aqui, exclusivamente, como momentos de transformação estrutural do moderno sistema de Estados nacionais soberanos. [...] elas foram um aspecto integrante das crises hegemônicas e da eventual transformação dessas crises em colapsos hegemônicos.” (ARRIGHI, 2001, p.41)

dos Países Exportadores de Petróleo, a OPEP¹², foi um duro golpe para a economia mundial e levou sérias dificuldades aos governos porque a economia mundial se sustentava durante as décadas de 1950 e 1960 no petróleo barato. Esse choque do petróleo além de desencadear inflação nos países desenvolvidos, também desencadeou um período de grande volatilidade dos preços internacionais dos *commodities*, principalmente do petróleo, consequência também do novo regime de câmbio flutuante.

A década de 1970 ficou marcada por uma série de eventos que alterariam o curso iniciado com o final da Segunda Guerra Mundial de crescimento e prosperidade como o primeiro choque do petróleo, “o rompimento dos EUA com uma série de regras institucionais que impunham duras restrições não só ao seu domínio sobre a política monetária internacional como também ao seu expansionismo permanente no sistema internacional” (SANTOS, 2007, p.87), a derrota dos Estados Unidos no Vietnã e outros conflitos vinculados à Guerra Fria. No final desta década de crise e instabilidade ainda ocorre, vinculado à Revolução Iraniana, em 1979, o segundo choque do petróleo, com a triplicação do preço do produto. Portanto, a década se caracterizou pela estagflação, pela dificuldade na implementação de políticas nacionais anti-cíclicas e pela continuação da internacionalização financeira sustentado pelos petrodólares e pela expansão da dívida pública americana.

Em poucos anos, portanto, vêm abaixo os pilares em que se sustentara o sucesso dos Estados keynesiano e desenvolvimentista. [...] Dividido, o *hegemon* opta por seus interesses nacionais e o mundo entra numa profunda crise econômica e política. [...] a partir dali o mundo capitalista enfrenta uma tríplice indisciplina do capital, do trabalho e da periferia. [...] nesta conjuntura, adquiriram maior densidade tendências e contradições que vinham se acumulando durante toda a década dos sessenta. (FIORI, 1997, p.108-109)

Deste modo, termina a “era de ouro” do capitalismo.

¹² Os cinco principais produtores de petróleo (Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kuwait e Venezuela) fundaram a OPEP, em Bagdá, em 14/9/1960, como um movimento reivindicativo em reação a uma política de achatamento de preços praticada pelo cartel das grandes empresas petrolíferas ocidentais – as chamadas “sete irmãs” (Standard Oil, Royal Dutch Shell, Mobil, Gulf, BP e Standard Oil da Califórnia, Texaco)

1.2 – O questionamento da hegemonia norte-americana

Esse conjunto de acontecimentos que puseram fim ao período conhecido como era de ouro do capitalismo, tem que ser entendido dentro do contexto de crise da hegemonia norte-americana, que passa a ser assunto cada vez mais recorrente a partir do final da década de 1960. (FIORI, 1997) Nesse momento, já se apresentam alguns indícios da erosão do sistema bipolar do pós-Segunda Guerra Mundial, com divergências cada vez maiores entre a China e a URSS, o surgimento de muitos novos países devido aos processos de descolonização, e a perda de posição relativa dos Estados Unidos, cuja hegemonia já não estava tão clara dentro do bloco capitalista, com a emergência de potências econômicas médias como a Europa Ocidental e o Japão. Neste sentido, o fim da “era de ouro” do crescimento capitalista no mundo, entre 1968 e 1979, está diretamente relacionado à crise da hegemonia norte-americana.

No que tange à situação da hegemonia norte-americana neste momento, conforme análise teórica anterior, Arrighi afirma o seguinte:

A crise iminente do regime norte-americano foi assinalada entre 1968 e 1973 em três esferas distintas e estreitamente relacionadas. Militarmente, o exército norte-americano entrou em dificuldades cada vez mais sérias no Vietnã; financeiramente, o Sistema de Reserva Federal dos Estados Unidos verificou ser difícil e, depois, impossível preservar o modo de emitir e regular o dinheiro mundial estabelecido em Bretton Woods, e ideologicamente, a cruzada anticomunista do governo norte-americano começou a perder legitimidade no país e no exterior (ARRIGHI, 1996, p.310).

Embora seja claro que o tamanho do sucesso econômico dos demais países capitalistas e de seu crescimento foi, em grande parte, conseqüência da postura francamente favorável da política econômica americana, quando recuperados, os demais países capitalistas aliados passaram a questionar cada vez mais diversas decisões americanas e a tentaram influenciar

mais nas decisões dos órgãos internacionais supostamente multilaterais. (SERRANO, 2004, p.187)

Charles De Gaulle, uma figura central nas contestações da hegemonia norte-americana, questionava o “privilégio exorbitante” norte-americano em relação à emissão da moeda internacional e buscava reformular esse sistema. Mas as discordâncias dele não ficaram restritas às questões econômicas. A oposição às ações dos Estados Unidos estava também na área militar. De Gaulle liderou o embate freqüente nos anos 1960 entre França e Estados Unidos. Exigiu a retirada das bases militares dos Estados Unidos da França e da Europa, além de ocorrerem divergências que envolveram também a condução da OTAN e estratégias nucleares da Inglaterra e da França. (VAÏSSE, 1998, p. 327)¹³ Além do relacionamento França-Estados Unidos, o sucessor do chanceler alemão Konrad Adenauer, o chanceler da RFA Willy Brandt, com sua *Ostpolitik*, procurou promover, unilateralmente, uma aproximação com os países socialistas. Já nos anos 1960, Europa, em conjunto, desassociou-se da guerra americana do Vietnã. Assim, os Estados Unidos passaram a estar cada vez mais isolados internacionalmente e cada vez mais questionados internamente. (FIORI, 1997, p.110-111)

Mencionamos apenas alguns desafios externos impostos pelos países desenvolvidos aos Estados Unidos para ilustrar as dificuldades norte-americanas neste momento e como a dominação deixava de ser consentida (o conceito de hegemonia, como vimos, pressupõe uma *dominação consentida*) (TAVARES; MELIN, 1997, p.81). A contestação aos Estados Unidos, simbolizada pela rejeição a sua atuação no Vietnã (WALLERSTEIN, 2002, p.62), não se restringiu aos países centrais. Os países periféricos também conseguiram intervir cada vez mais na política internacional. Uma vez que o desenvolvimento prometido não havia chegado

¹³ Para um estudo mais aprofundado da política externa da França do General De Gaulle e a lógica nacionalista de sua atuação durante o período que esteve a frente do país, ver M. Vaïsse (1998).

a eles, começaram a se opor à ordem política e econômica internacional vigente e à hegemonia norte-americana.

Diante da hipótese de uma imensa destruição em que uma guerra nuclear entre as duas superpotências poderia resultar, houve, durante as décadas de 1960 e 70, uma significativa melhoria das relações entre os Estados Unidos e a União Soviética, levando o período a ser conhecido como de *détente* ou de distensão internacional, no qual os dois países buscavam, de forma coordenada, garantir suas posições e impedir a ascendência de terceiros. (GONÇALVES; SILVA, 2005, p.99)

O ano de 1955 marca a primeira tentativa de união dos países do Terceiro Mundo, recém-descolonizados da África e da Ásia, no sentido de, coletivamente, intervir politicamente nas relações internacionais. Os países reunidos na Conferência de Bandung denunciavam a tentativa de congelamento do poder mundial por parte das duas superpotências. A partir da década de 1960 com a intensificação do processo de descolonização, atingindo inclusive maioria dentro das Nações Unidas, onde passaram a atuar conjuntamente, esses países deram continuidade às idéias de Bandung e criaram o Movimento dos Não-Alinhados¹⁴ estabelecendo como diretrizes de sua atuação o anticolonialismo e o antiimperialismo. Dentro da lógica de transformar as matérias-primas exportadas para o mundo desenvolvido em armas estratégicas, o grupo terceiro-mundista obtém um grande protagonismo principalmente no início da década de 1970, quando em 1973, em consequência da guerra do *Yom Kippur*, os países organizados em torno da OPEP elevaram significativamente o preço do petróleo. Pretendiam os países do Terceiro Mundo, a partir de um primeiro momento de otimismo criado por essa ação, politizar o diálogo em torno de uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI). O impulso em torno desse novo projeto perde

¹⁴ Cujas lideranças estavam em mãos de políticos carismáticos e mundialmente conhecidos, como o egípcio Gamal Abdel Nasser, o iugoslavo Josif Broz Tito, o indiano Jawaharlal Nehru (e o indonésio Sukarno).

força, a partir da década de 1980, em função das mudanças significativas na conjuntura internacional. (GONÇALVES; SILVA, 2005, p.243-245)

A crise da “era de ouro” vincula-se, portanto, à crise da hegemonia norte-americana nas diversas esferas – econômica, financeira, política, ideológica. O questionamento dessa hegemonia é feito não apenas pelos países centrais que, com a ajuda norte-americana, haviam conseguido se reconstruir depois da Guerra, mas também pelos países do Terceiro Mundo.

1.3 – A retomada da hegemonia

Em conjunto, articulados com os outros países centrais em relação à periferia, ou sozinhos, em relação aos países centrais e aos países periféricos, os Estados Unidos conseguiram, como veremos, reverter as adversidades uma a uma e conseguiram acabar com as contestações dos países centrais e periféricos.

Para reverter o quadro de declínio da hegemonia norte-americana e impedir que os países periféricos continuassem ascendendo na política internacional e influenciando na política internacional, como mostrado anteriormente, algumas medidas foram tomadas e alguns instrumentos, criados.

[...] surgiram inúmeras formas institucionais internacionais para redesenhar o quadro da ‘rebeldia da periferia’ em favor de uma nova hegemonia centrada nos países mais desenvolvidos. Este é o caso, por exemplo, da proposta de ‘triálogo’ da Comissão Trilateral. Trata-se de uma das mais influentes organizações não-governamentais ‘think tank’ oriunda no bojo da crise de hegemonia. Formada em 1973, ela se dispôs a participar da reconstrução do poderio do capitalismo a partir da discussão e formulação de propostas por seus cidadãos que exerciam funções públicas e privadas. [...] este tipo de associação ultrapassou as limitações dos governos dos países do ‘norte’ e obteve êxito ao recolocar as soluções da crise do capitalismo em termos dos interesses destes. (KOCHER, 2005, p.8)

Outro exemplo foi a criação de um “diretório político”, o G-7 (posteriormente G-8), que, para enfrentar as conseqüências da crise do petróleo, foi formado pelos países centrais, contra a gradual afirmação dos países da periferia no cenário internacional. Ou seja, aos países

endividados foram impostos alguns ajustes que representavam a diminuição de autonomia na condução das suas respectivas políticas econômicas.

Segundo Tavares e Melin, as crises que desestabilizaram a economia mundial na década de 1970 foram seguidas de dois movimentos de reafirmação da hegemonia americana no plano geoeconômico e no plano geopolítico. (TAVARES; MELIN, 1997, p.55) De um lado, Ronald Reagan põe fim à *détente* e volta a implementar uma estratégia ofensiva em relação à União Soviética, com altos gastos militares na corrida armamentista que ela não teria condições de acompanhar. Na realidade, isso acabaria agravando uma situação econômica bastante débil da União Soviética que já vinha se estendendo desde a década de 1970. O eficiente desenvolvimento militar soviético não se fez acompanhar do desenvolvimento de outros setores civis importantes, como o industrial e o agrícola. Houve a tentativa de esvaziamento da corrida armamentista no intuito de passar para setor civil os ganhos do desenvolvimento militar com alguns acordos com os Estados Unidos. Sem conseguirem promover reformas, no entanto, e com a estratégia ofensiva do governo Reagan, somada a questão da reestruturação do sistema produtivo mundial, os problemas soviéticos se agravam ainda mais, o que leva a potência socialista a mergulhar numa grande estagnação econômica, e numa crise ideológica, política e estatal, acabando por entrar em colapso, em meados de 1991.

De outro, no âmbito geoeconômico, foi utilizado pelos Estados Unidos o mais decisivo instrumento para reverter seu declínio e retomar a sua hegemonia mundial. Ainda em 1979, numa guinada radical da política monetária americana, “visando frear sua inflação interna, reduzir os seus déficits e defender a supremacia do dólar como meio de reserva internacional” (SANTOS, 2007, p.91), Paul Volcker, (presidente do *Federal Reserve* à época) supervalorizaria o dólar, através de um choque de juros, elevando os juros nominais e reais a níveis sem precedentes (ANEXO 1), (MEDEIROS; SERRANO,1999, p.124) o que acabou

gerando uma reordenação financeira da economia mundial, atraindo o capital mundial para os Estados Unidos e iniciando uma fortíssima recessão mundial.

Essa política, que durou até 1985, além de permitir financiar os déficits norte-americanos, levou também à explosão das dívidas dos países devedores latino-americanos, que, de receptores de recursos financeiros externos, se transformaram em remetentes de recursos para o exterior, particularmente para os EUA, a uma taxa de juros exorbitante. (SANTOS, 2007, p. 91)

O choque dos juros – e a “diplomacia do dólar forte” (TAVARES; MELIN, 1997, p.57) – estabilizou o padrão dólar-flexível e significou a retomada do controle do sistema monetário e financeiro internacional. A posterior globalização financeira está intimamente vinculada à “diplomacia do dólar forte”, pois esta está associada a inovações e desregulações financeiras, a partir das quais fluxos gigantescos de capitais de curto prazo com juros e taxas de câmbio voláteis propagaram-se pelo mundo. O padrão de desenvolvimento tanto dos países centrais quanto dos periféricos seria com isso significativamente alterado. A partir do choque dos juros, os demais países centrais, finalmente foram convencidos de que era inútil o questionamento da centralidade do dólar no novo sistema e passaram a aceitar um novo padrão monetário internacional, o padrão dólar flexível. (MEDEIROS E SERRANO, 1999, p.124)

Segundo Tavares e Melin,

Neste sistema monetário ‘financeirizado’, as funções centrais do dólar são a função de segurança e a de arbitragem. Daí a coordenação, espontânea ou forçada, com o dólar, por parte de todos os bancos centrais relevantes, sob o comando do Fed. Como é natural, vários bancos centrais, ao seguir esta política de ‘coordenação’ (que alguns autores chamaram ‘ditadura do capital financeiro’, por contraposição à visão neoliberal da ‘soberania e espontaneísmo’ do mercado), tendem a entrar em contradição com as políticas nacionais de gasto fiscal, em particular as de natureza social. [...] O Fed joga, portanto, um papel central neste jogo global do ponto de vista da segurança do sistema, não apenas como provedor de liquidez primária, de rentabilidade ou muito menos como garante do ‘valor da moeda’ internacional. (TAVARES; MELIN, 1997, p.65-66)

Com as medidas tomadas no âmbito geoeconômico, os Estados Unidos conseguem retomar o poder financeiro. O resultado da diplomacia do dólar e das políticas de desregulamentação a que os EUA submetem os países ao redor do mundo tornou-os, ao

mesmo tempo, o país mais poderoso e mais endividado da Terra. (TAVARES; MELIN, 1997, p.57) Embora o poder dos Estados Unidos pudesse não ser contestado, sua hegemonia, entendida como a soma de “domínio” e “direção intelectual e moral”, ou seja, de coerção e consentimento (ARRIGHI, 2007, p.228) sem dúvida estava enfraquecida. Podemos afirmar que só mesmo com o fim da Guerra Fria e com o avanço do neoliberalismo que os Estados Unidos a recuperam.

As frações de classe dominante do sistema capitalista beneficiadas com essas alterações foram os grupos financeiros, que durante o período de vigência da ordem de *Bretton Woods*, por estarem amarrados por uma série de imposições, limites e regulamentos, foram impedidas de alcançar um protagonismo. Formou-se, neste momento, uma nova aliança entre o Estado norte-americano (Washington) e o capital financeiro (Wall Street) que convergiam em seus interesses – ambos são beneficiados com o “processo de liberalização e desregulamentação total dos mercados monetários e financeiros mundiais, dado o papel central desempenhado pelo dólar nas transações econômicas internacionais e o poderio do sistema financeiro norte-americano” (SANTOS, 2007, p.58) – e passaram a cooperar. Muda a natureza da articulação entre o Estado norte-americano e a comunidade financeira. (SANTOS, 2007, p.58)¹⁵ Buscava-se assim acabar com as restrições keynesianas e implementar um ajuste neoliberal ampliando a acumulação de capitais, abrindo espaço para a globalização financeira. Assim, no mesmo movimento de buscar restaurar a ordem do capital está a restauração liberal conservadora, como veremos em seguida.

Nas palavras de José Luis Fiori,

Encerrava-se a era do *New Deal*, no momento que Washington devolvia a *Wall Street* o comando de sua política financeira. Estavam definidos os interesses de classe e as bases ideológicas que orientariam o esforço americano de recuperação de sua hegemonia mundial. (FIORI, 1997, p.115)

¹⁵ Marcelo Santos ainda chama atenção para o fato de que, “embora o *Federal Reserve Board* seja supervisionado formalmente pelo Estado, ele é controlado por instituições bancárias privadas. Nesse sentido, o sistema financeiro de *Wall Street* tem um papel decisivo na política monetária do Estado norte-americano.” (2007, p.58)

Neste sentido, na perspectiva teórica do sistema mundo, uma abordagem teórica que estamos postulando, o neoliberalismo funcionou como um instrumento para conter a crise de hegemonia norte-americana. Como vimos, o movimento da retomada da hegemonia norte-americana a partir da década de 1970 foi acompanhado do movimento de rearranjo geoeconômico mundial promovido pelos Estados Unidos, sob a égide das finanças, que submeteu os países periféricos e semi-periféricos à globalização financeira difundida pelas instituições financeiras. Assim, verifica-se claramente a forma da relação entre o declínio e retomada da hegemonia norte-americana com a globalização financeira. De acordo com a explicação cíclica de Arrighi,

como em todas as expansões financeiras anteriores, [...] a mobilização da 'vara de condão' que dota o dinheiro estéril do poder de procriação, sem a necessidade de ele se expor aos problemas e riscos inseparáveis da iniciativa produtiva [...] associou-se mais uma vez a uma escalada da luta interestatal pelo poder. E foi a competição pelo capital circulante, ocasionada por essa escalada mais recente na luta interestatal pelo poder, que [...] criou as melhores oportunidades para o capitalismo ocidental desfrutar de mais um 'momento maravilhoso' de riqueza e poder sem precedentes. (ARRIGHI, 1996, p.328)

1.4 – A transição para o novo modelo: o neoliberalismo

As idéias de Friedrich Hayek, grande rival de John Maynard Keynes na década de 1950, não tinham então muita repercussão, dada a pouca credibilidade do liberalismo naquele momento, devido ao sucesso que as políticas de demanda expansionista haviam alcançado. No entanto, suas idéias, que sustentam a capacidade de auto-regulação do capitalismo, que atribuem as quedas cíclicas na produção e no emprego às imperfeições do mercado e que negam por completo a capacidade do Estado influir de forma positiva no desenvolvimento econômico, seriam resgatadas na década de 1970, principalmente através de economistas americanos da Escola de Chicago, cujo ícone é Milton Friedman. O pensamento liberal-conservador começou a se sobressair dentro da Academia. Prova disso são os Prêmios Nobel ganhos por dois de seus maiores expoentes. Em 1974 e em 1976 Friedrich von Hayek e

Milton Friedman, respectivamente, ganharam o Prêmio Nobel. Assim, aos poucos esse novo projeto, de perspectiva liberal, foi amadurecendo enquanto o antigo, de perspectiva keynesiana, tornou-se cada vez mais desacreditado. Parafraseando Ricardo Bielschowsky é o fim do ciclo ideológico do keynesianismo, na qual prevalecia visão de que há falhas inerentes no capitalismo que causam crises periódicas e por isso o Estado deveria atuar permanentemente, numa racionalidade de longo prazo defendendo o pleno emprego.

“Os estados keynesiano e desenvolvimentista foram transformados nos grandes responsáveis pela estagflação¹⁶ dos anos setenta atribuída aos seus desequilíbrios orçamentários provocados pelo crescimento do gasto público e, em particular, do gasto social.” (FIORI, 1997, p.116). Falavam de excesso de democracia, de Estado, de regulação, de força dos organismos sindicais. Segundo os neoliberais, os objetivos a serem perseguidos eram o equilíbrio macroeconômico, a eficiência e a competitividade e não mais o crescimento, a equidade e o pleno emprego. (FIORI, 1997, p.116).

A defesa da necessidade de diminuição do tamanho do Estado não é novidade, pelo contrário, é recorrente na história nessas últimas décadas. Wallerstein nos chama a atenção, que, da direita à esquerda, todos eram formalmente opostos ao Estado, mas na prática todas fortaleceram as estruturas estatais. (WALLERSTEIN, 2002, p.155) Em seu livro, *Após o Liberalismo: em busca da reconstrução do mundo*, Wallerstein defende a idéia de que o ano de 1989 representa não a vitória do liberalismo como se apregoou, mas o seu colapso. Ele trabalha com a idéia de que das três ideologias, ou programas políticos, que surgiram em decorrência da Revolução Francesa – o conservadorismo (direita), o liberalismo (centro) e o

¹⁶ Ocorre neste momento um fenômeno novo no mundo – a estagflação – combinando estagnação com inflação, ou seja, enfraqueceu de forma generalizada a demanda e os lucros, em contexto de crescimento dos salários nominais e preços. Para os keynesianos em um período de recessão com altas taxas de desemprego não era possível ter inflação o que se tornou um argumento a mais para o ataque dos monetaristas. (LÓPEZ; PUCHET, 2008, p.42)

socialismo (esquerda) – o liberalismo¹⁷ é que reinou absoluto como ideologia da economia capitalista internacional até 1989. Essa ideologia foi o principal instrumento “de domesticação” das “classes perigosas” (primeiro as classes trabalhadoras européias, no século XIX, depois as classes populares do Terceiro Mundo, no século XX)” (WALLERSTEIN, 2002, p.71) O colapso do marxismo-leninismo eliminou, segundo ele, “o último resto de confiança na possibilidade de que reformas conduzidas pelo Estado tragam desenvolvimento econômico considerável às zonas periféricas e semiperiféricas da economia internacional.” (2002, p.70)

Diante do fracasso das políticas de estabilização e da permanência da instabilidade durante os anos 1970/80, a vitória ideológica de neoliberalismo foi seguida de conquistas políticas quando os monetaristas começaram a ser incorporados aos governos. A partir da ascensão de Ronald Reagan à presidência dos Estados Unidos, e de Margareth Thatcher a Primeiro-Ministro da Grã-Bretanha, a matriz neoliberal aplicada¹⁸ nestes países serviu de modelo e foi difundida pelo mundo, articulada com o discurso do fenômeno da globalização. Esse conceito, por sua amplitude e falta de precisão, acabaria servindo para a legitimação de uma determinada interpretação específica da realidade, passando a idéia de que os Estado

¹⁷ Wallerstein dá ao termo liberalismo um sentido bastante próprio: liberalismo como projeto político abrangente que propõe que as mudanças sejam feitas a longo prazo, de forma gradual. O liberalismo se situa limitado historicamente no período entre 1789 e 1989. O “reformismo racional”, portanto, é uma das principais características dessa ideologia. (WALLERSTEIN, 2002, p.102)

¹⁸ Segundo Tavares e Melin, “é de se destacar [...] que a adesão dos Estados Unidos ao neoliberalismo restringiu-se ao terreno do discurso, pois, na prática, a potência hegemônica adotou, de início, um keynesianismo bélico clássico, sucedido por investimentos em reestruturação industrial e atração de capitais estrangeiros – e seguiu financiando seu consumo doméstico e seu gasto público por meio de um vultoso endividamento amparado na posição cardeal de sua moeda nos mercados financeiros internacionais.” (TAVARES;MELIN,1997, p.74) Por outro lado, Serrano assinala que “O presidente Ronald Reagan tomou posse em 1981 e imediatamente começou um ataque frontal à classe trabalhadora, ao movimento sindical e às demais forças progressistas americanas. Além de confrontar diretamente e enfraquecer os sindicatos, Reagan acabou com as políticas de renda de Nixon e Carter e fez avançar o processo de desregulamentação industrial. Esta desregulamentação, em nome de promover a concorrência e a inovação, incentivou fusões e aquisições de empresas que foram ‘reestruturadas’ com nova administração, abandonando contratos e acordos feitos com trabalhadores sindicalizados. A desregulamentação, em conjunto com o dólar valorizado, estimulou um processo de re-localização industrial onde as partes mais intensivas em trabalho não qualificado das cadeias industriais foram transferidas para fábricas em países em desenvolvimento.” (SERRANO, 2004, p.203)

nacionais estariam perdendo poder e sugerindo que isso seria inevitável e necessariamente positivo. Passa ainda uma idéia de neutralidade como se tais políticas fossem benéficas para todos. Esse conceito impreciso seria empregado de forma recorrente principalmente a partir do final da década de 1980 e 90.

A dimensão mais decisiva da globalização e do neoliberalismo provavelmente é a dimensão financeira. A globalização financeira foi mais um produto da desintegração do sistema monetário internacional e as políticas de globalização financeira foram implementadas de forma sistemática mediante o apoio e a pressão da potência hegemônica em prol da crescente liberalização dos movimentos de capital. Este movimento de “globalização” financeira tem beneficiado, sobretudo, os Estados Unidos, que são os maiores receptores de capitais do mundo. (TAVARES; MELIN, 1997, p.57)

A globalização financeira reforçaria a favor dos Estados Unidos, de acordo com Tavares e Melin, o diferencial de crescimento e poder, ao reverter a liquidez internacional e ao induzir outros países a adotarem as políticas neoliberais, inerentemente deflacionistas e inibidoras do crescimento. Segundo os autores, as vantagens competitivas e de crescimento tanto da Europa quanto dos países latino-americanos, diminuiriam, na medida em que adotassem as políticas neoliberais, não só em relação aos Estados Unidos, mas também em relação a alguns países asiáticos, “que além de apresentarem maior poder de comando do estado sobre a economia, mantêm as moedas mais “fracas” do mundo, a começar pela China, um dos maiores espaços de expansão contemporâneos.” (TAVARES; MELIN, 1997, p.74)¹⁹

¹⁹ Fiori sistematiza a seqüência que levou a globalização financeira a ser o eixo central das transformações capitalistas na década de 1980: “Seu impulso inicial [...] foi dado por uma série de decisões estatais onde se destacam a revalorização do dólar decidida pelo banco central norte-americano em 1979, o fim do controle do movimento de capitais decidido, quase junto com a liberação das taxas de juros, pelos governos inglês e norte-americano. Iniciou-se ali um vasto processo de desregulamentação monetária e financeira que permitiu o surgimento dos mercados de obrigações interconectados internacionalmente onde os governos passam a financiar os seus déficits colocando títulos da dívida pública nos mercados financeiros globais e transformando-se em reféns da ‘ditadura dos credores’. Nesta mesma década, uma outra decisão política foi absolutamente decisiva: a liberalização dos mercados de ações (o ‘big bang’) decidida pelo governo inglês em 1986 e seguida imediatamente pelos demais países industrializados. Por fim, é possível identificar uma quarta etapa, neste

A década de 1980 também é marcada por um processo de globalização produtiva. A violenta revolução técnico-científica, (cibernética, robótica, química fina e novas matérias primas produzem uma nova base tecnológica) – que comporia a chamada Terceira Revolução Industrial – ocorrida a partir da metade do século XX e principalmente a partir de 1970, e as novas formas de organização da produção que surgiram associadas permitiriam uma reestruturação produtiva em âmbito mundial. Assistimos, assim, a transformações estruturais radicais no processo produtivo e na divisão internacional do trabalho levando à superação do modelo fordista de produção.

O argumento fundamental da nova ideologia econômica dominante em seu favor é que o processo de globalização, com a revolução tecnológica, e o novo contexto econômico, teriam tornado inevitável que a regulação das atividades econômicas fosse feita a partir do prisma de as forças do mercado funcionando livremente. Para isso, deveria ser desenvolvido, principalmente nos países em desenvolvimento (ou “mercados emergentes”, como passaram a ser denominados alguns desses países) reformas institucionais reduzindo ou eliminando a participação do Estado no âmbito econômico. Ou seja, as palavras de ordem deveriam ser: desregulamentação econômica, privatizações, abertura da economia e livre movimentação de dos fatores de produção, excluindo-se a mão-de-obra, o trabalho, cuja circulação deveria continuar sendo restringida.

Os Estados Unidos retomam o objetivo estratégico do pós-Segunda Guerra Mundial abandonado pela necessidade de competição com União Soviética e com o socialismo. Samuel Pinheiro Guimarães constata que dentre as estratégias de longo prazo americanas, a estratégia de “Implantar um sistema econômico internacional cujas normas garantam a mais

movimento de internacionalização: o período pós 1990, em que são incorporados ao mundo das finanças desreguladas e globalizadas, os ‘mercados emergentes’ do ex-mundo socialista e da América Latina. É a hora em que se universaliza a revolução neoliberal, promovendo por todos os lados a desregulação e abertura das economias nacionais, permitindo que a globalização financeira alcance uma dimensão territorial sem precedentes, mesmo quando não inclua a maior parte dos estados nacionais.” (FIORI, 1997, p.91)

livre circulação de bens, serviços e capital (mas não de trabalho)” (GUIMARÃES, 2002, p.89) precisou ser abandonada provisoriamente. Uma vez que havia ameaça, foram condescendentes e flexíveis com uma série de países no sentido de permitir o intervencionismo, o planejamento, e, em alguns casos, esses procedimentos foram por eles inclusive incentivados. Exemplos são inúmeros: além da Europa e do Japão recebendo vultosos investimentos logo após a Segunda Guerra Mundial, a América Latina, principalmente após a Revolução Cubana, com aliança para progresso, teve alguma margem de manobra maior. (GUIMARÃES, 2002, p.89)

Para garantir a aplicação dessa nova estratégia, quando os diversos países, centrais e periféricos desistiram de questionar a liderança norte-americana, os Estados Unidos, a partir de meados da década de 1980, buscaram uma atuação política aparentemente mais multilateral e pluralista em suas relações exteriores. Os Estados Unidos, dentro desse contexto, passaram a propor “um sistema de ‘regimes’ e instituições internacionais ao estilo defendido pelos pluralistas como Robert Keohane.” (FIORI, 1997, p.120) Buscaram incrementar a coordenação entre os países capitalistas centrais em instituições, em função de seus interesses, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio e, também, empreender uma maior coordenação entre os bancos centrais, do que resultou acordos como o Acordo de Plaza de 1985 e do Louvre de 1987. No que tange às questões comerciais,

os Estados Unidos trazem à rodada Uruguai sua nova visão do comércio internacional, rigorosamente livre-cambista, ao contrário do que ocorrera durante a vigência das regras acordada e supervisionada no GATT. (FIORI, 1997, p.121)

Percebe-se dessa forma, que mesmo trabalhando de maneira coordenada com os Estados Unidos e se beneficiando por diversos meios dessa nova ordem mundial, os países centrais ficam, dentro deste contexto, com sua margem de manobra muito reduzida, estavam limitados em tomar decisões autônomas em questões estratégicas.

Para coordenar as política dos países capitalistas centrais foi criada uma série de novas instituições, designadamente a Comissão Trilateral, o G-7 e o Foro Económico Mundial de Davos. Estas propunham, para os países em desenvolvimento, políticas de cunho neoliberal que posteriormente, em 1989, seriam reunidas no que ficou conhecido como Consenso de Washington²⁰.

Como observa Paulo Nogueira Batista:

O valor do Consenso de Washington está em que reúne, num conjunto integrado, elementos antes esparsos e oriundos de fontes diversas, às vezes diretamente no governo norte-americano, outras vezes de suas agências, do FMI ou do Banco Mundial. O ideário neoliberal já havia sido contudo, apresentado de forma global pela entidade patrocinadora da reunião de Washington – o Institute for International Economics – numa publicação intitulada *Towards Economic Growth in Latin America*, de cuja elaboração participou, entre outros, Mário Henrique Simonsen. (BATISTA, 1994, p.4)

O fim da Guerra Fria facilitaria a disseminação das propostas reunidas no Consenso de Washington e a campanha de desmoralização de qualquer modelo de inspiração keynesiana. O Estado-Nação estaria perdendo espaço tendo sua soberania restringida em detrimento de poderes transnacionais, dentro dessa nova realidade de globalização e regionalização. Estavam em alta, naquele momento, os discursos triunfalistas da vitória dos EUA na Guerra Fria, o discurso da vitória da democracia liberal e do fim da história (PECEQUILO, 2004,

²⁰ Um encontro com o título “Latin American Adjustment: How much Has Happened?” foi convocado pelo Institute for International Economics, para novembro de 1989 em Washington. Foram convidados, para este encontro, funcionários do governo norte-americano e de alguns organismos financeiros internacionais como FMI, Banco Mundial e BID, especialistas sobre América Latina e diversos economistas latino-americanos. O esquema apresentado pelo economista John Williamson, que posteriormente cunharia a expressão Consenso de Washington, em referência ao denominador comum a que teriam chegado nesta reunião de novembro de 1989, cobriria as dez seguintes áreas de reformas econômicas e políticas: 1) disciplina fiscal; 2) prioridades/reorientações nas despesas públicas; 3) reforma tributária; 4) taxa de juros de mercado (liberalização financeira); 5) taxa de câmbio competitiva; 6) política comercial de integração aos fluxos mundiais (liberalização comercial); 7) abertura ao investimento direto estrangeiro; 8) privatização de estatais ineficientes; 9) desregulação de setores controlados ou cartelizados (redução da legislação de controle do processo econômico e das relações de trabalho); 10) direitos de propriedade e de contratos. “Embora com formato acadêmico e sem caráter deliberativo, o encontro propiciaria oportunidade para coordenar ações por parte de entidades com importante papel nessas reformas. Por isso mesmo, não obstante sua natureza informal, acabaria por se revestir de significação simbólica, maior que a de muitas reuniões oficiais no âmbito dos foros multilaterais regionais.” (BATISTA, 1994, p.4)

p.1). É um momento de recuo das esquerdas no mundo, o que dificultava a reflexão sobre alternativas. Segundo Batista,

Com a queda do Muro de Berlim, fez-se leitura simplificada do significado do fim da guerra fria, constatando-se precipitadamente a emergência de nova ordem internacional, uma definitiva Pax Americana, à qual seria inevitável ajustar-se. Aceita-se a proclamação do fim da História, com a vitória da economia de mercado e da democracia (BATISTA, 1994, p.6).

Em 1993, o democrata Bill Clinton (1993-2001) assume a presidência dos Estados Unidos com a proposta prioritária de recuperar a economia norte-americana, em dificuldades, e a sua liderança econômica no mundo. Reformularia sua política externa no intuito de se adequar à nova realidade do pós-Guerra Fria. Foi durante o governo de Bill Clinton que se consolidaria a estratégia norte-americana no pós-Guerra Fria de estabelecer normas internacionais que liberalizassem o comércio, as finanças e os investimentos de acordo com as injunções do grande capital, principalmente de base norte-americana. O período em que esteve à frente da presidência dos Estados Unidos correspondeu ao auge do fenômeno da globalização. De uma forma geral, o relacionamento dos Estados Unidos com o mundo era feito através do *soft power*²¹, ou seja, o poder deveria ser exercido indiretamente, através da cooperação e do multilateralismo e antes da coação deveria estar a cooptação para as preferências e valores norte-americanos, resumidas principalmente nas palavras democracia e mercado. Não se deve entender esse comportamento aparentemente idealista como um abandono dos interesses nacionais. Em Setembro de 1993, após críticas na forma de lidar com conflitos como na Bósnia, Haiti e Somália, foi lançada a Doutrina Clinton, a estratégia do engajamento e da expansão (*engagement and enlargement*) que substituiu a política de

²¹ Esse termo (traduzido por alguns como poder brando) é usado na teoria das Relações Internacionais para representar o poder oriundo de questões culturais e ideológicas, ou seja, que envolvem valores e idéias. Keohane e Nye (2001, p.220) o definem da seguinte forma: "The ability to get desired outcomes because others want what you want; it is the ability to achieve desired outcomes through attraction rather than coercion. It works by convincing others to follow or getting them to agree to norms and institutions that produce the desired behavior. Soft power can rest on the appeal of one's ideas or culture or the ability to set agenda through standards and institutions that shape the preferences of others [...]". Já o *Hard Power*, por outro lado, vincula o poder às questões militares e estratégicas. (de acordo com Joseph Nye, sub-Secretário de Defesa do governo Clinton). (KEOHANE; NYE, 2001, p.220)

contenção, que além de advogar, para a segurança interna norte-americana, a expansão das democracias liberais (argumento liberal da paz democrática)²², defendia o contínuo engajamento dos Estados Unidos no mundo. Passaram a recorrer, substituindo a ameaça externa comunista, a outras justificativas para sua atuação como a ameaças difusas, consequência da globalização, e a defesa dos direitos humanos. Essa política visava manter e ampliar o poder dos Estados Unidos e assegurar sua condição internacional de única superpotência e impedir a ascensão de rivais competidores. (GONÇALVES, 2004)

Assim, continuaria havendo imposições, mesmo através do *Hard Power*, sempre que necessário para garantir a sua liderança. De um modo geral, no entanto, predominariam durante o governo Clinton as questões econômicas, e os Estados Unidos recuperariam sua hegemonia garantindo de forma consentida seus interesses ao redor do mundo. A dominação se torna consentida novamente, não mais apenas pelo simples fato de não haver alternativas razoáveis, mas por convicção geral e consenso que se estabelece em torno da liderança benevolente dos Estados Unidos e da vitória ideológica do neoliberalismo.

Autores como José Luis Fiori, Carlos Medeiros e Franklin Serrano não compartilham da mesma visão de Arrighi e Wallerstein de crise terminal da hegemonia norte-americana e da crise do moderno sistema mundial, e propõem uma nova perspectiva de análise. No livro *O mito do colapso do poder americano*, organizado por Fiori, ele contesta a teoria dos “ciclos hegemônicos” e entende o sistema mundial como um “universo em expansão” contínua. A partir da década de 1970, e principalmente no final do século, houve o aumento da pressão competitiva dentro do sistema mundial, com uma nova corrida imperialista entre as grandes potências. Segundo Fiori, “Pouco a pouco, o sistema mundial foi deixando para trás um modelo 'regulado' de 'governança global', liderado pela 'hegemonia benevolente' dos Estados Unidos, e foi se movendo na direção de uma nova ordem mundial com características mais

²² Segundo essa visão, democracias não entram em guerra contra democracias e estão mais predispostas a cooperarem. A idéia da paz perpétua de Kant foi resgatada e introduzida na teoria liberal das Relações Internacionais contemporânea. Cf. Owen (1994). Para uma crítica a essa proposição cf. Layne (1994).

imperiais do que hegemônicas.” (FIORI, 2008, p.18) Argumentam, assim, que a crise da década de 1970, ao contrário do entendimento destes autores *declinistas*, fortaleceu o poder norte-americano uma vez que representou uma mudança estrutural que aumentou o seu poder. Como exemplos de fortalecimento estes autores mencionam a dívida externa norte-americana que não causou desequilíbrios para os Estados Unidos e atuou como motor da economia internacional, o fim do sistema de *Bretton Woods* e a substituição do padrão ouro-dólar pelo dólar flexível que aumentou o poder econômico e financeiro estadunidense, e a desregulação do mercado financeiro estadunidense que desencadeou a globalização financeira no âmbito do qual o capital financeiro norte-americano saiu vitorioso. Ou seja, o que pareceu fraqueza dos Estados Unidos mostrou-se força. (FIORI, 2008, p.17-18)

Dessa forma, as transformações no capitalismo mundial que derrubaram a ordem econômica do pós-Segunda Guerra Mundial deram origem a uma nova ordem em que o domínio norte-americano era ainda mais absoluto com uma liberdade sem precedentes dentro do sistema internacional de Estados. As diretrizes da política monetária e financeira norte-americanas, após o abandono das regras estabelecidas em *Bretton Woods*, impuseram restrições à atuação de muitos Estados. O neoliberalismo, como projeto de setores descontentes com a força adquirida pela social-democracia e suas instituições que garantiam medidas distributivas, foi a ideologia que sustentou essas grandes transformações econômicas e políticas no mundo e restaurou a tendência de concentração de renda em nível mundial.

CAPÍTULO II

O DESENVOLVIMENTISMO NA ERA DE OURO DO CAPITALISMO MUNDIAL: O BRASIL E A ARGENTINA

O desenvolvimento de alguns setores da indústria tem início na América Latina ainda no final do século XIX sob o modelo de desenvolvimento primário-exportador. Os países eram integrados ao sistema de divisão internacional do trabalho mediante a exportação de produtos primários. O sistema monetário era organizado em torno do padrão-ouro e de uma política tarifária favorável à importação de manufaturas. (FERRER, 2006, p.166). Os países latino-americanos costumavam exportar matérias primas e alimentos, importando quase todo o resto com seus excedentes agrícolas. As indústrias estavam vinculadas ao setor agro-exportador dentro do processo chamado de modernização conservadora. Assim, intensificou-se nesses anos o processo de urbanização, com a tendência de estratificação social maior. Surgiu uma classe assalariada responsável pela ampliação do mercado interno para os produtos manufaturados.

As mudanças no cenário internacional e os impactos dos acontecimentos do período – Primeira Guerra Mundial, Grande Depressão e Segunda Guerra Mundial, principalmente – abalaram o sistema centro-periferia e tornaram a permanência do padrão de acumulação primário exportador e a tradicional divisão internacional do trabalho, com sua inserção na economia internacional a partir da simples exportação de produtos primários, inviável. Esses acontecimentos, portanto, aprofundaram a crise do modelo agro-exportador, já em crise, e intensificaram o processo de industrialização por substituição de importações. (FERRER, 2006, p.156)

A Primeira Guerra Mundial causou graves problemas nos fluxos internacionais de mercadorias e a destruição de fábricas na Europa ou sua adaptação para a guerra. Além disso, a baixa dos preços dos produtos primários não-estratégicos levaram os países exportadores a

uma piora significativa das condições comerciais. O Brasil, de um lado, dependente das exportações de café, teve seus termos de troca seriamente prejudicados ao enfrentar a desvalorização deste produto. De outro lado, a Argentina, dependente das exportações de cereais e carne, sofreu o impacto da perda de importância dos produtos agropecuários. Assim, com as dificuldades no comércio exterior, os produtos imprescindíveis antes importados passam a ser produzidos internamente.

A Crise de 1929 e a Depressão Mundial provocaram uma deterioração dos termos de troca e uma queda na capacidade de importar dos países, ou seja, houve a diminuição da quantidade de produtos primários exportados com a diminuição dos seus preços. Isso levou a um aumento da demanda por bens produzidos dentro dos países latino-americanos e uma necessidade de aumentar a oferta destes. Conseqüentemente, os Estados latino-americanos precisaram reformular drasticamente seu comportamento a fim de enfrentar os graves desequilíbrios decorrentes da crise mundial. Entre as medidas tomadas pelos países, estão a adoção de políticas de contenção das importações, através do controle do câmbio e da elevação das tarifas alfandegárias, encarecendo as importações e incentivando a produção nacional, ou seja, a substituição de importações.

Isso foi possível porque os países latino-americanos contaram, apesar das dificuldades decorrentes da crise, com maiores graus de liberdade em relação aos países centrais. Conforme a hipótese discutida por Cano, o período 1929-1979 representou para a América Latina “longo e excepcional grau de soberania nacional no exercício e no manejo da política econômica de ‘desenvolvimento’.” (CANO, 2000, p.13) Portanto, ainda que primeiramente para enfrentar problemas conjunturais, essas crises externas impuseram alterações significativas ao comportamento dos Estados da América Latina. Devido à complexidade crescente do processo econômico o Estado adquiriu então novas projeções e foi obrigado a assumir um papel mais ativo. A política econômica assumiu a partir de então uma importância

decisiva, desconhecida anteriormente. Além da necessidade da “ampliação do campo de ação do setor público em áreas como infra-estrutura, serviços sociais básicos (educação, saúde, seguridade social) e a promoção da pesquisa técnica e científica” (FERRER, 2006, p.166;171), introduziu-se na década de 1930 a questão referente à política de desenvolvimento industrial. Conforme assinala Ferrer,

Na etapa anterior, no quadro de uma política basicamente de câmbio livre, as responsabilidades do Estado nesse campo se limitavam à administração da política tarifária. Na nova etapa, em que a indústria assumiu o papel de protagonista do processo de desenvolvimento, e a proteção tarifária e outras medidas de fomento assumiram uma função central na evolução da economia, o Estado atraiu para si responsabilidades muito mais complexas. Entre elas estão não apenas o nível e a estrutura da proteção tarifária, mas também a política de financiamento, de promoção da mudança tecnológica, de preços relativos agroindustriais e outras questões importantes. (FERRER, 2006, p.166-167)

Segundo Carlos Lessa (1981, p.15), “desde o acicate da grande depressão de 1929 que a economia já havia transitado para o modelo de crescimento, via substituição de importações industriais.” A Segunda Guerra Mundial ampliou a percepção nacional da possibilidade de levar adiante o processo de industrialização. Assim, embora tenha imposto muitos sacrifícios à América Latina, ela possibilitou a ampliação do processo de industrialização, a expansão da indústria durante o período 1937-1945, pois os países centrais estavam envolvidos novamente, antes mesmo de se recuperarem da depressão, em uma guerra de grandes proporções. (CANO, 2000, p.19)

Siderurgia e química avançaram com apoio da potência líder, dado seu objetivo de criar bases logísticas na América Latina, que pudessem complementar seu esforço de guerra. Tivemos, assim, quinze anos de expansão e diversificação. [...] Contudo, a velha máquina da administração pública, o sistema tributário e o financeiro receberam apenas ‘adaptações’, acumulando para o futuro uma série de problemas que teriam forte repercussão não só econômica, mas principalmente política. (CANO, 2000, p.19)

Desta forma, desde a década de 1930, quando a “gestão da economia se tornou cada vez mais complexa e dependente da qualidade das respostas aos desafios e às oportunidades da globalização e, portanto, da densidade nacional” (FERRER, 2006, p.171), foram abandonadas progressivamente as práticas liberais e houve um crescimento da participação do

Estado na economia, alterando a articulação das economias latino-americanas com a economia internacional. Inicialmente as medidas protecionistas e intervencionistas do Estado tiveram um caráter mais reativo, não induzido devido principalmente à necessidade de solucionar os problemas ligados ao câmbio. Isso se deve inclusive aos interesses das elites locais diretamente vinculados aos interesses do grande capital internacional ligado ao comércio, como não poderia deixar de ser numa economia primário-exportadora. Somente gradualmente as condições internas e as mudanças drásticas das regras de jogo internacionais, que modificaram o contexto externo no qual estavam inseridas as economias latino-americanas, possibilitaram ações deliberadas de política econômica reconhecendo a indústria como eixo central de um novo modelo. (FERRER, 2006, p.139)

O Estado passou então a orientar, comandar e, principalmente, planejar o processo de acumulação econômica, assumindo um papel ativo frente à industrialização. Buscou-se, a partir desse momento, romper com as estruturas do subdesenvolvimento e vincular-se de forma soberana com o contexto externo. Contribuiu fundamentalmente para isso a mudança profunda no pensamento econômico latino-americano a que a crise da década de 1930 levou. Os fundamentos teóricos que embasavam as economias primário-exportadoras começaram a ser questionados e, num primeiro momento, não havia um paradigma substituto formado para embasar as políticas econômicas dos Estados latino-americanos frente a esses problemas inéditos.

Diante do vácuo de hegemonia teórica dos países centrais, Raúl Prebisch²³ “reinventou” Keynes na América Latina, lançando um pensamento alternativo que a partir da década de 1940 seria projetada através da Cepal para todo o continente e mundo. (FERRER, 2006, p.172; BÓRON, 1994, p.186)

Conforme assinala Ricardo Bielschowsky,

²³ Economista argentino (1901-1986), criador do Banco Central da Argentina e primeiro secretário geral da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, é considerado um dos mais importantes economistas latino-americanos.

Os países subdesenvolvidos tornaram-se [...] um novo objeto para a velha disputa teórica entre liberalismo e intervenção do Estado. Desnecessário assinalar que a idéia de que a revolução keynesiana ajudou a estabelecer um clima teórico de rebelião contra as doutrinas liberais não deve obscurecer o fato de que o conteúdo da confrontação teórica que surgiu na teoria do subdesenvolvimento é de natureza diferente daquele encontrado nas controvérsias que são típicas de economias avançadas. Elas tinham em comum a questão da eficiência dos mecanismo de mercado. Mas a heterodoxia relativa à alocação de recursos em países subdesenvolvidos não significava apoio à intervenção do Estado para uso adequado de poupança ociosa, como no caso keynesiano, e sim a existência de protecionismo, planejamento, e outras medidas governamentais como meios de industrializar e maximizar a renda a partir de poupanças escassas. (BIELSCHOWSKY, 1995, p.12)

Assim, os problemas nacionais e latino-americanos foram pensados neste período pela primeira vez a partir de sua própria perspectiva, autonomamente. O mais destacado órgão que se preocupou com a realidade latino-americana, principalmente com as questões referentes ao seu desenvolvimento, foi, sem dúvida, a Comissão das Nações Unidas para a América Latina (Cepal) onde atuaram Raúl Prebisch e Celso Furtado, intelectuais que em seus países teriam atuações políticas importantes nas décadas seguintes. Ali teriam início os estudos sistemáticos sobre o desenvolvimento do continente, ainda que ao longo do tempo ocorressem reformulações importantes dentro do órgão²⁴. No desenvolvimento de uma teoria latino-americana própria teria grande influência a tese clássica da deterioração dos termos de troca elaborada por Raúl Prebisch, em 1949, em oposição ao princípio ricardiano das vantagens comparativas. Esse princípio seria revertido, com a idéia de que não apenas a transferência de ganhos não ocorre, mas que, em verdade, o que se passa é o oposto, ou seja, acontece o atraso das regiões que transferem os seus ganhos de produtividades às desenvolvidas. A divisão

²⁴ Segundo Gonçalves e Silva (2005), “os teóricos da Cepal, ao elaborar a história da instituição, identificam cinco etapas em sua obra: 1. origens e anos 1950: industrialização por substituição de importações; 2. anos 1960: reformas para desobstruir a industrialização; 3. anos 1970: reorientação dos ‘estilos’ de desenvolvimento na direção da homogeneização social e na direção da industrialização pró-exportadora; 4. anos 1980: superação do problema do endividamento externo mediante crescimento; 5. anos 1990: transformação produtiva com equidade”.

internacional do trabalho provoca, portanto, segundo essa tese, uma disparidade crescente entre países ricos e pobres, isto é, entre o centro e a periferia.²⁵ (PREBISCH, 1949).²⁶

Os países, divididos em dois grupos, apresentavam algumas características estruturais diferentes. Os países periféricos estavam marcados por uma profunda heterogeneidade econômica e social. Segundo esta corrente, ocorria nestas sociedades a convivência de dois setores produtivos nitidamente distintos; de um lado de alta produtividade, dinâmico, competitivo internacionalmente, de alta eficiência, com o grupo social correspondente vinculado aos padrões de modernidade dos países centrais; e de outro, de baixa produtividade, caracterizado pela desagregação social. Desta forma, as exportações eram de produtos primários e as importações, de produtos industrializados. Reconheceu-se que não era mais possível simplesmente seguir a trajetória econômica e histórica que os países centrais haviam seguido no passado. A história havia criado uma estrutura de relações assimétricas. Por isso, não se tratava mais de repetir a mesma trajetória econômica. Para isso, decisões políticas passaram a ser consideradas fundamentais. Os cepalinos entenderam que para sair dessa situação, e romper com essa dinâmica econômica dependente do mercado externo, era necessário implementar uma política de desenvolvimento industrial voltada para o mercado interno²⁷ que impulsionasse a substituição de importações. Portanto, as análises cepalinas acabaram legitimando e recomendando a industrialização dos países latino-americanos, tornando sua defesa muito mais agressiva e coerente. Segundo Love, “A industrialização na

²⁵ Em forma impressa, os termos centro e periferia foram utilizados por Prebisch pela primeira vez em um encontro dos dirigentes de bancos centrais do continente, a convite do Banco de México, em 1946. Os Estados Unidos foram identificados como o “Centro cíclico” e a América Latina, como “a Periferia do sistema econômico”. (LOVE, 1998, p.305)

²⁶ Essa famosa tese chamada O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas seria denominado mais tarde por Albert Hirschman o “Manifesto da Cepal”. (LOVE, 1998, p.310)

²⁷ Uma expressão que seria posteriormente amplamente difundida era a “crescer para dentro”. (LOVE, 1998, p.304)

América Latina, foi fato antes de ser política, e foi política antes de ser teoria.” (LOVE, 1998, p.291) Segundo Tavares (1977, p.38), o processo de industrialização por substituição de importações, não significa simplesmente “uma operação simples e limitada de retirar ou diminuir componentes da pauta de importações para substituí-los por produtos nacionais”. Trata-se na verdade de substituir importações de determinados grupos de produtos que de fato alteram substancialmente o processo de desenvolvimento do país. Substituições que tenham impacto mais amplo em todo o processo produtivo. Está, portanto, longe da realidade a idéia de criar uma autarquia nos países.

Assim, se nos países centrais o modelo econômico adotado a partir do final da Segunda Guerra Mundial foi o *Welfare State*, ou Estado de Bem-Estar Social, os Estados latino-americanos adotaram, entre as décadas de 1930 e 1970, o desenvolvimentismo, que tinha como base o desenvolvimento de uma indústria nacional. O setor industrial, assim, está na base da doutrina desenvolvimentista, ou seja, o desenvolvimentismo é essencialmente industrialista. Foi para a indústria, setor prioritário a partir de então, que se buscou promover todos os esforços, aumentar os investimentos, canalizar os capitais privados e públicos, nacionais e estrangeiros. A política fiscal, cambiária, creditícia foram colocados em prol da indústria.

Analizando o pensamento desenvolvimentista brasileiro, Ricardo Bielschowsky o define como

[...] a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais:

- a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro;
- b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através de espontaneidade das forças de mercado, e por isto, é necessário que o Estado a planeje;
- c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e
- d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada for insuficiente. (BIELSCHOWSKY, 1995, p.8)

Em resumo, o desenvolvimentismo “foi a ideologia econômica de sustentação do projeto de industrialização integral como forma de superação do atraso e da pobreza brasileiros” (BIELSCHOWSKY, 1995, p.91) Esse conceito pode ser estendido sem maiores problemas para o caso argentino devido inclusive ao viés cepalino do autor, ainda que o estruturalismo cepalino, que tinha Prebisch como seu principal autor, tivesse tido impacto maior no Brasil e no Chile no que tange ao pensamento econômico e à formulação de políticas nas décadas de 1950 e 1960. (LOVE, 1998, p.325)

Desde as suas origens, nas décadas de 1930/40, foi uma ideologia econômica com fortes vínculos com o nacionalismo. Os países latino-americanos, portanto, acompanharam a tendência mundial do período. Não estavam ausentes tentativas, internas e externas, de novamente instituir políticas econômicas ortodoxas, de voltar ao passado, político e econômico, “onde nossa ‘vocação agrícola’ era inquestionável; onde a industrialização, quando muito era tolerada, mas não estimulada; onde intervenção, controle cambial e de comércio deviam ceder lugar ao modelo liberal pré-29 ou, no máximo, a um regime que não enfrentasse os interesses norte-americanos.” (CANO, 2000, p.20). A impossibilidade de recompor, no entanto, o coeficiente de importações de 1929, com a queda da participação dos países latino-americanos nas exportações mundiais enquanto o PIB duplicara, não permitia que se liberalizassem importações sem antes gerar divisas internamente. (CANO, 2000, p.20-21)

O período da modernização conservadora foi de transição de estruturas no que se refere aos grupos sociais. A década de 1930, quando o núcleo dinâmico se deslocou para a indústria, representou a crise do domínio oligárquico e a consolidação de novos atores no quadro social – burguesia, camadas médias urbanas, operariado. Surgiu, para enfrentar essas pressões internas e externas desse período turbulento e de transição, uma série de lideranças nacionalistas e industrialistas em toda a região, que pejorativamente seriam chamadas de

populistas. Por isso posteriormente ficou conhecido como período populista²⁸. A partir destes governos os setores da sociedade que antes estavam excluídos, foram incorporados ao processo político dos países da América Latina. Do ponto de vista econômico, os movimentos populistas que chegaram ao poder, vinculavam-se intimamente com o processo de industrialização e defendiam um forte intervencionismo estatal para prover o desenvolvimento. Esses governos, no entanto, ainda não tinham uma fundamentação teórica consistente. A ideologia do desenvolvimentismo e sua evolução na América Latina, no pós-Segunda Guerra Mundial, têm que ser entendidas a partir do contexto da Era de Ouro e da Guerra Fria e a conseqüente mudança de comportamento dos Estados Unidos em relação à América Latina. A América Latina ficou relegada a segundo plano por ser considerada uma área sob controle no âmbito da Guerra Fria, o que se caracterizaria como de negligência benigna²⁹, de desinteresse, a abordagem que prevaleceu até a Revolução Cubana, em 1959. A Guerra Fria, portanto, foi fundamental para a estruturação da ordem econômica pós-Segunda Guerra Mundial e teria, neste sentido, repercussões importantes no continente latino-americano. A reconstrução européia contribuiu para o enriquecimento do debate sobre o desenvolvimento econômico, “criando assim um anteparo político e ideológico para a discussão do subdesenvolvimento latino-americano e das formulações de políticas

²⁸ O termo fazia referência a dois movimentos: um na Rússia e outro nos Estados Unidos. A partir da década de 1960, o termo é incorporado ao vocabulário das ciências sociais latino-americanas, a partir da reflexão de alguns intelectuais, principalmente brasileiros. Dois sociólogos paulistas, então pertencentes à esquerda marxista, destacam-se: Francisco Weffort e Octávio Ianni. A partir da identificação de alguns pontos em comum, classificaram esses movimentos políticos dentro de um mesmo conceito sociológico (ou, nas palavras de Weber, tipo ideal). Acreditavam que esses governos seriam uma forma de dominação burguesa disfarçada, uma nova forma de dominação política sobre as classes consideradas perigosas, e que retardavam a revolução socialista no Brasil, pois as massas seriam manipuladas. Por isso o termo carregava uma forte carga negativa. Nos anos 1990, esse conceito foi revisto por alguns historiadores, principalmente do Rio de Janeiro. Segundo os revisionistas a idéia de que as massas são manipuladas é uma idéia equivocada, na realidade, ocorreria uma relação com via de mão dupla. As massas apoiavam o líder populista, porque tinham suas reivindicações atendidas, eram beneficiadas com isso. Esses autores defendiam que era necessário pensar nas especificidades. Para eles, no Brasil ocorreu o trabalhismo; na Argentina, o justicialismo. Quando se pensa nesses conceitos não há manipulação, pois a relação não era a-crítica. Para um aprofundamento sobre a revisão histórica do conceito de populismo cf. FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. IN: FERREIRA, Jorge (org.). O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

²⁹ PINHEIRO, Leticia. Política Externa Brasileira: 1989-2002. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. p.30.

econômicas para combatê-lo” (CANO, 2000, p.20). As idéias da Cepal, de planejamento, industrialização e desenvolvimento foram fortalecidas neste período e os Estados obtiveram sucesso no avanço da industrialização. Além disso, a industrialização tornou-se uma bandeira modernizante, ainda que, até o início da década de 1960, as tensões sociais causadas pelo crescente êxodo rural fossem amortizadas principalmente pela industrialização e pela urbanização sem a necessidade das elites enfrentarem de fato os problemas estruturais como a questão agrária e da exclusão social. (CANO, 2000, p.20-22)

Com a morte de Stalin e a posse de Eisenhower em 1953, a Guerra Fria entra numa nova fase, inaugurada pela reunião de cúpula dos antigos aliados, realizada em Genebra, em 1955. Começam a ser construídas as bases da ‘coexistência pacífica’ com a transferência da competição para o território dos países recém descolonizados [...] Mas do ponto de vista mais geral, este deslocamento do conflito para o ‘sul’ foi o grande responsável pela transformação do ‘desenvolvimentismo’ na grande bandeira ideológica ocidental contra a alternativa socialista que aparecia neste momento como uma estratégia possível de recuperação do atraso econômico e de diminuição das desigualdades sociais. Assim foi plantada a última semente do ‘embedded liberalism’ coordenado pela potência hegemônica: as estratégias de desenvolvimento ‘dependente-associado’, comandada pelos investimentos privados e sem os favores de que desfrutaram europeus e asiáticos. (FIORI, 1997, p.106-107)

As teses e os conceitos teóricos e políticos da Cepal alcançariam dimensão política internacional no início dos anos 1960, quando por ocasião da Conferência da UNCTAD a ONU, por intermédio do Conselho Econômico e Social, acolheu a questão do desenvolvimento, que passou a figurar em sua agenda. A Unctad, institucionalizada pelo Grupo dos 77 em Argel, em 1967 e criada com o fundamento de o comércio ser uma via de superação do desenvolvimento, um instrumento de desenvolvimento, tinha, assim, como intenção formular políticas e reivindicações dos países subdesenvolvidos aos países centrais, dentro da lógica norte-sul. (GONÇALVES; SILVA, 2005, p.41)

No entanto, segundo Cano, à medida que se esgotava o Plano Marshall, os Estados Unidos passaram a depender cada vez mais dos mercados latino-americanos. Assim, ao lado dos aspectos ligados à Guerra Fria, esse fato também contribuiu para o aumento das pressões norte-americanas no sentido de garantir governos simpáticos aos seus interesses no continente.

Por isso, tornaram-se recorrentes golpes político-militares no intuito de derrubar as forças políticas progressistas e nacionalistas, impedir a sua ascensão, salvaguardar os países do comunismo e “restaurar a democracia” (CANO, 2000, p.19-21).

Nos países de desenvolvimento industrial tardio, o começo da substituição de importações na década de 1930, ficou mais concentrado nas indústrias tradicionais, pois demandavam investimentos inferiores, “capacidade tecnológica mais baixa, organização mais fácil e menos escala de produção compatível com a eficiência, atraem mais facilmente o investimento privado”. (FERRER, 2006, p.164) Paradoxalmente, a política de substituição de importações demandava mais importações, em máquinas e equipamentos e outras manufaturas, com crescimento acima do ritmo das exportações dos produtos primários, gerando um estrangulamento externo, que seria um severo obstáculo para os países latino-americanos durante as décadas seguintes. Assim, os países da América Latina passaram a conviver com desequilíbrios externos crônicos. (FERRER, 2006, p.153;164)

Para enfrentar essa situação, um mecanismo recorrente foi a desvalorização do câmbio para encarecer as importações e baratear as exportações. Através desse mecanismo reduzia-se o poder aquisitivo da população e contraíam-se os investimentos. Os principais afetados eram os assalariados, que, então, buscavam recuperar seus salários reais. Assim, iniciava-se um novo ciclo de crescimento da economia. Até a década de 1970, as economias brasileira e argentina se desenvolveram marcadas por essa seqüência *stop and go*. Expressão recorrentemente utilizada para se referir ao caso argentino. No entanto, essa tendência, essa dinâmica, ocorre em menor medida, não de forma tão acentuada, também no Brasil. Os dois países tiveram alternâncias de períodos de crescimento e de crise, expansionista e estabilizadora, de ajuste, com um importante papel desempenhado pelo Estado. (FAUSTO; DEVOTO, 2004, p.321)

Sem o setor de bens de capital, o que determina o grau de reprodução de capacidade produtiva é a capacidade de importar, ou seja, as decisões de investimentos são exógenas. Assim, para muitos economistas, somente a internalização da produção de bens de capital é que completa o processo de industrialização.

Em suma, a industrialização não se completa sem que esteja construído o departamento de bens de produção, que dê lugar à reprodução de uma base técnica suficientemente desenvolvida e capaz de permitir que a acumulação de capital caminhe sobre seus fundamentos materiais próprios. (BELLUZZO, 1982, p.23)

Por isso, em meados da década de 1950, terminada a etapa “fácil” da industrialização por substituição de importações, houve mudanças significativas dentro do processo de industrialização latino-americana. Países como o Brasil e a Argentina formularam projetos desenvolvimentistas para incorporar internamente a produção de bens de capital e bens de consumo duráveis e que propunham uma industrialização integral tendo o Estado como planejador e ordenador do processo. Como alguns setores, como o energético, exigiam enormes somas de recursos, longos períodos de maturação e baixa e insegura rentabilidade, foi fundamental, nos países de desenvolvimento industrial tardio, uma atuação mais agressiva do setor público, do Estado. (LESSA, 1981, p.37) Nesta nova fase, de expansão das indústrias dinâmicas, reconhecia-se como fundamental também, e principalmente, a participação do capital estrangeiro e de subsidiárias de empresas estrangeiras. Consolidou-se, neste momento, o papel das subsidiárias de empresas estrangeiras nos setores líderes (automotivo, química básica, petroquímica e bens intermediários). (FERRER, 2006, p.208;209)

Na medida em que os países foram sendo incorporados à fronteira de acumulação produtiva do grande capital internacional, passaram a absorver os investimentos produtivos, onde esse capital se reproduziria a uma taxa de lucro maior e a um ritmo mais intenso. (BELLUZZO, 1982, p.27) Assim, muitos países, como o Brasil e a Argentina, deixaram progressivamente a condição de simples exportadores de produtos primários e passaram a exportar, também, principalmente para países periféricos, produtos industrializados. Alguns

países foram então incorporados progressivamente para assumiram um novo papel na divisão internacional do trabalho. Ao subirem na hierarquia internacional, com as condições internas e externas alteradas, os Estados renegociam suas posições no sistema mundial, criando uma nova articulação entre os países. Percebemos que o Brasil e a Argentina foram gradativamente se aproximando do centro dos círculos concêntricos dentro da economia mundo wallersteiniana³⁰, enquanto os outros países do continente ficavam na periferia mais afastada. Os países semiperiféricos adotam uma postura de maior protagonismo internacional, resultado da passagem para mais próximo do centro do sistema mundial.

Pleiteiam constantemente uma autonomia maior dos Estados Unidos e buscam sair de sua área de influência. Essa mudança fica clara, em termos políticos, ao se aproximarem dos movimentos terceiro-mundistas e contestatórios, e, em termos econômicos, ao ampliar e diversificar os parceiros comerciais. Santos compara a condição dos países semiperiféricos à condição das classes médias dentro dos países. O desempenho da função de tampão entre a burguesia e o proletariado contribui, segundo ele, para atenuar os conflitos entre eles e, desta forma, contribui para uma ordem social e política mais estável. A mesma função cumpriram os Estados semiperiféricos em relação ao sistema mundial: atenuar os conflitos decorrentes das desigualdades na apropriação do excedente econômico em âmbito mundial. Um dos papéis típicos, portanto, seria o de correia de transmissão. Santos desenvolve um estudo sobre as características das sociedades semiperiféricas a partir do estudo específico do caso de Portugal. Refere esse conceito a uma materialidade social específica, ou seja, a um conjunto de características sociais, políticas e culturais internas da sociedade que a adequam a esse papel de intermediação entre centro e periferia. (SANTOS,1998, p.106-107)

Segundo Boaventura Souza Santos,

30 “[...] as relações interativas seriam caracterizadas pela competição ou pela subordinação entre Estados e regiões econômicas, estando cada um desses atores sociais integrado sucessivamente – e hierarquicamente, de acordo com os ‘círculos braudelianos’ – a uma mesma ‘estrutura de poder’.” (ALMEIDA, 1999, p.28)

De fato, se tomarmos em conta os indicadores sociais normalmente utilizados para contrastar o primeiro e o terceiro mundo (classes sociais e estratificação social; relações capital/trabalho; relações Estado/sociedade civil; estatísticas sociais; padrões sociais de reprodução social; etc.), conclui-se facilmente que Portugal não pertence a nenhum desses mundos e que, se alguns indicadores o aproximam do primeiro mundo, outros aproximam-no do terceiro. Para dar conta desta ambigüidade começa a ser corrente caracterizar a sociedade portuguesa como sociedade intermédia, sociedade semiperiférica, embora os parâmetros desta caracterização seja raramente explicitados. (SANTOS, 1998, p.105-106)

O Brasil e a Argentina, ao longo das últimas décadas, foram incorporando essas ambigüidades e se encaminhavam para ocuparem um lugar intermediário no sistema internacional, com a quase totalidade das características que Santos atribui à semiperiferia, principalmente nas que tangem à questão do descompasso entre produção capitalista e reprodução social, ou seja, “o nível de desenvolvimento das relações sociais de produção capitalista é mais baixo ou mais atrasado que o nível de desenvolvimento da reprodução social”, pois segundo ele, um conjunto de práticas sociais:

aponta para um tipo de relações sociais de produção atrasado em relação ao que caracteriza as sociedades centrais e faz prever uma reprodução social medíocre, fortemente deficitária, tanto no plano do consumo coletivo como no do consumo individual, certamente muito distante da que é típica das sociedades centrais. Acontece, porém, que as práticas sociais do consumo no nosso país prefiguram um modo de reprodução social que, sem se parificar ao modo de reprodução nas sociedades centrais, é, no entanto, mais elevado ou avançado do que aquele que se poderia legitimamente deduzir do desenvolvimento das relações sociais de produção capitalista. Em suma, a reprodução social está mais desenvolvida que a produção capitalista. (SANTOS, 1998, p.116,117)

Os exemplos citados por ele e que entendemos como características que se estendem para outros países semiperiféricos, como o Brasil e a Argentina são:

situação de ‘semi-industrialização’; malha industrial adensada nos sectores tradicionais e hoje relativamente desvalorizados e em perda de competitividade no mercado mundial; nível de produtividade geral baixo e, conseqüentemente, tendência para salários baixos; sector público empresarial desigual, moderno, mas bloqueado; burguesia heterogênea composta por um pequeno setor moderno e modernizante e amplas camadas mais ou menos retrogradadas, com produtividade estagnada e a competitividade baseada no achatamento dos salários; operariado igualmente heterogêneo, com pouca memória coletiva de pressão e negociação organizadas na determinação da relação salarial, fragmentado pelos seus vínculos a formas de produção não capitalistas (basicamente a pequena agricultura familiar); desagregação de formas avançadas de controle do processo produtivo, de par com a manutenção e até fortalecimento de formas de submissão dos trabalhadores a lembrar a sobreexploração típica dos períodos de acumulação primitiva (o caso dos salários em atraso. (SANTOS, 1998, p.116,117).

Na Argentina, essa questão da memória coletiva foi relativizada devido aos ganhos obtidos durante o período peronista. Embora a agricultura familiar não fosse uma característica desses países, outras formas de produção não capitalistas inegavelmente foram mantidas. Outra característica típica é que o Estado asseguraria desde o início a sobrevivência de setores de menor produtividade e rentabilidade. O Estado protege capitais nacionais fracos, enquanto os custos e as perdas são socializados. A centralidade do Estado na regulação social é uma das funções articuladas a esses descompassos:

Os Estados semiperiféricos, são, em geral, bastante autônomos na definição das políticas (ainda que não necessariamente nas ações políticas que delas decorrem) e tendem a ser internamente fortes, sem que, no entanto, a força do Estado se converta facilmente em legitimação do Estado (como sucede, em geral, nos países centrais), independentemente da legitimidade dos regimes democráticos do momento, assentes sempre em equilíbrios precários. (SANTOS, 1998, p.110)

Conforme já mencionamos, a necessidade constante de importações gerava déficits crônicos na balança comercial. Para compensar, os países dependiam do aumento das exportações ou de financiamento externo. A adoção dos projetos desenvolvimentistas aguçou essas contradições. Os setores de bens de consumo duráveis, liderados pelas multinacionais estrangeiras, têm por característica demandarem volumes muito altos de importações além de remeter um volume alto de lucros para suas sedes. Levando em consideração que a produção de bens de consumo duráveis era ainda predominantemente para o mercado interno, Brasil e Argentina mantiveram durante todo o período uma forte dependência em relação às condições externas para a exportação dos produtos primários. Além da questão cambial, o problema estrutural enfrentado pelos países latino-americanos que impôs restrições ao crescimento da América Latina durante todo o período (CANO, 2000, p.13), foi necessário enfrentar recorrentemente um intenso surto inflacionário causado por algumas características próprias, como a emissão monetária para financiamento dos gastos públicos, as pressões nos preços causadas pelos gargalos produtivos devido às deficiências no setor de infra-estrutura, e, a manutenção de margens de lucros devido à concentração industrial e sua oligopolização.

Esses problemas acompanhariam o desenvolvimento industrial da América Latina, particularmente dos seus maiores países. A administração pública evoluiu ao longo do tempo no que se refere a técnicas de gestão, planejamento e projetos, e instrumentos de políticas econômicas. Mas na medida dessa evolução, também cresceram as tensões políticas internas e as reivindicações e lutas políticas pelas assim chamadas reformas de base e o crescimento do movimento contestatório latino-americano. As dificuldades e obstáculos na evolução do processo de industrialização, tais como inflação, finanças públicas, balanço de pagamentos e financiamento, contribuíram com o crescimento do movimento contestatório latino-americano, o que levou em vários países do continente a uma sucessão de golpes de Estado. (CANO, 2000, p.23-24)

O desenvolvimentismo seria com maior ou menor grau de convicções ideológicas, com maior ou menor grau de adesão dos mais diversos grupos sociais dentro dos países, a ideologia dominante, o modelo econômico dominante dos Estados da América Latina acompanhando toda a era de ouro do capitalismo mundial até pelo menos a década de 1970. Quando estourou a crise mundial, e ocorreu a mudança de paradigma nos países centrais, progressivamente ocorreu o abandono desse consenso anterior nos países da América Latina. Problemas cambiais, inflação, necessidade de investimentos foram alguns dos problemas constantes e comuns aos países latino-americanos em seu processo de industrialização. De uma forma geral esses países seguiram uma tendência comum de fortalecimento do desenvolvimentismo e de sua ideologia. Mas se há tendências e problemas comuns, verificam-se também especificidades nacionais importantes, no que se refere à estrutura econômica dos países e suas características, à estrutura social e aos diversos grupos internos envolvidos nas disputas políticas e distributivistas. Portanto, a intensidade das transformações e dos impactos externos diferiu muito de acordo com estas especificidades. Por isso, analisaremos, agora, separadamente, as experiências desenvolvimentistas do Brasil e da

Argentina e seus traços mais importantes e que condicionariam a adoção posterior do modelo neoliberal.

2.1 – O desenvolvimentismo brasileiro (1930 – 1973)

Durante o período da era de ouro do capitalismo mundial, o Estado brasileiro teve um papel decisivo para o desenvolvimento econômico do país. A crise mundial, que teve início com a Primeira Guerra Mundial afetou gravemente o modelo agro-exportador até então existente no país, baseado na cultura do café, e impulsionou a industrialização ligada ao setor primário, que teve início ainda no século XIX. Desde o século XIX o Estado intervinha no processo produtivo para garantir a renda advinda do café. Na tentativa de manter a demanda interna, o governo de Getúlio Vargas manteve a política de compra e destruição do café a fim de garantir os empregos da economia agro-exportadora. Esta política de manutenção da renda do setor cafeeiro e a demanda interna para os produtos industriais foi institucionalizada depois da Primeira Guerra Mundial e, sobretudo, com as mudanças institucionais do Estado Novo.

Com a crise da hegemonia do grupo cafeeiro e sem a construção de uma nova hegemonia, buscava-se transformar o pólo urbano-industrial no eixo dinâmico da economia, redefinindo o papel do Estado. A indústria brasileira, assim, começou a se consolidar no governo de Getúlio Vargas, que levou à prática o modelo econômico nacional-desenvolvimentista. O processo de industrialização teve início com a produção de bens de consumo não duráveis e evoluiu para a produção de bens de consumo duráveis e de capital (de forma limitada), sustentado principalmente no capital nacional e estatal. Na verdade, a produção de bens de capital foi muito limitada e pouco avançou. Com Vargas, o Estado assumiu um papel mais ativo. Esse aumento da presença do Estado na economia é refletido na proliferação de empresas estatais e órgãos ligados, entre outras, a regulação, controle das

atividades econômicas e financiamento. Foi criada uma série de instituições para centralização do comando da administração econômica do Estado. O arcabouço institucional criado durante este período abrange, entre outros, o DASP (Departamento de Administração do Serviço Público); o CTEF (Conselho Técnico de Economia e Finanças); o CFCE (Conselho Federal do Comércio Exterior); a CPE (Comissão do Planejamento Econômico); a CME (Coordenação de Mobilização Econômica) e o CNPIC (Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial).

O debate interno a respeito da industrialização foi progressivo com alguns importantes centros de debate, como o Iseb³¹, que era ligado diretamente à Presidência da República, no Brasil. Anteriormente ao Iseb, muito atuante no governo Juscelino Kubitschek, a Assessoria Econômica do presidente Vargas (1951-54) havia tido destacada atuação na defesa da manutenção da Cepal, que o governo dos Estados Unidos queria extinguir, gerando um dos embates entre o governo brasileiro e os Estados Unidos da época.

Até a década de 1950, no entanto, foi o “instrumento cambial a principal, senão única, ferramenta da política econômica manipulada com certa objetividade, razão pela qual a política econômica do período praticamente se reduz às práticas cambiais.” (LESSA, 1981, p.15) Progressivamente, na medida do aperfeiçoamento dos debates econômicos em âmbito nacional e regional é que novos mecanismos seriam incorporados como instrumentos em prol da industrialização. Na realidade, o desenvolvimentismo só viria a tornar-se hegemônico na segunda metade dos anos 50.

No período 1930/45, o que ocorria era, principalmente, uma primeira e limitada tomada de consciência da problemática de industrialização por parte de uma nova elite técnica, civil e militar, que então se instalava nas instituições de orientação e controle implantadas pelo Estado centralizador pós-1930. (BIELSCHOWSKY, 1995, p.293).

³¹ O Instituto Superior de Estudos Brasileiros foi criado em 1955 e substituiu o antigo IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política). O debate girava em torno do desenvolvimento nacional. Seus intelectuais destacaram-se na construção da ideologia nacional-desenvolvimentista.

Findo o segundo governo Vargas, em 1954, e com a indústria de consumo leve já consolidada, algumas alterações no modelo econômico foram feitas. Ao capital nacional, privado (responsável pelas empresas produtoras de bens de consumo) e estatal (alocado no setor de bens de produção), que até então financiava o crescimento industrial de forma quase que exclusiva, somou-se, o capital estrangeiro. É o chamado tripé da indústria brasileira sobre o qual, a partir do governo de Juscelino Kubitschek (1956 – 1960), se estruturaria a indústria nacional, com expressiva participação das empresas multinacionais. “Foi a partir de meados dos anos 50 até o início dos anos 60 que a industrialização brasileira sofreu transformações estruturais decisivas” (SERRA,1982, p.75), a partir da elaboração de “um ambicioso conjunto de objetivos setoriais, conhecido por Plano de Metas, que constitui a mais sólida decisão consciente em prol da industrialização na história econômica do país” (LESSA, 1981, p.27), “constitui provavelmente a mais ampla ação orientada pelo Estado, na América latina, com vistas à implantação de uma estrutura industrial integrada” (LESSA, 1981, p.34).

O Plano previa a ampliação da importância do setor público, uma ampliação dos investimentos diretos do governo, no setor de energia e transporte e em algumas atividades industriais básicas como siderurgia e refino de petróleo. Ou seja, em áreas em que não havia interesse privado, ou o era insuficiente, devido aos imensos recursos e longos períodos de maturação exigidos. Mas o centro de gravidade do Plano esteve nas inversões privadas, em relação às quais o governo se posicionaria de forma extremamente favorável. Previa favores e estímulos diferenciais ao capital estrangeiro no intuito de garantir recursos externos para o Plano. (LESSA, 1981, p.28;37-38) A Instrução 113 da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito) foi introduzida em 1955 por Eugênio Gudín, durante sua gestão como ministro da Fazenda, e permitiu ao capital estrangeiro a importação de equipamentos sem cobertura cambial. Sofreu ataques e protestos de industriais brasileiros e de nacionalistas de diversas tendências, que criticavam essa medida por não estender aos investimentos brasileiros os

mesmos benefícios dispensados aos negócios estrangeiros. Este acontecimento seria fundamental para a formação do tripé da indústria brasileira no governo Juscelino Kubitschek. Na realidade, uma grande questão que se colocava neste período era sobre até que ponto era necessário contar com capital estrangeiro e de que forma ele deveria ser utilizado. Eram dois os projetos em disputa durante este período democrático: de um lado, o que defendia, como única possibilidade para a promoção da modernização da economia brasileira, a associação com o capital estrangeiro e, de outro, o que era favorável à construção de um capitalismo nacional e, assim, a restrições à entrada de tecnologia e capitais externos. Na realidade, a despeito de erros de interpretações que desse debate decorrem, os desenvolvimentistas nacionalistas³² não eram contra o capital estrangeiro, mas defendiam controles sobre ele, “sobretudo na questão das remessas de lucros, que consideravam uma séria ameaça ao equilíbrio do balanço de pagamentos e, portanto, ao prosseguimento da industrialização” (BIELSCHOWSKY, 1995, p.153)

A forma como o governo lidaria com a estabilidade seria crucial dentro dos marcos do Plano de Metas. Carlos Lessa defende que o Brasil, ao contrário dos outros países do continente, já havia atingido um estágio, em termos de diversificação industrial e em termos de espaço econômico, com um raio de manobra maior, no qual era viável deixar de lado a política do FMI, permitindo-se escapar do dilema – estabilidade ou desenvolvimento. Assim, optou-se neste momento pelo desenvolvimento. (LESSA, 1981, p.29;30)

A estabilidade passa a ser problema secundário, importa o desenvolvimento e a sustentação da atividade econômica. Nega os esquemas restricionistas. E afirma sua posição adotando o Plano de Metas. Ao enfatizar, simultaneamente, emprego e crescimento, e ao relegar o equilíbrio a segundo plano, joga a economia na segunda metade da década na senda da industrialização vertical. [...] Face a estes objetivos, que propunham uma vigorosa transformação na estrutura da economia, cediam importância as considerações sobre equilíbrio de preços, situação da balança de

³² Ricardo Bielschowsky identifica cinco correntes no debate econômico brasileiro no período. A corrente, neoliberal, três correntes desenvolvimentistas (uma corrente desenvolvimentista do Setor Privado e duas do Setor Público: a corrente Não-Nacionalista e a corrente do Desenvolvimentismo Nacionalista) e a corrente socialista. As três correntes desenvolvimentistas tinham em comum o projeto de “formar um capitalismo industrial moderno no país e a perspectiva comum de que, para isso, era necessário planejar a economia e proceder a distintas formas de intervenção governamental.” (BIELSCHOWSKY, 1995, p.91)

pagamentos e comportamento “sadio” do setor monetário, fiscal e cambial que se colocavam em segundo plano e a serviço da industrialização. (LESSA, 1981, p.26;28)

Permitindo a inflação, o governo colocava em prática um instrumento de captação de poupança forçada necessária para o esforço industrial e que compensava em parte a “ausência de um esquema de financiamento voluntário, utópico em países subdesenvolvido”. (LESSA, 1981, p.75) Se por um lado, o Plano de Metas acentuou as disparidades setoriais, regionais e sociais, por outro, dispôs, com a estrutura industrial integrada, as pré-condições necessárias para a correção futura destes mesmos desníveis. (LESSA, 1981, p.87) Com a política econômica extremamente expansionista adotado durante o governo Juscelino Kubitschek, o final de seu governo foi marcado pela maturação de todas as tensões latentes e por um surto inflacionário, que primeiramente precisou ser contido, a partir de políticas econômicas recessivas, para posteriormente, durante a ditadura militar, entrar em uma nova fase longa de crescimento econômico.

Mesmo não criando um mercado financeiro que suportasse o desenvolvimento industrial, o que acabou por condicionar a crise inflacionária de 1961-1964, o Plano de Metas alcançou êxito na indução do crescimento econômico. Este sucesso ocorreu mesmo com as limitadas receitas tributárias do Estado. Os principais mecanismos financeiros desenvolvidos foram a transformação da política cambial em uma solitária política ativa de combate ao déficit público, além, é claro da emissão inflacionária. O financiamento dos projetos públicos esteve assegurado, mas não a sobredeterminação financeira necessária à sustentação do novo parque industrial. (KOCHER, 1997, p.171)

A Política Externa Independente levada adiante primeiro pelo presidente Jânio Quadros (por questões pragmáticas) e depois por Jânio (por questões pragmáticas, mas também ideológicas) levou à abertura dos países socialistas para os produtos industriais brasileiros e seria de fundamental importância para escoamento da produção industrial brasileira aliviando temporariamente a balança comercial e refletia esse aumento da produção industrial dos anos anteriores.

No breve governo de João Goulart (1961-1964) houve novamente o predomínio dos nacionalistas no governo. Essa vertente do desenvolvimentismo que defendia restrições ao capital externo, no início da década de 60, propunha uma reforma do projeto, incluindo, ao

lado da industrialização e do crescimento econômico acelerado, o objetivo da democratização da terra, da renda, da riqueza, do sistema educacional e do sistema político, ou seja, as reformas de base. Essas idéias estavam contidas dentro do Plano Trienal de Celso Furtado, de 1963, que, no entanto, devido a diversos fatores, entre os quais a necessidade de controlar a inflação, de estabilizar a economia, através de políticas econômicas ortodoxas, não saíram do papel. Por isso, esse Plano seria posteriormente mais lembrado por essas medidas ortodoxas antiinflacionárias de curto prazo que pelas propostas de longo prazo, estruturais. No debate desenvolvimentista brasileiro, o tema da distribuição de renda foi relativamente pouco abordado até então, pois desenvolvimento era considerado sinônimo de industrialização. Acreditava-se que a própria industrialização se encarregaria de resolver os problemas sociais. E só a partir desse momento esse pensamento começaria a mudar. Segundo Bielschowsky,

A fé na industrialização como via de superação da miséria era, sem dúvida, otimista e mesmo ingênua, mas estava longe de ser conservadora. Afinal, o amadurecimento política da sociedade brasileira não permitiu, antes do final dos anos 50, a politização do debate desenvolvimentista ao nível da discussão de reformas progressistas que tangenciassem as questões básicas associadas às relações de produção entre classes sociais. [...] faltou-lhes tempo para amadurecerem uma redefinição acabada do projeto desenvolvimentista que incorporasse proposições concretas sobre reformas de base e questões sociais num projeto econômico e social politicamente viável. (BIELSCHOWSKY, 1995, p.157).

A instabilidade política somada a uma crise econômica levaram à interrupção deste projeto por um golpe militar, em 1964, que, hoje se sabe³³, foi articulado em parceria com a CIA, a agência de inteligência norte-americana. Bastante particular ao caso brasileiro é a tendência apontada por Fiori. Segundo este autor, nos momentos em que as contradições nessa expansão capitalista brasileira se acentuavam ocorria o que se convencionou chamar de “fuga para frente”, ou seja: a busca do crescimento econômico como forma de não enfrentar seus conflitos internos e as reivindicações populares pela democratização da riqueza. O conjunto de pressões permanentes e contradições a que estavam submetidas as classes e

³³ No livro **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar** (2004) de Carlos Fico, estão reunidos documentos, de arquivos abertos recentemente, que comprovam a tese do envolvimento da CIA no golpe de 1964.

frações de classes dominantes, eram solucionados quase sempre pela via da centralização autoritária e da repressão como necessidade para sua própria sobrevivência. Dessa forma, o compromisso estabelecido ainda na década de 1930, foi constantemente reformulado ao longo do período, mas sem alterar sua essência. O papel do Estado, além da sua importância para o avanço da industrialização, era manter o velho pacto de dominação. Ou seja, o empresariado nacional, embora dependesse do Estado durante todo o período desenvolvimentista, era profundamente anti-estatal impondo limites constantes ao Estado. Foi o que ocorreu na década de 1960, por exemplo, quando as forças de esquerda se dissociaram da ala conservadora do bloco desenvolvimentista e propuseram um projeto de democratização, de reformas de base, que, pela primeira vez ameaçava, de fato, os pressupostos do compromisso estabelecido e vivido a partir da Primeira Guerra Mundial. Isso acabaria provocando a reaglutinação das frações conservadoras e uma rápida aproximação dos grupos mais conservadores dentro das forças armadas. (FIORI, 2003)

Foram realizadas reformas institucionais extremamente regressivas e espoliativas, canalizando os recursos para o financiamento industrial, o que permitiu o crescimento acelerado nos anos seguintes. Desta forma, o regime militar manteve e aprofundou o modelo desenvolvimentista vigente desde o final da década de 1950, que favorecia muito o grande capital nacional e estrangeiro. Entre 1968 e 1973, durante a ditadura militar, quando vigorava no país um projeto de política externa denominado como “diplomacia da prosperidade”, ocorreu no Brasil o chamado “milagre econômico”: índices de crescimento econômico elevado, financiado principalmente pelo endividamento externo. Beneficiada pelo enorme crescimento do comércio mundial e dos fluxos financeiros internacionais, a economia brasileira se abriu para o comércio e para as finanças internacionais, mantendo a predominância dos setores produtivos de bens duráveis e de bens de capital, de acordo com a estrutura industrial implantada ainda no Plano de Metas. As políticas governamentais eram

voltadas para a classe média alta; o grande capital, nacional e internacional, era favorecido, gerando um crescimento econômico às custas da população de renda inferior. Houve, no Brasil, uma intensificação dessa característica com os governos militares, que, através do ataque e das repressões aos sindicatos, às organizações e manifestações dos trabalhadores, reduziram os salários dos trabalhadores. Essa política concentradora de renda favoreceu a acumulação de capital pela indústria. Com isso, a classe média, com acesso fácil ao crédito, foi beneficiada e, garantiu a demanda por bens de consumo duráveis fazendo a indústria automobilística crescer em uma escala inédita na América Latina. A concentração de renda decorrente desse modelo econômico seguia os preceitos do ministro da fazenda Delfim Netto para quem “era necessário primeiro fazer o bolo crescer, para depois distribuir as fatias”. Deste modo, um intenso crescimento econômico ocorreu acompanhado do agravamento das questões sociais, do aumento da concentração de renda e da deterioração de importantes indicadores sociais. As contradições estruturais da economia, assim como os problemas decorrentes da dependência do capital internacional, foram aprofundadas. Sônia Regina de Mendonça assinala que ““a crise do “milagre” – por força do alto grau de interação entre o Estado e a economia – trouxe no seu bojo o comprometimento não apenas de um modelo econômico, mas também do pacto de dominação política vigente até então.” (MENDONÇA, 1986, p.11) Esse modelo de crescimento sustentado no endividamento externo, acentuado no governo Geisel, como veremos, mostrou seus limites no final da década de 1970 e início da década de 1980, com a chamada “crise da dívida externa”.

Na hora de avaliar o sucesso de um modelo de desenvolvimento não deixa de ser um sinal preocupante que, entre 1960 e 1980, os 50% mais pobres da população brasileira tenham testemunhado como sua participação na nova riqueza criada no país descia de 17,4% a 12,6 % do PIB, em uma época em que propagandistas, ideólogos e empresários não deixavam de tecer loas ao milagre econômico. (BORÓN, 1994, p.193)

Outra crítica em relação a esse modelo foi feita por Sônia Regina de Mendonça:

No período compreendido entre este ano (1968) e 1974, atingiram-se índices recordes de crescimento econômico, em torno de 9% a 10% ao ano, configurando o que se

costuma chamar de ‘milagre brasileiro’. Só que diante de todos os mecanismos compulsórios e espoliativos produzidos (e mantidos) pelo regime autoritário, milagre seria não ter havido ‘milagre’. (MENDONÇA, 1986, p.99)

Assim, à desigualdade regional (na região sudeste) e industrial, somou-se no Brasil uma grave desigualdade social. Já é possível adiantar que a Argentina não se caracterizou como o Brasil pela mesma desigualdade social. A classe trabalhadora nunca foi incorporada aos benefícios do processo de industrialização no Brasil. Mesmo em momentos de crescimento do movimento trabalhista, a exclusão era mantida através da elevação dos índices inflacionários, ainda que a “espiral salário-preço” não pudesse ser tomado como um fato absoluto, conforme análise de Bernardo Kocher. Mas esse processo teria ocorrido nos períodos 1953-1954, 1961-1964 e 1978-1994. (KOCHER, 1997, p.170)

Mesmo quando ocorreu crescimento dos salários reais na indústria, apesar da inflação, o fato de que parte do financiamento da expansão industrial veio da subtração da remuneração da força de trabalho não fica obscurecido, pois os ganhos de produtividade alcançados pela economia não foram repassados aos trabalhadores, seja sob a forma de salários (uma vez que a inflação era contínua, e impunha perdas logo após eventuais ganhos) seja sob a forma de direitos constituídos, como por exemplo a ampliação duradoura do mercado de trabalho. (KOCHER, 1997, p.172)

Assim, o capitalismo brasileiro se desenvolveu sem os direitos e sistemas de proteção social, de forma a manter um caráter excludente, hiperconcentrador e estruturalmente heterogêneo e fragmentado do ponto de vista social e regional. Todavia, mesmo os dois interregnos liberais (primeiro o governo Dutra, e depois o governo Castelo Branco), e com uma série de liberais compondo diversos governos ao longo do período mantiveram-se as linhas mestras do modelo econômico desenvolvimentista. Porém, o modelo econômico, em torno do qual se estabelecera o consenso a partir da crise mundial de 1929, responsável pelo salto industrializante baseado na intervenção estatal, seria questionado a partir da acentuação das contradições do próprio modelo somado às dificuldades trazidas pelas alterações no sistema capitalista mundial. O Brasil chega à década de 1970, década que põe fim à “era de ouro” do capitalismo mundial, com alto índice de crescimento, mas com uma das piores concentrações de renda do mundo e com as contradições do modelo econômico já presentes.

2.2 – O desenvolvimentismo argentino (1930-1973)

A Argentina, ao contrário do Brasil, conheceu um desenvolvimento econômico significativo sob o modelo primário-exportador. O período 1870-1930 foi de grande prosperidade para a sociedade argentina. No início do século XX, com sua forte agroindústria, pólo mais dinâmico de crescimento que dominava quase toda sua pauta de exportação, e as relações privilegiadas com a Inglaterra, a Argentina chegou a ser a oitava economia do mundo e a principal economia latino-americana. Portanto, sem uma formação industrial, a Argentina obteve um alto grau de modernização econômica e social e foi muito próspera. Embora subindustrializada, era considerada desenvolvida pela equivalência dos padrões de vida com os países centrais. Os grandes investimentos na área social que o sucesso da economia agro-exportadora permitiu, fez com que a Argentina não apresentasse os típicos problemas sociais dos países periféricos, tais como escolaridade e infra-estrutura, ou seja, em termos de bem-estar de sua população estava bem a frente dos outros países latino-americanos. Isso seria decisivo para os desdobramentos futuros e condicionaria a evolução posterior da Argentina. Neste país, o processo de industrialização teve início também no final do século passado, acompanhando o modelo agro-exportador. Essa primeira fase acabou com a crise da década de 1930. (KOSACOFF, 1993, p.15) Contribuíram para isso mudanças na realidade externa e interna. No que se refere às mudanças internacionais que afetaram a economia argentina, como já vimos, foi fundamental a perda do dinamismo na demanda de produtos agropecuários de clima temperado retirando do mercado mundial o papel para o crescimento econômico argentino desempenhado até então. O fator interno fundamental para a necessidade de abandonar o modelo vigente foi o esgotamento da fronteira agropecuária. Em torno de 1920, as terras dentro da fronteira dos pampas tinham sido todas ocupadas, impedindo a tradicional

expansão para novas terras para aumentar a produção rural. O aumento da produção passou a depender dos rendimentos por hectares, ou seja, por mudanças tecnológicas e da mecanização da exploração rural. (FERRER, 2006, p.157; KOSACOFF, 2006)

Houve, portanto, uma convergência entre fatores internos e externos responsáveis pelo fim do modelo anterior. A década de 1930 inaugurou uma nova etapa que Aldo Ferrer chama de industrialização não concluída (FERRER, 2006, p.140) e Bernardo Kosacoff, de processo ou modelo de substituição de importações (KOSACOFF, 1993, p.13;16), com subperíodos diferenciados, que se estende até a década de 1970. A indústria passou a ser o setor referencial do novo modelo, nele ocupando um lugar de destaque. Segundo Kosacoff, esse novo modelo se caracterizou por uma economia semi-fechada e uma intervenção e participação crescente do Estado em toda a esfera econômica.

Para compensar a diminuição do coeficiente de importações e a deterioração da capacidade de pagamentos externos, o mercado interno assumiu um papel fundamental para o crescimento econômico. O controle de câmbio em 1933 representou a desvinculação da liquidez e do gasto de consumo dos movimentos dos pagamentos internacionais. Somado à elevação das tarifas de importação, tornou as importações mais caras, fechando-se para o exterior e estimulou a produção nacional. A intervenção do Estado não se resumiu a isso, no entanto. Durante esta década foram estabelecidos novos mecanismos de intervenção do Estado em toda a esfera econômica. A partir de 1931, diversas comissões e juntas começaram a ser criadas para proteger os interesses dos distintos setores produtivos como, por exemplo, de cereais, de carne, de açúcar, de vinho, têxtil etc. e diminuir o impacto da crise mundial sobre os produtores rurais. O intervencionismo do governo nesta época também passou pela criação do imposto sobre os lucros no sistema tributário, fundamental porque os ingressos fiscais dependiam principalmente dos direitos aduaneiros, e do Banco Central, que regularizava e centralizava o até então disperso sistema bancário argentino. Essas medidas

tinham naquele momento respaldo do clima internacional criado pelo *New Deal* nos Estados Unidos e das políticas protecionistas adotadas pelos principais países europeus. (RAPOPORT, 1998, p.32;33)

Contrastando com essa tendência de maior envolvimento estatal na economia e das forças produtivas, foram tomadas algumas medidas como a abolição do salário mínimo e fechamento de vários sindicatos, derrubando conquistas trabalhistas recentes. Os grupos que estavam no poder buscaram reconstruir autoritariamente um Estado anterior a Irigoyen, que, eleito pela crescente *Unión Cívica Radical*, UCR, havia instituído o monopólio do petróleo e o salário mínimo. Com a deposição de Irigoyen em 1930, a Argentina entrou na chamada *década infame*. Assim, o processo de industrialização da década de 1930 não representava uma visão distinta sobre a relação entre Estado e sociedade no âmbito econômico. Com o setor rural ainda controlando as decisões de política econômica, o avanço do processo de industrialização foi uma imposição da conjuntura econômica, externa e interna, e a busca do equilíbrio fiscal na balança de pagamentos. Enquanto os demais países latino-americanos entravam na esfera de influência norte-americana depois da crise, a Argentina reafirmou a relação próxima que sempre teve com a Inglaterra ao assinar, em 1933, o tratado Roca-Runciman.³⁴ Uma vez que o lobby rural estadunidense mantinha no país uma série de restrições, embargando, inclusive a entrada de carne e outros produtos argentinos, os argentinos buscavam garantir a compra da carne argentina pela Inglaterra, privilegiando novamente os interesses dos exportadores. (RAPOPORT, 1998, p.49) Segundo este tratado, a Argentina, para garantir o acesso ao mercado inglês, “fez uma série de concessões aduaneiras e de tratamento de interesses britânicos, o que revelava que de fato, na mentalidade dos grupos tradicionais, o país nada mais era do que um satélite do Reino Unido.” (FERRER, 2006, p.174)

³⁴ Ao caducar o Tratado Roca-Runcimán, foi assinado o Tratado Éden-Malbrán, que o substituiu após três anos, mas manteve termos semelhantes.

No entanto,

O processo de industrialização que se desenvolve na década de 1930 e logo a Segunda Guerra Mundial – que cria um excedente importante em libras esterlinas a favor do nosso país – trabalhará em seu conjunto para colocar fim àquela longa ‘relação especial’. A nacionalização das principais empresas britânicas e logo a orientação do comércio de exportações para outras nações liquidaram os restos da hegemonia inglesa (RAPOPORT, 1998, p.49, tradução nossa)³⁵

Somente a partir do governo de Perón que o desenvolvimento industrial receberia apoio explícito e a adesão mais ampla de diversos grupos sociais, dos setores populares “descamisados”, mas também segmentos da classe média e empresariado nacional. O Estado passou a desempenhar um papel mais ativo, com participação decisiva nos rumos da economia e no aprofundamento do processo de substituição de importações, envolvendo-se diretamente na produção de insumos básicos e aumentando a utilização de instrumentos de política econômica tais como a administração de cotas de importação, o financiamento da indústria através do Banco de Crédito Industrial e das linhas de redesconto do Banco Central, a promoção setorial, o mecanismo extra-tarifário. (KOSACOFF, 1993, p.17-18) O direcionamento para a indústria, assim, foi feito a partir de elevação das tarifas, subsídios diretos, taxas preferenciais de juros, políticas macroeconômicas específicas, subvenção de tarifas públicas, sobrevalorização de tipos de câmbio e estímulo a empresas nacionais através de compras do setor público a preços superiores aos vigentes em outros mercados. Segundo Kosacoff, esta nova subetapa inaugurada por Perón se estendeu até 1958.

Durante este período foram adotadas políticas expansionistas e distributivistas em favor dos setores populares acompanhadas de um conjunto de reformas na legislação social. Desta forma, o conjunto da população foi incorporado ao mercado interno então ampliado. (KOSACOFF, 1993, p.17) A orientação industrial deste governo era essencialmente voltada para o mercado interno, o que contribuiu para gerar uma industrialização horizontal pouco

³⁵ “El proceso de industrialización que se desarrolla en la década de 1930 y luego la Segunda Guerra Mundial – que crea un excedente importante en libras esterlinas a favor de nuestro país – obrará en su conjunto para poner término a aquella larga ‘relacione especial’. La nacionalización de las principales empresas británicas y luego la orientación del comercio de exportación hacia otras naciones, liquidaran los restos de la hegemonía inglesa.” (RAPOPORT, 1998, p.49)

integrada.³⁶ Importante assinalar que essa orientação para o mercado interno muito protegido favoreceu o desenvolvimento de pequenas empresas comandadas por pequenos empresários da classe média baixa com orientações políticas, valores e interesses diferentes dos grandes empresários. Aumentaram a partir deste período as contradições e tensões internas entre empresários grandes e pequenos, entre portenhos e do interior, e entre peronistas e não-peronistas. (ROCK, 1991, p.397-413)

Era escassa a orientação dos investimentos para atividades exportadoras tanto as agropecuárias como a industrial. Com a produção especializada na produção de bens de consumo orientada exclusivamente para o mercado interno, as restrições no balanço de pagamentos foram permanentes. Além disso, as exportações argentinas tradicionais eram de produtos que eram ao mesmo tempo de alto consumo interno, como os produtos alimentícios (carnes e cereais). Essa concorrência na destinação da produção impactava diretamente sobre os preços relativos internos. Essa dimensão adicional do caso argentino teve incidência bem menor ou mesmo indireto nos outros países. (TAVARES, 1977, p.32) Ficou difícil manter o dinamismo na economia, na medida em que a obsolescência tecnológica foi aumentando, e eram restritas as alternativas em termos empresariais e tecnológicas para a formação de uma indústria mais avançada. (KOSACOFF, 1993, p.20)

Em 1955, Juan Domingo Perón é derrubado por pressão norte-americana, dos grandes empresários, da oligarquia tradicional, de uma parte das Forças Armadas, e, inclusive de setores médios e populares da sociedade, que defendiam de uma forma geral a volta ao modelo anterior. Isso, no entanto, não era mais uma alternativa viável considerando o enorme crescimento das forças urbano-industriais. (FERRER, 2006, p.180) Assim, durante a década de 1960 e início de 1970, houve um aumento da efervescência política no país, com participação ativa dos militares sempre preocupados com a presença do peronismo na política

³⁶ As unidades industriais não são integradas a uma cadeia produtiva mais ampla. Os diferentes setores ficaram isolados e não integrados entre si.

nacional. A antinomia peronistas-antiperonistas passou a fazer parte do cenário político argentino. Essa divisão na sociedade argentina deixou um elemento a mais de instabilidade após a queda de Perón em 1955. Ao contrário de Vargas, Perón em decorrência de sua atuação política marcadamente personalista, falhou no sentido de construir bases fortes que sustentariam as políticas desenvolvimentistas nas décadas seguintes. Sikkink atribui às características internas do Estado, mais especificamente à capacidade do Estado, as diferenças na execução de suas políticas econômicas. Enquanto no Brasil se formou durante o governo Vargas uma burocracia “ilhada”, redutos de especialização relativamente autônomos, ou seja, instituições eficazes e relativamente distantes de pressões políticas e econômicas predominantes – a qual Kubitschek pôde recorrer para formular e por em prática o Plano de Metas – na Argentina, nada comparável foi formada nesta época. A autonomia frente às classes dominantes permaneceu pequena. Embora o Estado tenha gozado de grande autonomia em relação às classes dominantes tradicionais na Argentina durante o governo peronista, essa autonomia continuou sendo de governo e não de Estado. (SIKKINK, 1991, p. 72-170)

Um dos principais méritos do governo peronista não foi, na realidade, levar a um novo consenso social sobre o novo paradigma, e sim, à incorporação dos setores populares, da classe trabalhadora como nova força política, econômica e social. No entanto, não significou eliminar a importância estrutural dos assim chamados *terratenientes*, ou, mais especificamente, da oligarquia dos pampas. Estes, sem a capacidade hegemônica anterior, continuariam tendo muita força econômica e, mais do que ocorre no Brasil, teriam ainda inclusive poder de veto durante todo o período desenvolvimentista. (BASUALDO, 2006, p.136) O regime de propriedade anterior, assim como o controle de setores-chave do sistema econômico mantiveram-se intactos. Perón não privou a oligarquia de sua base econômica, o que gerou uma crescente diferenciação entre, de um lado, o poder econômico e, de outro, o

poder político. Ou seja, a política econômica peronista, embora distributivista, tendeu a preservar os grupos dominantes na época. Mesmo assim, de acordo com Ferrer, “ao concluir-se a gestão peronista em meados de 1955, uma quota importante de poder havia se deslocado para os novos setores que apoiavam o regime, especialmente os sindicatos.” (FERRER, 2006, p.180) A herança foi uma nova estrutura produtiva com preponderância das atividades industriais urbanas e serviços na economia. A indústria assumiu, assim, a liderança do crescimento da economia. (FERRER, 2006, p.176;181)

Dado esse período anterior de grande prosperidade, de riqueza e prestígio, tornava a superação ideológica dessa visão liberal na economia muito mais difícil. As idéias antiindustriais nunca ficaram totalmente desacreditadas devido ao sucesso que a Argentina havia experimentado antes. Apesar das medidas econômicas industrialistas, a discussão teórica em torno de um novo modelo não chegou a eliminar a forte influência que a teoria liberal continuaria exercendo no país. Além disso, criou-se na realidade uma nova interdependência entre o campo e a indústria. A indústria, em última instância continuaria dependendo das divisas geradas pelo campo. A expansão agropecuária teria um papel fundamental no financiamento da expansão industrial, e para o sistema produtivo de uma forma geral. Essa excessiva dependência em relação à produção primária foi também um dos motivos que dificultou a formação de um novo consenso na Argentina em relação ao desenvolvimentismo. As tensões sociais em torno da distribuição da renda nacional foram crescentes a partir de então. A partir de 1950, quando piorou a deterioração dos termos de troca dos produtos agropecuários argentinos, ou seja, com um contexto internacional ainda mais desfavorável, intensificam-se as tensões sociais.

No quase meio século que durou a etapa da industrialização não concluída, registraram-se cinco golpes de Estado e durante a maior parte do tempo uma ou outra das forças políticas majoritárias (radicalismo e peronismo) estiveram proscritas. A inflação endêmica instalada desde meados da década de 1940 foi uma das conseqüências de semelhante trajetória política e institucional (FERRER, 2006, p.173)

Sem dúvida, a indústria sofreu sérios prejuízos devido a essa instabilidade, uma vez que é o setor onde mais é necessária a previsibilidade devido ao tempo que é necessário para que os investimentos tenham retorno. Assim, os golpes militares reforçavam constantemente a crise de legitimidade do próprio Estado e geravam graves prejuízos à economia nacional. Apesar das muitas discontinuidades na aplicação das políticas econômicas, em função dos períodos políticos turbulentos e constantes rupturas institucionais, no entanto, foi mantida a tendência de intervenção contínua do Estado na economia. Era necessário para a economia argentina um desenvolvimento maior dos bens de capitais (máquinas e equipamentos), para internalizar as decisões de investimentos e a reprodução da capacidade produtiva. Ou seja, faltava a assim chamada industrialização pesada. Ainda, carecia de uma produção maior de bens intermediários (insumos básicos), assim como de bens de consumo duráveis (transportes e eletrodomésticos). Assim, a partir de 1958, com a volta da democracia, começou a segunda etapa do processo de substituição de importações (BASUALDO, 2006) ou último subperíodo da industrialização por substituição de importações (KOSACOFF, 1993, p.20), que se estende até meados dos anos 1970. A exemplo do Brasil, a partir deste momento haveria a incorporação dos investimentos estrangeiros na indústria, principalmente nos setores automotivo, metalurgia, química e petroquímica, aproveitando o momento da transnacionalização da economia mundial. Assim, filiais de empresas transnacionais participaram maciçamente do processo no país, principalmente em áreas de grande complexidade tecnológica. A indústria transformou-se nesse momento no motor do crescimento da economia, geradora de emprego e base da acumulação de capital. (KOSACOFF, 1993, p.20; BASUALDO, 2006, p.123)

Até certo ponto, as bandeiras ideológicas do peronismo – independência econômica, soberania política e justiça social – se mantiveram com o governo Frondizi, mas com algumas diferenças importantes. A expansão industrial passou a ser financiada pela entrada maciça de

capital externo. A partir de uma nova lei, aprovada no final de 1958, os capitais estrangeiros passaram a receber o mesmo tratamento do capital nacional, com os lucros liberados para o exterior. (FERRER, 2006, p.184) Assim, as filiais estrangeiras exerceriam um predomínio estrutural na produção industrial ao longo desta segunda etapa de substituição de importações. (BASUALDO, 2006, p.138)

Além de financiada pela entrada maciça de capital externo, o financiamento do processo de acumulação industrial se deu através da transferência interna da renda dos setores populares para os grupos de rendimentos elevados. No entanto, a compressão do consumo interno não é um recurso permanente. É necessário aumentar a produção e a capacidade de acumulação para evitar que se reinstale a disputa pela distribuição de renda e a inflação dos custos. Isso acabou acontecendo no final do governo Frondizi. Intensificam-se as tensões sociais com a “resistência sindical à queda dos salários reais e à perda de participação na renda nacional.” (FERRER, 2006, p.184;187)

A partir da percepção dos problemas de competitividade internacional do país, em função do mercado interno muito protegido, a fraca integração horizontal e empresas pequenas, com pequena escala de produção e obsolescência tecnológica tentou-se nessa época superá-los através da ênfase na integração vertical da indústria, através de políticas de incentivos à exportação de produtos manufaturados para gerar as divisas, avançar na expansão do mercado interno que apresentava esgotamento e aumentar a competitividade internacional da indústria argentina, permitindo o crescimento sustentado da indústria sem a necessidade de enfrentar problemas crônicos na balança de pagamentos. (KOSACOFF, 1993, p.66)

Segundo Kosacoff, a Argentina passou por um processo de desenvolvimento tecnológico, ocorrendo uma adaptação local das tecnologias dos países desenvolvidos, reproduzindo as produções “fordistas” com características próprias. Desta forma foi possível aumentar a competitividade global da indústria argentina e aumentar as exportações de

produtos manufaturados. (KOSACOFF, 1993, p.20) Por outro lado, o subdesenvolvimento das indústrias básicas e a dependência das importações de insumos básicos e, principalmente de petróleo, causava um forte estrangulamento da balança de pagamentos. Observa-se, neste período, uma ampliação da participação direta do Estado nas atividades produtivas. Promoveu-se, assim, a produção de insumos básicos na tentativa de diminuir essa dependência e houve todo um esforço estatal na tentativa de resolver o déficit da produção de petróleo. Essas atividades possibilitam uma ação em cadeia ligando essas indústrias com atividades de alto valor agregado, gerando empregos. Outros instrumentos que o Estado continuou utilizando foram o sistema de promoção, as empresas estatais e o programa de investimentos do setor público. (KOSACOFF, 1993, p.20-21) (FERRER, 2006, p.183-184)

Nas restantes frações de capital industrial, assim como na incidência setorial das empresas estatais, registraram-se mudanças significativas durante as etapas de substituição de importações. Um dos fatores que provocou a tentativa fracassada da tentativa do peronismo de integrar a estrutura produtiva mediante a incorporação da indústria pesada radicou, pese as reiteradas denúncias acerca do acentuado estatismo desses governos, na exígua participação que alcançaram as empresas estatais nessa produção setorial. Pois bem, uma vez derrotado o peronismo, registrou-se ao longo da segunda etapa da substituição de importações, um incremento sistemático e significativo da participação das empresas estatais no faturamento das grandes empresas da economia local. Foi colocado em evidência então que o problema não estava na ingerência estatal, mas na divisão popular (em termos da distribuição de renda) que assumiu o Estado durante o peronismo. (BASUALDO, 2006, p.138, tradução nossa)³⁷

Mais uma vez fica claro, portanto, que a resistência dos setores tradicionais não era em si em relação ao envolvimento maior do Estado na economia e, sim, como no caso brasileiro, à ampliação da democracia, da igualdade econômica, da distribuição de renda. Do ponto de vista político, em 1958 a democracia foi reinstaurada na Argentina. Embora tenha triunfado com apoio de Perón do exílio, Frondizi não anulou sua proscricção política. Acreditava poder

³⁷ “En las restantes fracciones del capital industrial, así como en la incidencia sectorial de las empresas estatales, se registraron cambios significativos durante las dos etapas de la sustitución de importaciones. Uno de los factores que provoco el fracasado intento del peronismo por integrar la estructura productiva mediante la incorporación de la industria pesada radico, pese a las reiteradas denuncias acerca del acentuado estatismo de esos gobiernos, en la exigua participación que alcanzaron las empresas estatales en esa producción sectorial. Pues bien, una vez derrocado el peronismo se registro, a lo largo de la segunda etapa de sustitución de importaciones, un incremento sistemático y significativo de la participación de las empresas estatales en la facturación de las grandes firmas de la economía local. Se puso en evidencia entonces que el problema no radicaba en la injerencia estatal sino en el sesgo popular (en términos de la distribución del ingreso) que asumió el Estado durante el peronismo.” (BASUALDO, 2006, p.138)

superar a divisão política entre peronistas e anti-peronistas através do desenvolvimento industrial. Para isso, buscou uma aliança de classes através da idéia de pacificação nacional. Basualdo identifica o confronto de dois blocos de poder formados durante o período peronista que se enfrentaram durante esta segunda etapa de industrialização por substituição de importações, entre 1958 e 1975. De um lado, a classe trabalhadora, representada principalmente pelos assalariados industriais, e o empresariado nacional produtor de bens intermediários e bens salários demandados pelos setores populares. De outro, o capital industrial estrangeiro e a fração oligárquica dos pampas, que havia se inserido na produção industrial e compunha o projeto agro-exportador anterior. (BASUALDO, 2006, p.137-138)

Assim, identifica-se a polarização de dois projetos políticos. De um lado, um projeto agro-exportador de viés liberal e, de outro, um projeto de orientação nacionalista, essencialmente voltado para o mercado interno. O governo Frondizi, não obteve sucesso na aglutinação das forças políticas e sociais em apoio a seu governo. Com o Plano de Estabilização de 1959, essas contradições dentro do setor industrial, inclusive, foram acentuadas. (BASUALDO, 2006, p.139).

Percebe-se, que os setores privilegiados pela Argentina neste período foram os mesmos do Brasil. No entanto, há uma diferença evidente entre os dois no que se refere à política econômica. Enquanto no Brasil, a política econômica privilegiada foi expansiva e inflacionária, na Argentina adotou-se uma política restritiva em que se buscava fundamentalmente a estabilidade dos preços. O crescimento industrial argentino foi relativamente menor nesse período, no entanto, alcançou uma estabilidade de preços que não ocorreu no Brasil. A inflação foi reconhecida na Argentina como um obstáculo sério para o desenvolvimento. Não entendiam como possível para a Argentina o desenvolvimento sem estabilidade monetária e nem estabilidade duradoura sem desenvolvimento. As medidas restritivas, implementadas principalmente com o ministro Álvaro Alsogaray (1959-1960), no

entanto, foi um dos motivos que motivou reações dos setores populares. A falta de uma base social própria conduziu a uma falta de legitimidade e força política desse governo, incitou um aumento das tensões sociais e conflitos dentro da sociedade. (ROCK, 1991, p.419-425) Com a integração da indústria pesada à estrutura econômica local, e herdando uma grande capacidade ociosa do governo Frondizi, aliado a uma conjuntura externa favorável, as políticas econômicas expansivas adotadas depois do seu governo permitiram que houvesse entre 1963 e 1973 o mais longo período de crescimento e transformação da história da indústria argentina, em que inclusive houve a recuperação do setor de bens de consumo não duráveis, que havia se expandido em menor proporção no governo Frondizi. (BASUALDO, 2006, p.124)

O endividamento externo das firmas oligopólicas industriais recém instaladas, para a aquisição de insumos ou para compra de máquinas e equipamentos para a ampliação de suas atividades produtivas, foi a principal forma de financiamento da expansão industrial. As diferentes tecnologias, de método e gestão e de administração de empresas e, também, de produtividade e eficiência foram se consolidando entre os grandes conglomerados nacionais e estrangeiros e das pequenas e médias empresas nacionais. (BASUALDO, 2006, p.125-126)

Durante todo o período 1930-1970, a economia argentina seguiu a assim conhecida seqüência *stop and go*, que desde o início foi mais acentuada que no caso brasileiro. A expansão industrial manteve-se muito dependente das exportações dos produtos primários, que não geravam divisas suficientes para as importações do setor industrial que operava em pleno emprego. Por isso, os déficits recorrentes levavam a um retrocesso da economia. No entanto, de acordo com Basualdo, as exportações industriais e a dívida externa foram as duas variáveis que permitiram a modificação da natureza, das características, do ciclo curto substitutivo que havia caracterizado o país até então. Não que esses ciclos fossem extintos da vida econômica argentina, mas as alterações no comportamento econômico atenuaram a

intensidade e a duração destes. A partir deste momento, e ao longo de toda a década, o crescimento, embora oscilante, foi persistente. (BASUALDO, 2006, p.124-125;38)

Diferentemente da economia brasileira, a economia argentina caracterizou-se por operar sempre no pleno emprego, o que reforçava o poder dos setores populares de uma forma geral e, dos sindicatos, especificamente. Contribuiu neste momento a recuperação da produção de bens de consumo não-duráveis, que comporta mais empregos já que é um setor menos mecanizado. Assim, até certo ponto a própria estrutura do mercado de trabalho impunha limites ao processo de acumulação industrial. Desde o governo Perón, os sindicatos, com crescente organização e capacidade negociadora, sempre foram um importante instrumento de pressão para garantir os salários reais dos trabalhadores. Durante essa década de crescimento (1963/1973) os salários tiveram aumentos reais importantes, o que atenuou novamente a concentração de renda no país. Durante a ditadura, e mesmo antes através do mecanismo inflacionário, o Brasil comprimiu os salários para permitir a acumulação econômica. Neste momento, a política salarial da Argentina contrastava com a do Brasil, pois os valorizou significativamente. Assim, em termos distributivos, a Argentina manteve o que a caracterizava desde a época do período agro-exportador, que foi um esquema de distribuição de renda menos desigual.

Paradoxalmente, apesar do intenso crescimento econômico, fruto inclusive da conjuntura internacional positiva para as exportações argentinas e a herança dos grandes investimentos feitos durante o governo Frondizi, que deixou uma capacidade ociosa agora explorada; em termos políticos e sociais, é preciso considerar que esse período (1963-1973) foi extremamente turbulento. Crises institucionais e imprevisibilidade nas aplicações das políticas econômicas impediam um aprofundamento da industrialização.

O governo militar de Juan Carlos Onganía havia se proposto a resolver as tensões políticas e sociais buscando um reordenamento social baseado em valores antigos como

ordem, hierarquia, disciplina, e novos, como corporativismo e modernização econômica. Segundo Sevares (2002, p.18;30), Onganía foi o primeiro a tentar terminar com a acumulação baseada na industrialização, proteção e regulação estatal. Buscou inserir a economia argentina na ordem mundial capitalista alinhando o país aos Estados Unidos e ao combate ao comunismo. Esta sociedade era profundamente ativa em termos políticos e não acostumada à exclusão social. O resultado foi que, em 1969 ocorreram distúrbios sociais de inusitada gravidade que desaguardariam no *Cordobazo*, símbolo de todo esse descontentamento social, que pôs fim ao programa desse governo. Esse levante social, que assim ficou conhecido, foi um caso paradigmático do grande descontentamento social acumulado e acabaria com a aparente estabilidade do regime militar. (FERRER, 2006, p.173;194) A queda do Governo Militar, em 1973, trouxe de volta ao poder o Partido Peronista.

Na realidade, todo o período entre 1929 e 1976 foi de turbulência, instabilidade política e descontinuidade dos governos, rupturas institucionais, mais numerosas que na experiência brasileira, “acompanhada de vontade destrutiva com relação a conceitos e objetivos anteriores. Enquanto lá [Argentina] prevalecia a alternância, aqui [Brasil] prevalecia a continuidade.” (CERVO, 2008, p. 49) Fica nítido que a Argentina, ao contrário do Brasil, não houve um consenso mínimo em torno do desenvolvimentismo. De uma forma geral, conforme Love, “a liderança industrial, no Brasil de Furtado, aceitou a intervenção estatal e a ideologia “desenvolvimentista” associada ao estruturalismo com mais facilidade que seus pares na Argentina de Prebisch.” (LOVE, 1998, p.363) Se no Brasil o desenvolvimentismo aglutinou um amplo espectro de forças, da esquerda à direita, construindo entre as elites esse consenso para a experiência desenvolvimentista ser levada adiante, sem interrupções, até a década de 1970, na Argentina isso não ocorreu. Foram décadas de disputa e as forças liberais permaneceram muito presentes na cena política argentina.

O golpe de Estado de 6 de setembro de 1930 demoliu as bases constitucionais do sistema político argentino, com aval imediato da Suprema Corte de Justiça. [...] registraram-se a proscrição do radicalismo e a ‘fraude patriótica’ predominantes até

1943, a proscrição do peronismo entre 1955 e 1973, os golpes de Estado de 1943, 1955, 1962, 1966 e 1976. No período, entrou em cena um fator decisivo: as Forças Armadas, que eram também atravessadas pelas profundas divisões da sociedade civil. Durante mais de meio século, o período mais prolongado de instabilidade institucional de um país importante no século XX, a Argentina esteve convulsionada pelos conflitos, pelas alterações da ordem institucional e finalmente pela violência. Em 1976, sucederam os acontecimentos que encerraram a etapa iniciada em 1930. (FERRER, 2006, p.169)

CAPÍTULO III

O BRASIL E A ARGENTINA NOS ANOS DE CRISE INTERNACIONAL

Após décadas daquele padrão de desenvolvimento descrito no capítulo anterior, que promoveu a industrialização, o Brasil e a Argentina enfrentavam uma série de contradições acumuladas por este processo: inflação recorrente, endividamento externo, concentração regional³⁸ e industrial. Como acontecido em toda história, além de influenciado pelos acontecimentos internos, o comportamento das economias latino-americanas novamente tem sido determinado pelo contexto externo. Embora não se possa negligenciar de forma alguma a responsabilidade dos governos na história do país, redimi-los de qualquer culpa, os eventos internacionais afetaram profundamente as economias brasileira e argentina.

Assim, não apenas as contradições do próprio modelo de desenvolvimento, mas também os efeitos da crise internacional na década de 1970 levaram dificuldades aos países latino-americanos, notadamente Brasil e Argentina. O quadro internacional de crise e a ruptura da ordem econômica do pós Segunda Guerra Mundial em 1973, com a perda do dinamismo no mundo e com a guinada conservadora nos países centrais, teve fortes impactos no mundo todo, inclusive no Brasil e na Argentina. A desaceleração econômica no mundo e a crise do petróleo causaram sérios problemas para o Brasil e a Argentina. A crise do petróleo afetou os países não-exportadores de petróleo de duas formas. Por um lado, aumentaram drasticamente os preços das importações de bens de produção advindas dos países industrializados, aumentando os custos de produção de uma forma geral. Por outro, a conjuntura recessiva afetou as exportações tanto no que se refere aos termos de troca quanto à

³⁸ Assim como o Brasil concentrou a sua indústria na região sudeste, na Argentina o parque industrial foi formado na região da Grande Buenos Aires, e nas cidades de Rosário e Córdoba, o que excluía dos benefícios do progresso industrial grande parte da população desses países, mantendo grande parte da população marginalizada, desempregada ou subempregada, agravando a situação da sociedade como um todo.

quantidade exportada. Ou seja, provocou um desequilíbrio na balança de pagamentos com os sucessivos déficits nas suas contas correntes, solucionado temporariamente pelas euromonedas.³⁹ (BELLUZO, 1982, p.15) O endividamento dos países periféricos aumentou consideravelmente neste momento. Para reativar suas economias, os países centrais os estimularam a manter alto grau de importações advindas dos países centrais, através do endividamento externo. Além disso, como já mencionado, a reciclagem dos petrodólares desenvolvida pelos bancos privados norte-americanos contribuiu para o endividamento, uma vez que o excedente dos países produtores de petróleo foi depositado em grandes bancos privados que buscavam valorizar esses capitais concedendo empréstimos aos países periféricos, inclusive os latino-americanos. A estagnação produtiva nos países centrais levou a transferência dos recursos da produção para as finanças, gerando uma grande liquidez no sistema financeiro internacional. Os capitais ociosos foram canalizados sob forma de empréstimos que seriam concedidos pelo sistema financeiro internacional, a juros baixos, aos países periféricos. Desperdícios não estavam ausentes. Inclusive, muitos empréstimos se destinaram para muitas obras mal planejadas e para corrupção. (SANTOS, 2007, p.89-90)

Durante esses anos o endividamento estatal estava atrelado à expansão da economia real e às necessidades de enfrentar eventuais déficits na balança de pagamentos. O endividamento do setor privado ocorria para a expansão da produção através de aquisição de máquinas e equipamentos. (BASUALDO, 2006, p.139) Esses déficits crônicos, a partir da década de 1970, seriam financiados não mais pelos investimentos externos diretos, que diminuiriam radicalmente, mas, com a grande liquidez internacional, predominantemente por empréstimos externos. A via do endividamento seria amplamente utilizada em toda a América Latina durante esta década. (CANO, 2000, p.24) Com a crescente liquidez internacional impulsionada pelo choque do petróleo, os bancos transnacionais dispuseram de uma

³⁹ São chamadas de euromonedas as moedas que são depositadas e investidas em bancos comerciais europeus, como os eurodólares.

quantidade de recursos inédita. (BASUALDO, 2006, p.139) Com o rompimento unilateral do sistema monetário e financeiro de *Bretton Woods* em 1971 e o fim do regime de paridade em 1973, o endividamento latino-americano não era mais atrelado a instituições governamentais, como o Banco Mundial, o Banco Interamericano, o crédito comercial do *Eximbank* norte-americano, ou entidades semelhantes, mas à bancos privados internacionais, ao sistema financeiro internacional. Embora as taxas de juros fossem baixas, qualquer alteração na taxa aumentaria substancialmente os custos do financiamento e do serviço da dívida acumulada, uma vez que as taxas de juros dos empréstimos eram flutuantes. Foi o que aconteceu em 1978. (SANTOS, 2007, p.89-90; FERRER, 2006, p.239) Ou seja, com o surgimento na década de 1960 de um mercado financeiro paralelo aos dos Estados nacionais, baseado nos eurodólares e a conseqüente internacionalização financeira, ficou facilitado para as nações periféricas obter empréstimos, pois houve uma transferência dos recursos, que antes eram aplicados na produção, para a busca na valorização financeira. Segundo Basualdo (2006, p.146), a “valorização financeira e o endividamento externa como variável dependente da mesma.” (tradução nossa)⁴⁰ Além de aumentar a instabilidade dos mercados, esse desenvolvimento da atividade financeira se caracteriza por não contribuir para o aumento da acumulação de capital na economia. (FERRER, 2006, p.234)

Segundo Cano, 1979 representa uma guinada, uma inflexão, na política exterior estadunidense. A partir deste momento, os Estados Unidos

secundados pelos demais imperialismos, retomaram as ações mediante as quais nos impuseram o chamado ‘Consenso de Washington’, centrado pela dominação da finança internacional. Isso reduziu fortemente nossa soberania nacional e nos impôs – com a aceitação de nossas elites – uma verdadeira ressurreição liberal-conservadora, nossa velha conhecida, hoje porém vestida de ‘nova’ roupagem, a da (falsa) ‘ida ao primeiro mundo’. (CANO, 2000, p.14-15)

⁴⁰ “la valorización financiera, y el endeudamiento externo como variable dependiente de la misma.” (BASUALDO, 2006, p.146)

O símbolo dessa mudança de atitude estadunidense foi o choque dos juros. A adesão dos países ao neoliberalismo será discutida no terceiro capítulo. O impacto imediato dessa medida nos países em questão, no entanto, foi a elevação brutal da dívida externa, e a imensa fuga de capitais a que ela levou. A trajetória do endividamento latino-americano seria, portanto, novamente afetada pelas mudanças na política monetária e financeira dos Estados Unidos. O aumento das taxas de juros dos Estados Unidos inverteu o sinal e reverteu a situação de grande liquidez no mercado financeiro internacional para uma crise de liquidez. (SANTOS, 2007, p.91) O aumento dos juros dos Estados Unidos também alavancou as dívidas de empresas e bancos privados da América Latina. Assim, essas empresas e bancos pagaram a seus respectivos governos em moeda nacional e os governos assumiram as obrigações externas. Esse procedimento foi chamado de estatização da dívida externa. (CANO, 2000, p.31) A Estatização das dívidas externas transformou-se em exigência das instituições financeiras internacionais a partir da década de 1980. (SANTOS, 2007, p.91-92) Com isso, a crise fiscal do Estado agravou-se ainda mais, obrigando os Estados a ampliar o mecanismo da dívida pública, ou seja, vender títulos públicos no mercado financeiro interno para assim obter as divisas para o pagamento da dívida. Perante a pouca credibilidade do Estado os juros desta operação eram muito altos. O aumento da dívida pública interna contribuía para o aumento do gasto público, com juros e correções monetárias aos credores nacionais ainda maiores.

Estava criada, assim, uma geminalidade financeira entre as duas dívidas, aumentando ainda mais as pressões inflacionárias no sistema de preços. Mesmo para os que não haviam expandido em demasia a dívida interna, a recessão encarregava-se de conter a receita fiscal, também agravando, dessa forma, o déficit. (CANO, 2000, p.32)

A elevação dos juros em 1979 aumentou as dívidas de forma assustadora e, ainda, em consequência da recessão mundial gerada pela política de juros altos dos Estados Unidos, levou também à queda dos preços dos *commodities*. Em conjunto, esses efeitos contribuíram para a geração de grandes déficits nas balanças de pagamentos. Conforme discutido

anteriormente, a industrialização brasileira e argentina foram construídas a partir de um modelo dependente de financiamento externo. Com a suspensão das linhas de crédito pelos bancos, marginalizando os países devedores do sistema financeiro internacional e impedindo-os de obter novos empréstimos, esses países se viram mergulhados definitivamente na crise da dívida externa.

De acordo com Ferrer,

Nos países industriais, os instrumentos disponíveis para regulamentação de liquidez e do gasto permitem compensar essas turbulências, limitando seu impacto na economia real. Em troca, nos mercados periféricos, as bolhas especulativas originadas na volatilidade dos mercados provocam ciclos de endividamento que perturbam os equilíbrios macroeconômicos e geram crises financeiras e de pagamentos externos que se transmitem maciçamente à atividade econômica, à produção e ao emprego. (2006, p.235)

A conjuntura internacional do fim da era de ouro caracteriza-se pela substituição nos países centrais do paradigma keynesiano pelo paradigma neoliberal. A reorientação da política econômica interna veio acompanhada de uma nova postura externa. Sua atuação em relação à periferia retomaria as premissas anteriores de que “eram depositários da racionalidade econômica e possuíam as receitas adequadas para resolver os problemas dos países subdesenvolvidos da América Latina, Ásia e África.” (FERRER, 2006, p.245) As organizações multilaterais, o FMI, o Banco Central e o GATT teriam suas atuações adequadas a esses objetivos e passariam a ser instrumentos dos países centrais a reorganização do sistema capitalista mundial. A década de 1980 ficou conhecida pelos países latino-americanos como “a década perdida”. Uma conjuntura interna marcada por uma dívida externa “impagável” e por uma hiperinflação, o que tornava mais aceitável as idéias que vinham de fora.

Atílio Borón resume o drama dos países latino-americanos:

é evidente que a dívida externa joga um papel de singular importância nesta configuração, dado que a enorme quantidade de recursos transferidos para os centros contribuiu para diminuir substancialmente as capacidades de intervenção dos estados nacionais. O déficit público adquire assim renovada virulência, porque não só reflete crônicos desequilíbrios orçamentários, mas expressa, também, a sobrecarga fenomenal ocasionada pelo novo tributo imperial. [...] não há um único

país onde a dívida externa tenha deixado de crescer muito acima das exportações. Inclusive no caso brasileiro, sem dúvida sobressalente pela agressividade de sua ofensiva exportadora, se revela a corrida desigual entre estas duas variáveis. O mesmo pode ser em relação ao peso da dívida externa sobre o PIB, que subiu em todos os países até chegar – como nos casos da Argentina, da Bolívia, do Chile, do Uruguai e da Venezuela – a níveis que provocam calafrios. Em resumo: nossos países devem quase tanto como tudo o que produzem em um ano e vastos segmentos da América Latina – não somente os setores de menores ingressos mas a antiga pequena burguesia e as outrora florescentes camadas médias de profissionais e técnicos – se encontram em um processo de crescente pauperização. (1994, p.196)

Segundo Eric Hobsbawm,

praticamente nada desse dinheiro tinha probabilidade de um dia ser pago, mas enquanto os bancos continuassem a ganhar juros sobre ele – uma média de 9,6% em 1982 (UNCTAD) -, não se incomodavam. Houve um momento de verdadeiro pânico no início da década de 1980, quando, começando com o México, os grandes devedores latino-americanos não mais puderam pagar, e o sistema bancário ocidental esteve à beira do colapso, pois vários dos maiores bancos tinham emprestado seu dinheiro com tal volúpia na década de 1970 (quando os petrodólares entravam a rodo, clamando por investimento) que agora ficariam tecnicamente na bancarrota. Por sorte para a economia dos países ricos, os três gigantes latinos da dívida não agiram conjunto, fizera-se acordos separados para programar as dívidas, e os bancos, apoiados por governos e agências internacionais, tiveram tempo de ir cancelando contabilmente, aos poucos, os bens perdidos e mantendo a solvência técnica. A crise da dívida continuou, mas não era mais potencialmente fatal. Esse foi provavelmente o momento mais perigoso para a economia mundial capitalista desde 1929. (1995, p.412)

É diante desta conjuntura que foi se formando gradualmente um novo consenso em torno de um novo modelo econômico. O desenvolvimentismo, modelo dominante desde a década de 1930, é abandonado pelos dois países em questão.

3. 1 – O Brasil

Quando o general Ernesto Geisel assumiu o governo, em 1974, os efeitos da primeira crise do petróleo do ano anterior e o fim da prosperidade do capitalismo mundial, já se faziam sentir e a economia brasileira, no fim da fase expansiva iniciada em 1967, fragilizada, entrava em declínio. No entanto, apesar das condições internacionais desfavoráveis, e a tendência mundial de adoção de políticas restritivas, o Brasil adotou uma estratégia contrária, acreditando que a situação difícil criada pela crise do petróleo fosse passageira e não antevendo um novo choque que ocorreria em 1979. A partir da identificação do diagnóstico

das dificuldades da economia brasileira, que abrangia o atraso do setor de bens de capital, insumos básicos e de alimentos e a dependência do petróleo, foi formulado o II PND, “o mais importante e concentrado esforço do Estado desde o Plano de Metas no sentido de promover modificações estruturais na economia” (SERRA, 1982, p.101;102)

A interpretação clássica desse Plano é de Castro e Souza. Segundo estes autores, apesar das condições internas e externas desfavoráveis, buscou-se “levar adiante o desenvolvimento em meio à crise e ao estrangulamento externo, através da reestruturação do aparelho produtivo” (CASTRO; SOUZA, 1985, p.42) De um lado, na indústria pesada, reassumindo o projeto que teve na batalha pela moderna siderurgia o seu primeiro grande marco, lançando a empresa estatal como principal agente. De outro, com apoio financeiro do BNDE, o capital privado nacional deveria ser fortalecido. (CASTRO; SOUZA, 1985, p. 54)

o crescimento veloz, horizontal e tecnologicamente passivo dos anos 1968/73 teve abrupto fim em 1974. Dalí por diante, em marcha forçada, a economia subiria a rampa das indústrias capital-intensivas e tecnológico-intensivas [...]. Como resultado do conjunto de programas integrantes da opção 74, a capacidade de produção de petróleo e eletricidade, de insumos básicos e de bens de capital foi drasticamente ampliada. [...] a evolução registrada no último decênio tendeu a descondicionar o dinamismo da economia do perfil da demanda interna [...] e, finda a custosa marcha iniciada em 1974, o país contava com uma nova base e um amplo campo de possibilidades [...] que já não cabe – sequer como caso limite – dentro do perímetro do subdesenvolvimento. (CASTRO; SOUZA, 1985, p. 76;79;82).

Assim, ao contrário da tendência mundial de aplicação de políticas econômicas restritivas, a política econômica do governo Geisel se propôs a aprofundar a industrialização brasileira através do II PND e do esforço chamado por Castro e Souza de “marcha forçada”. Carlos Lessa (1988) concorda com os pressupostos que geraram o II PND, ou seja, a fraqueza do setor de bens de capital e insumos básicos. No entanto, ao contrário de Castro que tem uma abordagem bem mais otimista e talvez exagerada nas qualidades do Plano ou que subestima os seus problemas, construiu uma abordagem diferente, levantando uma série de problemas e insuficiências que teriam tido repercussão para o futuro do país.

De acordo com Carlos Lessa,

o núcleo central da nova Estratégia é integrado por duas diretivas mutuamente articuladas. A primeira indica a montagem de um novo Padrão de Industrialização, no qual o comando da dinâmica da economia localizar-se-ia na indústria de base. A transferência do núcleo dinâmico de certos setores de bens de consumo para a indústria de base e conseqüentes redefinições da infra-estrutura de suporte e do processo de integração nacional compõe a primeira diretiva central de Estratégia. A segunda privilegia a correção dos desbalanceamentos da Organização Industrial mediante o fortalecimento progressivo do capital privado nacional, de molde a inicialmente ‘reequilibrar’ o tripé para posteriormente constituir sua hegemonia. Esta diretiva de fortalecimento do capital nacional é qualificada e não pretende se esgotar no mero robustecer da ‘perna fraca’. Aponta para um ‘capitalismo social’ ou ‘neo-capitalismo’ cuja consecução impõe a indução progressiva de certas práticas e pautas de comportamento empresarial que ‘socializariam’ os benefícios da industrialização. (LESSA, 1988, p.18)

Segundo Lessa, na perspectiva do II PND, embora não explicitado, a empresa estatal seria o agente principal da mudança do padrão de industrialização formando um novo pacto central junto com a grande indústria nacional, principalmente de bens de capital. (LESSA, 1988, p.129) Pretendia-se ampliar a oferta de insumos básicos através da auto-suficiência nacional. A conseqüente ampliação da procura por máquinas e equipamentos no mercado interno “constituiria um horizonte firme e programado para a expansão, diversificação e sofisticação tecnológica da indústria nacional de bens de capital”. (LESSA, 1988, p.91) No entanto, Lessa diz que não se levou em conta que a empresa estatal, o Estado, é um dos instrumentos do pacto de dominação, não tendo, portanto, a autonomia prevista pelo II PND.

Fica clara a subordinação da empresa estatal aos interesses maiores dos pactos. O II PND supôs a empresa estatal como o agente líder da mudança do Padrão de Industrialização e de ‘reequilíbrio’ da Organização Industrial. A Estratégia de acabamento final da Nação–Potência imaginou que sua vontade soberana rasgaria os pactos acima referidos, substituindo-os por um novo Pacto Central: Empresa Estatal/Grande Indústria nacional, notadamente de bens de capital. (LESSA, 1988, p.129)

Esse equívoco demorou a ser percebido devido à forma autoritária de organização do Estado e seus mecanismos de coerção e a desarticulação da sociedade civil. (LESSA, 1988, p.129) Assim, as mudanças de prioridade geraram resistências dentro do próprio pacto de poder. A tendência de uma maior participação estatal, no intuito de completar o ciclo industrial sob a direção do Estado, levou a uma perda gradual de apoio do empresariado brasileiro aos governos militares e sua adesão, a partir da década de 1980, ao projeto neoliberal. “Geisel e o II PND representam, portanto, o momento de auge e início da crise do

Estado desenvolvimentista brasileiro, naquele momento expresso na forma política de uma ditadura militar” (SENRA, 2005, p.189) Nesse mesmo sentido, Fiori chama a atenção para a evolução histórica do processo de industrialização no país em que em todos os momentos em que o Estado havia se proposto a comandar a industrialização pesada, proposta de Geisel, havia enfrentado dificuldades no financiamento da expansão das empresas estatais.

Condicionado pelas reivindicações e resistências empresariais, o Governo limitou, através de deliberação do Conselho de Desenvolvimento Econômico de 15 de janeiro de 1975, em 20% o reajuste máximo de suas tarifas, dificultando o autofinanciamento das empresas. Na mesma direção, ao ser vetada pelo setor privado a realização de integrações horizontais e verticais, impediu-se que a grande empresa estatal aumentasse a massa de seus lucros. Diante de tais constrangimentos, aos quais se somou o limitado acesso ao Tesouro e ao sistema financeiro oficial (destinado prioritariamente ao setor privado), as empresas públicas tiveram que recorrer ao endividamento externo, com todas as conseqüências conhecidas. (FIORI, 1990, p.52)

O uso das estatais para política econômica de curto prazo e as amarras financeiras criadas as impediram de expandir os investimentos públicos e contribuíram para a posterior estagnação econômica.

Nos percalços da construção da industrialização pesada criou-se um fosso definitivo entre os objetivos e os meios de alcançá-la. Esta cisão, impeditiva de formação de um pacto político industrializante eficiente nasceu, em nossa avaliação, pela incapacidade de incorporação tanto do capital financeiro quanto da classe trabalhadora no ‘interior’ do Estado, problema que tem origem no Plano de Metas e não foi totalmente resolvido em 1964. Do ponto de vista do papel consagrado ao primeiro, como descrito acima, revela-se que no fundo ele foi apenas um instrumental do regime político do pós-64 e não a consagração de uma classe social associada a uma fração de capital que participa do processo de valorização. Esta situação ‘aparece’, na prática, como uma hipertrofia do sistema financeiro privado sem que houvesse a atribuição para este de ‘tarefas’ proporcionais ao volume de valor concentrado em suas mãos. (KOCHER, 1997, p.218)

“Na prática o II PND foi parcialmente desativado a partir de meados de 1976 devido fundamentalmente à adoção de uma política antiinflacionária de natureza contencionista.” (SERRA, 1982, p.105) As dificuldades que os desequilíbrios macroeconômicos, principalmente inflação e balanço de pagamentos, impunham no curto prazo, foram responsáveis pelo embate dentro do governo entre os desenvolvimentistas e o comando da política macroeconômica. A solução provisória para esta disputa foi a elevação da taxa de juros, com a entrada maciça de empréstimos externos. A política cambial ficaria presa à

política de financiamento externo e ao pagamento crescente do fluxo do serviço da dívida. O projeto ficou marcado por uma grande ambigüidade estratégica. Conforme assinala Fiori, dividiu-se entre a opção desenvolvimentista e a gestão estabilizadora, entre o projeto de potência intermediária e o financiamento externo e entre a vocação estatista e a “submissão aos pactos e compromissos cartoriais, corporativos e regionais que privatizaram e limitaram a própria possibilidade de modernização e eficácia do Estado”. (FIORI, 1990, p.53) Essa ambigüidade existiu na forma do endividamento das estatais, primeiramente seguindo a lógica desenvolvimentista e, depois, a lógica estabilizadora, ao atuar na tomada de empréstimos externos para equilibrar a balança de pagamentos. Também, na mudança da função do endividamento público interno, não mais a disposição de captar recursos em prol do desenvolvimento de longo prazo, mas apenas como instrumento de política econômica de curto prazo, tanto pra financiar o déficit da balança de pagamentos quanto combater a inflação. Essas ambigüidades desaguariam na crise de 1980. (FIORI, 1990, p.53)

Esses obstáculos e conflitos explicam porque a complementação do processo de substituição de importações teve conseqüências tão catastróficas. Esse enorme esforço, feito por um Estado sem solidariedade empresarial e com endividamento externo, parece ter nos levado a uma crise mais profunda do que as que se sucederam às tentativas anteriores de instalação de indústria pesada no Brasil. (FIORI, 1990, p.52-53)

Kocher chama a atenção para o fato de que o Plano trabalhava com a perspectiva de economia política de que “o valor tem origem na produção” (KOCHER, 1997, p.215), sem incorporar o setor financeiro, visto como obstáculo, como um instrumento imprescindível ao desenvolvimento econômico, conforme exemplos das revoluções microeconômicas da Alemanha e do Japão nos anos oitenta. (KOCHER, 1997, p.215;219)

O sistema financeiro já tinha adquirido uma importância econômica muito grande e alcançado uma autonomia relativa e por isso difícil de disciplinar, condicionando a evolução

econômica. Por isso, “Esta impossibilidade política de vivenciar a sobredeterminação⁴¹ financeira acabou empurrando-a para o descontrole, fazendo valer a sua força através da inflação dos preços e da assincronia macroeconômica.” (KOCHER, 1997, p.215-219)

Foi no plano da sobredeterminação financeira que este fracasso encontrou a principal forma de manifestação. O ocaso do 2o. PND atingiu em cheio o sistema financeiro, impingindo a este inconsistências proporcionais as do projeto industrial. A sua transformação era uma forma de compensação da crise macroeconômica esquadrihada inicialmente na produção bruta de valor. (KOCHER, 1997, p.219)

Foi criada, assim, uma nova orientação financeira, entre 1976 e 1979, período em que se alcançou no Brasil um equilíbrio no mercado financeiro e nos indicadores inflacionário, que impulsionou o endividamento externo, o notadamente o público, alimentando a especulação improdutiva, consolidando como herança deste governo a ciranda financeira. (KOCHER, 1997, p.223)

As reformas do sistema financeiro ensejaram uma forma nova de articulação político-econômica e de fortalecimento do poder empresarial e de suas críticas anti-estatistas, muito fortes no decorrer de 1976. Este setor mesmo excluído do processo político não sofreu perdas patrimoniais. A partir deste momento, face à incapacidade de uma transformação profunda da estrutura produtiva, o ganho financeiro passa a ser uma forma de compensação, fazendo valer uma das faces da economia política do capital financeiro que é a valorização ‘por fora’ do capital produtivo. As políticas públicas associaram de forma duradoura ganhos no mercado financeiro com lucros extras oriundos da inflação dos preços. (KOCHER, 1997, p.226)

Segundo Tavares,

Mediante desvalorizações cambiais, elevações das taxas de juros internas e arrocho salarial e tarifário, permitiu-se uma forte redistribuição de renda em favor do setor empresarial privado, acentuando os seus lucros como rentistas. Mas não se fez apenas isto, promoveu-se também uma verdadeira modificação patrimonial de ativos e passivos entre o setor público e privado. O setor público aumentou o seu estoque de dívidas (externa e interna), enquanto os grupos empresariais privados, vangloriando-se de sua eficiência, diminuíram o seu endividamento, liquidaram sua dívida externa e interna, fizeram aplicações financeiras e aumentaram as suas margens de lucro não operacional. Com o que, o setor privado passou, a partir do início da década de oitenta, de devedor líquido a credor líquido do Banco Central e, através deste, tornou-se também credor indireto do setor público, já que o sistema bancário funciona a partir da década de oitenta como um supridor líquido de crédito

⁴¹ “Atingimos, então, o conceito de sobredeterminação financeira, que é a base material de funcionamento da economia capitalista a partir do século XIX. Ela traduz um dimensionamento diferenciado da economia capitalista que não mais conseguiu ser explicado pela matriz mercado-valor-trabalho. A sua sucedânea, a matriz valor-utilidade, recriou a mística do mercado no interior deste contexto vivenciando apenas algumas das questões da economia política.” (KOCHER, 1997, p.29)

As outras frações do capital como o industrial, o comercial e o agrário passaram a ser condicionados pelo capital financeiro. A taxa de lucros do capital produtivo e os preços das mercadorias estão diretamente relacionados à taxa de juros.

a todas as órbitas do setor público federal e estadual. (FIORI, 1990, p.53 apud TAVARES, 1985, p.95)

O novo choque externo do petróleo, somado ao aumento dos juros dos Estados Unidos, agravou a situação interna, notadamente da inflação, que já dava sinais de crescimento (KOCHER, 1997, p.226) e da balança de pagamentos. “A conjuntura inaugurada em 1979 marca o rompimento do equilíbrio alcançado no mercado financeiro e nos indicadores inflacionários que existiu desde 1976.” (KOCHER, 1997, p.226) A forma como os empréstimos haviam sido negociados tiveram conseqüências graves. O endividamento externo era de alto risco, baseado em capitais tomados a juros flutuantes e prazos de pagamentos curtos. A dívida externa aumentou muito o serviço da dívida externa e o volume de financiamento externo necessário alcançou “dimensões claramente não marginais” no mercado financeiro internacional. (SERRA, 1982, p.116) Os déficits comerciais deixaram, nesta época, de serem os principais responsáveis pelo aumento da dívida externa, lugar a partir de então ocupado pelo pagamento dos seus juros. Sem poder formular qualquer tipo de programa de longo prazo, a preocupação se voltou apenas para a conjuntura. Todos os esforços de política econômica se voltaram para o pagamento da dívida externa impedindo renovadas tentativas de aprofundamento da industrialização. Em conseqüência da dívida externa, inesperadamente aumentada em grande proporção no último ano do governo Geisel, em 1979, devido ao aumento dos juros norte-americanos e a posterior moratória mexicana, que estancou a entrada de recursos externos, a década de 1980 ficou caracterizada pelo acentuado declínio do crescimento econômico, elevação da inflação, a queda nos investimentos, aumento do déficit público e o crescimento das dívidas externa e interna. A crise da dívida externa desestruturou profundamente a economia brasileira e conduziu o país à hiperinflação. A moratória do México representaria a implosão do Estado desenvolvimentista. Com o estancamento do financiamento externo, tornou inviável a formulação de políticas econômicas industrialistas de longo prazo. Em função do esgotamento das reservas

internacionais brasileiras, o Banco Central começou a assumir a dívida dos agentes privados nacionais, no processo da estatização da dívida. As sucessivas crises da década de 1980 tornaram evidente a fragilidade financeira do país, no momento da já difícil transição para a democracia. (FIORI, 1990, p.53).

Segundo Cano (2000, p.25), “A rigor o Brasil foi o país que melhor utilizou as chances desse momento, ao fim do qual mostrava a indústria mais integrada da América Latina.”. De fato, Serra reconhece que “ficou relativamente distante a meta de desenvolvimento desse setor que o governo Geisel (1974-1979) havia fixado, mas não há dúvida de que o avanço realizado foi substancial.” (SERRA, 1982, p.113)

Embora longe de produzir resultados semelhantes ao Plano de Metas, o II PND teve êxito na substituição de importações de produtos intermediários e um resultado positivo no impulso à indústria doméstica de bens de capital, sob a ação direta das empresas estatais ou então graças ao forte apoio do sistema BNDE e do CDI ao setor privado. (SERRA, 1982 p.105)

Serra aponta que esse avanço “expressou-se em uma redução do coeficiente importado de máquinas e equipamentos nos projetos de investimentos e no consumo aparente destes produtos (26 para 19 por cento entre 1973-1979)” (SERRA, 1982 p.113) Assim, o Plano ainda que não tenha atingido tudo a que se tinha proposto, conseguiu ampliar o parque industrial e avançar em termos tecnológicos e institucionais. Acreditamos ser válido também em relação ao II PND, o que Lessa afirmou em relação ao Plano de Metas. Que a estrutura industrial integrada, ao mesmo tempo em que acentuou algumas dificuldades – muitas, na verdade –, dispôs as pré-condições necessárias para a correção futura destas dificuldades. (LESSA, 1981, p.87)

Acreditamos que essa opção ousada de aprofundar o desenvolvimento num momento de crise internacional e a reivindicação de maiores espaços de poder nas relações internacionais, acabou distinguindo o Brasil da Argentina, porque asseguraram a possibilidade de se contrapor mais tarde ao modelo que começaria a tornar-se hegemônico, uma vez que a

posição que cada país ocupa dentro do sistema internacional determina em grande medida as possibilidades e os limites de desenvolvimento de suas forças produtivas e sociais.

3.2 – A Argentina

A instabilidade enfrentada pela Argentina no final do regime militar, não deixava outra possibilidade senão a volta de Perón ao país. Perón era visto como a única opção para restabelecer a paz social neste momento em que o país estava submerso em violência de tal nível que ameaçava seriamente a segurança nacional. Havia a expectativa de um governo peronista semelhante ao do pós-guerra. O contexto interno e externo, no entanto, era totalmente outro. Internamente, a economia argentina encontrava-se mais diversificada e complexa com graves problemas em sua balança de pagamento. A transferência de renda do campo para a cidade e da agricultura para a indústria não era mais viável. Além disso, os serviços públicos estavam quase na sua totalidade sob gestão de empresas do Estado, não sendo mais possíveis novas nacionalizações como feitas nos primeiros governos peronistas. (FERRER, 2006, p.202-203)

Diante desta situação social, econômica e política conflituosa e de rápida desagregação social, o governo buscou equilibrar a relação entre trabalhadores e empresários formando um novo pacto social. Neste sentido, percebe-se a ambigüidade na política econômica peronista que, seguindo uma lista oficial criada para este fim, buscou congelar os salários e os preços. No entanto, a fragilidade deste pacto social logo ficou evidente. Acrescentando às próprias dificuldades internas, o contexto externo também foi determinante para o aumento das dificuldades para esse governo. Além do fim da era de ouro e o abandono da paridade ouro-dólar estabelecida em *Bretton Woods*, o primeiro choque do petróleo, que ocorreu em 1973, coincidiu com o primeiro ano deste terceiro governo de Perón e nele influenciou diretamente.

Representou mais um elemento desestabilizador do pacto social que Perón buscava construir. De um lado, as empresas nacionais reivindicaram com ainda mais força o direito de transferir os custos para os preços internos. De outro lado estavam os sindicatos que pressionavam pela manutenção dos salários reais. Buscando adiar o problema o “Estado subsidiou a importação dos insumos encarecidos, o que, no entanto, reduziu drasticamente as reservas em moeda estrangeira do governo”. Portanto, tornava-se difícil manter o pacto social que esse governo buscava. (FERRER, 2006, p.202)

A esfera financeira estava em plena expansão, com a integração das principais praças, que instalou um gigantesco mercado especulativo de capitais de curto prazo. Isso criou novos desafios e oportunidades para a Argentina, que não havia durante os primeiros governos peronistas. No entanto, segundo Basualdo (2006, p.124-125) é exatamente neste governo peronista o momento culminante do processo de modificação de transformação do ciclo curto, ao se fazerem sentir os acordos governamentais com o bloco socialista que representaram a abertura de novos mercados para a venda dos produtos industriais argentinos.

Neste contexto, é de fundamental importância compreender que em meados da década de 1970, apesar da convulsionada situação política, o processo de industrialização baseada na substituição de importações exibiu uma crescente consolidação porque havia se transformado as características do ciclo curto – a fase de declínio já não acarretava uma queda generalizada do valor agregado, mas a desaceleração da mesma – a partir da junção das exportações de bens de origem industrial e o endividamento externo. Mais ainda, a expansão sistemática dessas exportações industriais prenunciava a possibilidade certa de poder superar a tradicional capacidade de veto da oligarquia agropecuária dos pampas do crescimento industrial. (BASUALDO, 2006, p.126, tradução nossa)⁴²

No entanto, durante a expansão da economia interna, os preços do petróleo dispararam. Para pagar o petróleo e outros produtos drasticamente encarecidos foram usadas as reservas que tinham aumentado muito no ano anterior devido às exportações. A barreira

⁴² “En este contexto, resulta de primordial importancia comprender que a meados de la década del setenta, a pesar de la convulsionada situación política, el proceso de industrialización basado en la sustitución de importaciones exhibía un creciente consolidación porque se había transformado las características del ciclo corto – la fase de declinación ya no acarreaba una caída en la generación del valor agregado sino desaceleración de la misma – a partir de la conjunción de las exportaciones de bienes de origen industrial y el endeudamiento externo. Mas aún, la sistemática expansión de esas exportaciones industriales preanunciaba la posibilidad cierta de poder superar la tradicional capacidad de veto de la oligarquía agropecuaria pampeana al crecimiento industrial” (BASUALDO, 2006, p.126)

imposta à carne argentina por ocasião da epidemia de aftosa na Europa em 1974 criou ainda mais dificuldades. Através das reservas e do congelamento dos preços, os preços foram mantidos sob controle. No final de 1974, no entanto, com o esgotamento das reservas e os déficits registrados na balança de pagamentos, dispararam. (ROCK, 1991, p.448-449)

A presidência de Isabel Perón, entre 1974 e 1976, que assumiu o governo após a morte de Juan Perón, se notabilizou por uma ainda mais profunda instabilidade política e econômica. Esta seria a segunda tentativa de aplicação de uma agenda liberal, dando início a ataques contra as rebeliões sociais e as regulações estatais. As resistências populares, ao mesmo tempo em que interromperam esse projeto, possibilitaram um novo golpe militar no país em 1976, quando assumiu o governo o General Vidella (1976-1981). (SEVARES, 2002, p. 18). Este que seria o sexto golpe de Estado desde a década de 1930 seria muito diferente dos demais, no que se refere à origem da crise e às respostas do Estado. Este foi sustentado numa nova aliança de grupos no poder. O setor industrial foi substituído pelo setor financeiro obedecendo a uma estratégia que alterava substancialmente as políticas de inserção internacional vigentes no país até então. Assim, do ponto de vista da política econômica do novo regime, “provocou uma mudança de tal magnitude, que acarretou o encerramento da etapa da industrialização não concluída.” (FERRER, 2006, p.204) A *sangre y fuego*, segundo expressão utilizada por Sevares (2002, p.18), impuseram o disciplinamento dos trabalhadores e a abertura financeira e comercial.

A ditadura militar pretendia acabar com os conflitos sociais atacando uma excessiva politização que seria a doença que a sociedade argentina sofria. O mal da Argentina seria a indústria artificial e protegida. Antes desta ditadura militar, a Argentina havia alcançado para sua população padrões de vida superiores aos dos outros países latino-americanos e havia conseguido avançar significativamente no seu processo de industrialização. No entanto, esse modelo de industrialização apresentava um conjunto de dificuldades no que se refere à

organização industrial (escala de plantas muito reduzidas, falta de subcontratação e fornecedores especializados, e falta de competitividade internacional) e ao próprio funcionamento macroeconômico da economia (elevadas transferências de rendas, balanço de pagamentos fortemente deficitária, entre outros). (KOSACOFF, 1993, p.13) Sem conseguir criar um novo dinamismo industrial, aproveitando “os acervos tecnológicos acumulados na etapa anterior para superar suas dificuldades” a resposta foi a “de uma tentativa de reforma estrutural associada à abertura da economia.” (KOSACOFF, 1993, p.13-14), “que propunha a eliminação do conjunto de regulações, subsídios e privilégios”, ou seja, retornando à perspectiva das vantagens naturais da economia primária argentina, e com “total confiança nos mecanismos de alocação de recursos do mercado e no papel subsidiário do Estado” (KOSACOFF, 1993, p.21) Procurava-se, assim, modernizar e aumentar a eficiência da economia. (KOSACOFF, 1993, p.21)

A participação crescente e ininterrupta da indústria na economia argentina estende-se até meados da década de 70, ponto a partir do qual tem início o retrocesso permanente de sua importância. Essa queda é de tal magnitude que o grau de industrialização de inícios dos anos noventa é similar aos valores da década de 40. (KOSACOFF, 1993, p.15)

Sem dúvida, a mudança de paradigma teórico nos países centrais influenciou decisivamente nos rumos das políticas econômicas dos países periféricos. A implementação dessa estratégia econômica da ditadura militar argentina em 1976, no entanto, não pode ser interpretada como o fim da ideologia desenvolvimentista no país uma vez que foi uma imposição autoritária e não a formação de qualquer novo consenso. Essas transformações foram levadas adiante em condições de total exclusão política e econômica. (SCHVARZER, 1985, p.57) As mudanças foram impostas de cima para baixo. Ou seja, era uma mudança ilegítima, amparado pela força e, portanto, sem a sustentação de um bloco de interesses econômicos e políticos estáveis.

Segundo as palavras de Basualdo:

Em março de 1976 irrompeu uma nova ditadura militar, introduzindo um giro tão profundo no funcionamento econômico que implicou uma mudança no regime social de acumulação, deixando para trás a industrialização baseada na substituição de importações. Quer dizer que não se tratou da constituição de um novo padrão de acumulação de capital que instaurou-se a partir do esgotamento econômico, do anterior, mas uma interrupção forçada por um novo bloco dominante quando a industrialização substitutiva estava no princípio de sua consolidação. (BASUALDO, 2006, p.126, tradução nossa)⁴³

O plano econômico lançado pelo Ministro da Economia, Martinez de Hoz, foi denominado Processo de Reorganização Nacional. É possível identificar várias etapas⁴⁴ durante a execução deste plano, mas as idéias centrais foram mantidas até o final do programa entre 1980-1981. Os três objetivos fundamentais da estratégia, que se enquadram no enfoque monetário da balança de pagamento, de acordo com Ferrer eram: “a abertura da economia, a redistribuição da renda e a reforma financeira, além de um instrumento que se tornou decisivo no curso dos acontecimentos: a política cambial.” (FERRER, 2006, p.246-247)

No que se refere à abertura da economia, o investimento privado estrangeiro passou a receber o mesmo tratamento que as empresas locais e as tarifas de importação foram significativamente reduzidas. Com a supervalorização do câmbio, a produção doméstica de manufaturados ficou encarecida levando a “um processo de substituição de importações no sentido inverso ao tradicional. Isto é, substituiu produção interna por importações.” (FERRER, 2006, p.247)

Esta ditadura também levou adiante uma forte redistribuição de renda através da intervenção nos sindicatos e perseguição de seus dirigentes, da proibição de suas atividades, do direito de greve, da reforma da lei de contratos de trabalho e das convenções salariais coletivas, inclusive congelando salários. Além da deterioração dos salários, o

⁴³ “En marzo de 1976 irrumpió una nueva dictadura militar, introduciendo un giro en el funcionamiento económico tan profundo que implicó un cambio en el régimen social de acumulación, dejando atrás la industrialización basada en la sustitución de importaciones. Es decir que no se trato de la constitución de un nuevo patrón de acumulación de capital que se instauró a partir del agotamiento económico, del anterior sino de una interrupción forzada por un nuevo bloque dominante cuando la industrialización sustitutiva estaba en los albores de su consolidación.” (BASUALDO, 2006, p.126)

⁴⁴ No livro *Nacionalismo y ordem constitucionais*, (1981, Fondo de Cultura Económica) essas etapas, com as mudanças dos instrumentos utilizados, são analisadas minuciosamente.

desmantelamento da indústria contribuiu também para essa redistribuição, com o aumento do desemprego e do subemprego. (FERRER, 2006, p.247; BASUALDO, 2006, p.133;135) Em outra frente, a redistribuição da renda também se deu através da transferência da renda das atividades urbanas para as atividades rurais. (FERRER, 2006, p.247)

A reforma financeira está diretamente vinculada à expansão da indústria financeira deste período. A reforma financeira iniciada em 1977 engloba medidas tais como a desregulamentação da atividade financeira, a liberação das taxas de juros e a implementação da chamada regulamentação monetária, que previa a compensação aos bancos “pela imposição dos elevados efetivos mínimos para esterilizar a expansão monetária originada no déficit fiscal e no aumento das reservas internacionais na fase de entrada líquida de capitais de curto prazo.” Cresceram vertiginosamente a intermediação e a especulação com o estímulo para o surgimento de novas instituições financeiras. (FERRER, 2006, p.247-248)

Kosacoff (1993, p.22) assinala que até fins de 1978 houve uma recuperação da produção de bens de consumo duráveis e de capital, devido ao crescente investimento e à redistribuição regressiva das rendas. Chama de “reabilitação” da economia iniciada com a redução das tarifas de importação. A reforma financeira, no entanto, teria criado um mecanismo totalmente distinto para a alocação dos créditos. No contexto de uma crescente abertura externa em termos de mercado de capitais e de bens, em 1978 as autoridades econômicas argentinas anunciaram a desvalorização cambial progressiva, através da tabelinha cambial, que deveria chegar ao câmbio fixo em 1981. A intenção era fazer convergir as taxas de juros e de inflação internas às taxas de juros e de inflação internacionais. Acreditava-se que ao alcançar a convergência, um novo esquema de preços relativos na economia seria estabelecido. Em conjunto com a política tarifária, com essa política cambial os setores menos eficientes desapareceriam e se desenvolveriam as atividades com maiores vantagens comparativas internacionais. Kosacoff chama a atenção ainda para o fato que o sistema

financeiro argentino desde a década de 1930 havia se caracterizado pela regulação do Banco Central de linha de redesconto para a concessão de créditos, com taxas de juros altamente negativas, tendo as empresas industriais uma posição privilegiada em sua locação. (KOSACOFF, 1993, p.22-23)

No entanto, os ajustes de paridade foram inferiores ao aumento dos preços internos o que levou a uma crescente supervalorização cambial, prejudicando a produção e o emprego e beneficiando a especulação financeira e a fuga de capitais. (FERRER, 2006, p.248) A livre entrada de capitais externos, principalmente de curto prazo e do mercado financeiro de grande liquidez e com juros altos, resolvia temporariamente o problema da balança de pagamentos aumentando significativamente, no entanto, o endividamento externo. Assim, “o setor industrial sofreu a crise mais profunda de sua história, pela conjugação de vários fatores negativos” (KOSACOFF, 1993, p.23)

A política econômica deste governo acabou com as condições anteriores do setor industrial de proteção do mercado interno, alto poder aquisitivo da população, incentivo às exportações, taxas de juros ativas, às vezes inclusive negativas e preços relativos favoráveis dos insumos locais. Com a abertura do mercado interno, o aumento do valor da moeda local, o aumento das taxas de juros, a contração do poder aquisitivo da população, o aumento dos preços dos insumos não-comercializáveis, a desativação dos incentivos às exportações levou à falência de pequenas, médias e até grandes empresas nacionais. O setor da região dos pampas não foi afetado da mesma maneira devido à competitividade de seus recursos naturais. Surgiram algumas possibilidades de lucro em setores de bens e serviços em que não havia concorrência internacional. Além disso, surgiram possibilidades de ganhos extraordinários na própria indústria financeira. (FERRER, 2006, p.248-249).

A reforma financeira implementada pelo regime militar, aproveitando as facilidades de obtenção de créditos a juros baixos e permitindo a entrada e saída de investimento estrangeiro,

dentro de um contexto de juros internos altos e juros externo baixos propiciou a setores da sociedade argentina um período denominado de *plata dulce*. Este período se caracterizou como um período em que setores da sociedade argentina puderam desfrutar do dólar baixo, produtos importados baratos devido à abertura comercial e de viagens ao exterior com mais facilidade. Na realidade,

os comportamentos microeconômicos e setoriais foram muito diferenciados. Houve um conjunto de reestruturações e incrementos de competitividade, em muitos casos complementados com dismantelamentos de firmas, equipamentos de engenharia e recursos humanos qualificados em muitos outros. O resultado foi a estagnação, já que o somatório dos casos exitosos não foi suficiente para gerar um modelo de desenvolvimento sustentável no médio prazo. (KOSACOFF, 1993, p.29-30)

A Argentina apesar da alta diversificação industrial em meados da década de 1970 caracterizava-se pelo fraco desenvolvimento da indústria de bens de capital, a exemplo da maioria dos países de industrialização intermediária, e das indústrias produtoras de bens intermediários de uso difundido (alumínio, papel, aço, petroquímica, etc). A prioridade sempre havia sido nas indústrias de insumos que, paradoxalmente, foi muito impulsionado durante a abertura econômica de 1976-1981, “evidenciando a desarticulação das políticas e gerando a mudança mais importante da estrutura industrial na década de 80, com acentuação da concentração e da ‘heterogeneidade estrutural’”⁴⁵, e com mudanças significativas em sua especialização intra-industrial” (KOSACOFF, 1993, p.29) A indústria reduziu consideravelmente sua participação no PIB, sobrevivendo principalmente as empresas ligadas à exportação e, principalmente, as vinculadas ao setor primário e intensivos de recursos naturais. (KOSACOFF, 1993, p.29) A forte redução da indústria de bens de capital

⁴⁵ Kosacoff se refere ao desempenho muito diferenciado em nível setorial e, particularmente, em nível empresarial. De um lado, a estagnação, decomposição, atraso e redução de muitas firmas. De outro, o desenvolvimento de outras empresas que conseguem modernizar as suas estruturas produtivas. O autor ainda fala sobre o caráter regressivo das transformações industriais no sentido de que a economia argentina teria sido incapaz de resgatar os acervos positivos das décadas de substituição de importações, o conhecimento acumulado, habilidades, capacidades de engenharia, equipamentos, recursos humanos, bases empresariais, entre outros, e aproveitá-los no novo modelo para contribuir para superar as dificuldades. Por outro lado, dentro dessa referência ao caráter regressivo do processo de reestruturação, expõe sobre as transferências de renda. A deterioração das políticas públicas e sociais, nas mais diversas áreas, entre as quais educação, saúde, habitação, infra-estrutura comprometeu a equidade da sociedade e também afetou negativamente a competitividade sistêmica da economia.

representou, portanto, um processo de desindustrialização, uma vez que a internalização da produção de bens de capital, conforme explicado anteriormente, é de vital importância para completar o processo de industrialização. Sem esse setor, o grau de reprodução da capacidade produtiva depende da capacidade de importação. Cresceu vertiginosamente a participação das empresas estrangeiras em relação à diminuição das empresas nacionais. Muitas das grandes empresas nacionais tornaram-se cada vez menos industriais e mais comerciais. (BASUALDO, 2006, p.143) Além disso, o investimento externo direto se resumia quase que exclusivamente ao investimento para a compra de empresas estatais e não mais na instalação de novas empresas produtivas. (BASUALDO, 2006, p.132)

Essa nova fase de estrangeirização da economia local apresentou características inéditas em termos históricos, porque não se tratava da venda de empresas que registravam uma situação econômico-financeira comprometida, mas das que eram líderes em suas respectivas atividades ou, inclusive, as de maior rentabilidade na economia real como era o caso das empresas de serviço público. Efetivamente, [...] tudo indica que neste aspecto também houve uma ruptura em termos históricos pela interrupção de um comportamento que se inscreveu na lógica da valorização financeira a nível internacional, na qual a obtenção de ganhos patrimoniais ou de capital mediante a venda de empresas cumpria um papel relevante. (BASUALDO, 2006, p.145, tradução nossa)⁴⁶

São evidentes as pressões do sistema financeiro internacional para a adoção de medidas que facilitassem os fluxos de capitais e impusessem a interrupção da industrialização no país. No entanto, é necessário analisar o papel das diferentes setores internos e quais aplicaram essas transformações. À presença do capital financeiro internacional do bloco dominante, somaram-se outros setores que se realinharam. Foi determinante, portanto, a mudança das relações internas dos grupos e atores sociais. Nesta época, consolidaram-se os grupos econômicos que seriam protagônicos na política econômica argentina pelo menos até a década de 1990. Segundo Basualdo, a contraparte local do capital financeiro internacional foi

⁴⁶ “Esta nueva fase de extranjerización de la economía local presentó características inéditas en términos históricos, porque no se trataba de la venta de empresas que registraban una situación económica-financiera comprometida, sino de las que eran líderes en sus respectivas actividades o, incluso, las de mayor rentabilidad en la economía real como era el caso de las empresas de servicios públicos. Efectivamente, como se analizará con mayor detalle más adelante, todo indica que en este aspecto también hubo una ruptura en términos históricos por la irrupción de un comportamiento que se inscriba en la lógica de la valorización financiera a nivel internacional, en la cual la obtención de ganancias patrimoniales o de capital mediante la compraventa de firmas cumplía un papel relevante.” (BASUALDO, 2006, p.145)

a oligarquia dos pampas e sua fração diversificada, ou seja, a que ao longo da história diversificou seus investimentos, inclusive para a indústria, juntamente com seus intelectuais orgânicos. Assim, formou-se um novo bloco social dominante. (BASUALDO, 2006, p.140)

Foram esses setores que se beneficiaram com a abertura indiscriminada e a reforma financeira.

Mais grave que essa dependência 'real' foi a subsistência da dependência ideológica dos velhos grupos dirigentes, de seus novos sócios ligados ao setor financeiro e de um poder burocrático cada vez mais distante das demandas e aspirações da sociedade argentina. O nosso é o único, entre os países importantes da América Latina, em que a ideologia pré-industrial conserva uma virulência extrema. No Brasil ou no México, nada lhes ocorre hoje em dia supor que o desenvolvimento pode voltar a assentar-se exclusivamente nas atividades tradicionais de exportação primária. Na Argentina, sim. (FERRER, 1982, p.31, tradução nossa)⁴⁷

Dentro deste processo de valorização financeira, as frações de capital dominantes contraíam dívida externa, não mais para a compra de máquinas e equipamentos, mas para valorizá-los no mercado financeiro interno (títulos, bônus, depósitos, etc.) aproveitando-se do diferencial entre as taxas de juros internas e externas favoráveis à primeira. Ou seja, a fuga de capitais agora estava intrinsecamente vinculada ao endividamento externo, este não mais relacionado aos investimentos produtivos, mas apenas como instrumento de ganhar dinheiro através da especulação. (BASUALDO, 2006, p.131-132) Essa cisão entre a evolução da economia real e a financeira trouxe recorrentes crises econômicas que não apenas destruíam o capital fictício, mas, também, restringiam o crescimento econômico. (BASUALDO, 2006, p.131) O Estado se submeteu também a essa lógica ao se endividar no mercado financeiro interno, sendo o maior tomador de crédito, e permitindo, inclusive, a estatização freqüente da dívida externa privada. (BASUALDO, 2006, p.131) Foi o que aconteceu em 1982 quando os países devedores se encontravam em grandes dificuldades e os grupos empresariais argentinos

⁴⁷ “Más grave que esta dependencia 'real' fue la subsistencia de la dependencia ideológica de los viejos grupos dirigentes, de sus nuevos socios ligados al sector financiero y de un poder burocrático cada vez más alejado de las demandas y aspiraciones de la sociedad argentina. El nuestro es el único, entre los países importantes de la América latina, en que la ideología pre-industrial conserva una virulencia extrema. En Brasil o México, por ejemplo, a nadie se le ocurre hoy en día suponer que el desarrollo puede volver a asentarse exclusivamente en las actividades tradicionales de exportación primaria. En la Argentina si.” (FERRER, 1982, p.31)

secundados pelos credores financeiros internacionais, conseguiram transferir grande parte das suas dívidas para o Estado, deixando-o em sérias dificuldades.

Com essa política econômica renunciou-se ao comando da economia, à gestão autônoma dos instrumentos de política econômica, e se colocou numa situação de sujeição às bolhas especulativas, lógica acentuada pelo próprio programa econômico adotado. (FERRER, 2006, p.252) Com o aumento dos juros norte-americanos, a dívida externa cresceu vertiginosamente e produziu-se entre 1980 e 1982 uma fuga de capitais que levou à quebra das reservas do Banco Central. Mantendo a política cambial com as reservas e nova dívida, Ferrer assinala que “Foi um dos episódios mais notórios do comportamento do modelo: importar dívida e exportar capitais.”. Manteve-se, assim, a política cambial até que os “beneficiários da indústria financeira já estavam a salvo” (FERRER, 2006, p.250). Neste momento, a Argentina era o país mais endividado do continente e saltava a taxa de inflação, levando à crise o regime. Com isso, a Argentina foi o primeiro país a enfrentar o que, posteriormente, com a moratória do México, seria um problema continental: a crise da dívida. (FERRER, 2006, p.251)

Assim, o processo de desindustrialização sofrido pelo país, com uma estrutura econômica e industrial neste momento muito fragilizado, com inflação em patamares elevados, crise da dívida, degradação do quadro social, fracasso da Guerra das Malvinas, a exposição de todas as violações dos direitos humanos do regime militar e sua conseqüente desmoralização pela comunidade internacional, tornaram o regime insustentável. Em seu livro *Pos Guerra*, escrito em 1982, Ferrer não se ocupa, como seria de se imaginar, do pós Guerra das Malvinas. “Este ensaio se ocupa, pois, do pós-guerra monetarista e não do pós-guerra das Malvinas. Como assinalo no texto, esta última não modifica, até agora, a natureza da crise.” (FERRER, 1982, p.16, tradução nossa)⁴⁸ Segundo este autor, a Argentina enfrentava naquele momento

⁴⁸ “Este ensayo se ocupa, pues, de la post-guerra monetarista y no de la post-guerra de las Malvinas. Como señalo en el texto, esta última no modifica, hasta ahora, la naturaleza de la crisis.” (FERRER, 1982, p.16)

“três problemas típicos de países que enfrentaram um prolongado e penoso conflito bélico: a destruição do aparato industrial, uma enorme dívida externa e um fenomenal desequilíbrio monetário e financeiro.” (FERRER, 1982, p.14, tradução nossa)⁴⁹ Ou seja, estava diante de um quadro só comparável a de um país recém saído de uma guerra, com graves danos em seu aparato produtivo. (FERRER, 1982, p.21)

é provavelmente o primeiro caso de um país insuficientemente desenvolvido cujo sistema produtivo foi severamente danificado. Não pela guerra, mas por uma política econômica, mas de toda forma, seriamente destruído. O país enfrenta, pois, um duplo desafio: a reconstrução e o desenvolvimento. Não se trata somente do desmantelamento de instalações físicas e do desaparecimento de unidades produtivas. Trata-se, também, do aprofundamento das condições de atraso através da fratura dos vínculos industriais, do desmantelamento das instituições vinculadas à cultura e à tecnologia, do debilitamento dos organismos representativos da sociedade. Em 1982, a economia argentina é mais débil e atrasada que em 1975. Como o resto do mundo seguiu avançando, o subdesenvolvimento relativo da Argentina no marco internacional é maior que a meados da década de 1970. Sob a condução monetarista, a Argentina passou de ser um país ‘em processo de desenvolvimento’ a outro em ‘processo de subdesenvolvimento’. Como disse Raúl Prebisch: ‘A Argentina é o único país subdesenvolvido por seu próprio esforço.’ (FERRER, 1982, p.27, tradução nossa)⁵⁰

⁴⁹ “tres problemas típicos de países que han enfrentado un prolongado y penoso conflicto bélico: la destrucción del aparato industrial, una cuantiosa deuda externa y un fenomenal desequilibrio monetario y financiero” (FERRER, 1982, p.14).

⁵⁰ “Es probablemente el primer caso de un país insuficientemente desarrollado cuyo sistema productivo ha sido severamente dañado. No por la guerra sino por una política económica, pero, de todos modos, seriamente destruido. El país enfrenta, pues, un doble desafío: la reconstrucción y el desarrollo. No se trata solo del desmantelamiento de instalaciones físicas y de la desaparición de unidades productivas. Se trata, también, de la profundización de las condiciones del atraso a través de la fractura de los eslabonamientos industriales, del desmantelamiento de las instituciones vinculadas a la cultura y la tecnología, del debilitamiento de los organismos representativos de la sociedad. En 1982, la economía argentina es más débil y atrasada que en 1975. Como el resto del mundo ha seguido avanzando, el subdesarrollo relativo de la Argentina en el marco internacional es mayor que a mediados de la década de 1970. Bajo la conducción monetarista, la Argentina pasó de ser un país ‘en proceso de desarrollo’ a otro en ‘proceso de subdesarrollo’. Como dice Raúl Prebisch: ‘La Argentina es el único país subdesarrollado por su propio esfuerzo.’” (FERRER, 1982, p.27)

CAPÍTULO IV

A VITÓRIA POLÍTICA E IDEOLÓGICA DO NEOLIBERALISMO

NO BRASIL E NA ARGENTINA (1982 – 1994)

Sem dúvida, há estreitas relações entre a globalização e o desenvolvimento econômico dos diferentes países. No entanto, conforme Ferrer, “pode-se dizer que cada país tem a globalização que merece. O exercício efetivo da soberania é um requisito para que um país possa dar respostas próprias ao cenário global.” (FERRER, 2006, p.293)

A ordem global proporciona um quadro de referência para o desenvolvimento de cada país. Mas a forma de inserção em seu contexto externo depende, em primeiro lugar, de fatores endógenos, próprios da realidade interna desse mesmo país. A história do desenvolvimento econômico dos países pode ser contada em torno da qualidade das respostas aos desafios e oportunidades da cambiante globalização ao longo do tempo. (FERRER, 2006, p.294)

Assim, o Estado foi essencial para o desenvolvimento nacional e para o exercício da soberania em relação ao exterior durante o período desenvolvimentista. Diante da crise internacional e com o neoliberalismo em alta no mundo, ele é questionado. Na América Latina, as transições para governos civis após décadas de ditaduras militares ocorreram em um quadro de crise e hiperinflação. Ou seja, as transições políticas na América Latina, sob condições totalmente distintas das que a Europa estava submetida após a Segunda Guerra Mundial, foram muito fortemente condicionadas pela crise econômica e, em particular, pelo problema da dívida externa. Esses recursos transferidos para os países centrais, sem levar à redução da dívida externa, sobrecarregaram os Estados que já contavam com crônicos desequilíbrios no orçamento e reduziram drasticamente sua capacidade de intervenção. (KOSACOFF, 1993, p.68; SANTOS, 2007, p.93)

A crise que o Brasil e a Argentina começaram a enfrentar em consequência das contradições econômicas e sociais acumuladas durante décadas de processo de industrialização levaram a preocupações conjunturais que impuseram o abandono de

planejamento de longo prazo. Assim, a década de 1980, que deveria ser lembrada como uma década positiva, pois nela se deu o processo de redemocratização política depois de décadas de ditadura militar, ficou conhecida, no Brasil, e na Argentina, como a década perdida no que se refere ao desenvolvimento econômico e social.

Para equilibrar a balança de pagamentos, tentou-se criar excedentes de comércio exterior, desvalorizando a moeda e contraindo os gastos internos. Os desequilíbrios fiscais se acentuaram profundamente com a impossibilidade de financiar da forma tradicional (endividamento interno e externo) e através do imposto inflacionário, as contas fiscais, em situação de crescente gasto público e diminuição das receitas tributárias, consequência da crise e da estatização da dívida externa, ou seja, a transferência da dívida privada para o setor público, que vinha ocorrendo há anos. Durante a década de 1980, passou-se a buscar a estabilidade econômica, restringindo-se a política econômica a preocupações de curto prazo e abandonando políticas de longo prazo. Portanto, nos dois países em estudo, o Estado assumiu gradativamente uma nova postura frente aos projetos desenvolvimentistas. Com a crise fiscal, as idéias e os projetos de desenvolvimento, que estavam dentro de uma perspectiva de independência nacional, de autonomia nacional, econômica e política, foram abandonados. O Estado perdeu sua capacidade de planejamento e sua autonomia na formulação de sua política econômica. (DATHEIN, 2006, p.2-3) As discussões em torno do longo prazo perderam espaço e foram substituídos pelo debate conjuntural, que envolvia os juros, os preços, o câmbio e os salários. (CANO, 2000, p.36) As empresas estatais, que tiveram seu papel dinâmico cerceado, já desde a década de 1970 vinham sendo manipuladas em função das exigências macroeconômicas de curto prazo, contribuindo posteriormente para a diminuição do investimento público, colaborando decisivamente para a estagnação econômica. (DATHEIN, 2006, p.3) “Ninguém cogita na criação, por exemplo, de alguma empresa estatal que pudesse dinamizar o crescimento” (DATHEIN, 2006, p.20)

A imensa fuga de capital somada ao bloqueio do crédito externo deixou os países latino-americanos numa situação em que seria impossível cumprir o pagamento mesmo parcial do serviço da dívida externa. (CANO, 2000, p.32) Se em outros momentos da história o problema do endividamento foi resolvido pela suspensão do pagamento da dívida, neste momento isso não ocorreu. Os países credores, com a intermediação dos organismos multilaterais, renegociaram as dívidas sem aceitar a interrupção do pagamento. (SANTOS, 2007, p.94-95) A partir dos anos 1980, os países que antes estavam preocupados com a crise no sistema internacional e escoavam seu capital ocioso para o financiamento do desenvolvimento dos países periféricos, endividando-os, estavam fundamentalmente preocupados em sua reestruturação e com a preservação do sistema financeiro internacional, e, portanto, em garantir o pagamento pelo menos dos juros da dívida. (CANO, 2000, p.32)

Assim, empréstimos de instituições financeiras como o FMI, o Banco Mundial e os Bancos Regionais de Desenvolvimento, representantes também de outros interesses como os do Clube de Londres e de Paris e o G-7, foram liberados. No entanto, esses novos empréstimos e recursos para a superação da crise foram condicionados à adoção pelos países em desenvolvimento de uma série de exigências, no sentido de reduzir as necessidades de recursos externos e a geração de recursos para continuar pagando os juros aos bancos, apresentadas como única saída possível para a retomada do crescimento dos países latino-americanos endividados. Assim, a política econômica a ser adotada deveria ser recessiva com o câmbio desvalorizado para garantir superávit comercial com o esforço exportador em conjunto com um forte ajuste fiscal (redução de despesas e aumento de receitas) e políticas monetárias restritivas. (SANTOS, 2007, p.94-95) Cano resume muito bem as propostas de ajuste da década de 1980, segundo ele, “negociadas” com a América Latina:

- i) política fiscal: cortes radicais nos gastos correntes (notadamente em salários, gastos sociais e subsídios diversos) e no investimento público; poucas alterações na tributação em face da restrição da demanda; ii) política monetária: conter drasticamente a expansão dos meios de pagamentos, do crédito interno e elevação

das taxas de juros reais; iii) política salarial: contenção dos reajustamentos e queda do salário real; iv) política cambial e de comércio exterior: desvalorização do câmbio, incentivos às exportações e restrições às importações. (CANO, 2000, p.33-34)

Ele explica que os três primeiros itens atuariam para reduzir o consumo e o investimento (público e privado) e, por isso, também, reduziria parte da demanda por importações. O segundo e terceiro item atuariam sobre a contenção inflacionária. O terceiro item teria efeito de reduzir custos e melhorar a relação câmbio/salários; o quarto item atuaria na reversão do déficit comercial. (CANO, 2000 p.34)

Essas medidas não conseguiram diminuir o problema da dívida externa e nem combater a inflação, mesmo após sucessivos planos econômicos de estabilização. O empenho para exportar era anulado pela deterioração dos termos de troca. (KOSACOFF, 1993, p.68) Os países latino-americanos, assim, enfrentavam sérias dificuldades para cumprir esses compromissos. Por isso, foram socorridos com empréstimos emergenciais sempre que necessário para ajustes macroeconômicos como combate à inflação e o equilíbrio do balanço de pagamentos. (CANO, 2000, p.32)

Cano defende que desde 1979 diminuíram os espaços para garantir a soberania política e econômica dos países da periferia do sistema mundial. A partir de então as ações dos países centrais ocorreram no sentido de diminuir a soberania nacional dos países periféricos, impondo a estes um modelo baseado nas finanças. (CANO, 2000, p.14-15) Isso se refletiu na atuação de alguns organismos internacionais. Durante todo o período desenvolvimentista, os acordos de assistência do FMI assinados com alguns dos países latino-americanos, como o Brasil e a Argentina, variavam de ajustes fiscais aos acertos de taxa de câmbio, quer dizer, apenas tinham a ver com um enfoque ortodoxo do ajuste.⁵¹ As exigências não iam além das

⁵¹ Assim, “a polêmica entre a escola estruturalista latino-americana e o FMI se concentrava na estratégia de estabilização e no ajuste.” (FERRER, 2006, p.172) Essa estratégia do FMI deflagrou uma célebre polêmica com os economistas latino-americanos alinhados com o enfoque estruturalista do desenvolvimento e da inflação. “Esses economistas classificaram como monetarista a visão ortodoxa do Fundo, por reduzir a causalidade da inflação e dos desequilíbrios macroeconômicos à dimensão monetária e ignorar a natureza estrutural dos fenômenos, tais como a rigidez da oferta e a desigualdade na distribuição da renda.” (FERRER, 2006, p.240)

que buscavam resolver os problemas transitórios do balanço de pagamentos, ou seja, reequilibrar os pagamentos internacionais através da contração da produção e da demanda de importações e da conseqüente geração de um superávit na balança comercial. (FERRER, 2006, p.240;172) Conforme ressaltado por Santos, as instituições financeiras, apresentadas como instituições multilaterais de cooperação mundial, sempre seguiram as orientações econômicas, financeiras e políticas dos principais acionistas, principalmente dos Estados Unidos e o pensamento acadêmico predominante.⁵² O Banco Mundial sempre dirigiu suas linhas de crédito de acordo com as teorias econômicas, as ideologias e orientações políticas e geopolíticas difundidas pelos Estados Unidos.⁵³ Como exemplo ele cita a concepção de desenvolvimento que sofreu mudanças ao longo do tempo e que nunca significou orientar o financiamento para projetos que correspondiam às expectativas de emancipação econômica dos países periféricos. (SANTOS, 2007, p.101)

Essas instituições tiveram sua atuação adequada às transformações estruturais ocorridas no mundo nas últimas décadas, com epicentro nos Estados Unidos, e mudadas a partir da crise da dívida. Não apenas buscavam garantir o pagamento dos juros das dívidas, mas também adequar as economias nacionais devedoras ao novo funcionamento do capitalismo. (SANTOS, 2007, p.101) Os outros países centrais, igualmente atingidos, secundaram os Estados Unidos em suas propostas neoliberais, defendendo propostas que seguiam a idéia de enfraquecimento do Estado e de eficiência do mercado, tais como a ruptura

⁵² Imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, a teoria de W.W. Rostow, segundo a qual crescimento traz modernização e que o desenvolvimento refletia a passagem de uma a outra etapa, marcou profundamente o pensamento econômico do Banco Mundial e de suas equipes técnicas que trabalhavam nos países em desenvolvimento.

⁵³ Durante a Guerra Fria, somente os países que tinham a simpatia dos Estados Unidos receberam financiamento do Banco Mundial, como as ditaduras militares no Brasil e no Chile, e a Nicarágua durante o governo de Somoza, em contraposição aos governos eleitos de João Goulart e Salvador Allende e Nicarágua sandinista. Da mesma forma funcionava a atuação do FMI, que só realizava acordos com os países que se submeteram às suas receitas ortodoxas. Foi esse também o caso do Brasil, que nos momentos em que buscou aplicar uma política econômica heterodoxa que teria como diretriz principal o crescimento e não a recessão, não obteve por parte do FMI o aval para a realização de acordos. Podemos mencionar como exemplos os governos de Kubitschek, Goulart e Sarney. (SANTOS, 2007, p.101)

de monopólios públicos, privatizações, abertura comercial, flexibilização das relações entre trabalho e capital e cortes nos gastos públicos. (CANO, 2000, p.27) Embora os países devedores não tivessem cumprido todas as exigências até o final da década de 1980, os caminhos foram abertos nesta década. Foi durante a crise da dívida que os Estados Unidos perceberam que instrumento poderoso as instituições internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, poderiam ser, se redefinidos fossem. (SANTOS, 2007, p.94-95)

Em troca do crédito e da atração de novos investimentos, os países endividados assumiram, através da elaboração de uma Carta de Intenções ou um Documento de Prioridades Políticas, uma série de compromissos com as instituições internacionais. Selando os acordos, houve uma presença cada vez maior dessas instituições, com suas estruturas internas altamente hierarquizadas a partir dos Estados Unidos⁵⁴, nos assuntos internos dos países devedores. Após os empréstimos, essas instituições, atuando como intermediários entre o governo estadunidense, a banca privada e os países devedores, passaram a monitorar o cumprimento das metas e o calendário de execução (SANTOS, 2007, p.101-102)

Durante a década de 1980 foram diversas as propostas para resolver o problema da crise da dívida externa como o *muddling through*⁵⁵, ou seja, a rolagem da dívida enquanto as reformas estruturais não tivessem criado as condições para normalizar a situação, ou seja, o adiamento de qualquer solução definitiva para dar tempo dos bancos credores se fortalecerem. Do ponto de vista dos países devedores, entre as propostas cogitadas estava a ruptura com o FMI e a declaração de moratórias. Para Borón (1994, p.33), o “óbvio” que deveria ter sido feito era deixar de pagar a dívida, inclusive pelo fato de o país credor poder manejar a taxa de juros de acordo com a sua conveniência. Segundo David Rock, no entanto, se a dívida externa

⁵⁴ Cf. Santos (2007, p.99-101)

⁵⁵ ‘*Muddle through*’ means succeed despite lack of organization or manage to keep going despite being disorganized. “*Muddle through*” significa ter êxito ou conseguir administrar e seguir adiante apesar da falta de organização.

argentina era impagável, também não havia a opção de suspender unilateralmente os pagamentos. Neste caso, a Argentina (assim como os outros países latino-americanos) seria alvo de represálias e embargo financeiro internacional. Entre as represálias estariam o congelamento de bens de cidadãos argentinos no exterior, a perda de mercados de exportação e proibições sobre importações essenciais, como bens de capital, peças de reposição e novas tecnologias. “A suspensão dos pagamentos, que é sempre uma opção em teoria, provocaria uma importante deterioração da relação real de intercâmbio.” (ROCK, 2000, p.481, tradução nossa)⁵⁶ As conseqüências poderiam ser o aumento da recessão, o grande aumento do desemprego e um perigo para a estabilidade política. Na melhor hipótese a Argentina poderia renegociar com os bancos estrangeiros os termos da dívida. Mas ainda com condições mais favoráveis, as perspectivas para o futuro imediato eram pouco promissoras: as tentativas de conter o impacto recessivo da dívida externa seriam inflacionários, e a inflação provocaria mudanças imediatas e desestabilizadoras nos salários e rendas relativos. Parecia inevitável uma contínua redução das rendas e do nível de vida. (ROCK, 1991, p.481) Os governos latino-americanos tentaram articular um clube de devedores, com suficiente poder negociador, para se contrapor ao clube dos credores, logo após a moratória mexicana e o desencadeamento da crise da dívida. No entanto,

As expectativas de uma negociação relativamente “branda” da dívida logo desapareceram. A intenção de que houvesse um tratamento político do endividamento não prosperou. Os outros países endividados combinaram uma retórica solidária com uma prática muito próxima do ‘salve-se quem puder’. O apoio europeu não chegava ou então vinha sob a forma de decepcionantes conselhos de aceitar as fórmulas do FMI. Os credores não se sensibilizaram diante dos argumentos a respeito dos custos do ajuste, as características atípicas da dívida argentina ou a fragilidade da sua democracia recente. (PARADISO, 2005, p.271-272)

Enquanto os países centrais, representados pelo FMI, formaram um clube de credores, os países da América Latina negociaram acordos em separado com os credores, o que

⁵⁶ “La suspensión de pagos, que es siempre una opción en teoría, provocaría un importante deterioro de la relación real de intercambio.” (ROCK, 2000, p.481)

demonstra mais uma vez sua vulnerabilidade e dependência. O Consenso de Cartagena⁵⁷ articulado nesse sentido, não conseguiu ir além de ser uma declaração de princípios e boas intenções. (FERRER, 2006, p.240;253) As negociações em relação à dívida externa não levaram em consideração que até certo ponto, os países devedores foram atingidos em cheio justamente pelas mudanças no contexto internacional, a partir de então muito diferente de quando as dívidas foram contraídas. Não reconheceram a natureza extraordinária do problema do endividamento dos países periféricos. (SANTOS, 2007, p.93) Ignoraram as influências externas da crise e trataram os problemas sociais latino-americanos como consequência exclusivamente das políticas nacionalistas equivocadas das ditaduras militares. (SILVA, 1998, p.235) Essa estratégia, que atribuía a responsabilidade pela crise da dívida aos países endividados latino-americanos e refletia os interesses dos credores, funcionou justamente no sentido de salvar os bancos credores. Isso, no entanto, não fez diminuir a dívida dos países latino-americanos. A orientação foi então no sentido de exportar mais, sem que os países centrais contribuíssem para isso com a abertura de seus mercados, mantendo o tradicional forte protecionismo aos produtos dos países periféricos. (SANTOS, 2007, p.94-95)

Em 1985 foi lançada a primeira grande “operação de resgate” dos bancos credores, o Plano Baker⁵⁸. Para reduzir ou reestruturar parcialmente a dívida, previa a disponibilização de recursos durante três anos na ajuda aos países devedores para a execução de políticas de ajustes estruturais dentro da perspectiva dominante. (FERRER, 2006, p.241) Ou seja, de um lado, os países centrais e os organismos internacionais deveriam aumentar sua exposição nos países em desenvolvimento durante três anos. De outro, os países devedores, deveriam aderir às propostas de abertura da economia e da redução do tamanho do Estado. Logo assinariam acordos de garantia de investimentos, a lei de patentes e propriedade intelectual, e uma série

⁵⁷ Onze países endividados da região se reúnem em Cartagena em 1984 buscando coordenação entre si para uma renegociação das dívidas mais favoráveis.

⁵⁸ O Plano fazia alusão ao Secretário de Tesouro dos Estados Unidos, James Baker.

de reformas como privatizações e o fim de monopólios públicos, abrindo caminho para a entrada maciça de capital externo. O Plano Baker, ainda que não explicitamente, hierarquizou a importância das instituições internacionais. Enquanto o FMI continuou com a esfera de ajustes de curto prazo, o Banco Mundial ficou responsável pelas reformas estruturais de longo prazo. O departamento de tesouro norte-americano e o Banco Mundial defendiam para os países devedores o avanço na abertura comercial e a privatização de suas empresas estatais. O restante do bloco credor enfatizava a necessidade de cumprir com as políticas de ajuste para saldar os serviços devidos da dívida externa. (BASUALDO, 2006, p.152)

O Plano Baker resolveu provisoriamente os problemas dos bancos credores, mas agravou a situação interna dos países devedores que continuaram exportando grande quantidade de capital prejudicando a economia real dos países. O financiamento dos governos acabaram sendo feitos através de déficits orçamentários e emissões monetárias crescentes, o que levou à explosão da estabilidade dos preços, ao aumento das pressões monetárias, chegando em alguns países, como Brasil e Argentina aos processos de hiperinflação. (FERRER, 2006, p.241) O esforço para exportar mais não compensava os desequilíbrios da balança de pagamentos causada pelos pagamentos dos juros da dívida, provocando o que Aloísio Teixeira chamou de “desajuste externo” da economia brasileira. Ao compreender que a crise não era passageira, foi tomada a decisão política de decretar a moratória pelo Brasil, em fevereiro de 1987, [e pela Argentina, em 1988] visando alterar a forma como o problema vinha sendo enfrentado, e constituindo-se num instrumento de barganha para o país neste sentido. Neste momento, foi introduzido pelo sucessor do ministro Funaro, Bresser Pereira, o tema da securitização da dívida externa, ou seja, a transformação do débito por título público, que comporia a fórmula utilizada na negociação final da dívida externa brasileira [e argentina] criada pelo Plano Brady. (KOCHER, 1997, p.212)

Com o fim da ditadura militar, a Argentina encontrava-se mergulhada em uma situação de recessão profunda, desemprego e pobreza crescente, inflação e dívida externa a patamares extremamente elevados, sem reservas acumuladas, e, portanto, com a situação monetária fora de controle. Uma desordem econômica total foi somada à desmoralização e ao isolamento internacional decorrente das violações dos direitos humanos e da derrota na Guerra das Malvinas. Em 1983, o Partido Justicialista pela primeira vez perdeu uma eleição pela presidência. Alfonsín, da União Cívica Radical, assumiu a presidência neste conturbado cenário econômico e político. Durante o início de seu governo, ele teve um grande apoio público. Alfonsín avançou na esfera da consolidação das instituições e do estado de direito, e buscou passar o passado a limpo no que se refere às ofensas aos direitos humanos cometidos durante a ditadura militar. (FERRER, 2006, p.252;270) As tarefas imediatas do novo governo foram esclarecer o destino dos “desaparecidos” e negociar com a junta deposta, o exército e os sindicatos. Os chefes do Processo de Reorganização Nacional foram levados a julgamento, ainda que não nos termos exatos que Alfonsín desejava, embora satisfizesse ao clamor público que queria que a verdade sobre a repressão fosse revelada. (ROCK, 1991, p.489-490) A tentativa de processar também os membros de médio e baixo escalão que haviam participado da repressão levou à violenta reação. Foram três as rebeliões dos grupos extremistas chamados *carapintadas* durante o período. Isso resultou nas leis Obediência Devida e Ponto Final que praticamente acabavam com os processos contra os militares. Do lado da extrema esquerda, no entanto, ainda partiria um dos mais famosos surtos subversivos, o ataque à guarnição militar de La Tablada, em janeiro de 1989, que ameaçou criar uma nova onda de violência no país.

A um prazo mais longo, as políticas econômicas e sociais seriam igualmente decisivas para o futuro da democracia. A severa crise na Argentina em 1981-1983 levou as liberalizações a sofrer suspensão e retrocesso temporário nas reformas. As principais medidas implicaram no restabelecimento de tarifas altas e restrições à importação, de retenções das exportações tradicionais e incentivos fiscais às manufaturas e de um tipo de câmbio

relativamente subvalorizado com controle do mercado de divisas. As barreiras não tarifárias foram o principal instrumento da política de importações. Em abril de 1982 foi estabelecido um sistema de licenças e autorizações prévias que regulava o ingresso de todos os bens. As tarifas também se incrementaram, fundamentalmente por motivos fiscais. Em uma economia praticamente fechada, sem dúvida tanto a estrutura tarifária como as barreiras não tarifárias eram “perfuradas” por um sistema igualmente amplo de exceções de natureza diversa. Aquelas de maior impacto eram as contempladas nos regimes promocionais tanto regionais como setoriais. Outras exceções previam regimes que amparavam seletivamente a determinadas empresas ou organismos. (KOSACOFF, 1993, p.40-42) Assim, no período 1982/90 a economia foi fechada, podendo ser classificada novamente como *semicerrada*, e profundas transformações ocorrem simultaneamente com a substituição de importações, o estancamento do mercado interno e um dinamismo das exportações industriais. Com isso, a economia argentina garantiu importantes superávits comerciais em 1988/90.

Em 1982, a Argentina recebeu um empréstimo de emergência do Fundo Monetário Internacional para evitar a moratória da dívida. A única forma de pagar a dívida era criar excedentes no comércio exterior. Durante a década anterior, as exportações de cereais e carnes haviam duplicado graças aos maiores investimentos e ao aumento da produção, alcançado graças ao uso mais extensivo de sementes híbridas, fertilizantes e herbicidas. No entanto, as más perspectivas de novos investimentos estrangeiros fizeram improvável que o ritmo de expansão das exportações agropecuárias pudesse manter-se. Por isso, grande parte do excedente comercial deveria ser obtida mediante a redução de importações. No entanto, o preço disso poderia ter sido uma recessão indefinida e potencialmente desestabilizadora na indústria e na economia urbana. A gestão da dívida externa também dependia de condições imprevisíveis nos centros financeiros e mercados de mercadorias no exterior.

Em 1984 a Argentina firmou um acordo *stand by*⁵⁹ com o FMI e abriu negociações com a comissão de bancos credores. No entanto, não foi bem sucedida a tentativa de restabelecer os equilíbrios macroeconômicos e amenizar a disputa distributiva da renda liderado pelo sindicalismo peronista, o setor agroexportador e os grupos econômicos e financeiros locais e estrangeiros que tinham se beneficiado durante a ditadura militar. O quadro de incerteza levava ao agravamento da situação devido à fuga de capitais. (FERRER, 2006, p.255)

O governo Alfonsín tentou se nortear pelos princípios keynesianos influenciados pelas idéias de desenvolvimento e equidade elaboradas na Cepal por Raúl Prebisch, e tentou preservar o paradigma da industrialização por substituição de importações. Assim, buscou conciliar os interesses em disputa, construindo um amplo apoio suprapartidário, e conter o conflito pela distribuição da renda. Através de uma política fiscal e monetária ativa, Alfonsín tentou recuperar a governabilidade da economia e alcançar uma autonomia em sua gestão em relação às exigências do Fundo Monetário Internacional e dos bancos credores e sob diversos aspectos adotou políticas contrárias às orientações do FMI e do Banco Mundial. (SANTOS, 2007, p.115; FERRER, 2006, p.254)

Para tentar controlar a inflação, uma série de programas econômicos foram implementados. Durante o governo Alfonsín destacaram-se dois programas econômicos: o Austral e o Primavera. Além de buscar resultados superavitários positivos na balança comercial, esses planos tinham como objetivo comum a incorporação de medidas que implicariam num controle de demanda agregada nominal maior e na correção dos preços relativos. Diante das dificuldades para sustentar resultados fiscais que fossem compatíveis com

⁵⁹ Os acordos *stand by* eram uma das modalidades de empréstimos do FMI, que tinha como objetivo contribuir para equilibrar a balança de pagamentos em troca de compromissos internos na aplicação de políticas econômicas. Na hipótese do não-cumprimento de exigências das instituições, parcelas do empréstimo podem ser suspensas ou canceladas.

as possibilidades de financiamento, interno e externo, houve o crescente entendimento de que as reformas estruturais eram necessárias. (KOSACOFF, 1993, p.68)

Após a difícil situação inicial, com inflação atingindo índices alarmantes, Alfonsín lançou, em 15 de junho de 1985, o Plano Austral, um plano heterodoxo no que se refere às políticas tradicionalmente utilizadas para combater a inflação, com medidas inéditas. Este seria a primeira tentativa desse gênero da América Latina. O Plano Austral recebeu o apoio das instituições internacionais e do governo americano. O FMI acordou com o governo argentino, através da assinatura de outra carta de intenções, o empréstimo de U\$1,2 bilhões, enquanto que o Tesouro americano liberou U\$ 470 milhões. (CAMPOS, 2005, p.234) Esse plano heterodoxo foi uma alternativa recebida com muita esperança pela população argentina e recebeu um forte apoio político, o que ajudou os radicais a sair vitoriosos nas eleições para o Congresso de outubro de 1985. (ROCK, 1991, p.188-189)

As principais medidas representaram uma significativa intervenção do Estado na economia, sobretudo no sistema de preços. Primeiramente ocorreu um congelamento dos preços, dos salários e das tarifas de serviço público, após sua elevação. Na reforma monetária, o peso argentino foi substituído por uma nova moeda denominada Austral, com paridade de mil pesos argentinos por um austral. Em relação ao dólar, a taxa de câmbio se tornou fixa numa relação de oitenta centavos de Austral por dólar. Além disso, estabeleceu-se um compromisso para que o déficit fiscal não fosse financiado com novas emissões monetárias e para que o aumento da base monetária fosse associado exclusivamente ao aumento das reservas internacionais. Por fim, planejou-se também a redução do déficit no setor público e uma significativa redução das taxas de juros. Era um ajuste heterodoxo dentro de um contexto de políticas de rendas e preços administrados. Essas medidas, num primeiro momento, tiveram sucesso em recolocar momentaneamente a inflação a patamares baixos. Além disso,

melhoraram a produção, o emprego, os salários reais, a situação fiscal, e o balanço de pagamentos. (FERRER, 2006, p.256)

O governo de Alfonsín converteu-se em um entusiasta convertido dos esquemas de privatização. Dois de seus candidatos para a privatização eram SOMISA, a corporação estatal de aço com sede em San Nicolás, e Fabricaciones Militares, que depois de anos de tratamento favorecido pelas juntas tinha se convertido num vasto e inflado consórcio. Em abril de 1986, o governo anunciou que seria construída uma nova capital nacional na cidade patagônica de Viedma. A medida foi apresentada ao público como a decisão de desenvolver recursos do sul distante, mas seu valor real residia, segundo entendimento do governo, na oportunidade de se desfazer de milhares de burocratas supérfluos comodamente instalados em Buenos Aires. Em meados de 1986, a redução de gastos do governo desencadeou uma nova série de greves no setor público. Ficava cada vez mais difícil manter os controles sobre salários e preços. A inflação já no final do ano de 1986 voltou a subir. No início de 1987, poucas das medidas complementares do Plano Austral mostravam probabilidades de êxito. As medidas de privatização eram de difícil aplicação, assim como a proposta da transferência da capital era irrealizável naquele momento. (ROCK, 1991, p.489-490)

No decorrer do governo Alfonsín ocorreram uma série de greves gerais, sob a liderança dos sindicatos peronistas, com os quais o presidente manteve relações conturbadas, conflituosa. No total, até janeiro de 1987 foram oito. Neste ano, os conflitos políticos se intensificaram e a economia seguia em desordem. Neste momento o governo também estava em conflito com a Igreja por causa da legalização do divórcio. A legislação apresentada em meados de 1986 foi aprovada pela câmara de deputados em agosto, mas ficou parada no Senado dominado pelos peronistas. No início de 1987, os chefes sindicais e os da Igreja selaram uma aliança tácita, um pacto corporativista que eventualmente poderia receber apoio militar e minar a democracia constitucional. Os sindicatos exigiram um papel arbitral para a Igreja na negociação coletiva e

a cúpula da Igreja contradisseram as afirmações do governo de que as greves recentes somente refletiam os “caprichos dos dirigentes sindicais” (ROCK, 1991, p.491) As dificuldades de Alfonsín deixavam evidente o imenso poder dos grandes interesses corporativos que haviam dominado conjuntamente a política argentina desde a ascensão de Perón. E igual a Irigoyen, apesar do grande apoio popular de que gozava Alfonsín, o seu governo foi repetidamente obstaculizado pelo exército. (ROCK, 1991, p.493-494)

Diante do aumento das disputas distributivas e da carga insuportável ao orçamento e ao balanço de pagamentos do serviço da dívida externa, o Plano Austral não alcançou os equilíbrios macroeconômicos e tornou-se insustentável. Em meados de 1988, a inflação já estava novamente fora do controle, a economia em recessão, com aumento do desemprego, queda dos salários reais e crescimento da dívida externa.

O Plano Primavera lançado em agosto de 1988 era uma nova versão da política de rendas através da reforma do regime cambial, acordos de preços e reformas tributárias. Esse plano seguia a ortodoxia monetária e contava com respaldo das instituições internacionais, como o FMI e o Tesouro americano. No entanto, o sucesso ficou comprometido devido às pressões populares e à dificuldade com a gestão do câmbio. (CAMPOS, 2005, p.235) Houve um efeito muito débil sobre a inflação e no início de 1989 o país já se encontrava diante de um quadro de hiperinflação, agravado pela incerteza gerada pelo ano eleitoral. Com a mudança presidencial nos Estados Unidos e a resolução do conflito a favor do FMI, os bancos credores provocaram uma profunda crise hiperinflacionária na Argentina em decorrência da corrida cambial. (BASUALDO, 2006, p.152) A corrida especulativa contra o Austral foi contida através das reservas do Banco Central, que, no entanto, já em fevereiro de 1989 tinham se esgotado. O mercado já não podia ser regulado devido à dimensão da fuga de capitais. Apesar de ter ocorrido esse golpe do mercado contra o governo, o que realmente

provocou essa nova crise foi a impossibilidade de solucionar os fortes desequilíbrios, principalmente o do endividamento. (FERRER, 2006, p.257)

Segundo Basualdo, em 1988, quando culminava a transferência da dívida externa privada para o setor público, começou uma etapa crítica para a sociedade argentina. As características estruturais e conjunturais que se apresentavam e que desembocariam na crise hiperinflacionária de 1989 indicavam a existência de um conflito entre as frações do capital que conformam o bloco dominante. O predomínio dos grupos econômicos locais sobre os credores externos na apropriação do excedente gerado socialmente e na distribuição de renda que os assalariados haviam sofrido a partir da ditadura militar chegou a seu ponto culminante no final desta década quando foi instaurada a moratória da dívida externa. Depois de cinco anos do lançamento do Plano Baker, os bancos credores não conseguiram fazer avançar as privatizações das empresas estatais para a apropriação do capital da dívida, nem receberiam os juros ou a amortização do capital. (BASUALDO, 2006, p.152)

Segundo Sevaes (2002, p.221), apesar da situação desastrosa a que a política econômica da ditadura havia levado o país, a elite empresarial e política manteve de uma forma geral a sua adesão ao modelo imposto. O projeto tem uma profunda inserção na parcela da sociedade argentina que é economicamente dominante e politicamente hegemônica. (AYERBE, 1998, p.169) O governo Alfonsín, moderado e indeciso, foi cedendo gradativamente às pressões do *establishment* interno e externo e representou um intervalo entre uma experiência de cunho neoliberal levada adiante pelos militares e outra que seria implementada de forma ainda mais profunda sob o governo peronista de Carlos Menem na década de 1990. (FERRER, 2006, p.270) Até o governo Menem, a Argentina viveu um interregno de sensação de inviabilidade das receitas keynesianas. O governo Alfonsín terminou em meio a uma situação de grande hiperinflação, com grande fuga de capitais e a

certeza da incapacidade do Estado de sustentar sua moeda, que, na prática, foi adquirindo funções de dolarização de fato.

A hiperinflação no final da década somada às tensões sociais, como saques a supermercados e as rebeliões militares tornava a situação ingovernável. Diante do caos econômico e total instabilidade política, o presidente Alfonsín renunciou antes do previsto e transferiu o poder para o candidato peronista eleito, Carlos Saul Menem. (FERRER, 2006, p.257)

No Brasil, o modelo de desenvolvimento anterior, ainda que tenha avançado na industrialização durante a década de 1970, não tinha resolvido uma série de problemas. De um lado, a capacidade de financiamento de longo prazo. De outro, o potencial de inovação tecnológica. Justamente quando nos países centrais se desenvolvia um novo paradigma científico e tecnológico houve a queda dos investimentos no Brasil e o grande aumento da dívida externa. Assim, o modelo brasileiro também entrava em crise porque a estrutura industrial estava muito defasada, pois construída dentro da segunda revolução industrial, e a capacidade interna de geração de tecnologia de ponta era baixa. Ou seja, Geisel até certo ponto completa o ciclo, no entanto, a estrutura industrial já estava defasada. Diante da crise do padrão anterior, novas formas de financiamento, de intervenção do Estado, de inserção internacional, de incorporação do progresso técnico e a relação salarial precisavam ser definidas. Segundo Serra,

Neste contexto, parece difícil que venha a viabilizar-se uma estratégia que aponte para os paradigmas chilenos pós-73 ou argentino de 1976-1980, e que constituiria talvez o desdobramento lógico das recomendações e demandas, explícitas ou implícitas, da chamada comunidade financeira internacional. Contra esta alternativa conspiram vários fatores, a começar pelo maior peso social e político dos interesses industriais no caso brasileiro. Ademais, a capacidade de persuasão do modelo ortodoxo como alternativa para o Brasil diminui diante de uma industrialização que, bem ou mal, teve êxito no que se refere a crescimento, exportações e mesmo eficiência, ao menos em comparação a outros países da América Latina. Os problemas atuais da indústria brasileira parecem de natureza mais claramente estrutural do que de ineficiência microeconômica decorrente de uma pouca exposição à concorrência internacional. E não seria exagerado sustentar que também existe uma certa percepção, embora difusa, de que o potencial de desenvolvimento brasileiro é demasiado amplo para que o país se dê ao luxo de um experimento historicamente tão fora de lugar. (SERRA, 1982, p.119)

O governo Sarney (1985-1989) marcaria o momento de transição entre os dois modelos econômicos, o desenvolvimentista e o neoliberal. Nesse momento em que se tornava hegemônico no mundo o neoliberalismo, houve, durante a crise da década de 1980, tentativas por parte de setores do interior do bloco dominante de reformular o desenvolvimentismo sem abandoná-lo. A conjuntura desfavorável, no entanto, dificultava a sua restauração. Segundo Filgueiras (2006, p.182), pelo menos até o Plano Cruzado, sua implementação e seu fracasso (1986-1987), as distintas classes e frações de classe que compunham o bloco dominante no Brasil, ainda tentavam reformular o modelo de industrialização por substituição de importações, atribuindo ao Estado um papel importante para o processo de acumulação. Ou seja, em resposta à crise do desenvolvimentismo propunham um neodesenvolvimentismo⁶⁰, com o Estado ainda como planejador e com poder de implementar investimentos estratégicos. A idéia consistia nos seguintes termos:

[...] reforma do sistema financeiro, subordinando-o ao financiamento do desenvolvimento; controle público das empresas estatais, 'preservando a capacidade produtiva dos setores estratégicos fundamentais (insumos básicos, energia, petroquímica, mineração e telecomunicações), cujo desempenho eficiente é fundamental para expansão do parque industrial brasileiro' e fechando as estatais deficitárias; uma política industrial que privilegiasse os setores capazes de irradiar novas tecnologias e permitisse avançar no processo de substituição de importações; uma política de investimentos estatais que maximizasse a geração de empregos; e "uma nova atitude na renegociação da dívida externa (Documento dos Doze de 1983, DINIZ et al. apud BIANCHI, 2004, p.190)

Para obter um empréstimo para enfrentar a crise da dívida, o Brasil assinou, em janeiro de 1983, a primeira de uma série de cartas de intenção com o FMI. Na tentativa de combater a inflação, são lançados ao longo da década de 1980 e primeira metade da década de 1990, uma série de planos que se caracterizaram por medidas heterodoxas, principalmente por congelamento de preços, que buscavam romper com a inércia inflacionária que caracterizava o

⁶⁰ Esse modelo foi encampado por importantes lideranças do empresariado brasileiro. O documento público denominado Documento dos Doze foi assinado, entre outros, por Abílio dos Santos Diniz, Antonio Ermírio de Moraes, Cláudio Bardella, Jorge Gerdau Johannpeter, José Ermírio de Moraes Filho, José Mindlin, Olavo Edydio Setúbal e Paulo Villares. (BIANCHI, 2004, p. 45) Esse documento refletia divergências que ainda existiam em relação a uma série de pontos da agenda neoliberal, como, por exemplo, a política de abertura comercial.

processo de formação de preços: Plano Cruzado (1986), Plano Bresser (1987), Plano Verão (1989), Plano Collor (1990) e Plano Collor II (1991). Os fracassos correspondentes podem ser imputados, entre outros, ao desajuste constante dos preços relativos, ao insucesso do governo em promover o ajuste das contas públicas, ao controle da demanda agregada e ao desajuste das contas externas. A isso se somou a grave crise política ao qual o país foi submetido quando das acusações de corrupção sobre o governo Collor e o levaram ao *impeachment* em 1992. De acordo com Kocher (1997, p.258-259) as propostas do choque heterodoxo consistiam dos seguintes pontos:

- Congelamento dos preços, para promover o ‘encolhimento da memória inflacionária do sistema’ e quebrar a inércia inflacionaria. ● Reforma monetária, com a criação de uma moeda indexada, como forma de estipular uma transição para um novo padrão monetário sem a ‘contaminação’ inflacionária da moeda antiga. □□● Âncora cambial, que é a fixação da taxa de câmbio a partir da capacidade do Estado em sustentar esta paridade com um acúmulo de reservas realizado previamente. □□● Acordo salarial, com o objetivo de não permitir reajustes salariais pela inflação passada, que seria ‘um dos formadores básicos da inércia inflacionária’. ● □□ Política monetária e de déficit público passivas, para não interponem obstáculos ao crescimento econômico.

Em fevereiro de 1986, o Plano Cruzado alcançou uma estabilização quase completa.

Kocher (1997, p.267) identifica esse momento em que havia um intenso crescimento industrial, como

apropriado [...] para o início de um processo de revolução microeconômica que poderia ter dado condições menos ‘financeirizadas’ ao capital produtivo, transformando-o em capital de investimento. Mas estas condições pressupõem a elaboração de uma economia política do tipo desenvolvimentista associada ao combate da inflação. A heterodoxia é, neste sentido, tão somente uma economia política de desinflação vinculada a uma perspectiva de crescimento econômico pautada nas mesmas bases produtivas existentes até o momento da aplicação do choque. Fica aí definido o marco do reinício do processo inflacionário nas bases criadas pela heterodoxia: de um lado o capital produtivo em condições de liquidez excepcionais, impondo ao Estado, por outro lado, uma magnitude de valorização do capital-dinheiro pertencente àquele só possível de ser suportada se associada com a inflação dos preços.

Após nove meses a inflação subiu explosivamente, com a valorização da taxa de câmbio, o forte aumento dos salários reais, o aumento do déficit público e o agravamento dos desequilíbrios dos preços relativos dentro de um contexto generalizado de excesso de demanda. À grave crise econômica e financeira com a alta inflação no início de 1987 seguiu-

se o Plano Bresser de junho do mesmo ano, que provisoriamente congelou esses índices e evitou a hiperinflação. Desde a implementação desse plano já estava claro que um novo congelamento seria necessário junto com um grande ajuste fiscal e a redução da dívida externa. O terceiro congelamento que buscava controlar a inflação foi feito através do Plano Verão, que a exemplo do Plano Cruzado, promoveu uma reforma monetária, desindexou a economia e congelou a taxa de câmbio. Essas medidas não foram bem sucedidas, pois, por um lado, não mexeu no déficit público e, por outro, o estabelecimento de taxas de juros reais altíssimos levou os agentes econômicos a entenderem que na realidade se tratava de taxa nominal. Pois uma taxa de juros real tão elevada, quando o Estado é na verdade o grande devedor, levaria a um grande aumento do déficit público, à insolvência do Estado. Ou seja, os agentes econômicos entendiam que na verdade, a taxa de inflação continuava elevada como antes do congelamento. De forma semelhante ao que aconteceu com o fracasso do Plano Cruzado, o governo foi obrigado a abandonar o congelamento e restabelecer a plena indexação da economia, quando os preços relativos se dispersaram e a inflação voltou rapidamente. No início de 1990 a inflação já havia se transformado em uma hiperinflação, realidade da economia brasileira a partir de então.

Com o fracasso do Plano Cruzado – bem como dos demais planos que se seguiram na segunda metade da década de 1980 - e ao longo dos embates travados na Assembléia Constituinte (1986 – 1988), o projeto neoliberal foi se desenhando e se fortalecendo, passando do campo meramente doutrinário para se constituir em um programa político, com a formação de uma percepção, entre as diversas frações do capital, de que a crise tinha um caráter estrutural e, portanto, o MSI [modelo de substituição de importações] havia se esgotado e que um projeto neodesenvolvimentista era incapaz de responder aos problemas por ela colocados. (FILGUEIRAS, 2006, p.182)

Em 1988 foram introduzidas no Brasil as principais modificações ocorridas no mercado financeiro internacional (como mercados a termo, futuros, securitização, etc.) e reformulas as instituições internas (Banco Central, instituições financeiras internas (Banco Central, instituições financeiras, Bolsa de Valores, etc.) para agilizar as operações financeiras internas e externas, diminuir os encaixes sobre depósitos, liberalizar os juros, reduzir o crédito “dirigido” e o subsidiado e, principalmente, promover a internacionalização do sistema

financeiro nacional. Medidas de reforço e aprimoramento da fiscalização só seriam introduzidas a cada crise enfrentada. (CANO, 2000, p.43) Embora conseguisse algumas concessões, em 1988, na Constituinte, o liberalismo ainda não havia conseguido se afirmar. “A Constituição de 1988, apesar de seus vários equívocos, foi a expressão maior dessa repulsa da sociedade brasileira, por isso mesmo, ela foi alvo privilegiado tanto do Governo Collor quanto do Governo Cardoso [...]” (FILGUEIRAS, 2006, p.183) O aspecto mais polêmico do novo projeto era quanto ao processo de abertura comercial que atingiria de forma muito diversa os diversos ramos dos setores industriais e agro-industriais. Não havia consenso principalmente quanto ao ritmo e a amplitude dessa possível abertura. De um lado, havia os que defendiam a abertura como instrumento de combate a inflação, como de fato viria a ocorrer, e, de outro, os que a pretendiam como instrumento de modernização e aumento da competitividade, através de política industrial ativa. (FILGUEIRAS, 2006, p.185)

Até então, embora tivesse havido algumas iniciativas nesse sentido, durante o governo Sarney e da ocorrência de uma já forte propaganda dessa doutrina nos meios de comunicação de massa, ainda havia uma forte resistência à mesma, principalmente, devido à ascensão política, durante toda a década de 1980, dos movimentos sociais e do movimento sindical. (FILGUEIRAS, 2006, p.181) O Brasil seria o último país da América Latina a inaugurar um modelo de Estado neoliberal. De um lado, devido principalmente à complexidade da estrutura produtiva do país e, de outro, à intensa atividade política empenhada pelas classes trabalhadoras na década de 1980. Ou seja, ao contrário dos outros países da América Latina, “no Brasil, as forças neoliberais tiveram que vencer a resistência de uma burguesia industrial e de um movimento dos trabalhadores organizado.” (SANTOS, 2007, p.118)

A conjuntura econômico-financeira externa era desfavorável aos países latino-americanos, pois deteriorava os termos de troca e cobrava taxas de juros altíssimas sobre a dívida externa dos países latino-americanos, que enfrentavam os mesmos problemas durante a

década perdida: a pobreza, o desemprego e os preços em alta. A globalização financeira, com todas as transformações que propiciou, principalmente em termos de agilidade e simultaneidade, não alterou

a essência da dependência financeira internacional dos países subdesenvolvidos; não altera a propriedade ou o domínio sobre esse capital; não elimina o caráter discriminativo desse capital, em termos de áreas ou países e, ainda, facilita enormemente o jogo especulativo contra moedas e ativos nacionais, aumentando consideravelmente a instabilidade e o risco. (CANO, 2000, p.38)

As empresas transnacionais passaram a trabalhar no sentido de reproduzir o processo anterior nos países periféricos, para o que necessitavam das reformas neoliberais. A ação dessas empresas ficava profundamente facilitada com a fragilidade do Estado nacional, suas finanças, sistema de planejamento e comando das políticas econômicas e industriais. Essas empresas assumiram em grande parte as decisões em termos de projetos de investimentos industriais, em torno dos quais buscavam vantagens fiscais e financeiras. Assim, essa reestruturação atendeu principalmente aos seus interesses e não aos interesses do país de uma forma geral. (CANO, 2000, p.39-40)

O respaldo às políticas neoliberais construídas internamente foi diferente de país para país. Na Argentina, a implantação do neoliberalismo durante a ditadura militar, ou seja, de cima pra baixo, foi antecipada aos outros países. Para a construção do respaldo interno nos países, contribuiu de um modo geral uma série de fatores. A fraqueza fiscal, financeiro e de arbitramento da política econômica levou o Estado ao descrédito; a emergência de novos grupos econômicos vinculados à finança internacional, que se fortaleceram e que enfraqueceram as tradicionais associações de classe; e a nova tecnocracia predominantemente formada no exterior dentro da nova perspectiva de ciência econômica e que não tem um compromisso duradouro com o serviço público do país. Não raro utilizaram-se do pouco tempo no governo para enriquecer de forma ilícita, vendendo seus serviços ao capital internacional. (CANO, 2000, p.15-16)

A partir da década de 1980 todos seriam gradativamente convencidos de que a crise dos anos 1980 tinha sido produzida pelos excessos estatais, ainda quando, à diferença dos países industrializados, estes excessos não pudessem ser atribuídos à extensão dos direitos e dos sistemas de proteção social que quase não existiam, nem tampouco ao excesso de demandas democráticas. Passou-se a admitir sem maiores debates a tese da falência do Estado, visto como incapaz de exercer um atributo essencial da soberania, o de formular política macroeconômica. O neoliberalismo transformou-se não só em discurso hegemônico, mas também nos modos de pensar e interpretar o mundo comum, e nas práticas político-econômicas hegemônicas.⁶¹

Na virada de década, as condições financeiras para a resolução da crise tornaram-se favoráveis aos países endividados, com a retomada dos fluxos de recursos financeiros para a região. Em março de 1989, já dentro desse novo contexto, com as baixas taxas de juros internacionais e o novo ambiente macroeconômico, o presidente Bush lançou o plano Brady, que tinha em vista um desconto da dívida para os países devedores, com uma redução da dívida em relação aos bancos credores através da recompra dos títulos pelo país devedor. Assim, ocorreria a substituição da dívida antiga por novos bônus, distribuídos para o mercado (securitização), com os organismos internacionais sendo os garantidores de possível inadimplência. Ou seja, o Plano Brady foi feito de forma articulada com as garantias do FMI e Banco Mundial. A partir da securitização, as dívidas transformaram-se num fluxo único de pagamentos de juros, englobando todos os credores, e não mais estavam concentrados em posse de diversos credores, privados e públicos. O diferencial do Plano Brady é que o desconto foi analisado de país pra país, levando em consideração o que cada um tinha condições de pagar. Foi estruturado de tal forma que privilegiava as forças do mercado internacional. Esse plano a qual o Brasil e a Argentina adeririam protegia suas capacidades de

⁶¹ Cf. MALAGUTI, Manoel Luiz; CARCANHOLO, Marcelo D.; CARCANHOLO, Reinaldo A. (org.). **A quem pertence o amanhã? Ensaios sobre o neoliberalismo**. São Paulo: Editora Loyola, 1997.

pagamento contra mudanças repentinas no cenário econômico internacional, principalmente do mercado financeiro internacional. O Plano Brady trabalhava dentro da perspectiva de que uma maior diversidade do *portfólio* representava um risco menor de investimento. A conversão feita de acordo com o Plano Brady acabou aliviando a carga da dívida e levou à retomada do crédito aos países da América Latina e ao aumento dos investimentos privados diretos, principalmente relacionados às privatizações das empresas públicas. (FERRER, 2006, p.241-242) (KOSACOFF, 1993, p.70) Ou seja, o acordo levou os países de volta ao mercado financeiro. Ainda que os compromissos pudessem ser honrados, isso não se refletiu na diminuição da dívida, que só aumentou depois do início do acordo. Para resolver definitivamente este problema, os países endividados deveriam fazer reformas internas. Os Programas de Ajustes Estruturais implementados na América Latina durante a década de 1990 foram compostos pelo programa de estabilização macroeconômica – ou seja, assuntos que abarcavam a política monetária, a inflação, o déficit comercial, o déficit orçamentário e os empréstimos externos – sob cuidado do FMI – e pelo programa de reformas estruturais, sob a égide do Banco Mundial – que assumiu as reformas nas áreas da saúde, educação, indústria, agricultura, transportes e meio ambiente, entre outras. (SANTOS, 2007, p.102)

As reformas estruturais, ou Consenso de Washington, era um plano único de reformas para os países periféricos de uma forma geral, não apenas os latino-americanos. Foi resultado de um conjunto de teses anteriormente já recomendadas pelos organismos internacionais, em 1989, que avaliava a necessidade de reformas econômicas nos países latino-americanos para a obtenção de cooperação financeira externa, bilateral e/ou multilateral. (SILVA, 1998, p.207) Segundo entendimento acadêmico previa-se taxas de câmbio competitivas. No entanto, a taxa de câmbio competitiva não foi encampada como exigência imposta pelas instituições internacionais aos países latino-americanos porque as taxas de câmbio valorizadas incentivavam o endividamento e a transferência de recursos ao exterior e a fuga de capitais,

depositados então nos próprios bancos credores. Os efeitos da sobrevalorização das taxas de câmbio tiveram impacto muito negativo nas economias reais dos países latino-americanos, pois substituiu a produção interna por importações e levou a uma contração da economia, à elevação dos níveis de desemprego e ao agravamento do desequilíbrio estrutural da balança de pagamentos. (FERRER, 2006, p.240-241) Assim, as políticas de estabilização eram aparentemente muito parecidas com as anteriores e também envolviam restrição monetária e creditícia e juros elevados, ajuste fiscal buscando eliminar o déficit público, ou seja, corte de gastos correntes e investimentos. No entanto, a política cambial diferia profundamente. Ao contrário do que era a prática anteriormente, de desvalorizações do câmbio para estimular as exportações, o câmbio foi valorizado para estimular as importações. A intenção ao cortar os gastos públicos era acomodar a massa crescente de juros interno e externo. (CANO, 2000, p.41) O sistema do *Currency Board*, como também é conhecido, tem origem ainda no antigo império inglês, que com ele dominava suas colônias limitando a autonomia sobre política monetária e cambial, dependendo da entrada maciça de capitais externos para equilibrar a balança de pagamentos, manter a paridade e pagar as dívidas. Na década de 1990, o peso da crise da dívida sobre as contas públicas e a hiperinflação levou a Argentina a retomar o projeto que havia permanecido durante décadas no imaginário popular, que sempre manteve o apelo, e que os militares já haviam, em parte, retomado sem, no entanto, levar a Argentina à prosperidade do período agro-exportador. Pelo contrário, aproximando o país dos países vizinhos em termos de pobreza e desigualdade social.

Na campanha eleitoral o prometido por Carlos Menem, eleito pelo partido justicialista, com grande inserção entre os setores populares, era compatível com as posições históricas do movimento, das tradições populares do peronismo: recuperar o poder aquisitivo dos trabalhadores, fazer o país crescer e se transformar através de uma revolução produtiva, e com soberania em todas as esferas. No entanto, imediatamente após as eleições, houve uma

reorientação de seu governo e a transição do governo Menem para o neoliberalismo foi feito em etapas entre 1989 e 1991. Durante este período foi sendo forjada a coalizão de poder que sustentaria o novo modelo. De suma importância para a viabilidade política de seu governo e a amplitude destas reformas foi o apoio dado ao governo pela sociedade de uma forma geral, desde setores populares, já que Menem mantinha as tradicionais bases sociais do peronismo, até setores conservadores do empresariado mais abastado, ampliando seu espectro de apoio para as camadas médias e para as classes mais altas. Um acordo social e político tão amplo nunca havia sido conseguido em todo o período pós-guerra. (SANTORO, 2008, p.131) Com o governo eleito em eleições livres e sem proscricões políticas, o modelo neoliberal foi verdadeiramente legalizado. Com as condições internacionais e internas favoráveis, o bloco de interesses se consolidou no poder durante toda a década. (FERRER, 2006, p.270) Passou a trabalhar dentro da perspectiva neoliberal de privatizações, desregulamentações e liberações da economia e pela instauração da cultura do individualismo, fundamental para o estabelecimento e legitimação do capitalismo selvagem. Formou alianças inclusive com alguns inimigos históricos do peronismo. Funcionários da Bunge y Born, um dos maiores conglomerados econômicos da Argentina, participaram da condução da política econômica do país. (FERRER, 2006, p.258)

A partir da valorização financeira, a concentração da renda e da riqueza acumulada socialmente avançou, aprofundando o predomínio do capital sobre o trabalho. As disputas entre capital e trabalho se processam de forma totalmente diferente em sua dinâmica que na etapa de substituição de importações. Nessas circunstâncias, a classe trabalhadora já não conduzia um bloco social alternativo que se enfrentava com os setores dominantes para definir a condução do Estado e o destino do excedente, mas estava ilhada com uma postura meramente defensiva. Em termos de dívida externa, a fração dominante local era a devedora e os bancos transnacionais os credores, ou seja, havia um conflito de interesses instalado. Se de

um lado, a fração local detinha o controle sobre o sistema político mediante um regime específico que foi o transformismo argentino. No entanto, os bancos estrangeiros eram significativamente mais poderosos em termos estritamente econômico. Assim, esses credores externos ao não conseguirem modelar um sistema político da forma como desejavam, recorreram a seu poder econômico, provocando comoções econômicas e sociais para modificar a situação que lhes era adversa. (BASUALDO, 2006, p.152-154) O bloco dominante, composto pela elite empresarial, política e militar, e, até certo ponto, sindical, conseguiu manter durante os vinte e cinco anos de política econômica sob governo civil e militar, com câmbio fixo ou variável, um sistema baseado na acumulação de rendas, na apropriação de bens públicos, a especulação e distribuição regressiva de renda. (SEVARES, 2002, p.124)

Perante a situação de grave crise deixada pelos militares em termos políticos, econômicos e sociais, um grupo de intelectuais argentinos, reunidos na comunidade epistêmica de intelectuais argentinos, liderada pelo teórico Carlos Escudé, passou a reunir-se para debater sobre a política externa do país e a conjuntura internacional. O resultado desses debates, que ocorreram durante o período do governo do presidente Alfonsín e de Menem, foi um novo paradigma de política externa, denominado de “realismo periférico” – que defendia, dentre outras coisas, que países sem importância estratégica deveriam se alinhar à potência hegemônica em tudo o que não fosse essencial.⁶² Defendiam um alinhamento incondicional com os Estados Unidos como pré-condição para o país se desenvolver da mesma forma como havia sido a aliança com a Inglaterra no século passado, momento de grande prosperidade. Essa conclusão era resultado de um revisionismo extremamente negativo sobre a história desenvolvimentista argentina em que atribuíam às escolhas confrontacionistas e isolacionistas dos governos peronistas e militares a decadência nacional e isolamento. Há muito tempo

⁶² Raúl Bernal-Meza, Silvia Quintanar. Argentina: entre o Mercosul e a ALCA. **Rev. Bras. Polít. Int.** vol.44 no.2 Brasília July/Dec. 2001, p.151-167

intelectuais liberais argentinos com visão parecida ou igual aos epistêmicos se reuniam de uma forma geral em *think tanks* ou centros de pesquisa privados. As mudanças profundas na ordem internacional do início da década de 1990 acabaram abrindo espaço para esse grupo surgir com toda força e dar um suporte ideológico-conceitual e cognitivo ao neoliberalismo, visto como modo de “voltar” ao Primeiro Mundo e à prosperidade. Ainda que não fosse unanimidade e despertasse duras críticas por parte de diversos intelectuais argentinos, principalmente pela Escola Neoestruturalista, que tem matriz próxima ao modelo nacional-desenvolvimentista e à tradição de pensamento da Cepal que se contrapunham sistematicamente e propunham outras alternativas, a comunidade epistêmica tornou-se hegemônica no país na década de 1990. (SANTORO, 2008, p.1;6;31) O governo argentino, deixando de lado uma velha tradição nacionalista, implementou uma política externa bastante alinhada com os interesses norte-americanos na região, o que levou o então chanceler da Argentina Guido Di Tella a afirmar que as relações entre seu país e os EUA eram “relações carnis”⁶³. Ao contrário do Ministério das Relações Exteriores brasileiro, a chancelaria argentina nunca alcançou um grau relativo de autonomia perante as nomeações políticas, que ocorriam em grande escala nos postos das embaixadas estrangeiras e nos cargos de direção dentro do Ministério das Relações Exteriores. O poder dos funcionários de carreira de influenciar decisões ocorre em escala limitada. Essa fragilidade institucional foi decisiva para o grau de influência obtida pela Comunidade Epistêmica.

Embora exista uma certa memória institucional sedimentada ao longo do tempo e preservada pelo corpo diplomático profissional, as tradições e os princípios da atuação externa pertencem basicamente aos partidos políticos. Dessa maneira, definições substantivas dos quadros conceituais acontecem com facilidade com cada mudança de governo, na medida em que cada geração de funcionários encontra poucas inibições institucionais. (ARBILLA, 1994, p.33 apud SANTORO, 2008, p.11)

⁶³ Conforme destacou o ministro das Relações Exteriores da Argentina, Guido de Tella: “Nós queremos pertencer ao clube do Ocidente. Eu quero ter uma relação cordial com os Estados Unidos e não queremos um amor platônico. Nós queremos um amor carnal com os Estados Unidos. Nos interessa, porque podemos tirar um benefício” (TELLA apud BANDEIRA, 2003, p.482)

Inicialmente, o governo enfrentou os mesmos problemas do anterior. A grave crise econômica contribuiu decisivamente para a aprovação das Leis de Emergência Econômica e de Reforma do Estado através das quais o poder executivo conseguiu ampliar suas atribuições. Pelo caráter emergencial dessas legislações, através da qual o programa estrutural foi adotado, conseguiu diminuir a resistência no Congresso, principalmente da União Cívica Radical, e dos trabalhadores organizados na Confederação Geral do Trabalho, além de subordinar o Judiciário ao Executivo. Essas leis previam entre outras coisas: diminuição dos gastos públicos, fim de subsídios e de incentivos fiscais, interrupção da promoção industrial, regional e de exportações por parte do Estado, suspensão de privilégios salariais na administração pública, reforma tributária, liberalização comercial, fim da diferenciação entre capital nacional e estrangeiro em matéria de investimentos produtivos, privatizações em setores como telefonia, aviação comercial, ferrovias, siderurgia, portos e empresas petroquímicas. Essas medidas geraram a credibilidade necessária para a Argentina ser incluída no Plano Brady, em 1992, após o FMI aprovar um novo empréstimo para o país. (SANTOS, 2007, p.115-116) Conforme disse o subsecretário do tesouro dos Estados Unidos, David Mulford, em agosto de 1989:

Se a Argentina aplica as medidas corretas, abre sua economia, implementa reformas impositivas e pode privatizar, será candidata ao apoio sob a iniciativa Brady [...] Estou impressionado pela rapidez com a qual o governo Menem está fazendo as coisas. (MEAD, 1989 apud AYERBE, 1998, p.89)

No início de 1991, o novo ministro Domingo Cavallo levou adiante o Plano de Conversibilidade. Tinha como base um sistema de conversão, com taxa de câmbio fixa – cada peso, que substituía 10 mil austrais, por um dólar. O Banco Central ficava obrigado a garantir a base monetária com reservas suficientes dentro desse contexto de eliminação total de restrições dos movimentos de capital. A liberalização comercial, através da redução de barreiras administrativas, tarifárias e não tarifárias para baratear as importações pelo câmbio e pela tarifa, tinha a função de pressionar para baixo os preços dos produtos similares nacionais

dispensando o congelamento ou o controle dos preços. (CANO, 2000, p.41) Desde 1988 ocorreu um processo de eliminação de barreiras alfandegárias e dos regimes de consulta prévia. A abertura comercial se aprofundou com o novo governo particularmente com as modificações do regime de comércio e com a suspensão, por motivos de emergência fiscal, dos regimes de promoção setoriais. Assim, em janeiro de 1991 desapareceu o sistema de permissões de importação e no meio do ano eliminaram os direitos específicos que haviam restabelecido nos setores de têxteis e eletrônicos. Paralelamente a essas mudanças se modificaram fortemente os níveis e a estrutura das tarifas nominais. Entre outubro de 1989 e abril de 1991, as tarifas máximas e mínimas foram modificadas onze vezes. (KOSACOFF, 1993, p.40-42) A demanda interna deveria ser contida, não mais para produzir excedentes exportáveis, mas para ajustar o intento de diminuir o tamanho do Estado com os juros crescentes. Os salários foram contidos para diminuir as pressões nos custos públicos e empresariais e os juros internos foram elevados, no momento em que os juros internacionais estavam baixos, não para conter o investimento privado, mas para estimular a entrada maciça de capital externo, imprescindível para financiar o aumento vertiginoso das importações de bens e de serviços e o pagamento do serviço da dívida externa, compulsório pelos acordos de renegociação. (CANO, 2000, p.42) Simultaneamente entraram no país investimentos privados diretos, principalmente oriundos das privatizações. Esses fatores geraram excedentes no balanço de pagamentos e um aumento das reservas do Banco Central, ou seja, liquidez e crédito e conseqüentemente o aumento da demanda, contribuindo para a saída da recessão de 1989 e 1990, assim como a melhora da arrecadação e das contas públicas e o próprio PIB. Com a conversibilidade, a Argentina viveria novamente um processo de explosão de consumo. Durante o Processo, na década de 1970, com o *Plata Dulce*, houve a valorização do peso num contexto de grande disponibilidade de dólares no mercado, o que permitiu a ampliação da renda se medida em moeda estrangeira e, assim, uma grande facilidade para

comprar bens importados. Isso garantiu ao governo um grande apoio da sociedade argentina, o que facilitou a aceitação do novo modelo, principalmente pela classe média. Em 1992, a Argentina já havia se transformado no exemplo de êxito da política neoliberal. (FERRER, 2006, p.206), o que teria influência direta no Brasil, contribuindo para diminuição de resistências. Além de garantir a reeleição, as medidas adotadas removeram as últimas resistências internas ao aprofundamento das reformas estruturais, que puderam avançar nos setores de seguridade social, trabalho e tributário e no processo de privatização de bancos, na área de telecomunicações, aviação comercial, eletricidade, gás, rodovias, portos, ferrovias, aeroportos, siderurgia, petróleo, etc. Em alguns casos, foram privatizadas inclusive empresas rentáveis, por valores que eram inferiores ao de mercado e as tarifas foram dolarizadas e reajustadas sem regulamentação prévia. Foram feitas dando importantes benefícios para os compradores, como tarifários, que garantiram alta rentabilidade às empresas privatizadas, e sem um marco regulatório prévio. Foi imensa a transferência de capital público para a iniciativa privada. (SANTOS, 2007, p.117) O processo de privatizações foi especialmente acelerado entre 1990 e 1992, quando foi gerada uma sensível redução da dívida externa uma vez que foram aceitos bônus da dívida externa como parte do pagamento através do programa de capitalização de bônus da dívida externa. Durante a década analisada se opera uma reversão da diminuição da incidência do capital estrangeiro que se registra durante os anos 1980, de tal magnitude que este último período se caracteriza como o de “estrangeirização” da economia argentina. (BASUALDO, 2006, p.155-156)

Brasil e Argentina conviveram com a inflação durante toda a década de 1980 e início da década de 1990, inclusive com sua transformação em hiperinflação (em fevereiro-março de 1990, no Brasil; em maio-julho 1989 e em dezembro 1989 – março 1990, na Argentina). No Brasil, os planos de estabilização fracassaram pela incapacidade de levar até o fim o necessário ajuste fiscal, até chegar a um superávit. Na Argentina, além desse mesmo motivo,

somou-se a “dolarização crônica”. Segundo Bresser Pereira e Ferrer, este é um fenômeno tipicamente argentino. (BRESSER PEREIRA; FERRER, 1991, p.6) Segundo esses autores, no caso argentino, não só a inflação, como também a dolarização, se tornou crônica, pois

através do tempo, a memória coletiva da sociedade e o comportamento dos agentes econômicos e sociais se baseou no convencimento de que a alta da inflação é irremediável e que o futuro do país é incerto. Daí derivam as decisões de proteger-se, através da dolarização, das conseqüências da inflação; de especular com o dólar ou de transformar parte substancial da poupança nacional em ativos em divisas localizadas fora do processo econômico argentino. (BRESSER PEREIRA; FERRER, 1991, p.11-12)

Torna-se ainda mais difícil a estabilização em uma economia em que a demanda por moeda nacional entrou em colapso, em que os agentes privados já foram naturalmente se afastando da moeda nacional, com tendência a se dolarizar. Assim, esse vínculo entre o peso e o dólar, na realidade, está dentro de um contexto bastante amplo de perda de confiança em relação à moeda nacional. A prática da âncora cambial representa a renúncia de qualquer autonomia sobre a política fiscal, monetária e cambial e a subordinação das políticas econômicas aos movimentos internacionais de capitais. Ao longo da década, ocorreu o desmantelamento dos instrumentos essenciais da condução de política econômica, como os institutos reguladores e setores-chave como a produção pecuária. (FERRER, 2006, p.275)

Com Fernando Collor de Mello (1990-1992) foi inaugurado o modelo de Estado neoliberal no Brasil. A década de 1990 é marcada pelos ajustes neoliberais e pela inserção passiva da economia brasileira no processo de globalização econômica e, desta forma, pela subordinação crescente da economia nacional aos fluxos internacionais de capitais. Paradoxalmente, foi o surgimento de um partido político de massas como o PT que, ao ameaçar tomar o poder para os trabalhadores, pela via democrática, acabou unificando, a partir da eleição de Fernando Collor de Mello em 1989, as diversas frações do capital em torno do novo projeto. Desse modo, o liberalismo, que já havia penetrado na maior parte da América Latina, implantava-se no Brasil, com toda força. Com ele efetivamente se construiu entre as elites o consenso necessário para implantar o novo modelo econômico, ainda sem

obter uma maioria no Congresso Nacional. (FILGUEIRAS, 2006, p.181) O governo Collor, segundo Filgueiras (2006, p.186), representou a fase inicial de ruptura do modelo de substituição de importações e a implantação das primeiras ações concretas de natureza neoliberal. O Brasil, até então, apesar da participação do capital externo, tinha uma economia bastante fechada, com sua indústria nacional protegida, havendo diversas restrições às importações. Vários setores que antes estavam protegidos da concorrência externa passaram a competir com produtos importados. A liberalização comercial no Brasil se inicia ainda em 1988-1989. Buscava a redução das tarifas, dos regimes especiais de importação, sem, no entanto, reduzir as restrições não tarifárias criadas ainda nos anos 1970. De acordo com o modelo de substituição de importações, as importações brasileiras desde a década de 1960 enfrentavam fortes restrições tarifárias, contendo grande número de regimes especiais, como redução no imposto de importação e/ou IPI, o que resultava em que mais da metade das importações se realizavam sem o pagamento integral das tarifas. O cronograma de liberalização comercial definido foi antecipado em função do Plano Collor II com o objetivo explícito de contribuir para o combate à inflação. Além da redução tarifária, a redução de vários regimes especiais e políticas de proteção setoriais foram promovidas. A abertura financeira é composta, de um lado, pela liberalização dos movimentos de capitais e, por outro, pela permissão de transações monetárias e financeiras em moeda estrangeira dentro do país. Esse processo ocorreu no Brasil na década de 1990. Neste momento, as barreiras até então existentes aos investimentos estrangeiros de *portfólio* no mercado doméstico foram reduzidas. Viabilizou-se o acesso dos residentes a uma nova fonte de financiamento, como emissão de títulos e ações no mercado internacional de capitais. Conforme já mencionado, principalmente após a redução da taxa de juros básica dos Estados Unidos, os estrangeiros buscaram oportunidades de lucros maiores, o que fez com que os fluxos de capitais estrangeiros começassem a retornar na década de 1990.

A partir da abertura comercial-financeira e a profunda recessão do governo Collor, a concorrência capitalista foi acirrada e empurrou as empresas para um rápido processo de reestruturação. (FILGUEIRAS, 2006, p.187) Grandes grupos econômicos nacionais, produtivos e financeiros, passaram por um processo de transnacionalização e se fortaleceram dentro do bloco dominante – os setores (classes, frações de classes, partidos, grupos de interesse, organizações e mesmo indivíduos) que dominam o Estado. O novo bloco dominante passaria a ser formado pelo capital financeiro internacional – expresso na movimentação dos fundos de pensão, fundos mútuos de investimento e dos bancos dos países centrais –, os grandes grupos econômicos e financeiros nacionais – que conseguiram competir dentro do novo contexto de globalização, sozinhos ou se associando e se subordinando ao capital estrangeiro –, e o capital produtivo multinacional – com ou sem participação nacional. Dessa forma, foi explicitada a fragilidade financeira do Estado e a subordinação crescente da economia brasileira aos fluxos internacionais de capitais, com a submissão às regras ditadas pelos mercados financeiros internacionais. (FILGUEIRAS, 2006, p.183-184)

A partir da década de 1990, idéias como a da vocação agrária, insustentável ideologicamente no Brasil já na década de 1940, de forma que nem mesmo os liberais da época, como Eugênio Gudin, a advogavam mais (BIELSCHOWSKY, 1995, p.313), foram resgatadas por um setor que por definição deveria ser o primeiro a defender uma política industrial por parte do Estado. Como exemplo de cooptação intelectual, Paulo Nogueira Batista nos chama a atenção para um exemplo bastante ilustrativo dessa adoção da ideologia neoliberal pelo empresariado, que esperava retirar vantagens específicas na área da reforma tributária. Em um documento de 1990, intitulado “Livre para crescer – Proposta para um Brasil moderno” a FIESP sugere a adoção de uma agenda de reformas semelhante à consolidada em Washington. Segundo ele,

a proposta da FIESP inclui, entretanto, algo que o Consenso de Washington explicita mas que está claro em documento do Banco Mundial de 1989, intitulado “Trade Policy in Brazil: the Case for Reform”. Aí se recomendava que a inserção

internacional de nosso país fosse feita pela revalorização da agricultura de exportação. Vale dizer, o órgão máximo da indústria paulista endossa, sem ressalvas, uma sugestão de volta ao passado, de inversão do processo nacional de industrialização, como se a vocação do Brasil, às vésperas do século XXI, pudesse voltar a ser a de exportador de produtos primários, como o foi até 1950. (BATISTA, 1994, p.5)

No que se refere à política externa, o Mercosul é bastante ilustrativo da mudança em curso. Em sua perspectiva original foi, do ponto de vista político, concebido como um pólo de poder, que fosse inclusive uma alternativa à hegemonia norte-americana e, do ponto de vista econômico, estava inserido dentro dos marcos desenvolvimentista. Com a redemocratização, e as dificuldades em que se encontravam os países da região, estes países buscaram superar as dificuldades através do diálogo e da cooperação bilateral argentino-brasileira. Diversos acordos de cooperação foram assinados, com destaque para o Programa de Integração e Cooperação Econômica, de 1985, no intuito de planejar conjuntamente o desenvolvimento de setores estratégicos, além de serem um apoio mútuo para o processo de redemocratização. Com a Ata de Buenos Aires, de 1989, assinada pelos presidentes Collor de Mello e Menem, a estratégia foi alterada. A idéia de integração articulada em nível setorial, com a divisão do trabalho intrazona à base do desenvolvimento simultâneo da Argentina e do Brasil e a especialização intra-industrial, ou seja, com um planejamento industrial conjunto, foi substituída por uma estratégia que visava submeter o processo de integração às forças livres do mercado, através da eliminação descriteriosa das barreiras alfandegárias intra-bloco. O bloco foi, a partir deste momento, transformado em simples instrumento de liberalização comercial. (FERRER, 2006, p.265) As relações entre Brasil e Argentina foram remodeladas seguindo a nova orientação cepalina do “regionalismo aberto”⁶⁴. Considerando a discrepância entre os recursos industriais que havia em cada país, a consequência disso foi o acirramento de uma série de disputadas que envolviam subsídios, cotas, barreiras de importações, entre

⁶⁴ Os processos de regionalização passaram a ser incentivados nesse período, mas sob essa nova concepção. Esse processo deveria se dar a partir da idéia em voga do ‘regionalismo aberto’, como forma de instrumento de inserção no processo de globalização, ou seja, a liberalização intra-bloco seria o primeiro passo para aprofundar a liberalização em acordos com os Estados Unidos e os demais países centrais.

outros. A partir da adoção do paradigma “normal” ou neoliberal⁶⁵ na política externa, o Brasil [e a Argentina] passou a aceitar ser apenas coadjuvante sem almejar mais nenhum protagonismo, seguindo as posições dos países centrais. Nesse sentido que deve ser visto também a atuação dos presidentes Fernando Collor e, depois, Fernando Henrique Cardoso no sentido de “esvaziar” o Itamaraty de suas funções, muitas das quais transferidas para outros ministérios identificados com a nova corrente, uma vez que importantes diplomatas brasileiros transformaram este órgão em um foco de resistência do nacional-desenvolvimentismo. No Brasil, não houve, nos anos noventa, como na Argentina, essa mesma abordagem nas linhas de análise das relações internacionais. Como ressalta Cervo, não foi construída no Brasil uma teoria da decadência, não se escrevendo negativamente sobre o isolamento nacional no passado. Houve, pelo contrário, uma visão positiva, exaltando o modelo de política exterior, cujo eixo central era o desenvolvimento nacional. Segundo Cervo, “nada de comparável à numerosa literatura revisionista e ideologizada da Argentina existe no Brasil.” (CERVO, 2000, p.14) Essa maior racionalidade e maior continuidade do modelo desenvolvimentista adotado no Brasil em relação à Argentina, e, portanto, a diferença no resultado do modelo, explicam a forma diferente de avaliação do passado e porque a transição foi mais demorada e menos abrupta no Brasil do que na Argentina. Segundo Cervo, nem mesmo o governo Fernando Henrique Cardoso levou o neoliberalismo às últimas conseqüências no Brasil, ou seja, segundo ele, no governo Fernando Henrique Cardoso ocorreu uma prática sem paradigma. (CERVO, 2000, p.14) Para Gramsci, hegemonia é o exercício da supremacia de uma classe social sobre as outras através da dominação cultural e ideológica e que pressupõe coerção e consentimento. Em parte, o discurso doutrinário neoliberal se afirmou em todos os setores da sociedade, inclusive nas classes trabalhadoras,

⁶⁵ Dentro dos paradigmas criados por Cervo para se referir às orientações de políticas externas brasileiras e de uma forma geral latino-americanas, ele considera que os Estados latino-americanos migraram do paradigma desenvolvimentista para o “normal”, ou seja, tornou-se “receptivo, submisso e subserviente aos comandos das estruturas hegemônicas do mundo globalizado.” (CERVO, 2008, p.15)

que não são beneficiadas por esse modelo de Estado, mas que passou a fazer coro à pregação contra os “gastos excessivos do Estado” e os “privilégios dos funcionários públicos”. Outro aliado da política neoliberal foi a classe média alta, que não tinha interesse em um modelo de Estado de Bem-Estar Social, que ela ajudava a financiar sem, no entanto, ser diretamente beneficiada com isso. Em outras palavras, o sistema montado era excludente, no entanto, não tinha sua legitimidade questionada, a não ser por poucos grupos e movimentos sociais, que, no entanto não podem ser desprezados, o que impede realmente que se possa falar em hegemonia. Por isso, autores como Filgueiras (2006, p.185) defendem que a dominação, neste caso específico do neoliberalismo no Brasil, não teria sido transformada em hegemonia, ou seja, o consenso em torno do projeto neoliberal não teria sido estendido para além da classe dominante. Certo é que no Brasil houve uma hesitação muito maior no sentido de aderir ao novo modelo. Somente um pequeno grupo de economistas, estudantes de programas de pós-graduação nos Estados Unidos, avaliou de forma negativa o passado desenvolvimentista. Embora a esfera de relações econômicas detivesse mais força nas relações internacionais do país, esse grupo não se tornou hegemônico sobre a inteligência nacional, da forma como ocorreu, até certo ponto, na Argentina, com o grupo Epistêmico. Por isso, o conceito de globalização assimétrica, em detrimento do conceito de globalização benéfica, avançou muito no Brasil, no meio acadêmico, político e diplomático, apontando para a existência da periferia mundial e a nocividade do impacto da nova ordem mundial para a região. Como ele chama a atenção, o próprio presidente Fernando Henrique Cardoso ainda que simpático à expansão do neoliberalismo no Brasil usava o termo globalização assimétrica em conferências públicas. (CERVO, 2000, p.15) Além disso, o Brasil de uma forma geral nunca abandonou completamente o desejo de preservar o Mercosul como espaço econômico privilegiado para sua atuação internacional, com tarifas mais elevadas e certa convergência nos planos de

negociação multilateral, sobretudo na Organização das Nações Unidas e na Organização Mundial do Comércio. (SANTORO, 2008, p.2)

Esse processo de implementação do neoliberalismo no Brasil viria a sofrer um atraso, devido à interrupção do governo Collor, envolvido em escândalo de corrupção. A ascensão de Itamar Franco à presidência freou as inovações nas políticas públicas e na política exterior do país. No entanto, foi durante o seu governo que o Plano Real, um programa de estabilização que já havia sido implementado, por exemplo, no México em 1988 e a Argentina em 1991, foi implementado. Assim, o país alinhou sua política econômica ao modelo geral de estabilização aplicado nos outros países latino-americanos e, a despeito de suas conseqüências negativas, que viriam em seguida, foi eficaz para o combate da inflação. No Brasil, a troca das moedas se deu de forma gradual, dando tempo para o alinhamento de preços e dando credibilidade à nova moeda. O mecanismo de âncora cambial, com a moeda valorizada, manteria a inflação sob controle. A idéia do plano era, através da criação de uma unidade de conta doméstica, a URV (Unidade Real de Valor), cuja taxa de câmbio seria equivalente ao do dólar, converter todos os preços e salários para URV. Depois de convertidos todos os contratos, o Real seria emitido. Com essa idéia de âncora cambial foi criado, em julho de 1994, o Plano Real. A inflação caiu e a moeda valorizada associada às facilidades de importação criadas pelo governo, ampliou o consumo e impulsionou a atividade econômica no final de 1994. Impulsionado pelo Plano Real a candidatura de FHC cresceu sem parar. Seu governo, ao contrário de Collor, que teve problemas políticos graves repercutindo negativamente no ambiente internacional, foi bem sucedido no sentido de criar um ambiente político e econômico estável no país, criar a credibilidade externa necessária para a adesão ao *Plano Brady*, e a confiança dos investidores para comprar os títulos brasileiros no mercado internacional.

A valorização artificial da moeda foi muito denunciada pela então oposição feita pelo Partido dos Trabalhadores que prenunciava os problemas que o país enfrentaria por conta

dessa opção. No entanto, a sensação de bem estar imediata, com o fim da inflação, com aumento do consumo e produção, silenciou essas críticas e removeu as últimas resistências necessárias para aprofundar o processo. No intento de levar adiante o programa de estabilização econômica dentro da matriz neoliberal foi formado um amplo bloco conservador em torno de Fernando Henrique Cardoso, que tinha uma trajetória intelectual próxima da esquerda, com reconhecimento internacional pela contribuição aos estudos sobre o desenvolvimento latino-americano nas décadas de 1960 e 1970. Contestando a acusação de sua candidatura ser a materialização brasileira do Consenso de Washington, se apresentava como social-democrata⁶⁶. Sua vitória, ainda em primeiro turno, inclusive com maioria parlamentar, consolida o movimento que começou a delinear seus contornos ainda na primeira metade da década de 1980. Em seu discurso de despedida do Senado, Fernando Henrique Cardoso projetou o futuro e apontou para quais seriam os pontos fundamentais da nova agenda. Segundo ele, era necessário superar a Era Vargas! (CARDOSO, 1994) Assumia, assim, a liderança na formulação e implementação das reformas neoliberais no país. (AYERBE, 1998, p.171-173) marcando a ruptura com a era desenvolvimentista brasileira.

O empresariado industrial e o movimento dos trabalhadores organizados foram responsáveis pelo retardamento das reformas neoliberais no Brasil. Por isso, embora o alinhamento com as propostas do Consenso de Washington tenha sido anunciado por Collor, só foi efetivamente implementado no Brasil ao longo do governo Fernando Henrique Cardoso, que contou com o apoio de lideranças conservadoras, da grande mídia, do governo

⁶⁶ Bresser Pereira (1993, p.39), ministro da Fazenda durante o governo José Sarney e ministro da Administração durante o governo Fernando Henrique Cardoso, explica a diferença, segundo ele, entre “neoliberalismo” e “social-democracia”. Como vemos, na prática, no curto prazo, de acordo com sua concepção de social-democracia e neoliberalismo, ambos representavam o fim de uma política industrial:

“Enquanto a abordagem neoliberal afirma que a causa básica da crise é a força excessiva de um Estado que cresceu demais, a abordagem da crise do Estado (social-democrática) argumenta que a causa básica é o enfraquecimento de um Estado que foi à falência, ao mesmo tempo que se esgotava o seu modo de intervenção: a estratégia de substituição de importações. As duas concordam que é necessário reduzir o Estado, privatizar e liberalizar, e adotar reformas orientadas pelo mercado, mas o objetivo da abordagem neoliberal é reduzir o papel de coordenação do Estado, ao passo que o objetivo da abordagem social-democrática é recuperar este papel” (apud AYERBE, 1998, p.174)

norte-americano, das grandes corporações e dos banqueiros. Para implementar as reformas utilizou amplamente o expediente das medidas provisórias, e, desta forma, sufocou a oposição no Legislativo e a sociedade civil organizada, que foram desqualificadas quando se opunham as reformas neoliberais. Os principais instrumentos de intervenção e de planejamento foram enfraquecidos, perdendo-se a capacidade de elaborar política de desenvolvimento e, com isso, o país ficou subordinado a decisões externas. A democracia brasileira ficou significativamente comprometida. (SANTOS, 2007, p.118;121)

Como já mencionado, planos como o Real e o de Conversibilidade têm o viés de sobrevalorizarem a moeda nacional, em troca do arrefecimento da inflação, por colocarem juros elevados. Igualmente, em última instância, acabam trocando a baixa da inflação por saldos negativos na Balança de Transações Correntes do Balanço de Pagamentos. Assim, para o sucesso desses planos, houve, na década de 1990, a incorporação dos países em desenvolvimento, como mercados emergentes, na globalização financeira, ou seja, ficaram disponíveis para as expansões do capital financeiro e das grandes corporações. Os países periféricos desregularam seus mercados nacionais e eliminaram barreiras à entrada e saída instantânea de investidores, e com isso fizeram crescer cinco vezes o volume de capitais que se deslocaram, desde 1990, para os mesmos lugares que um dia antes foram chamados de países devedores. É exatamente por isso, também, que tudo ocorreu independentemente da base produtiva dos distintos países. (SANTOS, 2007, p.95). A estabilização foi, assim, alcançada com a inserção dentro da quarta etapa do movimento de internacionalização. (FIORI, 1997, p.91) Concluindo, no decorrer das décadas de 1980 e 1990, o modelo anterior foi sendo cada vez mais desacreditado e as bases de sustentação em torno do novo modelo foram se forjando. Com a estabilização monetária entendemos que o desenvolvimentismo estava, naquele momento, enterrado. Havia dado lugar a outro modelo, em voga naquele momento no mundo todo, ainda que não adotado até as últimas conseqüências por todos os

países. Mas em poucos anos o prestígio inicial foi perdido, com as sucessivas crises econômicas enfrentadas por esses países, mostrando a insustentabilidade do modelo.

CONCLUSÃO

Procurou-se, nesta dissertação, analisar, a partir das transformações na ordem política e econômica internacional, os principais fatores que levaram à substituição do modelo de organização da produção de bens industriais do período desenvolvimentista vigente no Brasil e na Argentina desde a década de 1930 pelo modelo neoliberal, articulado pelas mudanças profundas em níveis institucional, setorial, microeconômico e de inserção externa, dentro da perspectiva comparativa. A crise do capitalismo mundial nas décadas de 1960/1970 e a busca pela retomada da hegemonia norte-americana, desencadearam expressivas transformações econômicas, financeiras, monetárias e políticas no mundo. No que tange ao processo de acumulação capitalista, destacou-se de um lado a reestruturação produtiva, com o surgimento de novas tecnologias e novas formas e métodos de gestão corporativa e de organização do trabalho. De outro, a globalização financeira, que, vinculada às diretrizes da política monetária e financeira norte-americana depois do abandono de uma série de regras institucionais de *Bretton Woods* na década de 1970, conseguiu impor restrições econômicas e políticas à atuação de muitos Estados. Assim, no que se refere ao sistema internacional de Estados, a globalização financeira transferiu aos Estados Unidos uma extraordinária liberdade monetária e financeira, conferindo um poder no sistema internacional sem precedentes na história mundial. A ideologia que sustentou essas transformações econômicas e políticas no mundo, disseminadas pelos Estados Unidos, foi o neoliberalismo que restaurou a tendência de concentração de capital em nível mundial e que apontava para a aparente diminuição da autonomia dos Estados periféricos para aplicar políticas públicas de interesse nacional em prol desenvolvimento econômico. A manutenção de modelos como o desenvolvimentista, com grandes investimentos estatais em infra-estrutura e com a sustentação de um esforço de industrialização a partir da substituição de importações, parecia cada vez mais difícil.

O grande poder estrutural norte-americano sobre o sistema monetário e financeiro internacional garantiu a expansão de seu capital corporativo e subordinou as políticas econômicas dos outros países às suas exigências, ou seja, impôs a anulação de projetos nacionais em diversos países do mundo e sua substituição pelos projetos neoliberais, que atrelavam os países às instituições econômicas e comerciais internacionais. Na América Latina, essa transformação foi facilitada pela grave crise que os países latino-americanos enfrentavam na década de 1980. A crise da dívida, assim como a trajetória dos países latino-americanos nas últimas três décadas do século XX, é em grande parte desdobramento da crise internacional das décadas de 1960/70 e suas adaptações às demandas do movimento mundial de expansão do capitalismo financeiro, com centro nos Estados Unidos. No entanto, o contexto internacional não justifica por si só a passividade dos países latino-americanos. É preciso considerar que outros países adotaram políticas contrárias às defendidas pelo FMI, ou seja, uma forte intervenção do Estado na economia em prol da geração e manutenção de grandes superávits na balança de pagamentos e acumulação de reservas cambiais, e alcançaram sucessos relativamente maiores, se considerados os dados econômicos e sociais como, por exemplo, os países do leste asiático.

A década perdida se caracterizou, na Argentina e no Brasil, pelo baixo crescimento econômico e elevada inflação que perpassou os diversos planos de estabilização heterodoxos, como o Austral e o Cruzado – que fracassaram e culminaram em inflação extremamente elevada e instabilidade política –, até alcançarem a estabilização monetária através dos Planos Real e de Conversibilidade. As crises fiscais de Brasil e Argentina acabaram imobilizando os Estados, falidos, incapazes de combater a inflação e muito menos fazer planejamentos de longo prazo. Desse modo, a crise da dívida e os ajustes subsequentes dificultaram a manutenção dos modelos desenvolvimentistas brasileiro e argentino ou sua retomada.

Com a crise da dívida e o enfraquecimento fiscal do Estado, o modelo desenvolvimentista foi gradualmente perdendo sua eficácia. Tanto questões políticas quanto técnicas eram obstáculos para as intervenções do Estado na economia. As elites impediam a recomposição financeira do Estado e ainda lhe impuseram o ônus do ajustamento, com o socorro financeiro promovido por ele a instituições privadas. Portanto, não só sofreram veto as propostas de recuperar a capacidade financeira e regulatória do Estado, como sobre ele é que deveriam ser jogados os ajustes. A volta ao padrão anterior era considerada consensualmente inviável. No entanto, não havia consenso sobre qualquer alternativa ou mesmo força política. A estagnação econômica e a onda liberalizante mundial favoreceram as propostas liberais, em detrimento das propostas alternativas, que saíram enfraquecidas. O desgaste internacional da teoria keynesiana de um Estado ativo e intervencionista eliminou qualquer respaldo externo para recuperar uma capacidade regulatória maior. Diante da profunda crise que enfrentavam os países latino-americanos, do processo de redemocratização, e o clima ideológico mundial de vitória da democracia liberal, o Estado foi ideologicamente transformado no problema.

Desta forma, se na década de 1980, a atuação do Estado foi tolhida pelas limitações internas e externas, na década de 1990 os países aderiram ao modelo do “Estado mínimo” por convicções ideológicas e pela vitória política dos grupos ligados ao sistema financeiro internacional. Os interesses e o pensamento liberal capturaram o Estado, que passou a atuar dentro da lógica neoliberal. Com a desintegração da União Soviética, que representou a derrota ideológica do comunismo e a vitória da democracia liberal, a esquerda mundial saiu desnorteada e enfraquecida. Essas transformações no pensamento econômico dominante no mundo com a crise do keynesianismo levaram novamente os países periféricos a abandonarem décadas de estudos sobre sua condição periférica para aderir ao pensamento do centro da economia mundial. As políticas “corretas” seriam novamente estabelecidas pelo

centro, que se beneficiaria da detenção das vantagens tecnológicas. No centro do debate estava a questão do Estado, que de solução virou problema, o atraso, e foi totalmente desacreditado.

O período desenvolvimentista promoveu grandes avanços na industrialização e proporcionou altas taxas de crescimento. Neste período, com a economia protegida da concorrência internacional, o Estado cumpriu o papel fundamental de coordenar o tripé da indústria formado pelas empresas privadas nacionais e internacionais e pelo capital estatal. Em comum, as recorrentes crises nos balanços de pagamento, a instabilidade política e a não-aceitação por parte das elites de reformas democratizantes. A promoção do desenvolvimento por parte do Estado demonstrava a sua fragilidade financeira e ele era impedido de promover uma reforma fiscal que o fortalecesse ao mesmo tempo em que ele protegia os capitais nacionais fracos, socializando os prejuízos. Ou seja, o modelo desenvolvimentista precisa ser visto como oriundo de um pacto de poder. Assim, nenhum dos dois países superou a condição de dependência.

Enquanto no Brasil não havia espaço para as idéias liberais durante o período desenvolvimentista, quando até mesmo os assim denominados liberais reconheciam a inviabilidade de voltar ao século passado, sendo mero exportador de matérias primas, na Argentina essas idéias nunca foram totalmente desacreditadas, permanecendo durante todas essas décadas no imaginário popular e cultivadas em *think tanks* e centros de pesquisa. Autores argentinos recorrentemente remetem ao passado de sucesso da Argentina durante o período agro-exportador. Dessa forma, nenhuma nova hegemonia e nenhum novo consenso se formaram. Na Argentina foram freqüentes as mudanças bruscas das políticas econômicas aplicadas e rupturas institucionais. Os diferentes interesses corporativos que se mantiveram na política argentina, ainda que enfraquecidos, não foram eliminados. O setor agrário manteve-se forte e atuante, inclusive preservando um grande poder de veto. O Brasil caracterizou-se por

uma história mais linear, pois com a decadência do modelo primário-exportador, logo um novo consenso se formou, com o descrédito total do discurso anterior. Isso permitiu ao país avançar bem mais no processo de industrialização.

Enquanto, após o primeiro choque do petróleo, todos os demais países latino-americanos implementaram políticas econômicas recessivas, de desaquecimento, o governo brasileiro, com Geisel, adotou políticas agressivas, no sentido oposto, de aprofundamento da industrialização brasileira. O Brasil, assim, sob sua presidência, subiu na hierarquia de Estados no sistema internacional num momento de crise do sistema internacional. Durante aqueles anos, o país transformou-se em um grande canteiro de obras do mundo e foram criadas duas centenas de empresas estatais. Este período de intenso desenvolvimento, de acúmulo de forças, acabou sendo uma das diferenças fundamentais no processo de evolução econômica brasileira em relação à Argentina e aos demais países da região nas décadas seguintes. Se aquele desenvolvimento retardatário acelerado acabou criando a dívida externa naquela proporção e gerando forte inflação nos anos seguintes, também criou a base econômica que permitiria nos anos 80 criar uma forte economia exportadora, geradora de receitas para o pagamento da dívida. Os investimentos feitos durante o II Plano Nacional de Desenvolvimento ainda passariam por processo de maturação até metade da década de 1980, ou seja, em plena década de crise da dívida, aumentando ainda o parque industrial brasileiro.

Enquanto o Brasil avançou no processo de industrialização por substituição de importações sob a égide do capital financeiro, a estratégia econômica da Argentina sob a ditadura militar iniciada em 1976 foi no sentido de adoção de planos econômicos monetaristas pactuados com o FMI, abandonando a tentativa de avançar na industrialização substitutiva em prol do capital externo. Deste modo, a Argentina, sob um governo ditatorial e ilegítimo, interrompeu a dinâmica de industrialização por substituição de importações e passou por um

processo de desindustrialização, iniciando uma tendência em direção à concentração de renda e tornando a sua sociedade menos homogênea.

As diferenças profundas em relação às decisões internas tomadas e a forma de inserção no novo cenário internacional quando da crise internacional acabou assim sendo decisivas para o futuro. Por isso, a década de 1980 encontrou o Brasil e a Argentina em condições distintas de implantar modelos econômicos alternativos ao neoliberal. O Brasil, naquele momento, apresentava maiores possibilidades de se contrapor ao modelo que começava a tornar-se hegemônico e foi o último país a aderir ao novo paradigma de desenvolvimento, com intensidade menor na adoção do novo modelo e no cumprimento das exigências do FMI e do Banco Mundial. Considerando os recursos naturais disponíveis, a dimensão continental, o grau de desenvolvimento industrial atingido, o mercado interno potencial, o Brasil se apresentava como o país com maior autonomia potencial na América Latina e as maiores possibilidades de uma inserção mais soberana no quadro de transformações do capitalismo mundial. Pode-se então dizer que a despeito de todas as pressões internacionais para que o país aderisse ao neoliberalismo, seja através das relações bilaterais com os Estados Unidos, seja através das agências internacionais, o país tinha condições de trilhar sobre alternativa. Durante a história, existem múltiplos exemplos de como o Brasil – e também a Argentina – tomou decisões contrárias aos critérios imperantes nos centros hegemônicos do poder mundial, como no caso dos presidentes brasileiros Getúlio Vargas⁶⁷ e Ernesto Geisel visto que conseguiram interferir na história como poucos homens de Estado. Eles buscaram, a despeito de contextos internacionais adversos e de crise, aumentar seu poder e alterar sua posição na hierarquia do sistema internacional. No mundo contemporâneo todos os países estão sujeitos a restrições impostas pelo contexto externo. No entanto, como observado neste trabalho, uma interpretação puramente exógena da crise não se

⁶⁷ Em seu segundo governo, porém, Vargas tentou repetir as táticas pragmáticas de sua longa administração anterior, mas o mundo bipolar da Guerra Fria não tolerou aquelas atitudes, levando ao fim trágico de seu governo.

sustenta. As raízes da crise devem ser buscadas dentro das fronteiras nacionais e na própria experiência histórica do país. Os poderosos instrumentos de pressão criados pelos Estados Unidos não teriam sido suficientes para impor a substituição do modelo econômico nacional se não fosse conseguido o consenso interno mínimo entre as elites para levar o projeto adiante.

Ainda que na Argentina não faltassem exemplos de políticas nacionalistas e posturas de confrontação em relação às estruturas hegemônicas, permitindo o processo de industrialização pelo qual a Argentina havia passado durante as décadas anteriores, esse caminho autônomo não era mais visto pela sociedade argentina de uma forma geral como viável – essa postura histórica da Argentina foi dada como a responsável por décadas de disputas e pela situação caótica em que o país se encontrava na década de 1980, diagnóstico corroborado pelo fato de a Argentina ter um bom exemplo de sucesso enquanto satélite de outro país, em relação a Inglaterra no século anterior – e mesmo que fosse, teria tido mais dificuldades para assegurá-las frente às estruturas hegemônicas, dada sua fraqueza e o desmonte de suas instituições desenvolvimentistas.

Em nenhum momento o Brasil e a Argentina conseguiram iniciar um processo de revolução microeconômica nos moldes pelos quais a Alemanha e o Japão haviam passado para dar ao capital produtivo um caráter menos financeirizado e transformá-lo em capital de investimento, em um instrumento para o crescimento econômico. Tanto o Brasil quanto a Argentina acabaram se submetendo à lógica da valorização financeira, sem, no entanto, serem politicamente capazes de incorporar o sistema financeiro a um projeto amplo de desenvolvimento. Não é viável pensar na solução dos problemas de curto prazo, como o problema da inflação, num ajuste definitivo, sem planejar as políticas de longo prazo, aguardando o equilíbrio provido pelo mercado. Além disso, o desenvolvimento de políticas de longo prazo com uma visão estratégica auxilia no enfrentamento dos problemas de curto

prazo, como a inflação, o endividamento e o déficit público. Diante da autonomia relativa alcançada pelo sistema financeiro e sem conseguir transformá-lo em capital de investimento, integrando esse capital financeiro a um projeto mais amplo de longo prazo, acabou propiciando uma grande vulnerabilidade aos países.

O retorno à democracia, no Brasil e na Argentina, teve sob diversos aspectos desdobramentos diferentes. Se de um lado, a Argentina buscou o enfrentamento da questão do desrespeito aos direitos humanos, romper com o passado, de outro, o Brasil buscou a negociação e o esquecimento. Muitos políticos civis que haviam apoiado o regime militar permaneceram na cena política nacional após a redemocratização, inclusive participando decisivamente na elaboração da Constituição de 1988. Já a Argentina manteve a tradição de ruptura mais radical. No final das contas, assim, ambos mantiveram-se coerentes com as suas tradições históricas. Acredita-se que a mudança de paradigma, não apenas no caso brasileiro como no argentino, representou uma continuidade no sentido colocado na boca de um personagem de Lampedusa, o jovem Tancredi, no romance *O Leopardo*, de “tudo mudar para tudo continuar igual”. Durante a maior parte do tempo, quem comandou a seu modo o Estado, tanto desenvolvimentista quanto o neoliberal, foram os setores conservadores. Tanto o modelo desenvolvimentista quanto o neoliberal foram concentradores de renda com suas estruturas excludentes mantidas intactas. Ambos impediam que o Estado implantasse políticas sociais que permitissem às camadas ou classes populares o acesso à cidadania plena, ainda que os acordos salariais argentinos fossem mais bem-sucedidos para a classe trabalhadora e o poder dos sindicatos conseguisse amenizar isso, garantindo uma sociedade mais homogênea durante o período desenvolvimentista. Desta forma, a mudança de modelo econômico foi a forma encontrada pelas elites brasileiras e argentinas de manter intactas as estruturas sociais excludentes existentes e mesmo aprofundá-las, mantendo-se assim a essência das críticas históricas da esquerda. Durante muito tempo manteve-se a separação entre, de um lado, o

desenvolvimento econômico e, de outro, políticas de inclusão e justiça social, de distribuição de renda e de melhoria de fato das condições de vida da população em geral, como se fossem incompatíveis. O crescimento econômico era assim visto como um fim em si mesmo, e não um meio para alcançar para a sociedade como um todo condições de vida dignas e aceitáveis. Assim, houve um grande crescimento econômico ao longo das décadas desenvolvimentistas, mas não foi bem sucedido em integrar a classe trabalhadora à economia nacional e de fato se assemelhar à homogeneidade da social-democracia européia. A passagem do desenvolvimentismo para o neoliberalismo não alterou isso.

A enorme expansão brasileira propiciada pelo II PND acabou exigindo um esforço muito grande na exploração dos trabalhadores, uma enorme concentração de renda com migrações internas intensas, com a criação de grandes conglomerados urbanos em péssimas condições de vida para seus habitantes. Uma das conseqüências foi o surgimento de um novo movimento sindical, a partir da qual a esquerda se renovaria no país, com líderes pela primeira vez ligados a suas bases, se formando dentro dessas novas fábricas que estava no auge na década de 1980. O novo sindicalismo brasileiro passou a ter, assim, grande atuação nessa época. Os sindicatos argentinos, antes os mais poderosos da América Latina, sobreviveram à ditadura porque tinha uma organização desenvolvida a partir das bases, enraizada na sociedade, ou seja, de baixo para cima. Naquele momento, no entanto, o movimento trabalhista argentino estava enfraquecido e tinha uma postura meramente defensiva. Uma das questões que definiu a velocidade e a profundidade com que o processo de transição de modelos se deu é a força e a capacidade de organização de setores organizados das diferentes sociedades, como os sindicatos. Com a aceitação geral da sociedade argentina e brasileira, passivas, complacentes e tolerantes, pois esmagadas pela hiperinflação e convivendo com a deterioração geral dos serviços públicos, as reformas foram levadas adiante

sem muita resistência na Argentina, enquanto que no Brasil, a burguesia industrial e os movimentos sociais organizados ofereciam ainda alguma resistência.

Na Argentina, onde havia uma relativa falta de consenso, que implicou em décadas de disputas acirradas, formou-se novamente um grande consenso nacional. Embora na Argentina o modelo neoliberal tenha sido adotado já pelos militares em 1976, é preciso deixar claro que em termos de convencimento da população somente com o governo Menem é que o novo modelo foi legalizado. Com ele é que um projeto neoliberal é implementado democraticamente, com amplo apoio que o sustenta no poder durante toda a década. O governo Menem acentuou o processo de desindustrialização e regressão da economia para um estágio de menor complexidade, que havia começado ainda durante a ditadura militar, ou seja, transcorria durante três décadas. Conforme visto no capítulo dois, a Argentina desenvolveu condições econômicas, sociais e políticas propícias para que a sociedade apoiasse amplamente as reformas neoliberais propostas e aceitas pelo governo Menem. Com o esgotamento das forças, houve a adesão generalizada ao novo modelo.

No Brasil, demorou-se a criar o consenso entre as elites, mas com a ameaça da esquerda tomar o poder, um consenso mínimo necessário foi formado. Aceitou-se assim, abandonar um projeto nacional de desenvolvimento, implementado, com suas falhas, ao longo de cinco décadas, aumentando ainda mais a vulnerabilidade externa, como acabaria ficando comprovado nas crises financeiras que se sucederam. Apesar dos impactos negativos sobre a indústria da abertura comercial indiscriminada feita por Collor, assim como já ocorrera com os militares argentinos, diversos setores – entre outros, o têxtil, metal-mecânico, e calçados – os superaram, se modernizaram e tornaram-se competitivos internacionalmente. No entanto, os poucos que conseguiram não representaram um modelo econômico amplo bem-sucedido. No entanto, na hora da adesão ao novo modelo, houve uma ambigüidade maior no Brasil. Devido ainda às resistências internas, os movimentos sociais em ascensão e às vozes críticas –

embora silenciadas e desqualificadas para o debate – o governo brasileiro precisou pelo menos no discurso reconhecer alguns problemas já visíveis na nova ordem vigente e estimulada. Fernando Henrique Cardoso falava em globalização assimétrica em detrimento de globalização benéfica, conceito amplamente aceito no país vizinho. Ainda, ele mesmo não se auto-declarava neoliberal, preferindo a auto-definição de social-democrata, ainda que precisasse para isso fazer uma ginástica intelectual para explicar essa diferença, conforme conceito de Bresser Pereira no capítulo quatro. Nesse sentido, não se pode falar em hegemonia do pensamento neoliberal no Brasil, onde a sua penetração foi menos radical que na Argentina. No entanto, ao longo do governo FHC, o país foi paulatinamente e definitivamente cedendo às orientações neoliberais. Ainda que um neoliberalismo envergonhado, com necessidade constante de se justificar. Além dessa dificuldade teórica de justificar a mudança de modelo, o Brasil ainda contava com uma infra-estrutura, com instituições desenvolvimentistas que ainda estavam funcionando muito bem – como o BNDES, que atuou junto a diversas empresas que com seu suporte conseguiram se transnacionalizar e competir internacionalmente – para gerar um certo gradualismo evitando até certo ponto uma quebra geral e um aprofundamento maior na aplicação do projeto neoliberal.

Em comum, o modelo de estabilização adotado pelo Brasil e pela Argentina continha âncora cambial, abertura econômica através da redução de impostos, desregulamentação das barreiras para entrada de capital externo de curto prazo, desindexação, elevação de impostos, juros altos, privatizações. Dessa maneira, o neoliberalismo que se caracteriza por um conjunto de medidas como austeridade no gasto público acompanhada de regime de privatização, desregulamentação financeira, abertura externa e flexibilização das relações trabalhistas, e, em consequência, reestruturação das políticas sociais, foi adotado pelo Brasil e pela Argentina, abandonando as políticas industriais da era desenvolvimentista e qualquer projeto

nacional autônomo. Poucos ainda defendiam a necessidade de ampliar as atribuições do Estado no sentido de expandir investimentos, eficiência, planejamento e, principalmente, democracia.

O projeto neoliberal, com uma ampla transformação da economia, da sociedade e do Estado seguindo as orientações das instituições internacionais e dos países centrais, se beneficiou, no Brasil e na Argentina, pelo sucesso inicial desses planos de estabilização que contiveram a inflação e estabilizaram as economias nacionais ao abri-las aos fluxos de capitais externos de forma indiscriminada. Assim, durante os governos Cardoso e Menem foi levada adiante a reestruturação do capitalismo brasileiro e argentino, desregulando a economia, desnacionalizando uma série de setores produtivos, privatizando empresas estatais, desregulamentando as relações trabalhistas, abrindo o sistema financeiro e comercial e reformando o sistema de previdência social, de saúde e da educação.

A estratégia implementada pelo Brasil e pela Argentina de estabilização através da criação de facilidades para importar e da sobrevalorização do câmbio obrigou os setores industriais a se adaptarem rapidamente para poderem concorrer no mercado internacional. O mesmo processo ocorrido no Brasil com Collor e na Argentina durante a ditadura militar se repetiria. Muitas empresas, assim, foram obrigadas a se reestruturarem e passaram por um processo de transnacionalização. Novamente as grandes empresas locais passaram por processo de modificações microeconômicas, indicando o predomínio da valorização financeira. É possível apontar diversos casos de desempenhos microeconômicos bem sucedidos. No entanto, somados, esses casos isolados, não tiveram uma força macroeconômica suficiente para criar um novo padrão de desenvolvimento de êxito.

Contribuiu para a estabilização o fato de a tentativa ter coincidido com uma recessão mundial acompanhada da baixa das taxas de juros oferecidas pelos países centrais – os bancos e os fundos de investimentos aproveitaram durante uma década, com riscos reduzidos de

desvalorização, as diferenças de taxas de juros internos e internacionais, graças a grande disponibilidade de dólares no sistema financeiro. No entanto, depois que a elevação das taxas de juros internacionais começou a reverter esta tendência, os países passaram a sofrer as conseqüências. Essas condições não seriam, portanto, permanentes, como muitos acreditavam. Ainda mais problemático foi que essa estabilidade tornou-se um fim em si mesmo em detrimento de outros objetivos como o aumento da produção, do emprego e do bem-estar social. Abria-se mão na realidade desses outros compromissos, ou seja, esse modelo continuava centrado no curto prazo, tendo como base fluxos de capitais instáveis e não permanentes. A necessidade constante de elevados superávits primários para cobrir o pagamento de juros da dívida pública, mesmo não resolvendo o problema, tornou-se o objetivo fundamental. Assim, em diversos momentos, novos empréstimos do Fundo Monetário Internacional foram necessários, permitindo por parte desse organismo uma interferência cada vez maior. Os países latino-americanos cada vez mais se colocavam sob tutela do FMI, que ditava as orientações de política econômica, diminuindo sua soberania. As medidas implementadas geraram um modelo econômico bem mais passivo e dependente. As recorrentes crises financeiras no cenário internacional aumentaram a dependência de recursos financeiros por parte do FMI e das captações de recursos junto ao mercado financeiro, o que demandava a manutenção de juros altos para garantir a rentabilidade.

Ocorreu, na realidade, o contrário do que os setores dominantes apresentaram. As privatizações, que deveriam criar as condições para a retenção da poupança interna, evitando a fuga do excedente de capitais ao exterior e consolidar os equilíbrios macroeconômicos, ficaram subordinadas à valorização financeira, com a relação entre taxa de juros interna e externa como fator determinante para este processo. O sistema financeiro, integrado às praças internacionais, multiplicou a dívida externa deixando os países vulneráveis diante das sucessivas crises externas. Assim, diante das dificuldades que surgiram ao longo da década,

recorrentemente culpava-se o contexto externo sem levar em consideração as inadequadas políticas internas liberais anteriormente tomadas. Explicações específicas para cada choque exógeno deixavam clara a dificuldade teórica de justificar as mudanças estruturais dessa década, quando o Estado passou a promover a recessão e não mais o desenvolvimento. O aumento da inflação, o déficit estrutural do balanço de pagamentos, e altos valores pagos em juros e amortizações da dívida, se comparado às reservas ou às exportações apontavam para a insustentabilidade desse modelo. Mas foi necessária a crise do sistema hipotecário, de grandes proporções, para dar credibilidade para os economistas críticos, os chamados de catastrofistas de plantão, que faziam advertências sobre a inviabilidade desse modelo no longo prazo. A partir deste momento perdeu sentido a confrontação Estado-mercado, que deu lugar ao questionamento em torno de qual o Estado que seria necessário.

REFERÊNCIAS

Fontes Documentais

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1990**: indicadores de desenvolvimento mundial. 1. Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Set. 1990.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso de despedida do Senado Federal**. Filosofia e Diretrizes de Governo. Brasília, Secom, 14/12/94.

CEPAL. **Anuário Estadístico de América Latina e el Caribe**. Santiago: Naciones Unidas, 1989.

CEPAL. **Anuário Estadístico de América Latina e el Caribe**. Santiago: Naciones Unidas, 1990.

CEPAL. **Anuário Estadístico de América Latina e el Caribe**. Santiago: Naciones Unidas, 2007.

IMF. **The IMF and Argentina, 1991-2001**. Washington, DC: International Monetary Fund, 2004.

IMF. **International Financial Statistics**. Washington, DC: International Monetary Fund , 1992.

Bibliografia

Artigos em periódicos

BARROS, José D'Assunção. História comparada: um novo modo de ver e fazer a história. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, n. 1, v. 1, Junho de 2007. Disponível em: <<http://www.hcomparada.ifcs.ufrj.br/revistahc/vol1-n1-jun2007/mododever.pdf>>. Acesso em 10/3/2008.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O consenso de Washington**: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. 1994. Disponível em: <www.usp.br/fau/cursos/graduacao/arg_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf>. Acesso em: 16 de junho de 2006.

BERNAL-MEZA, Raúl; QUINTANAR, Silvia. Argentina: entre o Mercosul e a ALCA. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 44, n. 2, p.151-167 July/Dec. 2001.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; FERRER, Aldo. Dolarização crônica: Argentina e Brasil. **Revista de Economia Política**, v.11, n.1, p.5-15, jan.1991.

DATHEIN, Ricardo. **Brasil: vinte e cinco anos de estagnação econômica e as opções do desenvolvimento**. In: X Jornadas de Economía Crítica, 2006, Barcelona. X Jornadas de Economía Crítica - Alternativas al capitalismo?, 2006.

FERRARI, Andrés; CUNHA, André Moreira. **As origens da crise argentina: uma sugestão de interpretação**. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A023.pdf>> Acesso: 27.11.2009

FREIXO, Adriano; RISTOFF, Taís. Democracia e Integração Regional: a experiência do Mercosul. **Revista Agenda Social**, v.2, n.1, jan-abr/2008. Disponível em: <http://www.uenf.br/Uenf/Pages/CCH/Agenda_Social/>. Acesso em: 08 de junho de 2008.

FIORI, José Luis. Sonhos prussianos, crises brasileiras: leitura política de uma industrialização tardia. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.11, n.1, p.41-61, 1990.

KOCHER, Bernardo. **De Bandung a Bagdá**. Cinquenta Anos de Economia Política do Terceiro Mundo. In: X Encontro Nacional de Economia Política, 2005, Campinas. Anais do X Encontro Nacional de Economia Política, 2005.

KOCKA, Jürgen. Comparison and beyond. **History and theory**, n. 42, p.39-44, feb. 2003.

LAYNE, Christopher. Kant or Cant. The Myth of Democratic Peace. **International Security**, vol. 19, n.2, 1994, p. 5-49.

MATTEI, Lauro; SANTOS JUNIOR, José Aldoril dos. Industrialização e Substituição de Importações no Brasil e na Argentina: Uma Análise Histórica Comparada. **Revista de Economia**, Paraná, v. 35, n. 1 (ano 33), p. 93-115, jan./abril 2009.

OWEN, John. How Liberalism Produces Democratic Peace. **International Security**, vol. 19, n. 2, 1994, p. 87-125.

SERRANO, Franklin. Do ouro imóvel ao dólar flexível. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n.2 (19), p. 237-253, jul./dez. 2002.

Teses e dissertações

BIANCHI, Álvaro. **O Ministério dos Industriais: A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

GONÇALVES, Samo Sérgio. **A nova Estratégia da Política Externa dos Estados Unidos no mundo pós-Guerra Fria**. 2004. 198 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2004.

KOCHER, Bernardo. **A economia política da inflação dos preços**. Brasil, 1964-1994. 1997. 319 f. Tese (Doutorado em História)–Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

SANTORO, Mauricio. **Idéias, Diplomacia e Desenvolvimento: Ascensão e queda do realismo periférico na Argentina**. 2008. 143 f. Tese (Doutorado em Ciência Política)–Instituto de Pesquisas Universitárias do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

TEIXEIRA, Josélia Elvira. **A crise do Estado investidor e as privatizações no Brasil e na Argentina (1990-1999)**. 2006. 118 f. Dissertação. (Mestrado em Integração Latino-americana)–Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.

Livros

ABREU, Marcelo de P. (org). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)**. Rio de Janeiro, Campus, 1993.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Relações Internacionais e Política Externa do Brasil**. Porto Alegre, UFRGS, 1999.

ALVES, Janine da Silva. **Mercosul**: características estruturais de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Florianópolis: UFSC, 1992.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

ARRIGHI, Giovanni. As três hegemonias do capitalismo histórico. In: GILL, Stephen (Org.). **Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. p. 227-273.

_____. **O Longo Século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.

_____. **A ilusão do desenvolvimento**. 3ªed. Petrópolis: Vozes, 1997.

ARRIGHI, Giovanni e SILVER, Beverly J. **Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto/UFRJ, 2001.

AYERBE, Luis Fernando. **Neoliberalismo e Política Externa na América Latina**: uma análise a partir da experiência Argentina recente. São Paulo: Unesp, 1998.

AZPIAZU, Daniel; NOCHTEFF, Hugo. **El desarrollo ausente: restricciones al desarrollo, neoconservadorismo y elite económica en la Argentina**. Ensayos de Economía Política. Buenos Aires: Tesis/Norma, 1994.

AZPIAZU, Daniel et. al. **El nuevo poder económico en la Argentina de los años 80**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, Colección Economía Política Argentina, 2004.

BANDEIRA, Moniz. **Estado nacional e política internacional na América Latina (1930-1992)**. São Paulo: Ensaio, 1993.

BASUALDO, Eduardo M. La reestructuración de la economía argentina durante las últimas décadas de la sustitución de importaciones a la valorización financiera. In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. (Org.). **Neoliberalismo y sectores dominantes**: tendencias

globales y experiencias nacionales. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006, p. 123-177.

BERNAL-MEZA, Raúl. **América latina en el mundo**: el pensamiento latinoamericano y la teoría de relaciones internacionales. Buenos Aires: Nuevohacer, 2005.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BLOCH, Marc. **Os Reis Taumaturgos**: o caráter sobrenatural do Poder Régio. França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BLOCH, Marc. Comparação. In: BLOCH, Marc. **História e historiadores**. Lisboa, Teorema, 1998, p. 111-118.

BLOCH, Marc. Para uma história comparada das sociedades europeias. In: BLOCH, Marc. **História e historiadores**. Lisboa, Teorema, 1998, p. 119-150.

BORÓN, Atílio. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**: século XV-XVIII. São Paulo: Martins Fontes, 1996, 3v.

CAMPOS, Taiane Las Casas; SALVATO, Márcio Antônio. Comércio internacional, desenvolvimento econômico e inserção estratégica: as experiências da Argentina, do Brasil e do México. IN: CAMPOS, Taiane, Las Casas (Org.). **Desenvolvimento, desigualdades e relações internacionais**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2005.

CANO, Wilson. América Latina: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo. In: FIORI, José Luís (org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 287-326.

CANO, Wilson. **Soberania e política econômica na América Latina**, 3 ed. São Paulo: Unesp, 2000.

CASTRO, Antonio B; SOUZA, Francisco E. **A economia brasileira em marcha forçada**. 2.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional**: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, Amado Luiz. Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 43, n. 2, p.5-27, 2000.

COX, R. W. Social forces, states and world order: beyond international relations Theory. In: KEOHANE, R. **Neorealism and its critics**. Nova York: Columbia University Press, 1986, p. 204-254.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. **Brasil e Argentina**: um ensaio de história comparada. São Paulo: Editora 34, 2004.

FEIJÓ, Carmem Aparecida. O investimento industrial no Brasil -1990-2005: uma interpretação à luz da teoria do investimento Keynes-Minsky. In: SICSÚ, João; VIDOTTO, Carlos. **Economia do desenvolvimento**: teoria e políticas keynesianas. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2008. p. 200-216.

FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERRER, Aldo. **Crisis y Alternativas de la Política Económica Argentina**. Buenos Aires: F.C.E., 1977.

_____. **A economia argentina**: de suas origens ao início do século XXI. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

_____. **La posguerra**: programa para la reconstrucción y el desarrollo económico argentino. Buenos Aires: El Cid Editor/Fundación para la Democracia en Argentina, 1982.

_____. **Nacionalismo y orden constitucional**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1981.

FICO Carlos. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FILGUEIRAS, Luiz. O Neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. (Org.). **Neoliberalismo y**

sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006, v. 1, p. 179-206.

FIORI, José Luis. **Em busca do dissenso perdido:** ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro, Insight, 1995.

_____. **O vôo da coruja:** para reler o desenvolvimentismo brasileiro. Rio de Janeiro; Record, 2003.

_____. Globalização, hegemonia e império. In: FIORI, José Luis; TAVARES, Maria da Conceição. (org.). **Poder e Dinheiro:** uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 87-147.

FIORI, José Luís et. al. **O mito do colapso do poder americano.** Rio de Janeiro: Record, 2008.

FREIXO, Adriano de, MUNTEAL, Oswaldo e VENTAPANE, Jacqueline (Orgs.). **O Brasil de João Goulart:** Um Projeto de Nação. Rio de Janeiro: PUC/Contraponto, 2006.

GERCHUNOFF, P.; LLACH, L. **El ciclo de la ilusión y el desencanto:** un ciclo de políticas económicas argentinas. Buenos Aires: Ariel, 2003.

GIDDENS, Anthony (1985). **O estado-nação e a violência:** segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico. São Paulo: Edusp, 2001.

GILL, Stephen (Org.). *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais.* Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

GONÇALVES, Williams; SILVA, Guilherme A. **Dicionário de Relações Internacionais.** Barueri: Manole, 2005.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia.** Rio de Janeiro: Contraponto; Porto Alegre: UFRGS, 2002.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. (Org.). **Argentina: visões brasileiras.** Brasília: IPRI, 2000.

HALPERIN DONGHI, Tulio. **La larga agonía de la argentina peronista.** Buenos Aires.: Ariel, 1990.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos extremos: o breve século XX — 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. **Introdução às relações internacionais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. **Power and Independence**. New York: Harper Collins, 2001.

KEOHANE, Robert O. **After hegemony: cooperation and discord in the world political economy**. New Jersey: Princeton University Press, 1984.

KOSACOFF, Bernardo. **El Desafío de la competitividad: la industria Argentina en transformación**. Buenos Aires: Alianza Editorial, c1993.

LLACH, Juan: **Otro siglo, otra Argentina**. Buenos Aires: Ariel Sociedad Económica, 1997.

LÓPEZ, Julio; PUCHET, Martín. Apogeu e decadência das políticas econômicas keynesianas. In: SICSÚ, João; VIDOTTO, Carlos. **Economia do desenvolvimento: teoria e políticas keynesianas**. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2008. p. 28-45.

MAGALHÃES, José Paulo de. Vinte anos de pensamento econômico no Brasil. In: MAGALHÃES, José Paulo de et al (orgs.). **Vinte anos de política econômica**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

MAJUL, Luis. **Por que cayó Alfonsín**. Buenos Aires: Sudamericana, 1990.

MALAGUTI, Manoel Luiz et. al. (org.). **A quem pertence o amanhã? Ensaio sobre o neoliberalismo**. São Paulo: Loyola, 1997.

MALLON, R.; SOURROUILLE, J. V. **La política económica en una sociedad conflictiva: el caso argentino**. Buenos Aires: Amorrortu, 1973.

MANTEGA, Guido, MORAES, Maria. **Acumulação capitalista e crises no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MAXWELL, Kenneth. **Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

MEDEIROS, Carlos Aguiar; SERRANO, Franklin. Padrões monetários internacionais e crescimento. In: FIORI, José Luis. (Org.). **Estados e Moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MELO, Marcus A. B. C. de.; COSTA, Nilson do R. A difusão das reformas neoliberais: análise estratégica, atores e agendas internacionais. In: REIS, Elisa et al (orgs.). **Pluralismo, espaço social e pesquisa**. São Paulo: Hucitec/ANPOCS, 1995.

MENDONÇA, Sônia Regina. **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

PADRÓS, Enrique Serra. Capitalismo, prosperidade e estado de bem-estar social. In: REIS FILHO, Daniel et. al. (Org.). **O Século XX: o tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 227-266.

PARADISO, José. **Um Lugar no Mundo: a Argentina e a busca de identidade internacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PERINA, Rubén M.; RUSSEL, Roberto. **Argentina en el mundo: 1973-1987**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano. 1988.

PINHEIRO, Letícia. **Política Externa Brasileira: 1989-2002**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

PREBISCH, Raul. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais (1949). IN: BIELSCHOWSKY, Ricardo. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000, vol.1, p.69-136.

RAPOPORT, Mario. **Historia económica, política y social de la Argentina (1880-2000)**. Buenos Aires: Macchi, 2000.

RAPOPORT, Mario. **Crisis y Liberalismo en la Argentina**. Editores de América Latina, 1998.

ROCK, David, Argentina (1516-1987). **Desde la Colonización Española hasta Raúl Alfonsín**. Madrid, Alianza Editorial, 1991.

ROMERO, Luis Alberto. **Breve história contemporânea de América latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O Estado e a sociedade em Portugal (1974-1988)**. Porto: Edições Afrontamento, 1998.

SANTOS, Marcelo. **O poder norte-americano e a América Latina no pós-guerra fria**. São Paulo: Anna Blume; São Paulo: Fapesp, 2007.

SENRA, Álvaro de Oliveira. Após Geisel: Crise do desenvolvimentismo e afirmação do neoliberalismo no Brasil. In: FREIXO, Adriano de; MUNTEAL, Oswaldo (Orgs.). **A ditadura em debate: estado e sociedade nos anos do autoritarismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. p. 123-150.

SERRA, José. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. IN: BELLUZZO, Luiz G.M; COUTINHO, Renata. **Desenvolvimento Capitalista no Brasil**. Vol.1. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 56-121.

SERRANO, Franklin. Relações de poder e a política macroeconômica americana, de bretton woods ao padrão dólar flexível. In: FIORI, José Luis. **O poder americano**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 179-222.

SEVARES, *Julio*. **Por qué cayó la Argentina**: imposición, crisis y reciclaje del orden neoliberal. Buenos Aires: Norma, 2002.

SICSÚ, João. Planejamento Estratégico do desenvolvimento e as políticas macroeconômicas. In: SICSÚ, João; VIDOTTO, Carlos. **Economia do desenvolvimento: teoria e políticas keynesianas**. Rio de Janeiro: Editora Campus-Elsevier, 2008. p. 137-159.

SIKKINK, Kathryn. **Ideas and institutions: developmentalism in Brazil and Argentina**. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1991.

SILVA, César Augusto Silva da. Reformas Econômicas da América Latina no Contexto da Globalização. In: OLIVEIRA, Odete Maria de. **Relações Internacionais e globalização**. Ijuí: Unijuí, 1998. p. 205-245.

SILVA, Heloisa Conceição Machado da. **Da substituição de importações à substituição de exportações**: a política de comércio exterior brasileira de 1945 a 1979. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

_____. A retomada da hegemonia norte-americana. In: FIORI, José Luis; TAVARES, Maria da Conceição. (org.). **Poder e Dinheiro**: uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes, 1997.

VAÏSSE, Maurice. **La Grandeur: politique étrangère du général de Gaulle (1958-1969)**. Paris: Fayard, 1998.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

_____. **El Moderno Sistema Mundial** (Vols.1, 2 e 3). México, Siglo XXI, 1999.

_____. **Após o liberalismo**: em busca da reconstrução do mundo. Petrópolis: Vozes, 2002.

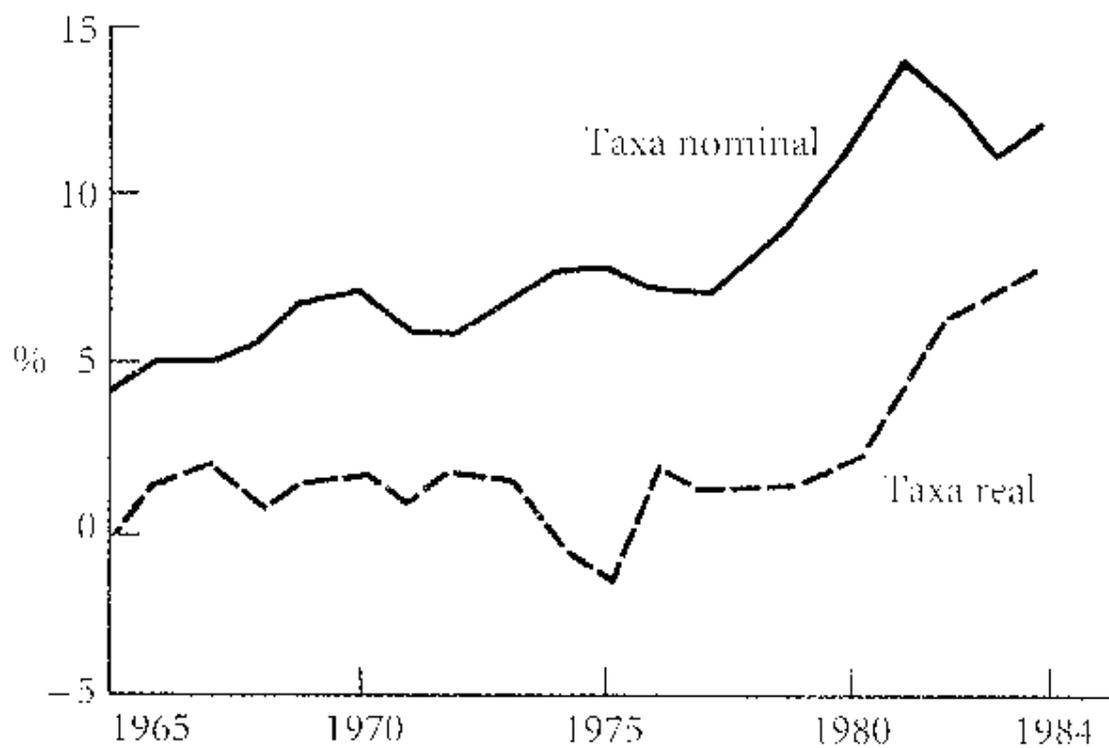
_____. **O declínio do poder americano**: os Estados Unidos num mundo caótico. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

ZHEBIT, Alexander. Império Soviético: grandeza e colapso. In: Francisco Carlos Teixeira da Silva et. al. **Impérios na História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. p. 305-318.

ANEXOS

ANEXO 1

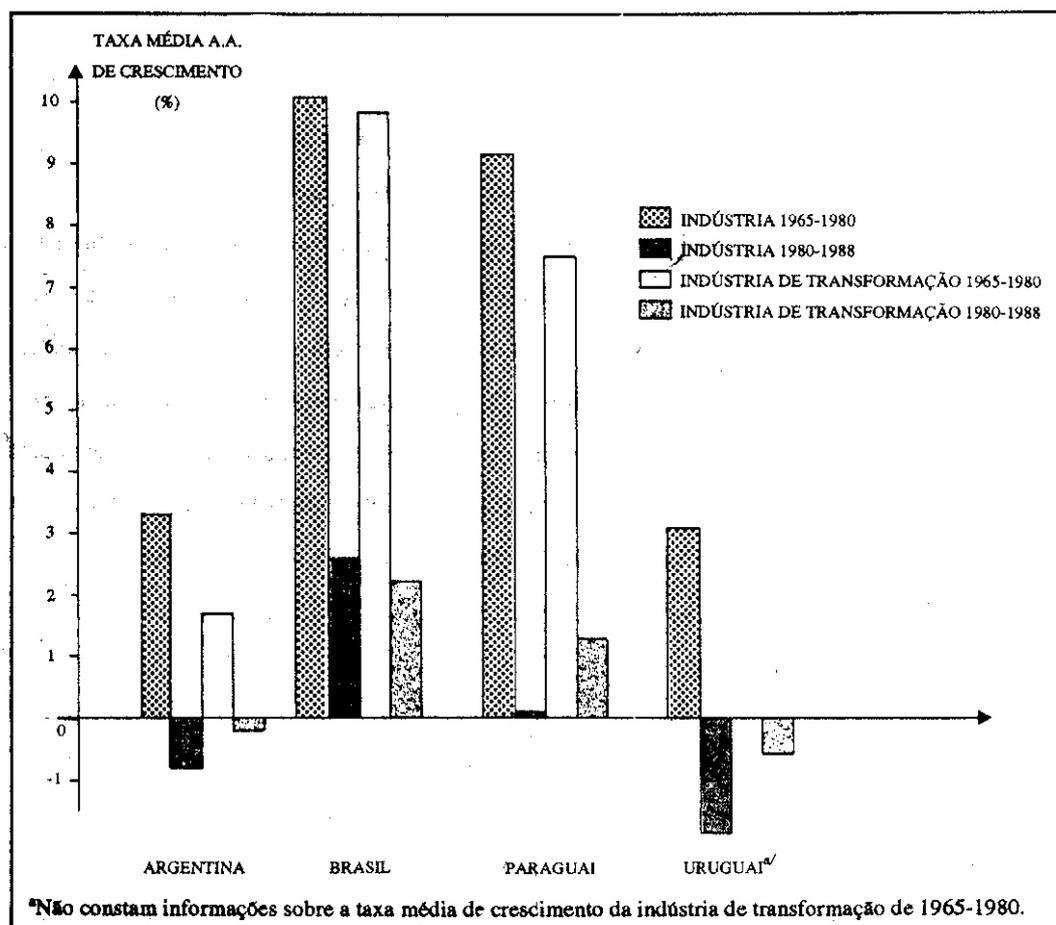
Taxa de juros a longo prazo nos Estados Unidos, 1965-84 (média dos dados trimestrais).



(Fonte: Banco Mundial, 1985, p. 5, apud, ARRIGHI, 1996, p.327)

ANEXO 2

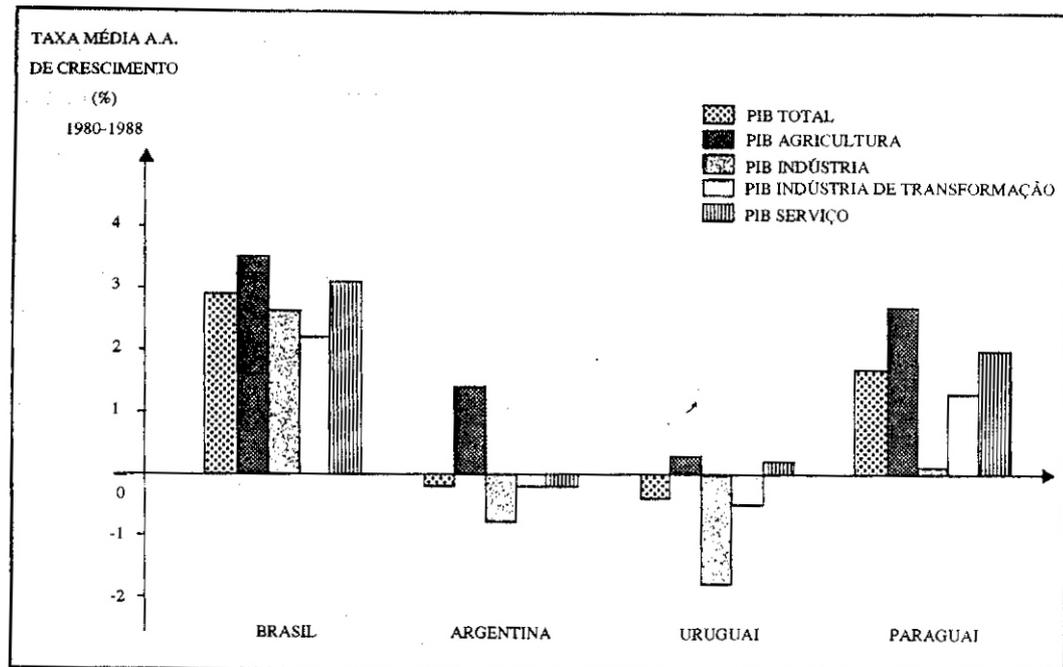
Crescimento da produção industrial (taxa média anual de crescimento %), 1965 -1980/ 1980-1988



(Fonte: Relatório do Banco Mundial 1990, apud, ALVES, 1992, p.112.)

ANEXO 3

Crescimento da produção (taxa média anual de crescimento (%)), 1980/88



(Fonte: Banco Mundial, 1990, apud, ALVES, 1992, p.82.)

ANEXO 4

Inflação, 1970-2001 (inflação medida pelo deflator interno do PIB. Inflação e PIB: variação anual)

Ano	Argentina		Brasil		Ano	Argentina		Brasil	
	Inflação	PIB	Inflação	PIB		Inflação	PIB	Inflação	PIB
1970	6,5	3,0	17,1	8,8	1986	74,5	7,9	145,3	8,0
1971	31,3	5,7	20,3	11,3	1987	127,1	2,9	204,1	3,6
1972	64,2	1,6	19,1	12,1	1988	388,5	-2,6	651,1	-0,1
1973	65,5	2,8	22,7	14,0	1989	3.057,6	-7,5	1.322,5	3,3
1974	30,6	5,5	34,8	9,0	1990	2.076,8	-2,4	2.509,5	-4,3
1975	197,7	-0,03	33,9	5,2	1991	133,0	12,7	415,3	1,3
1976	438,3	-2,0	47,6	9,8	1992	11,9	11,9	968,5	-0,5
1977	159,4	6,9	46,2	4,6	1993	-1,5	5,9	1.996,6	4,9
1978	161,4	-4,5	41,1	3,2	1994	2,8	5,8	2.239,1	5,9
1979	147,4	10,2	56,5	6,8	1995	3,2	-2,8	77,6	4,2
1980	90,8	4,2	87,3	9,1	1996	-0,1	5,5	17,4	2,7
1981	106,4	-5,7	107,2	-4,4	1997	-0,5	8,1	8,3	3,3
1982	207,6	-5,0	104,8	0,6	1998	-1,7	3,9	4,7	0,2
1983	382,3	3,9	140,2	-3,4	1999	-1,8	-3,4	4,3	0,8
1984	606,7	2,2	212,8	5,3	2000	0,8	-0,5	8,2	4,5
1985	625,8	-7,6	231,7	7,9	2001	-1,8	-3,7	7,4	1,5

(Fonte: World Bank Indicators, 2002, apud, FAUSTO;DEVOTO, 2004, p. 469.)

ANEXO 5

Taxas anuais de inflação, 1970-1990

Ano	Argentina	Brasil
1970	13,6	17
1971	34,8	21,1
1972	58,4	17,8
1973	61,2	15,5
1974	23,5	34,5
1975	182,3	29,4
1976	443,2	46,3
1977	176,1	38,8
1978	175,5	40,8
1979	159,5	77,2
1980	100,8	110,2
1981	104,5	95,2
1982	164,8	99,7
1983	343,8	221
1984	626,7	233,8
1985	672,1	235,1
1986	90,1	65
1987	131,3	415,8
1988	343	1037,6
1989	3079,3	1782,9
1990	1832,5	1476,6

(Fonte: Fundo Monetário Internacional, 1992)

ANEXO 6

Produto interno bruto per capita (taxas de crescimento anual), 1981-1989

	1981	1982	1985	1986	1987	1988	1989
Argentina	-8,3	-7,1	-5,7	4,6	0,8	-4,1	-5,7
Brasil	-6,5	-1,6	6,1	5,2	1,5	-2,1	1,5

(Fonte: Cepal, 1990.)

ANEXO 7

Dívida externa total (milhões de dólares), 1980-1994

País	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	
Argentina	27 162,0	35 671,0	43 634,0	45 069,0	46 191,0	49 326,0	51 422,0	
Brasil	64 000,0	71 878,0	83 205,0	91 362,0	99 765,0	105 126,0	111 045,0	
	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Argentina	58 324,0	58 473,0	63 314,0	62 233,0	61 337,0	62 973,0	72 425,0	87 524,0
Brasil	121 174,0	113 469,0	115 096,0	123 439,0	123 910,0	135 949,0	145 726,0	148 295,0

(Fonte: Cepal, 2007.)

ANEXO 8

Dívida externa total/PIB, 1977-2000 (em %), 1977-2000

Argentina e Brasil: dívida externa total/PIB, 1977-2000 (em %)

	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	Média
Argentina	20,1	22,9	30,2	35,3	45,4	51,7	44,1	61,8	57,6	47,2	52,7	46,6	43,0
Brasil	23,8	27,2	27,2	30,4	30,9	33,3	48,5	49,7	46,5	40,7	40,8	35,6	36,2
	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	Média
Argentina	44,5	44,0	34,5	29,9	27,3	29,2	38,3	40,9	43,8	47,3	51,3	51,3	40,2
Brasil	25,5	25,8	29,7	33,1	32,9	27,9	22,8	23,4	24,5	30,6	46,0	40,0	30,2

“Para a Argentina, a fim de diminuir distorções causadas pela hiperinflação, o número de 1989 foi calculado a partir da média dos anos de 1987, 1988, 1990, 1991.”

(Fonte: World Bank Indicators, 2002 (elaborado por Gilberto Dupas), apud, FAUSTO; DEVOTO, 2004, p. 494.)

ANEXO 9

Transferência líquida de recursos (milhões de dólares), 1980-1994

País	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	
Argentina	664,2	- 2 165,4	- 3 023,0	- 4 192,9	- 3 039,6	- 2 326,2	- 2 289,8	
Brasil	2 343,8	2 123,5	- 1 831,9	- 3 904,1	- 4 329,7	- 11 483,5	- 9 667,5	
América Latina*	12 033,8	11 087,5	- 18 410,3	- 26 652,1	- 24 473,3	- 31 645,2	- 23 251,6	
	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Argentina	- 1 539,3	- 1 667,4	- 6 942,9	- 5 830,7	- 1 573,2	6 427,9	9 416,3	8 105,1
Brasil	- 7 848,0	- 14 986,3	- 12 655,3	- 7 310,5	- 8 570,1	584,3	- 1 632,6	-723
América Latina	- 18 565,7	- 31 638,5	- 28 780,9	- 18 099,3	3 700,2	26 061,8	32 085,1	11 166,8

* Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Bolivariana da Venezuela, República Dominicana e Uruguai.

(Fonte: Cepal, 2007.)

ANEXO 10

Relação entre os juros totais devidos e as exportações de bens e serviços (milhões de dólares), 1980-1994

País	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	
Argentina	22	35,5	53,6	58,4	57,6	51,1	50,8	
Brasil	34,1	40,4	57,1	43,4	39,5	40	42,4	
América Latina *	27	35,8	46,8	39,8	39,3	38,8	38,8	
	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Argentina	50,8	42	51,2	38	36,1	22,8	23,3	25,8
Brasil	33,1	29,4	29,2	30,9	27,2	20,8	21,8	17,9
América Latina	32,5	30,6	30,3	27,9	24,8	21,8	21,4	20,4

* Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Haití, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Bolivariana da Venezuela, República Dominicana e Uruguai.

(Fonte: Cepal, 2007.)

ANEXO 11

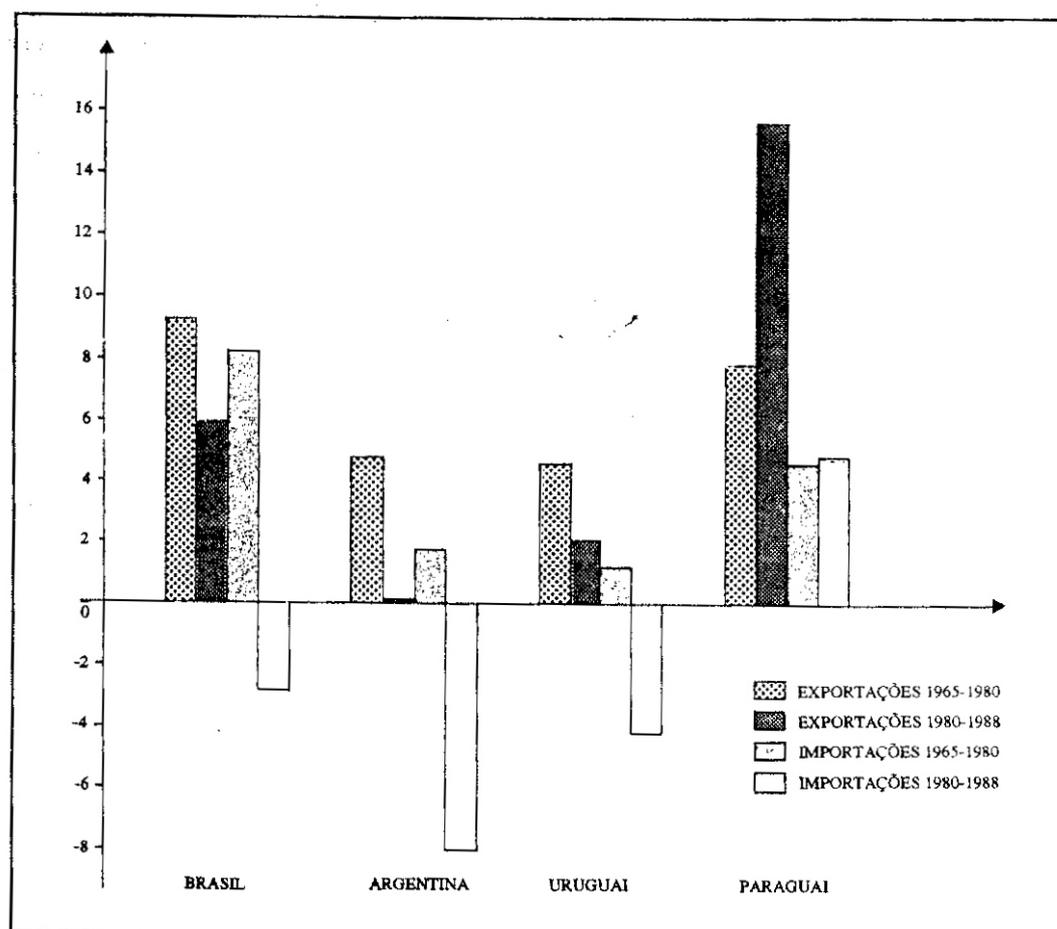
Importação/PIB, 1977-2000 (Importação e PIB em US\$ corrente)

	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	Varição % no período
Argentina	7,4	5,7	6,3	6,5	7,4	6,5	5,9	4,8	6,2	6,3	7,6	6,2	(16,4)
Brasil	7,9	7,9	9,2	11,3	9,8	8,3	9,0	7,9	7,1	6,3	6,2	5,7	(27,8)
	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	Varição % no período
Argentina	6,6	4,6	6,1	8,1	9,3	10,6	10,1	11,1	12,7	12,9	11,5	11,4	72,7
Brasil	5,0	7,0	7,9	8,4	9,1	9,2	9,5	9,2	10,1	9,9	11,7	12,1	142,0

(Fonte: World Bank Indicators, 2002 (elaboração Gilberto Dupas), apud, FAUSTO; DEVOTO, 2004, p. 468)

ANEXO 12

Exportação e importação (taxa média a.a de crescimento %), 1965/80-1980/88



(Fonte: Banco Mundial, 1990, apud, ALVES, 1992, p.132.)

ANEXO 13

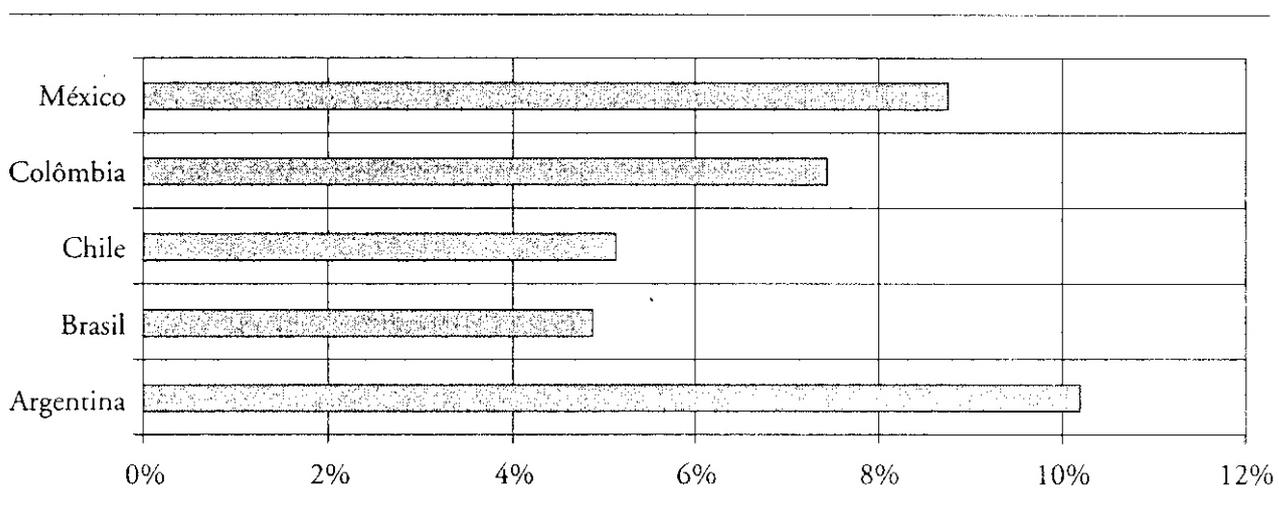
Importações de Bens de capital, 1970-1994

País	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	
Argentina	374,4	450,0	486,6	432,0	473,9	575,9	538,5	1 151,8	1 159,2	1 660,6	2 863,9	2 710,9	
Brasil	824,6	1 166,4	1 606,8	1 932,0	2 779,9	3 490,3	3 072,3	2 702,5	3 303,8	3 690,1	3 846,0	3 455,3	
	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Argentina	1 320,8	1 010,2	899,8	901,4	941,9	1 469,7	1 257,6	925,0	801,5	1 777,3	3 871,3	4 956,5	7 047,6
Brasil	3 127,6	2 079,1	1 459,4	1 603,3	2 167,1	2 640,2	2 824,7	3 096,6	3 945,7	4 176,3	4 407,6	5 249,4	7 932,1

(Fonte: Cepal, 2007.)

ANEXO 14

Receitas de privatização, 1988-1997 (em % do PIB)



(Fonte: CEPAL, 1998, apud, FAUSTO; DEVOTO, 2004, p. 491.)

ANEXO 15

Balanzo de pagos da Argentina (milhões de dólares)

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
I. BALANCE EN CUENTA CORRIENTE	- 4 774,0	- 4 712,0	- 2 353,0	- 2 436,0	- 2 495,0	- 952,0	- 2 859,0	- 4 235,0	- 1 572,0	- 1 305,0	4 552,0	- 647,0	- 5 547,8	- 8 205,9	- 10 979,5
Exportaciones de bienes FOB	8 021,0	9 143,0	7 623,0	7 835,0	8 100,0	8 396,0	6 852,0	6 360,0	9 134,0	9 573,0	12 354,0	11 978,0	12 398,9	13 268,9	16 023,3
Importaciones de bienes FOB	- 9 394,0	- 8 431,0	- 4 859,0	- 4 119,0	- 4 118,0	- 3 518,0	- 4 406,0	- 5 343,0	- 4 892,0	- 3 864,0	- 3 726,0	- 7 559,0	- 13 794,8	- 15 632,5	- 20 162,2
Balance de bienes	- 1 373,0	712,0	2 764,0	3 716,0	3 982,0	4 878,0	2 446,0	1 017,0	4 242,0	5 709,0	8 628,0	4 419,0	- 1 395,9	- 2 363,6	- 4 138,9
Servicios (crédito)	1 876,0	1 716,0	1 574,0	1 455,0	1 511,0	1 651,0	1 597,0	1 794,0	2 015,0	2 193,0	2 446,0	2 408,0	2 984,3	3 070,6	3 364,1
Transportes	805,0	881,0	709,0	750,0	827,0	887,0	740,0	871,0	965,0	1 011,0	1 156,0	1 186,0	1 112,0	860,3	888,9
Viajes	344,0	413,0	610,0	453,0	440,0	523,0	562,0	615,0	634,0	790,0	903,0	782,0	1 478,9	1 695,6	1 933,0
Otros servicios	727,0	422,0	255,0	252,0	244,0	241,0	295,0	308,0	416,0	392,0	387,0	440,0	393,4	514,7	542,2
Servicios (débito)	- 3 788,0	- 3 434,0	- 2 018,0	- 2 224,0	- 2 289,0	- 2 187,0	- 2 500,0	- 2 566,0	- 2 702,0	- 2 793,0	- 3 120,0	- 4 007,0	- 5 541,7	- 6 396,2	- 7 143,1
Transportes	- 1 271,0	- 1 163,0	- 732,0	- 737,0	- 899,0	- 706,0	- 745,0	- 954,0	- 922,0	- 856,0	- 937,0	- 1 347,0	- 1 619,4	- 1 786,0	- 2 114,4
Viajes	- 1 792,0	- 1 471,0	- 565,0	- 507,0	- 600,0	- 671,0	- 888,0	- 890,0	- 975,0	- 1 014,0	- 1 171,0	- 1 739,0	- 2 700,9	- 3 213,4	- 3 398,1
Otros servicios	- 725,0	- 800,0	- 721,0	- 980,0	- 790,0	- 810,0	- 867,0	- 722,0	- 805,0	- 923,0	- 1 012,0	- 921,0	- 1 221,4	- 1 396,8	- 1 630,6
Balance de bienes y servicios	- 3 285,0	- 1 006,0	2 320,0	2 947,0	3 204,0	4 342,0	1 543,0	245,0	3 555,0	5 109,0	7 954,0	2 820,0	- 3 953,3	- 5 689,2	- 7 917,9
Renta (crédito)	1 305,0	946,0	558,0	474,0	298,0	282,0	392,0	252,0	211,0	276,0	1 854,0	1 746,0	2 374,5	2 535,4	3 480,1
Remuneración de empleados	56,0	42,0	28,0	28,0	32,0	27,0	32,0	34,0	-	-	-	-	15,4	16,0	16,0
Renta de la inversión	1 249,0	904,0	530,0	446,0	266,0	255,0	360,0	218,0	211,0	276,0	1 854,0	1 746,0	2 359,1	2 519,4	3 464,1
Directa (utilidades y dividendos)	21,0	17,0	5,0	6,0	1,0	2,0	3,0	-	-	11,0	2,0	2,0	334,2	487,7	456,7
De cartera	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,4	1,9	3,7
Otra inversión (intereses recibidos)	1 228,0	887,0	525,0	440,0	265,0	253,0	357,0	218,0	211,0	265,0	1 852,0	1 744,0	2 023,5	2 029,8	3 003,7
Renta (débito)	- 2 817,0	- 4 630,0	- 5 265,0	- 5 873,0	- 5 999,0	- 5 576,0	- 4 796,0	- 4 724,0	- 5 338,0	- 6 698,0	- 6 254,0	- 6 006,0	- 4 758,1	- 5 604,2	- 7 038,8
Remuneración de empleados	- 36,0	- 27,0	- 18,0	- 19,0	- 22,0	- 18,0	- 20,0	- 21,0	-	-	-	-	- 4,4	- 5,3	- 5,5
Renta de la inversión	- 2 781,0	- 4 603,0	- 5 247,0	- 5 854,0	- 5 977,0	- 5 558,0	- 4 776,0	- 4 703,0	- 5 338,0	- 6 698,0	- 6 254,0	- 6 006,0	- 4 753,7	- 5 598,9	- 7 033,3
Directa (utilidades y dividendos)	- 605,0	- 753,0	- 322,0	- 431,0	- 440,0	- 426,0	- 485,0	- 558,0	- 660,0	- 675,0	- 637,0	- 807,0	- 1 246,2	- 1 790,8	- 2 022,6
De cartera	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	- 361,7	- 1 564,9	- 2 654,0

Otra inversión (intereses pagados)	- 2 176,0	- 3 850,0	- 4 925,0	- 5 423,0	- 5 537,0	- 5 132,0	- 4 291,0	- 4 145,0	- 4 678,0	- 6 023,0	- 5 617,0	- 5 199,0	- 3 145,9	- 2 243,3	- 2 356,7
Balance de renta	- 1 512,0	- 3 684,0	- 4 707,0	- 5 399,0	- 5 701,0	- 5 294,0	- 4 404,0	- 4 472,0	- 5 127,0	- 6 422,0	- 4 400,0	- 4 260,0	- 2 383,7	- 3 068,9	- 3 558,8
Transferencias corrientes (crédito)	85,0	70,0	51,0	35,0	21,0	18,0	21,0	11,0	2,0	18,0	1 015,0	821,0	1 052,2	872,3	839,2
Transferencias corrientes (débito)	- 62,0	- 92,0	- 17,0	- 19,0	- 19,0	- 18,0	- 19,0	- 19,0	- 2,0	- 10,0	- 17,0	- 28,0	- 263,0	- 320,1	- 342,0
Balance de transferencias	23,0	- 22,0	34,0	16,0	2,0	-	2,0	- 8,0	-	8,0	998,0	793,0	789,2	552,2	497,2
II. BALANCE EN CUENTA DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15,7	16,1	17,5
III. BALANCE EN CUENTA FINANCIERA	2 305,0	1 355,0	- 1 972,0	- 2 391,0	257,0	638,0	410,0	100,0	369,0	- 8 083,0	- 5 884,0	182,0	7 579,4	21 019,8	12 399,9
Inversión directa en el extranjero	110,0	107,0	30,0	- 2,0	-	-	-	-	-	-	-	-	- 1 165,9	- 705,1	- 1 012,8
Inversión directa en la economía declarante	678,0	837,0	227,0	185,0	268,0	919,0	574,0	- 19,0	1 147,0	1 028,0	1 836,0	2 439,0	4 431,0	2 793,1	3 634,9
Activos de inversión de cartera	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	- 241,0	- 8 261,0	1 611,6	- 1 555,3	- 1 485,7
Títulos de participación en el capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	- 295,0	- 1 363,0	- 762,6
Títulos de deuda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	- 241,0	- 8 261,0	1 906,6	- 192,3	- 723,0
Pasivos de inversión de cartera	154,0	1 125,0	299,0	649,0	372,0	- 617,0	- 542,0	- 572,0	- 718,0	- 1 098,0	- 1 105,0	8 227,0	3 248,6	35 957,8	10 947,0
Títulos de participación en el capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 213,8	5 671,3	4 220,3
Títulos de deuda	154,0	1 125,0	299,0	649,0	372,0	- 617,0	- 542,0	- 572,0	- 718,0	- 1 098,0	- 1 105,0	8 227,0	2 034,8	30 286,5	6 726,7
Activos de otra inversión	- 440,0	- 1 605,0	- 552,0	- 374,0	- 241,0	26,0	- 286,0	104,0	879,0	- 399,0	661,0	426,0	- 947,0	- 4 720,9	- 3 227,3
Autoridades monetarias	- 29,0	- 155,0	400,0	- 487,0	- 387,0	- 207,0	- 198,0	-	-	366,0	- 669,0	273,0	330,0	-	-
Gobierno general	- 11,0	- 14,0	- 17,0	- 12,0	- 20,0	- 29,0	- 36,0	- 23,0	-	- 48,0	- 81,0	83,0	- 1 024,2	- 1 548,4	378,1
Bancos	- 368,0	25,0	- 431,0	- 180,0	- 527,0	- 231,0	5,0	16,0	-	-	-	-	- 696,8	- 1 726,5	- 297,3
Otros sectores	- 32,0	- 1 461,0	- 504,0	305,0	693,0	493,0	- 57,0	111,0	879,0	- 717,0	1 411,0	70,0	444,0	- 1 446,0	- 3 308,0
Pasivos de otra inversión	1 803,0	891,0	- 1 976,0	- 2 849,0	- 142,0	310,0	664,0	587,0	- 939,0	- 7 614,0	- 7 035,0	- 2 649,0	401,2	- 10 749,7	3 543,8
Autoridades monetarias	182,0	84,0	- 200,0	- 703,0	- 123,0	- 361,0	- 159,0	408,0	426,0	- 1 804,0	- 474,0	40,0	- 173,0	- 3 996,0	- 16,0
Gobierno general	469,0	977,0	- 15,0	- 841,0	1 793,0	2 061,0	860,0	652,0	5,0	- 438,0	- 420,0	- 3,0	- 515,5	- 8 709,4	534,7
Bancos	- 60,0	363,0	1 050,0	528,0	- 27,0	898,0	- 28,0	- 49,0	23,0	56,0	100,0	- 31,0	774,3	1 150,4	1 097,6
Otros sectores	1 212,0	- 533,0	- 2 811,0	- 1 833,0	- 1 785,0	- 2 288,0	- 9,0	- 424,0	- 1 393,0	- 5 428,0	- 6 241,0	- 2 655,0	315,3	805,3	1 927,5
IV. ERRORES Y OMISIONES	- 307,8	- 205,4	- 401,0	- 447,4	- 54,6	- 531,8	301,9	- 111,9	- 165,0	- 249,3	714,6	- 341,4	- 153,5	- 1 707,9	- 2 112,8
V. BALANCE GLOBAL	- 2 776,8	- 3 562,4	- 4 726,0	- 5 274,4	- 2 292,6	- 845,8	- 2 147,1	- 4 246,9	- 1 368,0	- 9 637,3	- 617,4	- 806,4	1 893,8	11 122,1	- 674,8
VI. RESERVAS Y PARTIDAS CONEXAS	2 776,8	3 562,4	4 726,0	5 274,4	2 292,6	845,8	2 147,1	4 246,9	1 368,0	9 637,3	617,4	806,4	- 1 893,8	- 11 122,1	674,8
Activos de reserva	2 597,8	3 193,4	669,0	1 229,9	- 166,4	- 2 015,8	744,8	1 302,3	- 1 887,6	1 825,9	- 3 121,3	- 2 039,8	- 3 263,8	- 4 279,3	- 684,5
F.M.I. (uso del crédito y préstamos)	-	-	-	1 227,5	-	986,6	146,3	614,6	29,6	- 477,6	- 257,3	- 589,8	- 73,0	1 211,2	455,3
Financiamiento excepcional	179,0	369,0	4 057,0	2 817,0	2 459,0	1 875,0	1 256,0	2 330,0	3 226,0	8 289,0	3 996,0	3 436,0	1 443,0	- 8 054,0	904,0

(Fonte: Cepal, 2007)

ANEXO 16

Balanza de pagos do Brasil (milhões de dólares)

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
I. BALANCE EN CUENTA CORRIENTE	- 12 831,0	- 11 764,0	- 16 317,0	- 6 834,0	33,0	- 280,0	- 5 311,0	- 1 452,0	4 156,0	1 002,0	- 3 823,0	- 1 450,0	6 089,0	20,0	- 1 153,0
Exportaciones de bienes FOB	20 132,0	23 276,0	20 173,0	21 898,0	27 002,0	25 634,0	22 348,0	26 210,0	33 773,0	34 375,0	31 408,0	31 619,0	35 793,0	39 630,0	44 102,0
Importaciones de bienes FOB	- 22 955,0	- 22 091,0	- 19 395,0	- 15 429,0	- 13 916,0	- 13 168,0	- 14 044,0	- 15 052,0	- 14 605,0	- 18 263,0	- 20 661,0	- 21 041,0	- 20 554,0	- 25 301,0	- 33 241,0
Balance de bienes	- 2 823,0	1 185,0	778,0	6 469,0	13 086,0	12 466,0	8 304,0	11 158,0	19 168,0	16 112,0	10 747,0	10 578,0	15 239,0	14 329,0	10 861,0
Servicios (crédito)	1 737,0	2 265,0	1 809,0	1 724,0	1 947,0	2 086,0	1 816,0	1 952,0	2 279,0	3 132,0	3 762,0	3 319,0	4 088,0	3 965,0	4 908,0
Transportes	813,0	1 087,0	999,0	1 106,0	1 296,0	1 501,0	1 147,0	1 309,0	1 318,0	1 349,0	1 348,0	1 457,0	1 924,0	1 638,0	2 200,0
Viajes	126,0	242,0	66,0	39,0	65,0	66,0	85,0	102,0	117,0	1 224,0	1 383,0	1 002,0	999,0	1 041,0	944,0
Otros servicios	798,0	936,0	744,0	579,0	586,0	519,0	584,0	541,0	844,0	559,0	1 031,0	860,0	1 165,0	1 286,0	1 764,0
Servicios (débito)	- 4 871,0	- 5 138,0	- 5 397,0	- 4 131,0	- 3 696,0	- 3 790,0	- 4 389,0	- 4 316,0	- 5 302,0	- 5 917,0	- 7 523,0	- 7 210,0	- 7 430,0	- 9 555,0	- 10 254,0
Transportes	- 2 750,0	- 2 779,0	- 2 455,0	- 2 018,0	- 2 056,0	- 1 861,0	- 1 973,0	- 2 096,0	- 2 358,0	- 2 801,0	- 2 991,0	- 3 112,0	- 3 284,0	- 4 055,0	- 4 300,0
Viajes	- 367,0	- 407,0	- 912,0	- 431,0	- 218,0	- 441,0	- 594,0	- 286,0	- 705,0	- 750,0	- 1 505,0	- 1 214,0	- 1 318,0	- 1 842,0	- 2 156,0
Otros servicios	- 1 754,0	- 1 952,0	- 2 030,0	- 1 682,0	- 1 422,0	- 1 488,0	- 1 822,0	- 1 934,0	- 2 239,0	- 2 366,0	- 3 027,0	- 2 884,0	- 2 828,0	- 3 658,0	- 3 798,0
Balance de bienes y servicios	- 5 957,0	- 1 688,0	- 2 810,0	4 062,0	11 337,0	10 762,0	5 731,0	8 794,0	16 145,0	13 327,0	6 986,0	6 687,0	11 897,0	8 739,0	5 515,0
Renta (crédito)	1 406,0	1 382,0	1 487,0	719,0	1 256,0	1 589,0	967,0	568,0	771,0	1 310,0	1 157,0	904,0	1 118,0	1 308,0	2 202,0
Remuneración de empleados	26,0	21,0	12,0	7,0	7,0	7,0	8,0	10,0	9,0	5,0	10,0	10,0	18,0	38,0	59,0
Renta de la inversión	1 380,0	1 361,0	1 475,0	712,0	1 249,0	1 582,0	959,0	558,0	762,0	1 305,0	1 147,0	894,0	1 100,0	1 270,0	2 143,0
Directa (utilidades y dividendos)	234,0	217,0	277,0	4,0	3,0	80,0	41,0	31,0	3,0	1,0	27,0	22,0	75,0	172,0	365,0
De cartera	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	57,0	35,0
Otra inversión (intereses recibidos)	1 146,0	1 144,0	1 198,0	708,0	1 246,0	1 502,0	918,0	527,0	759,0	1 304,0	1 120,0	872,0	1 025,0	1 041,0	1 743,0
Renta (débito)	- 8 424,0	- 11 644,0	- 14 981,0	- 11 726,0	- 12 722,0	- 12 779,0	- 12 089,0	- 10 882,0	- 12 851,0	- 13 856,0	- 12 765,0	- 10 555,0	- 9 115,0	- 11 630,0	- 11 293,0
Remuneración de empleados	- 12,0	- 10,0	- 12,0	- 6,0	- 3,0	- 5,0	- 3,0	- 5,0	- 5,0	- 4,0	- 5,0	- 9,0	- 13,0	- 150,0	- 190,0
Renta de la inversión	- 8 412,0	- 11 634,0	- 14 969,0	- 11 720,0	- 12 719,0	- 12 774,0	- 12 086,0	- 10 877,0	- 12 846,0	- 13 852,0	- 12 760,0	- 10 546,0	- 9 102,0	- 11 480,0	- 11 103,0
Directa (utilidades y dividendos)	- 955,0	- 1 328,0	- 2 419,0	- 1 457,0	- 1 271,0	- 1 682,0	- 1 841,0	- 1 558,0	- 2 255,0	- 2 915,0	- 1 892,0	- 1 053,0	- 824,0	- 1 979,0	- 2 315,0
De cartera	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	- 1 652,0	- 648,0
Otra inversión (intereses pagados)	- 7 457,0	- 10 306,0	- 12 550,0	- 10 263,0	- 11 448,0	- 11 092,0	- 10 245,0	- 9 319,0	- 10 591,0	- 10 937,0	- 10 868,0	- 9 493,0	- 8 278,0	- 7 849,0	- 8 140,0
Balance de renta	- 7 018,0	- 10 262,0	- 13 494,0	- 11 007,0	- 11 466,0	- 11 190,0	- 11 122,0	- 10 314,0	- 12 080,0	- 12 546,0	- 11 608,0	- 9 651,0	- 7 997,0	- 10 322,0	- 9 091,0
Transferencias corrientes (crédito)	308,0	336,0	184,0	145,0	182,0	171,0	134,0	158,0	127,0	238,0	840,0	1 556,0	2 260,0	1 704,0	2 577,0
Transferencias corrientes (débito)	- 164,0	- 150,0	- 197,0	- 34,0	- 20,0	- 23,0	- 54,0	- 90,0	- 36,0	- 17,0	- 41,0	- 42,0	- 71,0	- 101,0	- 154,0
Balance de transferencias	144,0	186,0	- 13,0	111,0	162,0	148,0	80,0	68,0	91,0	221,0	799,0	1 514,0	2 189,0	1 603,0	2 423,0

II. BALANCE EN CUENTA DE CAPITAL	25,0	13,0	5,0	- 3,0	9,0	7,0	7,0	5,0	3,0	23,0	35,0	42,0	54,0	81,0	173,0
III. BALANCE EN CUENTA FINANCIERA	9 677,0	12 791,0	9 146,0	- 3 828,0	- 5 506,0	- 8 676,0	- 8 189,0	- 9 757,0	- 9 137,0	- 11 426,0	- 5 441,0	- 4 868,0	5 889,0	7 604,0	8 020,0
Inversión directa en el extranjero	- 367,0	- 207,0	- 376,0	- 187,0	- 42,0	- 81,0	- 143,0	- 138,0	- 175,0	- 523,0	- 665,0	- 1 014,0	- 137,0	- 491,0	- 1 037,0
Inversión directa en la economía declarante	1 911,0	2 520,0	2 910,0	1 609,0	1 594,0	1 441,0	345,0	1 169,0	2 804,0	1 131,0	989,0	1 103,0	2 061,0	1 292,0	3 072,0
Activos de inversión de cartera	-	- 3,0	- 3,0	- 8,0	- 4,0	- 3,0	1,0	-	-	- 30,0	- 67,0	-	-	- 606,0	- 3 052,0
Títulos de participación en el capital	- 2,0	- 4,0	- 4,0	- 8,0	- 4,0	- 4,0	1,0	-	-	-	-	-	-	- 607,0	-
Títulos de deuda	2,0	1,0	1,0	-	-	1,0	-	-	-	- 30,0	- 67,0	-	-	1,0	- 3 052,0
Pasivos de inversión de cartera	354,0	1,0	2,0	- 278,0	- 268,0	- 234,0	- 451,0	- 428,0	- 498,0	- 391,0	579,0	3 808,0	7 366,0	12 928,0	47 784,0
Títulos de participación en el capital	- 11,0	14,0	16,0	- 3,0	- 3,0	- 11,0	9,0	61,0	189,0	- 57,0	103,0	578,0	1 704,0	6 570,0	7 280,0
Títulos de deuda	365,0	- 13,0	- 14,0	- 275,0	- 265,0	- 223,0	- 460,0	- 489,0	- 687,0	- 334,0	476,0	3 230,0	5 662,0	6 358,0	40 504,0
Activos de otra inversión	- 405,0	- 1 397,0	- 553,0	348,0	- 3 325,0	190,0	1 385,0	- 401,0	- 1 994,0	- 894,0	- 2 864,0	- 3 140,0	- 99,0	- 2 696,0	- 4 368,0
Autoridades monetarias	12,0	4,0	4,0	1,0	-	-	71,0	-	- 17,0	- 5,0	22,0	8,0	-	- 34,0	-
Gobierno general	- 638,0	- 226,0	- 290,0	178,0	- 1 111,0	- 100,0	- 46,0	- 121,0	- 98,0	- 62,0	- 108,0	- 17,0	- 44,0	29,0	-
Bancos	- 256,0	- 598,0	17,0	176,0	- 353,0	275,0	687,0	- 47,0	- 328,0	- 591,0	- 2 758,0	- 3 357,0	- 37,0	- 2 980,0	- 4 077,0
Otros sectores	477,0	- 577,0	- 284,0	- 7,0	- 2 861,0	15,0	673,0	- 233,0	- 1 551,0	- 236,0	- 20,0	226,0	- 18,0	289,0	- 291,0
Pasivos de otra inversión	8 184,0	11 877,0	7 166,0	- 5 312,0	- 3 461,0	- 9 989,0	- 9 326,0	- 9 959,0	- 9 274,0	- 10 719,0	- 3 413,0	- 5 625,0	- 3 302,0	- 2 823,0	- 34 379,0
Autoridades monetarias	69,0	- 47,0	1 538,0	- 3 950,0	- 7 555,0	- 6 344,0	- 720,0	- 1 278,0	3 303,0	1 366,0	- 637,0	- 1 012,0	- 277,0	- 140,0	- 545,0
Gobierno general	511,0	324,0	2 031,0	2 297,0	6 573,0	3 397,0	- 307,0	259,0	- 3 729,0	- 6 132,0	- 2 715,0	- 2 876,0	- 1 968,0	- 2 622,0	- 35 609,0
Bancos	2 969,0	5 691,0	1 528,0	- 2 404,0	- 50,0	- 3 511,0	- 3 641,0	- 1 730,0	- 1 786,0	- 2 115,0	- 229,0	386,0	1 167,0	- 2 269,0	- 1 439,0
Otros sectores	4 635,0	5 909,0	2 069,0	- 1 255,0	- 2 429,0	- 3 531,0	- 4 658,0	- 7 210,0	- 7 062,0	- 3 838,0	168,0	- 2 123,0	- 2 224,0	2 208,0	3 214,0
IV. ERRORES Y OMISIONES	- 340,2	- 418,5	- 374,6	- 586,3	398,6	- 530,4	66,4	- 805,1	- 826,7	- 819,5	- 296,4	852,3	- 1 393,0	- 814,8	- 441,8
V. BALANCE GLOBAL	- 3 469,2	621,5	- 7 540,6	- 11 251,3	- 5 065,4	- 9 479,4	- 13 426,6	- 12 009,1	- 5 804,7	- 11 220,5	- 9 525,4	- 5 423,7	10 639,0	6 890,2	6 598,2
VI. RESERVAS Y PARTIDAS CONEXAS	3 469,2	- 621,5	7 540,6	11 251,3	5 065,4	9 479,4	13 426,6	12 009,1	5 804,7	11 220,5	9 525,4	5 423,7	- 10 639,0	- 6 890,2	- 6 598,2
Activos de reserva	3 469,2	- 621,5	4 654,9	- 268,9	- 7 169,3	573,5	3 856,5	- 1 014,0	- 1 249,7	- 892,7	- 474,5	369,1	- 14 670,3	- 8 709,4	- 7 215,0
F.M.I. (uso del crédito y préstamos)	-	-	545,7	2 160,2	1 800,7	- 62,1	- 624,9	- 1 150,9	- 461,6	- 807,8	- 771,1	- 566,4	- 398,7	- 503,8	- 133,2
Financiamiento excepcional	-	-	2 340,0	9 360,0	10 434,0	8 968,0	10 195,0	14 174,0	7 516,0	12 921,0	10 771,0	5 621,0	4 430,0	2 323,0	750,0

(Fonte: Cepal, 2007)

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)